



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

KÁTIA OLIVER DE SÁ

**PRESSUPOSTOS ONTOLÓGICOS DA PRODUÇÃO
DO CONHECIMENTO DO LAZER NO BRASIL – 1972 a 2008:
REALIDADE E POSSIBILIDADES
NA PÓS-GRADUAÇÃO E GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

Salvador / 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

KÁTIA OLIVER DE SÁ

**PRESSUPOSTOS ONTOLÓGICOS DA PRODUÇÃO
DO CONHECIMENTO DO LAZER NO BRASIL – 1972 a 2008:
REALIDADE E POSSIBILIDADES
NA PÓS-GRADUAÇÃO E GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, na área de concentração: Educação, Sociedade e Práxis Pedagógica, como requisito parcial para obtenção do grau de doutora em Educação.

Orientadora: Celi Neuza Zülke Taffarel

Salvador / 2008

KÁTIA OLIVER DE SÁ

**PRESSUPOSTOS ONTOLÓGICOS DA PRODUÇÃO
DO CONHECIMENTO DO LAZER NO BRASIL – 1972 a 2008:
REALIDADE E POSSIBILIDADES
NA PÓS-GRADUAÇÃO E GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de doutora em Educação, Faculdade de Educação da Bahia da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 27 de março de 2009.

Banca Examinadora

CELI NELZA ZÜLKE TAFFAREL _____
Doutora em Educação - Universidade Estadual de Campinas
Professora da Universidade Federal da Bahia

ELZA MARGARIDA DE MENDONÇA PEIXOTO _____
Doutora em Educação – Universidade Estadual de Campinas
Professora da Universidade Estadual de Londrina

SOLANGE LACKS _____
Doutora em Educação – Universidade Federal da Bahia
Professora da Universidade Federal de Sergipe

ANTÔNIO DA SILVA CÂMARA _____
Doutor em Sociologia – Université de Paris VII – Université Denis Diderot (França)
Professor da Universidade federal da Bahia

CLAUDIO DE LIRA SANTOS JÚNIOR _____
Doutor em Educação – Universidade Federal da Bahia
Professor da Universidade Federal da Bahia

Dedico essa tese a todas e todos trabalhadores da educação, que ao produzirem conhecimentos para além do capital estabelecem possibilidades concretas para uma lógica do tempo livre; livre para homens e mulheres trabalhadores quando na luta, conquistar o reino da liberdade para ter domínio da regência da produção da existência, nas relações que mantém a vida em suas múltiplas esferas, considerando objetivamente a superação de necessidades forjadas pelos processos da produção da formação econômica capitalista.

AGRADECIMENTOS

A síntese que gerou essa tese é compartilhada por muitos outros estudos que direta e indiretamente, em suas diversas formas de elaboração, constituíram a base do domínio da propriedade objetiva que expomos com a sabedoria de reconhecer os seus limites e provisoriedade. Portanto, não é um trabalho individual, mas compartilhado pelos diálogos teóricos do esforço de muitas pesquisas e publicações.

À Universidade Federal da Bahia/Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/Faculdade de Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação e corpo docente, meus agradecimentos por possibilitar o meu ingresso no curso de doutorado.

As concepções fundamentais que alicerçaram essa tese são parte de intensos estudos e diálogos realizados no Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Esporte e Lazer – LEPEL, espaço que alimenta o prazer de conhecer o materialismo na sua forma marxista enquanto poderosa arma teórica de luta contra as forças do imperialismo. Ao convívio maduro, consistente de aprendizagens consolidadas no LEPEL, agradeço aos colegas companheiros, aos cursos e seminários realizados, aos projetos concretizados, que alicerçaram minha formação continuada de professora de Educação Física.

À guerreira, mestra, amiga e orientadora, companheira Celi Taffarel, minha gratidão pelos ensinamentos que se colocaram para além das formalidades exigidas para a formação de doutorado. Foi, e sempre será, uma grande satisfação compartilhar de sua luta política em *“avançar, reagir, resistir por rupturas e saltos qualitativos para novas sínteses em patamares teórico-práticos mais elevados, superando desvios teóricos, rompendo ilusões, lutando contra o fetichismo, o irracionalismo e idealismo, e isso passa, sim pelo domínio da lógica e teoria do conhecimento materialista histórico dialético, passa pelo marxismo”*.

Aos meus filhos, raiz e força da minha existência, agradeço o carinho e o incentivo com que sempre olharam o meu esforço em avançar nos estudos para fortalecer a minha docência na formação de professores de Educação Física da Região Nordeste.

Ao meu companheiro de vida, que compartilha as minhas angústias, alegrias e realizações na luta pela vida, e que acompanhou diretamente o esforço dessa elaboração de estudo, meu valoroso agradecimento pela certeza de uma convivência amorosa, dedicada e fraterna.

Aqueles que não têm acesso a ampla gama de conhecimentos teórico-práticos, capazes de consolidar uma consistente base teórica marxista para avançar na consciência de classe, na formação política para a organização revolucionária, coloco, mediante a responsabilidade do doutoramento numa universidade pública, a minha força de trabalho intelectual à disposição do compromisso de contribuir para fortalecer a base material de formação de professores de Educação Física e da produção do conhecimento da Região Nordeste.

O caráter histórico dos “fatos” que a ciência julga captar numa tal “pureza” manifesta-se, no entanto, de uma forma ainda mais nefasta. Com efeito, estes factos, (como produtos da evolução histórica) não só estão envolvidos numa contínua mudança, mas mais, são – *precisamente na estrutura da sua objectividade – produtos de uma época histórica determinada: a do capitalismo*. Por isso, essa ciência que reconhece como fundamento do valor científico, o modo como os factos são imediatamente dados e, como ponto de partida da reconceptualização científica a sua forma de objetividade, essa ciência coloca muito simples e dogmaticamente no campo da sociedade capitalista, ao aceitar sem crítica a sua essência, sua estrutura de objeto, as suas leis, como fundamento imutável da “ciência”. Para progredir desses “factos” para factos do verdadeiro sentido da palavra, há que penetrar no seu condicionamento histórico como tal e abandonar o ponto de vista segundo o qual eles são dados como imediatos: há de submetê-los a um tratamento histórico-dialético, pois, como diz Marx: “A forma acabada das relações econômicas tais como se mostram na sua superfície, na sua existência real e daí nas representações pelas quais os portadores e os agentes destas relações procuram ter delas uma idéia clara, é muito diferente e de facto contrário à sua forma interna, essencial, mais escondida, e ao conceito a que corresponde”. Portanto, se pretende considerar os factos precisamente, convém primeiro captar clara e exatamente esta diferença entre a sua existência real e o seu núcleo interior, entre as representações que delas se formam e os seus conceitos. Esta distinção é a primeira condição prévia a um estudo verdadeiramente científico, que segundo as palavras de Marx, “seria supérfluo se a aparência fenomenal e a essência das coisas coincidissem imediatamente”. Trata-se, pois, por um lado, de destacar os fenômenos da sua forma dada como imediata, de encontrar as mediações pelas quais podem ser referidos ao seu núcleo e sua essência e captados na sua própria essência e, por outro lado, atingir a compreensão deste caráter fenomenal, desta aparência fenomenal, considerada a sua forma de manifestação *necessária*. Esta forma de manifestação é necessária em razão da sua essência histórica porque eles se desenvolveram no campo da sociedade capitalista. Esta dupla determinação, este reconhecimento e esta superação simultânea de ser imediato é precisamente a relação dialética (LUKÁCS, 1974, p. 22-23).

Sá, Kátia Oliver de. *PRESSUPOSTOS ONTOLÓGICOS DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO LAZER NO BRASIL – 1972 a 2008: REALIDADE E POSSIBILIDADES NA PÓS-GRADUAÇÃO E GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA*. 341 f. 2009. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

RESUMO

Esta tese trata da investigação de determinações advindas das relações trabalho-capital, trabalho-lazer, trabalho-produção do conhecimento, trabalho-formação de professores e das categorias práxis social, alienação e luta de classes. Encontra-se integrada ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física, Esportes e Lazer – LEPEL, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia - UFBA, que estuda e pesquisa problemáticas significativas que envolvem a formação de professores, a produção de conhecimento, o trabalho pedagógico e as políticas educacionais, que têm impacto na incorrigível lógica do capital sobre a educação no Brasil. Situa-se entre os estudos que investigam o objeto a partir de categorias e leis da dialética, enquanto lógico e teoria do conhecimento histórico. Levanta enquanto pergunta científico-investigativa: Quais os pressupostos ontológicos da produção do conhecimento lazer da pós-graduação em Educação Física no Brasil, considerando o período de 1972 a 2008 e que relações, nexos e contradições estabelecem no currículo de formação do professor de Educação Física da Região Nordeste, em vista a necessidade e as possibilidades de apontar pressupostos ontológicos de uma práxis do trabalho-lazer, cujo projeto histórico de sociedade seja o comunismo. É uma pesquisa documental que desenvolve em sua metodologia: 1. Levantamento de fundamentos teóricos bibliográficos; 2. Levantamento e análise de dissertações e teses sobre o conhecimento lazer no Brasil – 1972 a 2008; 3. Levantamento e análise do programa da disciplina Recreação I do Curso de Licenciatura em Educação Física da FAGED/UFBA. Levanta uma hipótese em três fundamentos: 1. A concepção dos pressupostos ontológicos existentes na produção e organização do conhecimento do lazer produzido na pós-graduação não considera as formações econômicas como determinantes do ser social e suas relações de produção. 2. A lógica de modelo neoliberal que vem sendo instituída nas universidades, que se produz e reproduz a partir do trato com o conhecimento da pós-graduação, por não estabelecer uma produção rigorosa de análise crítica sobre trabalho/capital, trabalho-lazer na formação econômica capitalista, torna-se elemento mediador acrítico nos fundamentos teóricos das disciplinas dos currículos de graduação de professores de Educação Física; 3. A formação de professores de Educação Física não se compromete com uma consistente base teórica voltada para o trabalhador concebido como sujeito social. Aponta nas considerações finais que em 90% da produção, os pesquisadores desconhecem os objetos da realidade concreta do mundo, considerando a identificação e domínio de suas leis em desenvolvimento; desconsideram nos estudos um modo que não seja o ditado pelo capital; ao generalizar a práxis social do lazer exercem sobre a realidade do mundo uma influência recíproca, não contribuindo para o seu desenvolvimento em vista a outras possibilidades superadoras. Portanto, as proposições superadoras devem ser colocadas em três graus de complexidade: 1. o que cabe as esferas governamentais – o poder público; 2. o que cabe nas esferas das organizações de classe – a luta que transcende a própria universidade; 3. o que cabe na esfera da autonomia universitária e portanto no projeto da instituição, do curso e do programa dos professores. É dentro do enfrentamento concreto na luta de classes, considerando o que aponta a ontologia do ser social, que encontramos os indicadores de que somos sujeitos da história e podemos orientar ações – teleologia – para a construção de outro projeto histórico, outra formação econômica, outro modo de vida. E podemos fazer isto na produção do conhecimento científico e nas disciplinas que orientamos na graduação de cursos de formação de professores de Educação Física que terão como campo de atuação profissional e de desenvolvimento do trabalho pedagógico e como objeto de estudo o par dialético “Trabalho-Lazer”.

Palavras-chave: Trabalho-capital. Trabalho-lazer. Trabalho-produção do conhecimento. Pressupostos ontológicos. Formação de professores de Educação Física.

Sá, Kátia Oliver of. ESTIMATED ONTOLÓGICOS OF the PRODUCTION OF the KNOWLEDGE OF the LEISURE IN BRAZIL - 1972 the 2008: REALITY AND POSSIBILITIES IN THE PÓS-GRADUAÇÃO AND GRADUATION IN PHYSICAL EDUCATION. 341 f. 2009. Thesis (doutorado) - College of Education of the Bahia, Federal University of the Bahia, Salvador, 2009.

ABSTRACT

This theory treats the investigation of determinations resulted from the relations work-capital, work-leisure, work-production of the knowledge, teachers' formation, práxis socially, alienation and class struggle. Be integrated to the Group of Study and It investigates in Physical Education, Sports and Leisure – LEPEL, of the Faculty of Education of the Federal University of the Bahia - UFBA, which studies and investigates significant problems that wrap the teachers' formation, the pedagogic production of knowledge, the work and the education politics, which have impact in the incorrigible logic of the capital on the education in Brazil. It is situated between the studies that investigate the object from categories and laws of the dialectics, while logical and theory of the historical knowledge. It stands up while it asks scientifically - investigativa: Which the presuppositions ontológicos of the production of the knowledge leisure of the postgraduation in Physical Education in Brazil, considering the period from 1972 to 2008 and what relations, do connections and contradictions establish in the curriculum of formation of the teacher of Physical Education of the Northeast Region, in sight the necessity and the possibilities to point to presuppositions ontológicos of a práxis of the work-leisure, which historical project of society is the communism. It has like methodology: 1. Lifting of theoretical bibliographical bases; 2. Lifting and analysis of dissertations and theories on the knowledge leisure in Brazil – 1972 to 2008; 3. Lifting and analysis of the program of the discipline Recreation I of the Course of Degree course in Physical Education of the FACED/UFBA. It lifts a hypothesis in three bases: 1. Lifting of theoretical bibliographical bases; 2. Lifting and analysis of dissertations and theories on the knowledge leisure in Brazil – 1972 to 2008; 3. Lifting and analysis of the program of the discipline Recreation I of the Course of Degree course in Physical Education of the FACED/UFBA. It lifts a hypothesis in three bases: 1. The conception of the presuppositions ontológicos existent in the production and organization of the knowledge of the leisure produced in the postgraduation does not consider the economical formations like determinants of the social being and his relations of production. 2. The logic of model neoliberal what is set up in the universities, which one produces and reproduces from the treatment with the knowledge of the postgraduation, because of not establishing a rigorous production of critical analysis on work / capital, work-leisure in the economical capitalist formation, makes element uncritical mediator into the theoretical bases of the disciplines of the curricula of teachers' graduation of Physical Education; 3. The teachers' formation of Physical Education is not compromised by a solid theoretical base turned to the worker conceived like social subject. It points in the final considerations that in 90 % of the production, the investigators do not know the objects of the concrete reality of the world, considering the identification and power of his laws in development; they disregard in the studies a way that is not the dictation for the capital; while generalizing the social práxis of the leisure they practise on the reality of the world a reciprocal influence, not contributing to his development in sight to other means you superadore. Therefore, the proposals you love must be placed in three degrees of complexity: 1. what it fits the governmental spheres - the public power; 2. what the fight fits in the spheres of the classroom organizations - that exceeds the proper university; 3. what it fits in the sphere of the university autonomy and therefore in the project of the institution, the course and the program of the professors. It is inside of the confrontation concrete in the fight of classrooms, considering what it points the ontologia of the social being, that we find the pointers of that we are citizens of history and we can guide action - teleologia - for the construction of another historical project, another economic formation, another way of life. E we can make this in the production of the scientific knowledge and you discipline in them that we guide in the graduation of courses of formation of professors of Physical Education who will have as field of professional performance and development of the pedagogical work and as study object the dialético pair "Work-Leisure".

Key words: Work-capital. Work-leisure, Work-production of the knowledge. Presupposed ontológicos. Teachers' formation of Physical Education.

LISTA DE ABREVIATURAS DE CURSOS DE DOUTORADOS

- D. E. F. Doutorado em Educação Física
- D.E. Doutorado em Educação
- D.S.C. Doutorado em Saúde Coletiva
- D.H. Doutorado em História
- D.D. Doutorado em Direito
- D.C.S. Doutorado em Ciências Sociais
- D.A.U. Doutorado em Arquitetura e Urbanização
- D.C.S.A. Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas
- D.A.U. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo
- D.C.A. Doutorado em Comunicação e Artes
- D.G. Doutorado em Geografia
- D.S.C. Doutorado em Saúde Coletiva
- D.H. Doutorado em História

LISTA DE ABREVIATURAS DE CURSOS DE MESTRADOS

M.E.	Mestrado em Educação Física
M.E.F	Mestrado em Educação Física
M.S.C.	Mestrado em Saúde Coletiva
M.H.	Mestrado em História
M.D.	Mestrado em Direito
M.C.S.	Mestrado em Ciências Sociais
M.A.U.	Mestrado em Arquitetura e Urbanização
M.C.S.A.	Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas
M.A.U.	Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
M.C.A.	Mestrado em Comunicação e Artes
M.G.	Mestrado em Geografia
M.A.S.	Mestrado em Antropologia Social
M.H.	Mestrado em História
M.B.C.C.	Mestrado em Biblioteconomia e Ciências da Comunicação
M.L.	Mestrado em Letras
M.A.	Mestrado em Administração
M.P.	Mestrado em Psicologia
M.E.	Mestrado em Enfermagem
M.A.C.R.	Mestrado em Administração e Comunicação Rural
M.S.	Mestrado em Sociologia
M.U.	Mestrado em Urbanismo
M.C.S.	Mestrado em Ciências Sociais
M.E.	Mestrado em Engenharia
M.D.M.A.	Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente
M.M.	Mestrado em Medicina
M.T.H.	Mestrado em Turismo e Hotelaria
M.A.A.	Mestrado em Agricultura e Agroecossistema
M.A.R.	Mestrado em Análise Regional
M.T.	Mestrado em Tecnologia
M.C.A.	Mestrado em Ciência Animal
M.P.S.M.	Mestrado em Psiquiatria, Psicanálise e Saúde Mental
M.A.P.	Mestrado em Administração Pública
M.C.C.	Mestrado em Ciência da Comunicação

M.A.E.	Mestrado em Administração de Empresa
M.P.S.	Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade
M.S.C.	Mestrado em Saúde Coletiva
M.E.P.	Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica
M.A.E.	Mestrado em Administração Estratégica
M.E.U.	Mestrado em Engenharia Urbana
M.C.P.	Mestrado em Ciência Política
M.D.D.	Mestrado em Distúrbio do Desenvolvimento
M.F.	Mestrado em Fitotecnia
M.H.	Mestrado em Hospitalidade
M.P.C.E.S.	Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social
M.F.S.C.	Mestrado da Família na Sociedade Contemporânea
M.P.M.H.	Mestrado em Pedagogia do Movimento Humano

**LISTA DE ABREVIATURAS DE UNIVERSIDADES E
CENTROS DE EDUCAÇÃO**

FGV	Fundação Getúlio Vargas
UNIFACS	Faculdade de Salvador
FCMSCSP	Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC – SC	Pontifícia Universidade Católica de Santa Catarina
PUC-Campinas	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
UOP	Universidade do Oeste Paulista
UCDB	Universidade Católica de Dom Bôsko
UEPJMF	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UNB	Universidade de Brasília
UGF	Universidade Gama Filho
UNIVALI	Universidade do Vale do Paraíba
UNIMEP	Universidade Metodista de Piracicaba
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFMGs	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Listagem de 274 pesquisas <i>stricto sensu</i> produzidas entre o período de 1972 a 2008.	302
Quadro 2 -	Listagem de 233 dissertações produzidas entre o período de 1972 a 2008, extraídas do quadro (1).	302
Quadro 3 -	Listagem de 36 teses produzidas entre o período de 1972 a 2008, extraídas do quadro (1).	302
Quadro 4 -	Levantamento de 84 produções (dissertações e teses) analisadas, referente ao período de 1972 a 2008.....	302
Quadro 5 -	Grupos de estudos e pesquisas em Lazer no Brasil – 1980 a 2008.	218
Quadro 6 -	Dados da realidade da evolução, criação e expansão da Pós-graduação em Educação Física no Brasil – 1977 a 2008.	240
Quadro 7 -	Número de teses analisadas e suas respectivas instituições, no período de 1972 a 2008.	246
Quadro 8 -	Número de dissertações analisadas e suas respectivas instituições, no período de 1972 a 2008. ...	246
Quadro 9 -	Quantitativo de produções levantadas e analisadas com as respectivas datas de defesas, referentes ao período de 1972 a 2008.	247
Quadro 10 -	Especificação dos níveis técnicos e metodológicos expostos nas 84 pesquisas analisadas, referente ao período de 1972 a 2008.	250
Quadro 11 -	Áreas de concentração das 84 produções analisadas, referentes ao período de 1972 a 2008.	251
Quadro 12 -	Distribuição de 84 produções por estados, considerando as Regiões do Brasil, em vista ao período de 1972 a 2008.	254
Quadro 13 -	Elementos que compõem a ementa, intenções do curso, objetivos e conteúdo programático do Programa da Disciplina EDC236/Recreação I do curso de Licenciatura em Educação Física da FACED/UBFA, referente ao currículo de 2007-2.	271
Quadro 14 -	Foco das objetivações propostos nas 84 produções analisadas em relação às concepções teóricas de pesquisa, referentes ao período de 1972 a 2008.	304
Quadro 15 -	Pressupostos lógico-gnosciológicos de 70 produções analisadas, considerando três abordagens teórico-metodológicas.	307
Quadro 16 -	Pressupostos ontológicos do lazer a partir do nível teórico, considerando uma síntese das 84 produções <i>strico sensu</i> no Brasil, em vista ao período de 1972 a 2008.....	309

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 - Gráfico 1 – Distribuição das 84 produções da amostra da pesquisa em Regiões do Brasil, considerando o período de 1972 a 2008.	253
--	-----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	TEMA, PROBLEMA, HIPÓTESE E OBJETIVOS	19
1.2	MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO	52
1.2.1	Caminho metodológico	54
1.2.2	Processo de análise da realidade objetiva do objeto.....	60
1.3	MÉTODO DE EXPOSIÇÃO	74
2	NECESSIDADE DA PRÁXIS HUMANA DO TRABALHO-LAZER: CONTRADIÇÕES HISTÓRICAS DA REALIDADE ONTOLÓGICA DA LUTA DE CLASSES E DO CONSUMO NA FORMAÇÃO ECONÔMICA CAPITALISTA	87
2.1	O SER SOCIAL, CAPITAL-TRABALHO, TRABALHO-LAZER E A TELEOLOGIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	95
2.2.	BASES ONTOLÓGICAS DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: TRABALHO - LAZER.....	104
2.3	LAZER ENQUANTO NECESSIDADE DA PRÁXIS HUMANA E AS CONTRADIÇÕES HISTÓRICAS ADVINDAS DA REALIDADE ONTOLÓGICA DO CAPITAL-TRABALHO-LAZER NAS RELAÇÕES DA FORMAÇÃO ECONÔMICA CAPITALISTA	109
2.3.1	As condições objetivas do trabalho na formação econômica capitalista: síntese essencial para pensar o trabalho-lazer	114
2.3.2	As condições objetivas do trabalho nas contradições orgânicas do capitalismo competitivo e imperialista.....	129
2.3.3	O controle sociometabólico do capital e a realidade brasileira da formação econômica capitalista	144
2.3.4	Lazer-trabalho, tempo de trabalho, tempo disponível: contradições na formação econômica capitalista	147
2.4	TRABALHO E LAZER ALIENADOS NA LUTA DE CLASSES E NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO NA SOCIEDADE CAPITALISTA	151
2.4.1	Produção, consumo e trabalho-lazer: realidade e contradições	153
2.4.2	A natureza do trabalho e do lazer alienados na luta de classes e a generalização na produção social a partir da indústria moderna	161
2.4.3	Necessidades e produção: o custo da práxis social do trabalho-lazer na alienação das relações estabelecidas pelo capital	168
3	FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS: A DIALÉTICA ENTRE	

OBJETIVAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO TRABALHO-LAZER NA FORMAÇÃO ECONÔMICA CAPITALISTA E A SUA EXTERIORIZAÇÃO NA REPRODUÇÃO SOCIAL DO CAPITAL NA REALIDADE HUMANA	178
3.1 ESFERA ONTOLÓGICA DA REALIDADE HUMANA DO TRABALHO E DO LAZER ENQUANTO REALIDADE SÓCIO-HISTÓRICA	181
3.2 ESTRANHAMENTO DA PRODUÇÃO HUMANA: TRABALHO-LAZER ALIENADOS E AS RELAÇÕES COISIFICADAS DE MERCADO	190
4 UNIVERSIDADE, PÓS-GRADUAÇÃO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO LAZER NO BRASIL: A NATUREZA HISTÓRICA DA REALIDADE ADVINDA DAS FORÇAS DO IMPERIALISMO CAPITALISTA MUNDIAL	200
4.1 UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA: CONTRADIÇÕES EM SUA OBJETIVAÇÃO E APROPRIAÇÃO PELO CAPITAL	202
4.2 A PRODUTIVIDADE ACADÊMICA DA PÓS-GRADUAÇÃO: A CONTRADIÇÃO DA UNIVERSIDADE NA COOPTAÇÃO PARA A QUANTIFICAÇÃO	204
4.3 OS ESTUDOS E PESQUISAS DO LAZER NO BRASIL E SUAS CONTRADIÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA	213
4.3.1 Produção do conhecimento dos estudos do lazer precedente à década de 70 do século passado	214
4.3.2 Bases científicas da produção do conhecimento do lazer a partir de 1970: A consolidação da produção dos estudos em grupos de pesquisas, em <i>latus sensu</i> e em <i>stricto sensu</i>.....	217
5 EXAMINANDO A REALIDADE ONTOLÓGICA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO LAZER NO BRASIL	228
5.1 AS FONTES E SUAS BASES HISTÓRICAS	230
5.1.1 Pós-graduação <i>stricto sensu</i>: breve relato do processo de criação e expansão de cursos no Brasil	238
5.1.2 Pós-graduação em Educação Física no Brasil: Fatos marcantes	241
5.1.3 Aspectos históricos do curso de Educação Física da UFBA: Breve relato da sua implantação	244
5.2 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	247
5.2.1 Pesquisas <i>stricto sensu</i> produzidas entre o período de 1972 a 2008: Caracterização da amostra	247
5.2.2 Proposta do Programa de Disciplina Recreação I do Curso de Licenciatura em Educação Física da FACED/UFBA: A	

realidade	273
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.	280
6.1 POSSIBILIDADES EXPLICATIVAS: A SÍNTESE	280
6.1.2 Pressupostos ontológicos da realidade do trabalho-produção do conhecimento do lazer elaborado na pós-graduação.....	282
6.1.3 Pressupostos ontológicos da realidade da formação em educação física e mediações advindas do trabalho-produção do conhecimento produzido na pós-graduação: O necessário rompimento à subordinação consentida à lógica de mercado	286
6.2 PROPOSIÇÕES SUPERADORAS E INDICAÇÕES PARA NOVOS ESTUDOS	292
REFERÊNCIAS	302
APÊNDICE A - Listagem de 274 pesquisas <i>stricto sensu</i> produzidas entre o período de 1972 a 2008.	315
APÊNDICE B - Levantamento de 36 teses produzidas no período de 1972 – 2008.	315
APÊNDICE C - Listagem de 233 dissertações produzidas entre o período de 1972 a 2008, extraídas do quadro (1)	315
APÊNDICE D - BANCO DE DADOS: Fichas de Análises de Resumos das Dissertações e Teses.....	315
APÊNDICE E - Levantamento de 84 produções (dissertações e teses) analisadas, referente ao período de 1972 a 2008.....	315
APÊNDICE F - Foco das objetivações propostos nas 84 produções analisadas em relação às concepções teóricas de pesquisa, referentes ao período de 1972 a 2008. (Em CD ROM).....	317
APÊNDICE G - Pressupostos lógico-gnosciológicos de 70 produções analisadas, considerando três abordagens teórico-metodológicas.....	320
APÊNDICE H - Pressupostos ontológicos do lazer a partir do nível teórico, considerando uma síntese das 84 produções <i>strico sensu</i> no Brasil, em vista ao período de 1972 a 2008.....	324
APÊNDICE I - BANCO DE DADOS – Bases Documentais e Teóricas.	315
ANEXO 1 - Grade Curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física – FACED/ UFBA.....	339
ANEXO 2 - Programa de Ensino da disciplina Recreação I do Curso de Licenciatura em Educação Física – FACED/UFBA.....	342

Capítulo I

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA, PROBLEMA, HIPÓTESES E OBJETIVOS

Esta tese encontra-se integrada ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física, Esportes e Lazer – LEPEL, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia - UFBA, que estuda e pesquisa problemáticas significativas que envolvem a formação de professores, a produção de conhecimento, o trabalho pedagógico e as políticas educacionais, que têm impacto na incorrigível lógica do capital sobre a educação no Brasil. Situa-se entre os estudos que investigam o objeto a partir de categorias e leis da dialética, enquanto lógico e teoria do conhecimento, que consideram o espaço e o tempo como formas gerais de ser da matéria em movimento; entre as que consideram a questão fundamental da filosofia, a matéria, a consciência e suas leis de desenvolvimento.

Levantamos nessa tese à lógica, relações, nexos e contradições em que se estabelece o corpo de conhecimento lazer, a partir do campo de conhecimento Educação Física, considerando pressupostos ontológicos¹ reconhecidos a partir da pós-graduação no Brasil no período de 1972 a 2008 e

¹ Segundo Kosik (1995, p. 61), a totalidade concreta da realidade, numa concepção dialética-materialista do conhecimento do real, tem dependência da problemática ontológica da realidade, o que significa "um processo indivisível, cujos momentos são: a destruição da pseudoconcreticidade, isto é, da fetichista e aparente objetividade do fenômeno, e o conhecimento da sua autêntica objetividade; em segundo lugar, conhecimento do caráter histórico do fenômeno, no qual se manifesta de modo característico a dialética do individual e do humano em geral; e enfim o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno, da sua função objetiva e do lugar histórico que ela ocupa no seio do corpo social". Considerando que a investigação científica promovida pelos cursos de pós-graduação em educação na América Latina, conforme Sánches Gamboa (2001, p. 61), vêm adquirindo uma nova fase de desenvolvimento, caracterizada pelo crescimento quantitativo, pela presença de modismos teórico-metodológicos, mas também pela preocupação com elementos qualitativos da produção científica que dizem respeito à qualidade da pesquisa, pretendemos investigar a partir da produção do lazer, seus pressupostos ontológicos em suas fases de desenvolvimento, considerando o período de 1972 a 2008. Segundo esse pesquisador (ibid, p.64), é a partir da abordagem epistemológica que é possível analisar em forma articulados os processos instrumentais relacionados com os níveis teóricos e epistemológicos e com os pressupostos gnoseológicos e ontológicos, que fazem referência à visão de realidade implícita na produção da pesquisa. Portanto, ao levantar os pressupostos ontológicos da produção do conhecimento do lazer nas pesquisas *stricto sensu* da pós-graduação, pretendemos esclarecer os pressupostos ideológicos fundados nos diversos interesses que regem as várias concepções de lazer, para discutir, a partir das categorias capital-trabalho, trabalho-lazer, trabalho-produção do conhecimento e projeto histórico, o caráter tratado pelos estudos do lazer, enquanto propriedade ontológica da realidade que é mediadora do currículo de formação de professores de Educação Física da Região Nordeste.

apontamos uma crítica às mediações² e contradições³ na graduação em vista a formação de professores de Educação Física, especificamente da Região Nordeste.

A partir da totalidade⁴ concreta em que todos os fenômenos da realidade se encontram em estado incessante de correlação e interdependência universais, independentes da consciência⁵ dos indivíduos na sociedade capitalista e considerando as possibilidades objetivas dadas para a realização da pesquisa, defendemos em tese, que há exigências ontológicas de necessidades⁶ humanas sobre o lazer⁷, que precisam ser tratadas na realidade da produção do conhecimento da pós-graduação e na formação dos professores de Educação Física, cuja proposta tenha possibilidade de se

² Apropriamo-nos da categoria mediação por ser central na dialética, que segundo Bottomore (1988, p. 263) refere-se ao estabelecimento de conexões por meio de algum intermediário. (...) As diversas formas e variedades de conhecimento podem ser afirmadas em termos de determinadas regras e procedimentos formais que, porém, devem ter sua explicação e justificação no estudo do ser, e não numa referência circular à sua própria estrutura de classificação e validação específica. Para Bottomore (1988 p. 264) conforme a literatura marxista, "a unidade da teoria e da prática é articulada pelo foco mediador da atividade prática e sua instrumentalidade necessária".

³ Apropriamo-nos da categoria contradição porque toda a experiência da ciência e da prática histórica dos homens evidencia que a fonte do desenvolvimento da realidade é a luta dos contrários. A luta dos contrários constitui o conteúdo interno de desenvolvimento da realidade. Valemo-nos, portanto, da Lei da dialética da luta e da unidade dos contrários. Os contrários são os dados, as propriedades, as forças do objeto, que excluem e ao mesmo tempo pressupõem ao outro. A interconexão, a relação destes dados constitui a Unidade dos Contrários. O desenvolvimento social também se realiza com base na unidade e na luta dos contrários, por exemplo, as contradições entre a produção material e entre as forças produtivas e as relações de produção. Nas sociedades divididas em classes antagônicas esta se expressa na luta das classes. (CHEPTULIN, 1982, p.286-290)

⁴ Tomamos a totalidade concreta dos fenômenos da realidade, enquanto fundamento metodológico de estrutura histórica, que segundo Lowy (1978, p. 99), nos fornece elementos de um historicismo radical da doutrina marxista; a totalidade nos permite reconhecer as determinações das leis ocultas que condicionam a ordem e a unidade do complexo social estabelecido pela economia capitalista.

⁵ A consciência é o "reflexo consciente da realidade, a compreensão pelo sujeito de seu ser e de seu relacionamento, com o que o rodeia; que ela está ligada à fixação do objetivo e à atividade, tendo em vista realizar os objetivos e, ao mesmo tempo, transformar a realidade; ou, em outros termos, essa particularidade reside no fato de que a consciência é um aspecto e uma condição necessários à atividade criadora" (CHEPTULIN, 1982, p. 105 – 106). Uns e outros fenômenos são considerados contingentes, não porque eles decorrem necessariamente de suas causas, mas porque são engendrados por causas contingentes (...) "é contingente, condiciona por toda uma série de circunstâncias." (CHEPTULIN, 1982, p. 234)

⁶ Necessidade é uma categoria ontológica do ser social evidenciada na atividade prática que nos mostra a existência objetiva e real da necessidade que somente existe em determinadas contingências. "A atividade prática mostra a existência objetiva e real da necessidade" (CHEPTULIN, 1982, p. 242 a 252).

⁷ As necessidades humanas do lazer se colocam em relação ao tempo e espaço de desenvolvimento da consciência e da sociedade, que no modo de produção capitalista se expressa no lazer, enquanto tempo e espaço de alienação/ desalienação do ser humano e subsunção/emancipação da humanidade.

colocar superadora⁸ ao projeto neoliberal, que se instalou historicamente de maneira progressiva e destrutiva nas universidades brasileiras.

Frigotto e Ciavatta (2001, p. 13) colocam que

a forma que assume a materialidade das relações capitalistas e suas conseqüências nas várias dimensões da vida humana traz desafios cruciais para os referenciais de análise. O que se pode perceber, no plano da construção teórica nas ciências sociais e humanas e no âmbito da pesquisa educacional, é um aprofunda perplexidade e tensão. É dentro desta perplexidade que se afirma, para uns, uma situação de crise dos paradigmas que sustentam as ciências sociais e humanas, e, para outros, o fim destes paradigmas e a emergência e necessidades de outros.

E destacam que o neoliberalismo, na forma que aparece no campo educacional, substitui a reflexão teórica mais aprofundada pela afirmação de um catálogo de princípios e de verdades irreversíveis de caráter doutrinário e, portanto, ideológico.

A superação do projeto neoliberal exige a superação do modo do capitalismo organizar a produção da vida subsumindo o trabalho ao capital. Nas reformas que o projeto neoliberal avança, há processos que, para além de uma nova configuração do Estado e das políticas públicas, desencadeiam várias regressões sociais violentas, à medida que destroem os direitos sociais mais elementares, desde o direito ao trabalho digno, o direito a educação pública e gratuita, o direito à vida pelo acesso ao atendimento público de saúde; o neoliberalismo – em seus valores e determinações, ou seja, em sua prática ideológica – busca convencer a todos sobre a “naturalização” dos fenômenos sociais, econômicos e políticos, decorrentes das suas crises. Para estabelecer seu convencimento, o papel da universidade é essencial. E hoje, nesse projeto, mais do que nunca é preciso inviabilizar por todos os meios –

⁸ O *superar*, segundo Marx (1987, p. 210) é colocado “como movimento objetivo que retoma a si a alienação. É esta concepção que se expressa no interior da alienação, da *apropriação* da essência objetiva mediante a superação da sua alienação, a concepção alienada na *objetivação objetiva* do homem, na apropriação efetiva de sua essência objetiva mediante a aniquilação da determinação *alienada* do mundo objetivo, mediante a sua superação, no seu modo de existência alienado”. (Grifo do autor). A perspectiva superadora do projeto liberal instalado nas pós-graduações e graduações das universidades brasileiras, diz respeito ao que Frigotto (2001, p. 21) trata, quando coloca a necessidade de entendermos as “dificuldades e desafios do estatuto teórico das ciências sociais e humanas, e, no seu interior, o campo educativo, para compreender o sentido e a direção do metabolismo do capital e as suas conseqüências para a humanidade neste início de milênio”.

materiais - financeiros, culturais, ideológicos e políticos – a autonomia das universidades públicas.

A partir de uma concepção dialética materialista, a lógica que procuramos expor na pesquisa que sustenta essa tese se fundamenta no conceito da relação entre o pensamento e a realidade, em vista que, sendo a realidade contraditória, a razão precisa apreender a objetividade de necessidade⁹ que se coloca na relação trabalho pedagógico - produção do conhecimento do lazer na pós-graduação no Brasil e na graduação, quando trata da formação de professores de Educação Física. Portanto, a investigação resulta em uma exposição de tese, cuja lógica encontra-se eminentemente relacionada ao próprio desenvolvimento da realidade e alicerçada em leis invariáveis que constituem todas as coisas, inclusive o próprio homem em processo de interiorização essencial, enquanto ser social.

Os rumos que assume a humanidade nos têm conduzido a sofrer catástrofes sociais e ecológicas que ameaçam a nossa própria existência no planeta, o que nos leva a questionar o trabalho-capital e o trabalho-lazer, enquanto manifestações do grau de desenvolvimento das forças produtivas. Nessa forma de produzir a vida, a problemática central da tese investiga a realidade do ser social a partir do trabalho na relação com o lazer, considerando ser este o tempo apropriado e controlado pelo modo do capital organizar a vida; nessa realidade levantamos pressupostos ontológicos do lazer em estudos de pós-graduação no Brasil e em formação de professores de Educação Física.

A base dos estudos se alicerça em referências de uma pesquisa, anteriormente promovida no mestrado em educação na FAGED/UFBA, apresentada em 2003 sobre a produção do conhecimento do lazer no Brasil, pautada em análise de produções de artigos publicados em anais de eventos da área dos estudos do lazer e de periódicos, considerando os anos de 1999 a

⁹ Marx (1979, p. 206) coloca "que o homem é um ser *corpóreo*, dotado de forças naturais, vivo, efetivo, sensível, objetivo, o que significa que tem como objeto de seu ser, de sua exteriorização de vida, objetos efetivos *sensíveis*, que pode *exteriorizar* sua vida. Ser objetivo, natural, sensível e ao mesmo tempo ter fora de si objeto, natureza, sentido para um terceiro se equivalem (grifo do autor). Tomamos o lazer enquanto uma categoria que se estabelece a partir de um carecimento natural da condição humana, portanto ontológica. A práxis social que denominamos de lazer nesse estudo é uma necessidade (*bedürfnis*), que está fora do homem e é indispensável para a sua integração e para a sua exteriorização essencial (a categoria *bedürfnis*, extraímos da página supra citada).

2002. Neste estudo foram identificados no levantamento da produção do conhecimento, pressupostos ontológicos do lazer¹⁰, que partem das necessidades humanas de tempo e espaço para a construção da desalienação e emancipação. Nessa pesquisa foram confirmadas três hipóteses (SÁ, p. 107-108):

- Numa sociedade de classes, estruturada a partir da exploração do trabalho humano – portanto, alienadora do sujeito no processo e no produto – o lazer assume as características de lazer alienado¹¹;
- A concepção de sociedade e de projeto histórico tratados nas produções teóricas desconsidera a caracterização que o trabalho e conseqüentemente o lazer assumem na realidade do modo de produção capitalista;
- A formação de professores de Educação Física corrobora com o processo de alienação, necessária para manter a organização do trabalho e de lazer, alienados, o que pode ser identificado na atual produção de conhecimento da área.

Considerando os achados empíricos, as análises e possibilidades explicativas, a produção do conhecimento sobre lazer contribui para apresentar uma tendência cooperativa e até ingênua por parte dos educadores em corroborar para a sustentação do modelo de sociedade capitalista brasileiro, que se caracteriza segundo Florestan Fernandes (1981) como “Capitalismo Dependente” evidente nos padrões de dominação externa na América Latina,

¹⁰ Segundo Bottomore (1971, p. 119-133), a estrutura social é um complexo das principais instituições e grupos da sociedade e, portanto, é um guia que nos diz para onde olhar ao tentar explicar sociologicamente qualquer fenômeno social, isto é, que explicação do fenômeno no social ou parte, ou indivíduo, numa sociedade, que deveria ser visto, considerando como uma dada sociedade é organizada. No estudo (SÁ, 2003, pág. 23), os pressupostos ontológicos levantados nos artigos, possibilitaram o reconhecimento de projetos de sociedade que se expressam na visão de mundo apresentadas pelos pesquisadores, autores das produções teóricas identificadas e analisadas.

¹¹ Explicitar o que seja lazer alienado implica considerá-lo a partir da perceptível configuração de uma profunda crise societária, cujo caráter mórbido e de barbárie não permite o trabalhador desfrutar do lazer por meio de uma liberdade conquistada pelo trabalho, pois este não se realiza no e pelo trabalho no modo de produção capitalista; nessa relação o lazer é coisificado; há também, uma ideologia que veicula o lazer a um produto a ser consumido pela lógica de mercado, de forma acrítica, apenas para promover o entretenimento e a distração, tratado como fuga ao tédio e a rotina do trabalho; nessa perspectiva é uma prática social compensadora de insatisfações ou frustrações geradas pelas relações de trabalho. O trabalhador dominado por interesses alheios capitalistas torna-se desprovido das condições objetivas do seu trabalho, fica estranho frente a si mesmo, ao gênero humano e as suas reais necessidades, que incluem dentre outras necessidades, o lazer (SÁ, p. 33 - 40).

“um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático.” (Ibid., 1981, p. 11-32). Em tais padrões de dominação baseados na exploração humana e na exploração da natureza, há uma evidente reificação¹² do lazer, concebida pela afirmação de uma sociedade funcionalista – onde a vida social é explicada por causas que escapam à consciência dos indivíduos que não asseguram as condições objetivas e históricas da realidade –, e nessa perspectiva o lazer contribui para sustentar teoricamente o modelo de formação econômica capitalista que vigora em nossa realidade.

Considerando que essa pesquisa se propõe a questionar as relações entre capital-trabalho (mais geral), trabalho-lazer (particularidade) no modo do capital organizar a produção da vida e, em especial, as relações entre trabalho-produção do conhecimento sobre lazer e a formação de professores de Educação Física (singularidade), para identificar as necessidades de contingências e possibilidades de superação das contradições, vamos partir, portanto, do mais geral, para apreender o particular do movimento de desenvolvimento do objeto, que se estabelece em sua particularidade, para avançar na análise de sua singularidade.

A partir de uma análise de conjuntura no campo da educação – pós-graduação e graduação -, pretendemos apontar para o debate no campo científico, propostas pedagógicas para o lazer, enquanto um fenômeno da práxis social¹³ gerado por necessidades humanas de emancipação, que

¹² O fenômeno da *reificação*, associado à consciência do proletariado, foi, segundo Lukács (1974, p. 99), uma questão específica que surgiu no século XX, e se insere no denominado *capitalismo moderno*, que Marx chama de *fetichismo*. Está associado à idéia de que, no processo de alienação, o ser é caracterizado como “coisa”, típica da realidade objetiva, ou seja, “no universo da forma mercantil que condiciona, pois, tanto no plano subjetivo como no plano objetivo, uma abstração do trabalho que se objetiva nas mercadorias. Por outro lado, a sua possibilidade histórica está, por sua vez, condicionada pela efetivação real deste processo de abstração.” (LUKÁCS, 1974, p. 101).

¹³ Segundo Kosik (1995, p. 16 - 17), no mundo capitalista da pseudoconcreticidade, há um complexo de fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana. Considerar o lazer um fenômeno da práxis social significa a necessidade de reconhecer a sua essência no cotidiano das relações humanas em sua insuprimibilidade ontológica, pois o fenômeno indica a essência e ao mesmo tempo a esconde. Segundo esse filósofo, “a manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno”. É na atividade do fenômeno lazer na sociedade capitalista que reconhecemos a sua essência enquanto parte da práxis humana. Colocamos o lazer na práxis social do cotidiano das relações humanas, tendo como referência os estudos em Lukács, que segundo Paulo Netto (2007, p. 66), “o cotidiano não se desloca do histórico – antes, é um dos níveis constitutivos: o nível em que a reprodução social se realiza na reprodução dos indivíduos enquanto tais”. Ao lidar cotidianamente com as forças produtivas, os seres humanos, também, inevitavelmente, determinam incessantemente relações sociais de produção que geram o amadurecimento

significa a superação atual da práxis da humanidade, superação da sociedade de classes (capitalismo) para uma sociedade sem classes (comunismo), superação do jugo do capital sobre o trabalho¹⁴.

Para conceber o lazer nessa proposta destacamos a necessidade de reconhecer tanto na base empírica como teórica, a sua objetivação no movimento da propriedade privada, na economia, que tem a expressão material e sensível na vida alienada, pois sua base é a produção do modo capitalista e o consumo nessas mesmas bases.

Portanto, conceber o lazer, enquanto fenômeno social da práxis humana, gerado por necessidades humanas, afirmadas pelo capital como estado de liberdade é uma contradição. É preciso que reconheçamos as afirmações de Kosik (1995, p. 208), quando este coloca que “a liberdade não se revela ao homem além das fronteiras da necessidade, como um campo autônomo *independente* em face do trabalho; surge do trabalho, como de um pressuposto necessário”.

Para Kosik (1995, p. 224):

a *práxis* compreende - além do momento laborativo – também o momento existencial: Ela se manifesta tanto na atividade objetiva do homem, que transforma a natureza e marca com sentido os materiais naturais, como na formação da subjetividade humana, na qual os momentos existenciais como a angústia, a náusea, o medo, a alegria, o riso, a esperança etc, não se apresentam como “experiência” passiva, mas como parte da luta pelo reconhecimento, isto é, do processo de realização da liberdade humana. Sem o momento existencial o trabalho deixaria de ser parte da *práxis*.

material da existência que lhes permitem desenvolver instrumentos, técnicas, construir objetos e bens materiais e simbólicos, o universo daquilo que adequadamente denominamos de cultura. Para Marx (*apud* VÁZQUEZ, 1986, p. 131-132), “a práxis revolucionária, como transformação consciente e radical da sociedade burguesa pelo proletariado, há de passar necessariamente pela consciência dessa práxis material produtiva”.

¹⁴ Marx e Engels (1999, p. 47) destacam que na sociedade comunista, cada indivíduo não tem uma “esfera de atividade exclusiva, mas pode aperfeiçoar-se no ramo que lhe apraz, a sociedade regula a produção geral, dando-me assim a possibilidade de hoje fazer tal coisa, amanhã outra, caçar pela manhã, pescar à tarde, criar animais ao anoitecer, criticar após o jantar, segundo meu desejo, sem jamais tornar-me caçador, pescador, pastor ou crítico. Esta fixação da atividade social – esta consolidação de nosso próprio *produtonium* poder objetivo superior a nós, que escapa ao nosso controle, que contraria nossas expectativas e reduz a nada nossos cálculos – é um dos momentos capitais do desenvolvimento histórico que até aqui tivemos”. (...). “Denominamos comunismo o movimento *real* que supera o estado de coisa atual” (Idem, p. 52). (Grifo nosso).

Portanto, é a partir da reflexão crítica sobre as relações que estabelecem as práxis trabalho-lazer na luta de classes da sociedade capitalista em suas contradições, em vista a uma discussão na formação dos profissionais e especificamente dos professores de Educação Física, que estabelecemos uma base teórica à elaboração de uma teoria capaz de promover uma análise da problemática do conhecimento científico ao qual nos propomos investigar.

Tempo, espaço, matéria e consciência são os elementos ontológicos que vão se traduzir no que temos na atualidade: um tempo condicionado pelas relações sociais e denominado de LAZER. O lazer não é ontológico, mas, sim histórico – criação do homem nas relações de produção. Tem uma contradição de fundo que é a produção social deste tempo e a apropriação privada deste tempo, nas relações e luta entre as classes sociais. Nesse estudo é essencial reconhecer que pressupostos ontológicos os pesquisadores da produção do conhecimento *strico sensu* elegem para tratar do lazer, considerando os interesses na luta de classes.

Reconhecendo, portanto, que existem problemáticas particulares no campo do lazer no que diz respeito à produção do conhecimento e o trabalho pedagógico, gerado historicamente a partir de currículos de formação na área de Educação Física, colocamos neste estudo dois grandes desafios: 1. Identificar a essência ontológica das relações históricas da formação econômica capitalista geradoras do lazer no âmbito das relações mais gerais entre capital-trabalho e trabalho-lazer, em vista as particularidades das relações entre produção do conhecimento sobre lazer e o trabalho pedagógico no campo do lazer (singularidade); ou seja, as relações entre o conhecimento produzido sobre o lazer e sua apropriação na formação de professores de educação física na orientação do trabalho pedagógico no trato com o conhecimento; e; 2. Apontar, a partir das necessidades e das contingências, as possibilidades superadoras das contradições postas na formação de professores de Educação Física, considerando a proposta de que seja viabilizado o sistema de complexo temático – capital-trabalho, trabalho-lazer e trabalho pedagógico -, enquanto eixo articulador do conhecimento no currículo, em vista as necessidades dos programas curriculares de graduação dos professores de Educação Física.

Segundo Lacks (2004, p. 130), a questão da produção e apropriação do conhecimento, como elemento mediador no processo de formação e sociabilidade, enfim, da educação, exige que se considerem três dimensões:

A primeira que diz respeito à produção, difusão, acesso e socialização do conhecimento culturalmente produzido e historicamente acumulado (LÊNIN, 1982); a segunda, à apropriação do conhecimento pelo sujeito, destacando-se, aí, o ato cognoscitivo de conduzir o pensamento do abstrato ao concreto, o que nos remete à consideração do método do pensamento (KOSIK, 1976); a terceira, finalmente, à apreensão do conhecimento nos cursos, sua organização, transmissão e avaliação dos conteúdos das matérias de ensino (DAVIDOV, 1982).

Um processo educacional de formação necessita ser concretizado em um processo de ensino cujas condições objetivas construídas, sejam determinantes dos rumos que esse processo requer que certamente, consolida-se numa construção contraditória necessária, considerando a humanização e a alienação dos indivíduos.

Portanto, os indicadores propostos neste estudo buscam estabelecer a partir da formação do professor de Educação Física, um perfil profissional comprometido com superação da atual realidade dos trabalhadores, considerando que a práxis social do lazer é possuidora de uma natureza dialética contraditória, que se por um lado reafirma a alienação mercadológica do prazer na sociedade capitalista, sendo um tempo controlado pelo capital, por outro lado é dotado de certa dimensão revolucionária caracterizada por atividades que fazem parte da esfera determinante do ser social, que está no âmbito da política e ao mesmo tempo da sua socialidade e que podem denunciar a partir de uma proposta comprometida com a luta de classes, a alienação do trabalhador na formação econômica capitalista.¹⁵

Para conceber este estado de alienação do trabalhador, que se objetiva no trabalho-lazer e que é essencial ser discutido na formação de professores

¹⁵ O lazer é a característica que assume o tempo do trabalhador em um dado modo de produção da vida e de suas conseqüentes relações de produção que estabelece controle sobre esse tempo. O que nos propomos enfim é questionar o modo do capital e suas relações sociais, para ir além e recuperar o sentido ontológico do tempo de uma possível emancipação e não da alienação humana. A partir da centralidade do trabalho é preciso abordar a auto-alienação do ser humano, considerando as mediações de primeira ordem decorrentes da atividade produtiva como tal, fator ontológico absoluto da condição humana e as mediações de segunda ordem decorrentes da propriedade privada, da troca, da divisão do trabalho. (MÉSZÁROS, 2006)

de Educação Física, se fez necessário considerar pressupostos de fundamentos da economia política, tomando como base à propriedade privada, a divisão do trabalho, a luta de classes e as relações de produção, em que se torna crucial a compreensão de uma realidade cruel em que vive a grande maioria dos trabalhadores, que segundo Fernandes (1989, p. 148):

[...] o trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata, quanto mais mercadorias criam [...]. O trabalho não produz só mercadoria; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na proporção em que produz mercadorias em geral.

Esse fato, portanto, expressa senão, conforme Fernandes (ibid., p. 149), “que o objeto que o trabalho produz o seu produto, se lhe defronta como um *ser alheio*, como um *poder independente* do produtor”. (Grifo do autor)¹⁶.

Depois de passado mais de um século, em que Marx denuncia essa realidade, e que Fernandes (1989) retoma na década de 80 do século XX¹⁷, constatamos que essa realidade não se alterou mediante as relações de exploração nesse início do século XXI. A distribuição de renda no Brasil é uma das piores do mundo, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)¹⁸, que é ligado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; o Brasil perde na distribuição de renda, apenas para Serra Leoa, na África. A pesquisa realizada apontou que, em 2003, 1% dos brasileiros mais ricos detinham uma renda equivalente aos ganhos dos 50% dos trabalhadores brasileiros. No mesmo período, cerca de um terço da população - ou 53,9 milhões de pessoas - foi considerada pobre, em critério que inclui todos os que viviam com renda familiar per capita de até meio salário mínimo (R\$ 120 na ocasião). Quanto aos muito pobres (ou indigentes), com renda per capita de até um quarto de salário mínimo, a proporção é de 12,9%, ou 21,9 milhões de

¹⁶ Fernandes (1989, p. 149) se refere ao trabalhador que se defronta ao trabalho estranhado.

¹⁷ Florestan Fernandes, em 1989, escreve uma antologia, em que trata das idéias centrais das obras de Marx e Engels sobre a ciência da história, destacando a importância e o significado das contribuições para o desenvolvimento das ciências sociais.

¹⁸ Dados extraídos da Nota Técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Extraído do site: <<http://www.ipea.gov.br/pub/notas/notastecnicas8.pdf>>, disponível em: 05 set. 2006. Na leitura desses dados destaco que a realidade brasileira deve ter um quadro bem mais agravante, mediante a realidade atual, considerando a crise financeira global do capital que agrava a vida de trabalhadores de todo o planeta.

pessoas. O percentual é levemente inferior a outros estudos elaborados por técnicos do IPEA, que usam como referencial de pobreza o mínimo de recursos necessários para cobrir as despesas de vestuário, transporte e habitação, além da aquisição de uma cesta de alimentos com 2.100 calorias por dia. Usando esse tipo de linha de pobreza, que varia em cada Estado e em média se situava em R\$ 159,00 a renda mensal, em 2006, a quantidade de pobres sobe para 57,9 milhões, ou 34,1%.

A renda média do trabalhador brasileiro caiu de R\$ 754,00 para R\$ 589,90, entre os anos de 1996 e 2002. Segundo o IPEA, os trabalhadores do Distrito Federal, dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro e os da região Sul são os que ganham melhores salários. Os menores níveis de renda são os dos estados do Nordeste. A renda média do Distrito Federal, por exemplo, é três vezes superior à renda dos trabalhadores do Ceará. A pesquisa também mostra que os mais atingidos por problemas no campo do trabalho são os jovens, as mulheres e os negros.

Segundo Antunes (2007, p. 12), outro dado importante diz respeito às condições da classe média brasileira que está empobrecendo e diminuindo e isso porque a política econômica internacional e o padrão de acumulação gestado no Brasil, a partir dos anos 90, com tendência neoliberal exige reestruturar a produção para adaptar o país à nova divisão internacional do trabalho. Essa redivisão internacional do trabalho ocorreu num contexto em que se implantou a financeirização da economia e a hegemonia do capital financeiro que tem como corolário, a intensa exploração do trabalho. Isso tem a ver também com a brutal estado de desestruturação de classes; o Brasil tinha níveis pequenos de informalidade do trabalho nos anos 50, 60, 70, quando comparado à explosão da informalidade dos anos 90. Hoje, esse contingente chega quase a 60% de toda a classe trabalhadora. O que se evidencia é que houve uma erosão na forma de ser da classe trabalhadora, que vem sofrendo profundas mutações. Sabemos que quase um terço da força humana disponível para o trabalho, em escala global, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivencia fortemente a barbárie do desemprego. Antunes (2007, p. 13), ainda, destaca:

Mais de um milhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes do trabalho precarizado, instável, temporário,

terceirizado, quase virtual, dos quais centenas de milhões têm seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural. Se contabilizados ainda os dados da Índia e China, a conta se avoluma ainda mais. Há então, um movimento pendular que caracteriza a classe trabalhadora: por um lado, cada vez menos homens e mulheres trabalham muito, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, na gênese da Revolução Industrial, configurando uma redução do trabalho estável herança da fase industrial que conformou o capitalismo do século XX. Como os capitais não podem eliminar completamente o trabalho vivo, consegue reduzi-lo em várias áreas e ampliá-lo em outras, como se vê pela crescente apropriação da dimensão cognitiva do trabalho.

Mediante esses dados e considerando a necessidade de discutir o lazer enquanto uma práxis social dos trabalhadores, que tem relações com o modo de produção que gera vicissitudes do trabalho precarizado, é fundamental, portanto, considerar a natureza da sua realidade na luta de classes, a partir da formação de trabalhadores que atuam nesse campo, que na grande maioria vem sendo preparada pela área de Educação Física, tendo como referência de estudos o conhecimento produzido nas universidades, nas linhas de pesquisas das pós-graduações em todo o Brasil, que geram estudos publicados em periódicos e obras.

Sobre a objetivação histórica do regime de classes na sociedade brasileira, a identificamos nas relações de produção e nos dinamismos do mercado engendrados pelo capitalismo dependente, que segundo Fernandes (1981, p. 63), tem como uma das características, salientar, que o emprego ótimo dos fatores econômicos não é determinado pelos requisitos estruturais e dinâmicos do sistema econômico, definidos em termos da integração ao mercado mundial, mas por uma acomodação plástica às flutuações da procura externa, às possibilidades regionais de atendê-las e às perspectivas decorrentes de atividade econômica lucrativa. Na ordem capitalista queremos definir o interesse de classe pelo lazer em termos de posição ocupada na ordem econômica, que em extensão e aceleração progressiva do capital, esse interesse de classe diz respeito às condições estruturais e funcionais da ordem econômica que garantem a continuidade do lazer na posição ocupada e das vantagens (ou desvantagens) dela decorrentes.

Para Fernandes (1981, p. 70), a situação de classe define-se, por sua vez, através do grau de homogeneidade assegurado pela ordem econômica à fruição (ou ausência dela) de interesses de classe análogos. De acordo com esse conceito, todos os 'possuidores de bens', no sistema econômico caracterizado, possuem idênticos interesses de classe e a mesma situação de classe.

É fundamental reconhecer nesse estudo que a classe social alicerça-se sobre a comunidade de interesses de classes e de situações de classes, que é, sobretudo, um grupo social, sujeito as variações de acordo com a intensidade dos contatos sociais, a formação de padrões de vida, e de aspirações sociais comuns, laços de solidariedade moral ou de atuação política e formas de consciência peculiares etc. (FERNANDES, 1981, p. 71). Como realidade histórica, a classe social que tem privilégios ao tempo denominado de lazer, embora se situe na esfera do consenso geral, não corresponde à classe trabalhadora, mas a classe dominante, que possui uma larga autonomia econômica na atual sociedade de consumo em que o lazer encontra-se atrelado.

Para evidenciar em produções da pós-graduação as relações e nexos que são postos para estabelecer o pensamento do ser social no lazer em vista a natureza ontológica de uma dada realidade construída pelos pesquisadores dessa área que têm determinados interesse de classes, avançamos na perspectiva de trabalhar com categorias do materialismo dialético a partir do mundo objetivo em que o lazer historicamente vem sendo engendrado em favor do capitalismo, pois segundo Kopin (1978, p. 53):

Uma vez apreendidas as leis do mundo objetivo, estas se convertem em também leis do pensamento e todas as leis do pensamento são representadas do mundo objetivo; revelando as leis de desenvolvimento do próprio objeto, aprendemos também as leis de desenvolvimento do conhecimento e vice-versa; mediante o estudo do conhecimento e suas leis descobrem-se as leis do mundo objetivo. É justamente por isso que a dialética revela as leis do movimento dos objetos e processos, converte-se ainda em método, em lógica do avanço do pensamento no sentido do descobrimento da natureza objetiva do objeto, dirige o processo de pensamento segundo leis objetivas visando a que o pensamento coincida em conteúdo com a realidade objetiva que fora dele se encontra [...].

Ao tratar de categorias do materialismo histórico dialético – realidade e possibilidade, o fazemos por considerar que estas refletem as leis mais gerais do desenvolvimento do mundo objetivo e que, portanto, nos permitem reconhecer o lazer na formação econômica capitalista na forma como realmente se objetiva¹⁹, a partir da revolução industrial; portanto, é fundamental reconhecer o lazer na sua objetividade, na sua essência, a partir da produção da pós-graduação e na formação de trabalhadores de educação, especificamente de Educação Física, para revelar a sua dimensão ontológica tratada no caráter pedagógico e assim obter o seu conteúdo real, objeto da formação de professores.

A identificação e análise de pressupostos ontológicos do lazer²⁰ tratados em teorias do conhecimento expressos nas dissertações e teses nos permite reconhecer o grau de conhecimento humano que objetiva o lazer na sociedade capitalista, ou seja, nos permite reconhecer em que totalidade concreta histórica se insere o tempo condicionado pelas relações sociais que denominado de lazer, enquanto uma realidade de um todo estruturado, dialético, sem finitudes, que possui sua própria estrutura (e que, portanto, não é caótico), que se desenvolve e vai se criando para atender determinados interesses na luta de classes. Ao investigarmos os pressupostos ontológicos do lazer, reconhecemos no princípio epistemológico das investigações, a realidade social em que o lazer se estabelece nas relações de interesse da produção do capital, ou seja, a sua totalidade concreta, enquanto um fato histórico, que segundo Kosik (1995, p. 49 - 50), desempenha, portanto, uma função dupla, a única capaz de fazer dele, efetivamente um fato histórico:

De um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico, e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais. Esta

¹⁹ “Todas as categorias da filosofia marxista têm conteúdo objetivo [...] elas são reflexo das leis do mundo objetivo. Sem esse conteúdo objetivo elas perderiam o seu significado e deixariam de ser categorias filosóficas”. [...] São de conteúdo objetivo até os diversos procedimentos lógicos do estudo do objeto, de vê que estes também são um análogo da realidade e dos processos que nela se desenrolam (KOPNIN, p. 106).

²⁰ Reafirmamos: Pressupostos ontológicos do lazer, dizem respeito ao grau de desenvolvimento da matéria, tempo, consciência e o caráter que isto assume no modo do capital organizar a produção de bens e as relações sociais de produção da existência humana.

recíproca conexão e mediação da parte e do todo significam a um só tempo: os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondem e adquirem verdade e concreticidade. [...] Sendo o real um todo estruturado que se desenvolve e se cria, o conhecimento de fatos ou conjunto de fatos da realidade vem a ser o conhecimento do lugar que eles ocupam na totalidade do próprio real.

Portanto, na investigação dos pressupostos ontológicos do lazer, partindo da categoria realidade, buscamos reconhecer a sua concreticidade (totalidade), quando descobrimos a sua natureza enquanto realidade social concreta criada na formação econômica capitalista, que se movimenta impregnada de contradições e de uma fetichista e aparente objetividade para a classe trabalhadora.

Em estudos anteriores (SÁ, 2003), reconhecemos que a realidade no campo do lazer nos evidencia que interessa ao capital a apropriação do tempo do trabalhador para a alienação, interessa ao capital a formação alienada de profissionais que lidem com o tempo disponível do trabalhador, interessa ao capital o consumo desenfreado de bens supérfluos, o consentimento na manutenção hegemônica de um modelo perverso de relações de produção, interessa a hegemonia mantida pelo consenso construído na formação econômica capitalista. Mas, necessidades ontológicas da realidade histórica impõem contingências²¹ e levantam-se possibilidades.

A categoria possibilidades²², em condições de determinadas contingências, por necessidade da prática, transforma-se em uma nova realidade para interferir no curso objetivo dos acontecimentos e cria condições objetivas para apontar novas possibilidades de natureza de uma dada

²¹ Segundo Cheptulin (1982, p. 242 -) “a transformação das possibilidades em realidade está ligada às contingências. A transformação das possibilidades em realidade está ligada às contingências. Elas podem transforma-se em realidade e podem não se transformar.”

²² Toda atividade prática dos homens baseia-se exatamente na lei de que a possibilidade realizando-se se transforma em realidade, e é por isso que podemos definir a realidade como uma possibilidade já realizada e a possibilidade como realidade potencial. Com efeito, todas as operações do trabalho nada mais são do que ações que visam criar as condições necessárias para a realização dessas ou daquelas possibilidades conhecidas, próprias aos objetos e os fenômenos da natureza, introduzidas nos processos de produção. Se a atividade prática dos homens baseia-se na utilização consciente da transformação da possibilidade em realidade, torna-se indispensável analisar a fundo essas leis e estudar as possibilidades sob seus diferentes aspectos (CHEPTULIN, 1982, p.333-340).

realidade do lazer, em vista a um projeto de sociedade comunista. Segundo Cheptulin (1982, p. 340), “a possibilidade transforma-se em realidade não em qualquer momento, mas somente nas condições determinadas, que são um conjunto de fatores necessários à realização da possibilidade”.

Portanto, de acordo com Cheptulin (1982, p. 341), o trabalho humano é ação que pode criar condições necessárias para a realização de possibilidade concreta, que significa:

Possibilidade para cuja realização podem ser reunidas, no momento presente, as condições correspondentes; a possibilidade abstrata é uma possibilidade para cuja realização não há, no momento presente, condições necessárias. Para que esta última se realize, a formação material que a contém deve transpor vários estágios de desenvolvimento (CHEPTULIN, 1982, p. 342).

Vale destacar, que Cheptulin (1982, p. 344), faz ainda outra distinção a respeito das diferentes possibilidades próprias a uma formação material, pois as mesmas não agem de uma mesma forma sobre a essência:

A possibilidade cuja realização não modifica a essência da coisa é denominada de possibilidade de fenômeno; a possibilidade cuja realização está ligada à modificação da essência da coisa, com a sua transformação em outra coisa, é denominada de possibilidade de essência.

Para a atividade prática dessa pesquisa, fazer distinção das possibilidades concretas das abstratas para traçar planificações a médio e longo prazo torna-se fundamental, quando nos propomos a discutir a formação de professores de Educação Física e o trabalho no campo do lazer, partindo de uma investigação na pós-graduação das universidades brasileira e na formação de professores de Educação Física. Há balanços críticos da produção do conhecimento na educação física (SÁNCHEZ GAMBOA, 1989, 1996; SOUZA E SILVA, 1996, 1998, 1999) que já evidenciaram o que se repete; na produção específica sobre o lazer, há estudos de Peixoto (2007) e SÁ (2003).

Sob o manto de uma suposta neutralidade científica e de uma racionalidade técnica, elaboram-se teorias reacionárias que penetram sim, segundo nossa tese, no âmbito da formação na graduação e acabam por

assegurar um trabalho pedagógico no campo do lazer que mantém na histórica a auto-alienação do ser humano.

As novas exigências do padrão de exploração da classe trabalhadora estão impondo alterações nos sistemas de ensino que refletem nas pós-graduações e que rebatem nas orientações de pesquisa. Nesse quadro de exigências, há movimentos de educadores que vêm apresentando em todo o país, através da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação – ANFOPE²³, reflexões sobre esta questão que não podem deixar de serem consideradas. Estamos diante de uma nova realidade que exige novas posturas de pesquisas no campo da educação, novas análises e explicações e nova forma de luta frente às várias bandeiras dita progressistas que estão sendo levantadas no campo da ciência, mas que na verdade se apresentam com fragilidade na luta política e de classes, pois colocam todos os educadores numa mesma identidade ideológica do campo da educação, como se todos estivessem num mesmo projeto histórico de sociedade, num mesmo esforço coletivo.

Inserir-se, portanto, nossa proposta de pesquisa no contexto das preocupações da ANFOPE, na luta pelo movimento nacional de formação dos professores, onde questões prioritárias a serem consideradas, dizem respeito às reivindicações históricas do movimento dos educadores que é à base de qualquer tentativa de construção de um projeto nacional de educação e é, sobretudo, condição radical para implantação de medidas que se imponham frente à visão mercadológica que vem se instalando nas universidades públicas em nosso país.

Para estabelecer o necessário esforço explicativo frente à pergunta investigativa que trabalhamos na pesquisa, colocamos na base de sustentação teórica, discussões sobre a crise do sistema capitalista que tem sua expressão na política neoliberal que vem orientando a formação de professores de

²³ A ANFOPE configura-se como uma associação político-acadêmico-científica, originária do movimento dos educadores na década de 1970; é fomentadora de debates e de proposições para os profissionais da educação. O reconhecimento de seu papel e de suas contribuições vem ocorrendo de forma propositiva em que se posiciona frente aos desafios historicamente colocados no campo das políticas de ensino em nosso país e especificamente no campo da formação dos profissionais de educação, considerando todos os níveis de ensino. Tem atuação dinâmica e fundamental no debate e análise de políticas públicas apresentando frentes de lutas diante do contexto das políticas neoliberais que vem contribuindo para fortalecer os processos de acumulação capitalista em nosso país.

Educação Física para o mercado de trabalho, sem considerar a realidade cruel em que vivem milhões de trabalhadores brasileiros. Esta premissa parte de constatação de nossos estudos, que apontam o modo de produção capitalista sendo o único sistema a atingir o domínio do mundo em quase sua totalidade; este consegue se apropriar do tempo disponível, enquanto um fenômeno da práxis social advindo das necessidades e possibilidades de luta instituída pela materialidade do viver dos trabalhadores, que o instrumentaliza em favor da neutralização dos danos causados. O que reconhecemos, portanto, é que o tempo disponível dos trabalhadores vem sendo uma presa fácil do sistema capitalista, pois a capacidade de reflexão que poderia estar sendo produzida a partir da discussão estabelecida na relação com as categorias ontológicas: trabalho-capital, trabalho-lazer, realidade, luta de classes, projeto histórico e ser social -, na pós-graduação e graduação em Educação Física, acaba sendo negada pelos professores e pesquisadores.

Portanto é fundamental que no reconhecimento de pressupostos ontológicos da produção do conhecimento da pós-graduação, que possam estar mediando na graduação uma objetivação que é atribuída ao lazer pela atual sociedade brasileira, possamos levantar e apontar, que relações, lógica, nexos e contradições se estabelecem no corpo de conhecimento lazer tratado no currículo de formação dos professores do curso de licenciatura em Educação Física da Região Nordeste, cujo curso a ser analisado, encontra-se atrelado à pós-graduação em educação na FAGED/UFBA.

As análises que já elaboramos sobre estudos que partem da identificação da ação de órgãos promotores de lazer no Brasil (SÁ, 2003, p. 102-105), evidenciam o caráter da efetiva participação dos trabalhadores que atuam nesse campo e apontam que estes, muitas vezes despreparados, acabam por serem consumidos de forma acríticos pela indústria cultural, que se apresenta a partir de propostas voltadas para atender ao mercado; possuem uma natureza alienante e são geradores de proposições pragmáticas que se apóiam em realizações de eventos pontuais subjugados por um conjunto de mediações simbólicas da cultura dominante, cuja ordem imaginária hegemônica descaracteriza as determinações históricas da realidade dos sujeitos na sociedade e o direito ao tempo disponível enquanto um direito social conquistado da luta dos trabalhadores após a revolução industrial.

Nesta perspectiva, a fragilidade ou até mesmo os equívocos, advindos da formação dos professores de Educação Física, se revelam por muitos fatores que vêm sendo apontados em estudos de instituições que promovem em seus currículos a proposta de disciplinas que tratam de lazer (CHAVES, 2003). Foi possível reconhecer na análise da produção da pós-graduação no Brasil a reificação do lazer, a partir de seus pressupostos ontológicos, concebidos pela afirmação de uma sociedade funcionalista – onde a vida e o tempo disponível dos trabalhadores são explicados por causas que escapam à consciência dos indivíduos, que não asseguram as condições objetivas e históricas da realidade (SÁ, 2003, p. 92). Portanto, essa pesquisa nos mobilizou a buscar identificar nos estudos promovidos da pós-graduação do Brasil e na graduação em Educação Física, elementos que possam responder a uma análise criteriosa para poder apontar no currículo da formação dos professores de Educação Física, pressupostos ontológicos que estabeleçam rupturas com o atual modelo de formação.

Ao reconhecermos nesse estudo a categoria lazer, enquanto um fenômeno da práxis²⁴ social que ocorre em um tempo disponível dos trabalhadores na relação com o trabalho, o fazemos porque o lazer se expressa por ações de retorno dos fenômenos de estranhamento e que interfere decisivamente nas relações familiares, religiosas, culturais e políticas da formação econômica capitalista. É uma práxis social condicionada pela própria realidade social que vem crescendo no seio da sociedade capitalista brasileira, por uma via de valores que se conserva no processo social global

²⁴ Por ser a práxis, uma categoria central da filosofia marxista, esta é concebida como interpretação do mundo e também como guia de sua transformação, pois parte de uma atividade material do homem social (VÁZQUEZ, 1977, p.6). Reafirmamos a necessidade de conceber o lazer a partir de uma práxis, por ser fundamental reconhecer que esta práxis é um desdobramento das relações humanas advindas do trabalho, que revela no plano ideológico uma dupla face; podemos, inicialmente, dizer que há a certo nível de generalidade colocar que uma práxis só é possível a partir de uma posição teleológica dos sujeitos em uma dada sociedade. Segundo Bottomore (1988, p. 292) a “expressão práxis refere-se, em geral, a ação, a atividade livre, universal, criativa e auto-criativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres”. A outra face, diz respeito ao seu processo de objetivação que passa pela reprodução social da vida, na sua origem pelo trabalho. Segundo Kosik (1995, p. 126), como ser histórico-social, o homem produz: “1. os bens materiais, o mundo materialmente sensível, cujo fundamento é o trabalho; 2. as relações e as instituições sociais, o complexo das condições sociais; 3. e, sobre a base disto, as idéias, as concepções, as emoções, as qualidades humanas e os sentidos humanos correspondentes”.

mundial e que se renova ininterruptamente desde o movimento de industrialização e urbanização do início do século XIX, quando os movimentos sindicais passaram a reivindicar reduções na jornada de trabalho. Este fato social vem favorecendo a ampliação cada vez maior deste campo de atuação humana, gerando uma ampla demanda para formação de profissionais no sentido de uma atuação social não só na organização e realização de atividades de lazer, mas principalmente em gestão de políticas públicas para essa área.

Sendo o lazer parte integrante dos processos de reprodução social, condicionado historicamente pelas camuflagens da alienação da essência do trabalho, se faz necessário indagar e identificar, a partir da produção do conhecimento nas universidades, que valores objetivados são portadores de afirmações que condenam os trabalhadores a não se produzirem enquanto gênero humano, ou seja, ser social? A objetivação de determinadas posições teleológicas, portadoras de escolhas advindas de alternativas, embora determinadas pelo modo de produção capitalista, torna-se elemento potencialmente capaz de mediação ontológica ineliminável, quando tem nas universidades um campo fértil para sua produção e constante reprodução.

A partir das inquietações que sucintamente apresentamos em vista ao papel das universidades na produção do conhecimento através de suas linhas de estudos e pesquisas da pós-graduação e na possibilidade de apresentar uma proposta de estudos da práxis social do lazer para a formação do professor de Educação Física, ressaltamos as seguintes questões abaixo, que alicerçaram a nossa investigação e que contribuíram para gerar o enunciado da nossa problemática investigativa de pesquisa:

- Que aspectos assumem a crise do capital no labirinto²⁵ teórico do campo da educação da pós-graduação nas universidades brasileira, mediante a deriva e a debilidade teórica das forças historicamente empenhadas na superação das relações capitalistas?

²⁵ O termo labirinto é aqui utilizado no exato sentido a ele atribuído por Frigotto (2001, p. 21 – 46), quando destaca a necessidade de que busquemos compreender a crise do capital dentro do “labirinto” teórico em que se situam hoje as ciências sociais que se originaram de reflexões e debates ao longo dos últimos anos. Trata-se de tentar entender as dificuldades e desafios do estatuto teórico das ciências sociais e humanas e, no seu interior, o campo educativo, para compreender o sentido e a direção do metabolismo do capital e as suas conseqüências para a humanidade neste início de milênio”.

- Como reconhecer na produção do conhecimento da práxis social do lazer na pós-graduação das universidades brasileira, a sua realidade, considerando que em seu processo ontogenético e de criticidade ontológica, há criações reificadas da cultura dominante, que colocam o seu autêntico objeto histórico sob as estratificações das convenções fixadas pela sociedade capitalista?
- Na prática fetichizada que vem sendo tratado o conhecimento do lazer para os trabalhadores na sociedade capitalista, qual o nível de consciência de classe instituída na formação de professores de Educação Física e especificamente da Região Nordeste?

Estas são algumas das indagações que pesquisamos para aprofundar nossos estudos, em que buscamos revelar com maior propriedade, o mundo da pseudoconcreticidade da práxis social do lazer na formação econômica capitalista e que no decorrer da exposição dos capítulos teóricos da tese determinam a necessidade de recuperar, numa perspectiva de totalidade, a problematicidade deste estudo. Sobre o mundo da pseudoconcreticidade, Kosik (1995, p. 15), nos coloca ser este, “o complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos, agentes, assumindo um aspecto independente e natural”. Portanto, a esse mundo pertencem:

- O mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem a superfície dos processos realmente essenciais;
- O mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da práxis fetichizada dos homens (a qual não coincide com a *práxis* crítica revolucionária da humanidade);
- O mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens, produto da *práxis* crítica revolucionária da humanidade;
- O mundo dos objetos fixados, que dão à impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens.

A partir de condições objetivas dadas pelo mundo da pseudoconcreticidade, há implicações de compromissos nesse estudo em reconhecermos à necessidade de uma crítica revolucionária da práxis social

do lazer, que tem haver com o devenir de um projeto histórico de sociedade em que o trabalho-lazer não sejam alienados e, portanto, que a propriedade privada seja eliminada das relações humanas.

Nos desdobramentos em que a práxis social do lazer se colocou, historicamente, foi-se reproduzindo a vigência de uma lógica de reprodução cada vez mais destrutiva, advinda das forças do capital, que aliena a vida dos trabalhadores de todo e verdadeiro conteúdo humano. Nessa situação histórica criada pelos homens e mulheres, pelo fato de sermos intrinsecamente regidos pelo capital, vivemos uma relação com o trabalho carente de significado humano e o lazer carente de sentido.

Nossos estudos apontam que a destruição da pseudoconcreticidade do lazer na sociedade tem estratégias, cujos indicadores apontam:

1. Crítica revolucionária da práxis social do lazer que tem haver com o devenir de um projeto histórico de sociedade, onde o trabalho-lazer não sejam alienados;
2. Elaboração do conhecimento sobre a práxis social do lazer, a partir da concepção materialista-histórico-dialético, para que se dissolva o mundo fetichizado da aparência para atingir a realidade das contradições em que este é gerado na formação econômica capitalista;
3. Formação do professor de Educação Física para atuar no campo da práxis social do lazer, não subordinada as leis do mercado e as demandas do processo de acumulação de capital que se expressa por diferentes formas históricas de socialidade do capitalismo;
4. Identificação da realidade humana concreta da práxis social do lazer em um processo ontogenético e de criticidade ontológica para descobrir por trás das criações reificadas da cultura dominante, seu autêntico objeto histórico que se encontra sob as estratificações das convenções fixadas pela sociedade capitalista (Sá, p. 115).

Considerando a necessidade de aprofundar na investigação para atingir determinadas estratégias de pesquisas propostas, considerando a realidade em que se coloca a essência da manifestação do lazer na formação econômica capitalista, a partir do objeto proposto, apresentamos, ainda, seis questões investigativas que se estabelecem enquanto pistas empíricas da problematização desse estudo:

- Quais as condições de surgimento e as condições da existência histórica da práxis social do lazer na apropriação histórica na produção do conhecimento e na formação de professores de educação física no Nordeste do Brasil?
- Que fundamentos ontológicos promovem a apropriação histórica da práxis social do lazer na produção do conhecimento e na formação de professores de educação física no Nordeste do Brasil?
- Que pressupostos ontológicos são tratados no corpo de conhecimento da práxis social do lazer, considerando a produção de conhecimento na pós-graduação no Brasil na área de Educação Física, no período de 1972 a 2008 e que relações, nexos e contradições podemos apontar a partir da formação do professor de Educação Física?
- Como é apropriada no curso de formação de professores de educação física a produção do conhecimento no âmbito da práxis social do lazer gerada na pós-graduação e quais as implicações daí decorrentes para a organização do trabalho pedagógico?
- Que pressupostos ontológicos estão sendo mediados no currículo de formação do professor de Educação Física, que imprimem nas contradições de sua práxis a subordinação às leis do mercado no sentido de favorecer demandas para o processo de acumulação do capital?
- Reconhecendo problemáticas significativas no campo ontológico do conhecimento da práxis social do lazer produzido na pós-graduação e na formação dos professores de Educação Física, que exigências precisam ser consideradas para a formação do professor de Educação Física, tendo em vista o trabalho pedagógico que atenda às novas exigências da educação e das relações de trabalho, em vista a um projeto histórico de sociedade²⁶ superador ao modo do capital organizar a vida e as relações sociais de produção, ou seja, um projeto histórico comunista?

²⁶ Segundo Freitas (1987, p. 122), projeto histórico de sociedade diz respeito à possibilidade de delimitar um tipo de sociedade que se quer criar, a partir da defesa da transformação social; assim, segundo esse pesquisador, as formas de lutas para concretização dessa concepção ontológica de sociedade ocorrem a partir de considerações objetivas presentes na realidade concreta. Nosso estudo tem como base em seu marco teórico o projeto histórico marxista, que pretendemos preservar em seu contexto orgânico a partir de uma rigorosa crítica as relações sociais próprias do modo de produção capitalista.

Para tratar com propriedade a necessidade de elucidar tais questões no decorrer do processo de exposição da tese, partimos da unidade entre o todo e as partes, o lógico e o histórico, a partir da investigação do objeto que apresenta a preocupação explícita de que o fenômeno-objeto não oculte sua essência.

A pesquisa se desenvolveu a partir da seguinte pergunta científico-investigativa: quais os pressupostos ontológicos da produção do conhecimento lazer da pós-graduação em Educação Física no Brasil, considerando o período de 1972 a 2008 e que relações, nexos e contradições estabelecem no currículo de formação do professor de Educação Física da Região Nordeste, em vista a necessidade e as possibilidades de apontar pressupostos ontológicos de uma práxis do trabalho-lazer, cujo projeto histórico de sociedade seja o comunismo²⁷?

Para tratar tal questão com radicalidade, apresentamos o lazer como uma relação social decorrente de uma prática social – trabalho humano – para atender necessidades vitais e, portanto, determinado pelas formações econômicas. A sua objetivação parte de uma necessidade à qual o homem não pode esquivar-se ao fazer-se, ao produzir-se no trabalho como homem, para manter-se em seu estatuto humano, que só pode ser compreendido na realidade histórica dentro do contexto das estruturas sociais que determinam as contradições da formação econômica capitalista e nas relações determinadas pelas lutas de classes.

Portanto, em vista a essa premissa, partimos do reconhecimento de que a necessidade dos trabalhadores promoverem a práxis social do lazer não ocorre em um campo autônomo, independente em face ao trabalho, pois segundo Kosik (1995, p. 208), a liberdade surge a partir da “filosofia do trabalho

²⁷ Ao anunciar na problemática da investigação a necessidade de reconhecer as possibilidades ontológicas do trabalho-lazer na sociedade comunista, significa reconhecer a partir de Marx (2001, p. 39) a possibilidade de um projeto histórico que se sustenta no princípio de que “na proporção em que a exploração de um indivíduo por outro termina, a exploração de uma nação por outra terminará. Na proporção que o antagonismo entre classes dentro da nação desaparece, a hostilidade de uma nação para outra terminará” E Marx pergunta: “Será necessário uma profunda intuição para entender que as idéias, os pontos de vista e as concessões do homem, resumindo, a consciência do homem muda segundo toda mudança nas condições de sua existência material, nas suas relações sociais e na sua vida social?” A resposta que o próprio Marx dá é que: “As idéias dominantes de cada época sempre foram as idéias da classe dominante”. (Ibid, 2001, p.40)

como agir humano objetivo, no *qual*, em processo necessário são *criados* os reais pressupostos da liberdade”.

O autêntico reino da liberdade começa, portanto, além das fronteiras do trabalho, se bem que justamente o trabalho é que constitui a sua base histórica necessária: “O reino da liberdade só tem início efetivamente no ponto em que se pára de trabalhar sob a pressão da necessidade e da finalidade exterior; segundo a natureza da coisa, ele se acha, assim, fora da esfera própria da produção material”²⁸ (MARX *apud* KOSIK, 1995, p. 209).

O trabalho, assim como o lazer, são expressões do agir humano que se movem na esfera das necessidades impostas pelos interesses do capital. Esse agir humano que sofreu nas relações do modo de produção capitalista uma divisão [esfera da necessidade] e arte [esfera da liberdade] capta a problemática do trabalho e do não-trabalho apenas sob certos aspectos, pois ainda não se tem levado em consideração, na produção do conhecimento da práxis social do lazer, a petrificação da divisão do trabalho surgida historicamente, em trabalho físico-material e trabalho espiritual.

Segundo Kosik (1995, p. 207), nessa distinção “fica oculta uma ulterior característica essencial da especificidade do trabalho como agir humano que não abandona a esfera da necessidade, mas *ao mesmo tempo a supera e cria nela* os reais pressupostos da *liberdade humana*”. Para esse filósofo, a relação entre necessidade e liberdade é uma relação historicamente condicionada e historicamente variável; ele considera perfeitamente coerente, do ponto de vista materialista, que Marx “*reduza* o problema da liberdade à *redução do tempo de trabalho*, isto é, a criação de tempo livre, e nesse sentido *traduza* a problemática da necessidade e liberdade na história em relação de tempo de trabalho e tempo livre”. E prossegue, esclarecendo que,

[...] o tempo livre, o tempo que está a nossa disposição, é a própria riqueza – [destinada] em parte à fruição do produto, em parte à livre manifestação de uma atividade que não é como o trabalho, determinada pela coação de uma finalidade exterior, que deve ser cumprida e cujo

²⁸ Segundo Kosik (1995, p. 209) é no plano das possibilidades da economia enquanto campo da liberdade humana é que se “*cria historicamente* a unidade da necessidade e da liberdade, da animalidade e da humanidade”. Apresentar nesse estudo o lazer enquanto uma práxis social de uma suposta liberdade para os trabalhadores significa discutir o seu desenvolvimento enquanto um campo que representa a possibilidade de superação somente na luta revolucionária pela implantação de uma sociedade que extinga a propriedade privada e a divisão do trabalho.

cumprimento é uma necessidade natural ou um dever social, como se queira. (MARX *apud* KOSIK, 1995, p. 207-208)

Kosik (1995, p. 208), destaca que para Marx, as representações do tempo livre como férias organizadas são absolutamente estranhas. E destaca que a criação de um tempo disponível como dimensão qualitativamente nova na vida humana se conjuga com a criação de uma sociedade livre, comunista (uma associação)²⁹, que no seu desenvolvimento representa a possibilidade de superação das contradições na luta de classes, da divisão do trabalho e da existência da propriedade privada, que naturalizam a romântica absolutização dos sonhos, da imaginação e da arte em todas as formas históricas da produção, nas quais as unidades da necessidade e da liberdade se realizam como separação entre trabalho e o prazer (alegria, regozijo, felicidade).

Nas relações capitalistas das sociedades atuais o trabalho em geral não constitui um pressuposto em sentido econômico, mas é um determinado trabalho abstrato-concreto ou um trabalho dotado de dupla natureza que pertence à economia capitalista, que usurpa dos trabalhadores a esfera da satisfação das exigências elementares de viver um tempo disponível para o lazer, deixando apenas a urgente necessidade do trabalho em ser a condição de comer, higienizar seu corpo e agasalhar-se.

Na produção do conhecimento sobre a práxis social do lazer não podemos deixar de reconhecer o seu par dialético–trabalho, que deve ser explicado como procedimento específico do agir humano ou como realidade específica de um determinado tempo histórico, que se compenetra do modo constitutivo com todo do ser social, do homem nas relações da sociedade capitalista.

²⁹ Marx (2001, p. 44) coloca ao se referir ao projeto histórico comunista: “No lugar da sociedade burguesa antiga, com suas classes e antagonismos de classe, teremos uma associação, na qual o desenvolvimento livre de cada um é a condição para o desenvolvimento livre de todos”. E acrescentamos que em seus manuscritos de 1844 – A economia Política e a Filosofia – Marx (1963, p. 81) coloca que “[...] o comunismo é o humanismo mediatizado pela supressão da propriedade privada”. No comunismo, a administração perde o seu caráter político. O Estado extingue-se. A administração torna-se tarefa de todos os membros da sociedade. Entretanto, a forma concreta que poderá assumir somente a prática da produção da vida humana poderá dizer. Sabemos que o progresso de uma democracia socialista cria os pressupostos para a transformação gradual da administração estatal na auto-administração social comunista. (LÊNINE, 1980, p. 225)

Reconhecer pressupostos ontológicos expressos na concepção de realidade em que fica explícito o modelo de sociedade, trabalho-lazer, ser social e projeto histórico, defendidos no trabalho-produção do conhecimento elaborada na pós-graduação, a partir de estudos do lazer no Brasil, significa ir ao encontro da consciência que forja o conhecimento gerador da práxis³⁰ do lazer na sociedade, a partir das mediações que esse conhecimento estabelece na formação do professor de Educação Física, que o alimenta e dá tratamento no campo do trabalho em favor dos interesses do capital.

Considerando que o conhecimento enquanto elaboração torna-se elemento de mediação de acordo com seu estatuto ontológico instituído, onde este se produz e reproduz na sociedade capitalista, verificamos as mediações que esses pressupostos estabelecem na graduação, o que significa revelar as implicações historicamente forjadas que sustentam a práxis social do lazer, enquanto conhecimento a serviço do capital.

O reconhecimento dessa mediação nos permitiram identificar em que nível de consciência e de interesses os estudos do lazer se apresenta para a graduação em Educação Física, considerando determinadas visões de mundo que adotam os docentes da graduação.

Segundo Frigotto (1998, p. 27) é a partir das abordagens teóricas que operamos em concepções epistemológicas da realidade, que trabalhamos determinadas visões de mundo que não são alheias ao plano das relações concretas. Portanto, é sob essas relações teóricas que o conhecimento lazer está subscrito e é determinado pela sociedade de classes, em vista ao largo crescimento que vem ganhando enquanto campo de estudo nos programas de *strico sensu* da pós-graduação no Brasil, incentivando a formação de grupos de pesquisa, assim como ampliando a produção do conhecimento através de publicações. O reconhecimento dessa produção ganha corpo na medida em que passa a ser absorvida como fator de cultura, regido por interesses econômicos e que tem na pós-graduação o seu principal agente de legitimação.

³⁰ A teoria que sustenta uma práxis revolucionária, segundo Vázquez (1977, p. 8) requer a superação do ponto-de-vista espontâneo ou instintivo adotado pela consciência comum do proletariado. Daí a necessidade – determinada ao mesmo tempo por motivos teóricos e práticos – de contrapor uma clara compreensão da práxis à sua concepção ingênua ou espontânea.

A questão ontológica que se coloca, portanto, passa pela necessidade de revelar sobre que conhecimento a pós-graduação vem tratando à práxis social do lazer; é preciso reconhecer em que lógica encontra-se o grau de desenvolvimento do conhecimento ao qual seu conteúdo está sendo vinculado e que pode estar estabelecendo e colocando como refém a graduação no campo da educação no Brasil, considerando uma lógica voltada para atender aos interesses do capital; e, considerando que a produção do conhecimento do lazer pode estar sendo mediado pela ideologia que naturaliza as relações capitalistas na produção da pós-graduação, este pode estar sendo ignorado quanto às questões que historicamente produz e reproduz na sociedade a sua condição alienada, ou seja, o que exterioriza ou causa estranhamento, que possui em comum, ações de retorno das objetivações sobre a individuação e sobre a totalidade social, com todas as mediações cabíveis, causando e reproduzindo a desumanidade socialmente posta³¹ pelas relações e produção e pela desigualdade de distribuição de renda.

Essa pesquisa avança no reconhecimento das relações, nexos e contradições que se colocam entre o ontológico histórico, teleológico e epistemológico na formação de professores de Educação Física e a pós-graduação no Brasil, a partir do conhecimento lazer e esperamos que possa a vir constituir-se numa significativa contribuição, pois nos permitiu apontar o quanto o campo científico da produção *strico sensu* está atrelada a um sistema de relações objetivas de um monopólio da autoridade científica definida e incontestável que se submete aos interesses do capital.

Reconhecendo que os estudos do lazer mediam conhecimentos na graduação, em vista a formação de professores de Educação Física, tenho constatado em revisões implementadas na literatura que se destacam a partir de Valente (1997, 2001), Da Costa (1999), Chaves (2003), Taffarel (1999, 2003, 2005) e outros, que as licenciaturas, sem muita definição sobre o papel social que os profissionais de lazer podem exercer, vêm apresentando

³¹ Tal concepção que colocamos para explicar o lazer alienado, parte da compreensão de objetivação, de exteriorização e estranhamento que tem nessa categoria empírica, uma das facetas mais características da ontologia Lukacsiana (LESSA, 2002, p. 37). Como componente ontológico, “[...] toda a objetivação implica a exteriorização do sujeito. Ou em outras palavras, o homem, ao agir no dia-a-dia, concomitantemente, se constrói enquanto individualidade e contribui para a reprodução da sociedade a qual pertence – e ao fazê-lo, recebe as conseqüências de suas ações” (LESSA, 2002, p. 139).

propostas por iniciativas isoladas de docentes, em forma de uma única disciplina curricular, onde a produção e a organização do conhecimento do lazer estão agregadas ao conhecimento de recreação.

Segundo Werneck (2000, p. 85), a distinção que aparece nas raízes etimológicas das palavras recreação e lazer, remete a construções inter-relacionadas com o mundo do trabalho, porém diferenciadas no sentido original. Lazer refere-se às práticas culturais consideradas “lícitas”, reivindicadas pelos trabalhadores e a recreação encontra-se direcionada para o prazer, para o divertimento, para a ocupação saudável e útil de um tempo ocioso, tendo em vista a recuperação da força das massas produtivas, sendo manifestado em diferentes momentos e espaços da vida social. Esse equívoco entre os termos recreação e lazer, onde se realiza uma relação linear, sem levantar entre estes uma construção histórico-social e sem rupturas, vem contribuindo para concepções equivocadas sobre o lazer, cujas bases se consolidam e são difundidas nos cursos de formação dos professores de Educação Física.

Peixoto (2007, p. 15) destaca em seus estudos do lazer, o quanto essa tarefa é difícil, em virtude de:

1. Existir polissemia e paráfrase nas categorias identificadas desta produção; 2. esta produção do conhecimento estar dispersa pelos meios de disseminação específicos a cada uma das áreas que se ocupa com a problemática do lazer; os esforços de estudos sistemáticos e de conjunto desta produção ser recentes e ainda exíguos.

Há também os estudos realizados por Valente (1997)³² relacionados ao processo de formação de professores em Educação Física da Região Nordeste, no que diz respeito às questões referentes à área do conhecimento “Recreação e Lazer” e a consideração enquanto disciplina curricular, em vista aos limites e possibilidades no processo de formação profissional; neste estudo, em suas contribuições, a pesquisadora ressalta a necessidade a que

³² Em seus estudos, a pesquisadora Márcia Chaves Valente levantou em 1997, uma pesquisa sobre a área de conhecimento Recreação e Lazer, enquanto disciplinar curricular no contexto do currículo de formação do professor de Educação Física, da Região Nordeste do Brasil, em que apontou dificuldades das Instituições Superiores Federais da região nordeste, quanto à produção e apropriação do conhecimento na área de Recreação e lazer. Aponta também que existem iniciativas em desenvolvimento que precisam ser tratadas cientificamente, para que esse conhecimento, em elaboração, possa converter-se em conhecimento científico e sistematizado.

devem ser submetidos os currículos de formação dos professores, considerando-os a partir de um contínuo e amplo processo de discussão no interior dos cursos de Educação Física e posterior alteração a partir da realidade e das possibilidades reais existentes.

Recuperando a intencionalidade do estudo para responder ao problema investigativo, trabalhamos nesta pesquisa, como já foi exposto, com as categorias gerais do pensamento dialético - **realidade e possibilidades**³³. É a partir do conhecimento elaborado que essas categorias estabelecem entre elas, ligações e relações necessárias e assim, podemos obter o reconhecimento da estrutura do pensamento humano que estabelece o curso dos acontecimentos e a lógica do conhecimento que se encontra sob as formas universais do movimento do pensamento, a partir do domínio concreto da realidade.

Ao reconhecer os pressupostos ontológicos do corpo de conhecimento lazer assegurados nos cursos de pós-graduação do Brasil, investigamos como este campo de conhecimento vem sendo mediado nas relações da produção de uma Universidade da Região Nordeste, que possui proposta para a formação de professores de Educação Física, cujo curso encontra-se agregado ao desenvolvimento de uma linha de pós-graduação – Educação Física, Esporte e Lazer.

Mediante o exposto e considerando que cada teoria formula o objeto segundo seus pressupostos, a hipótese que apresentamos nesse projeto se estabelece a partir de três pressupostos, cujos fundamentos subsidiaram e orientaram o movimento da investigação para oferecer explicações científicas apoiadas na proposta da problemática investigativa. O estudo do fenômeno da

³³ Segundo Cheptulin (1982, p. 3), categorias são formas da atividade do pensamento, próprias da consciência social anterior a qualquer experiência do conhecimento e ação cognitiva, *a priori*. Estas, assim como leis, são graus e formas do desenvolvimento do conhecimento social e se estabelecem como princípios do método dialético do conhecimento e da transformação, cujo conteúdo é emprestado da realidade objetiva. Na articulação dialética destas duas categorias – realidade e possibilidade – estas constituem os pontos centrais para estabelecer o processo de cognição. As categorias do materialismo dialético – realidade e possibilidades - refletem nessa tese as leis mais gerais do desenvolvimento do mundo objetivo e, portanto, possuem conteúdos que não separam homem e mundo. E, ainda, sendo estas categorias, graus do desenvolvimento do processo de conhecimento produzido pela humanidade, nos permitiram estudar os aspectos e as relações universais da realidade objetiva do lazer, a partir de uma dada lógica histórica, cujos nexos e contradições foram extraídos da realidade objetiva da sociedade capitalista, que o instrumentaliza e controla.

práxis social do lazer sob a condição de uma hipótese com três fundamentos nos assegurou o enfoque multilateral da pesquisa e, como se sabe, segundo Kopnin (1978, p. 255) a multilateralidade é uma das exigências da lógica dialética.

O primeiro pressuposto da hipótese diz respeito à concepção dos pressupostos ontológicos existentes na produção e organização do conhecimento da práxis social do lazer produzido na pós-graduação. Tal produção não considera as formações econômicas como determinantes do ser social e suas relações de produção. O processo de auto-alienação a partir da centralidade do trabalho não é considerada com radicalidade, de conjunto a na totalidade, pela produção do conhecimento sobre lazer na pós-graduação.

Sendo assim, apresentamos como segundo pressuposto, a proposição de que a lógica de modelo neoliberal que vem sendo instituída nas universidades, que se produz e reproduz a partir do trato com o conhecimento da pós-graduação, por não estabelecer uma produção rigorosa de análise crítica sobre a práxis social do lazer na formação econômica capitalista, torna-se elemento mediador acrítico nos fundamentos teóricos das disciplinas dos currículos de graduação de professores de Educação Física, a partir das seguintes intencionalidades: a) disciplinas com pressupostos ontológicos cujos enfoques tratam de abordagens funcionalistas; b) conteúdos de conhecimento do lazer agregados as disciplinas curriculares sem uma consistente fundamentação teórico-crítica; c) disciplinas com caráter de estudos do lazer e/ou recreação sem considerar concepções epistemológicas da realidade, cujas leituras de mundo são alheias ao plano das relações concretas; d) disciplinas que tratam do conhecimento lazer sem articular no currículo uma reflexão crítica sobre fundamentos de categorias ontológicas essenciais que em relações possam estabelecer uma apropriação significativa sobre: trabalho-capital, trabalho-lazer, trabalho pedagógico-produção do conhecimento.

O terceiro pressuposto recai sobre a articulação do currículo de formação e o campo de atuação do professor de Educação Física na relação do trabalho com o lazer, onde apresentamos que: Se o currículo da formação não se compromete com uma consistente base teórica voltada para o trabalhador concebido como sujeito social, fragilizada em suas formulações, a práxis social do lazer tratada pelo professor de Educação Física no campo do

trabalho, não leva em conta as contradições das relações de produção da sociedade capitalista e das lutas de classes. Sem reconhecer a pseudoconcreticidade do lazer que estabelece tensões e contradições a partir de elementos determinantes e determinados pelo ser social, firmados na história, o trabalho dos professores com o lazer se fortalece e se amplia subordinado as leis de mercado e as demandas de acumulação do capital que engendram formas históricas que mascaram o papel promotor de socialidade dos trabalhadores.

A hipótese, portanto tem dois fundamentos essenciais que tratamos na tese: 1. Que há um projeto histórico de sociedade, em que a práxis social do lazer está engendrado historicamente, cuja objetividade o alimenta para dominar e manipular o controle do tempo disponível da classe trabalhadora; 2. A produção elaborada do lazer expressa o conhecimento pela via da verdade objetiva do capital, considerando sua sustentabilidade por um movimento de natureza independente da consciência dos homens e mulheres trabalhadores.

Para estabelecer proposições superadoras com vista à formação de professores de Educação Física, fizemos o esforço em apresentar como objetivo geral da tese uma explicação pedagógica superadora sobre os pressupostos ontológicos do lazer, que por sua vez, sustente proposições superadoras no campo da produção do conhecimento sobre o tema e suas relações na formação de professores de Educação Física nos cursos de licenciatura na Região Nordeste do Brasil na perspectiva do projeto histórico comunista.

Considerando as delimitações do âmbito da pesquisa, apresentamos os objetivos específicos que nortearam o caminho da investigação:

- Promover levantamento de publicações científicas nos campos: história das formações de sistemas econômico mundial e industrial do Brasil, economia política, lazer, ontologia, universidade, pós-graduação no Brasil currículo e formação de professores, para evidenciar o caráter ativo do conhecimento tratado, considerando relações e nexos com as categorias: capital-trabalho, trabalho-lazer, trabalho-produção do conhecimento, trabalho-formação de professores e projeto histórico comunista;
- Levantar dissertações e teses da área de Educação Física, produzidas no Brasil no período de 1972 a 2008, que abordam o conhecimento lazer

produzido no Brasil, por meios de Bancos de Dados existentes, via on-line: Núcleo Brasileiro de Dissertações e Teses em Educação Física e Esportes da Universidade Federal de Uberlândia – NUTESES; Banco de Currículos e Grupos de Pesquisa do CNPq (Plataforma Lattes); Portais de Bibliotecas Universitárias; e ainda, Banco de Dados para levantamento de teses e dissertações sobre lazer defendido no Brasil, elaborado por Cristina Marques Gomes (2000), para verificar a partir dos resumos das produções, como o campo do conhecimento lazer está constituído a partir de pressupostos ontológicos e para verificar que possibilidades superadoras é possível conceber o currículo de formação dos professores de Educação Física;

- Promover a partir do levantamento dos programas das disciplinas do currículo de licenciatura em Educação Física da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, que tem articulação com o programa de pós-graduação, a identificação dos pressupostos ontológicos no tratamento do conhecimento lazer;
- Evidenciar os traços qualitativos e quantitativos do objeto de estudo levantados nos resumos das dissertações e teses produzidas no Brasil, que discutem o lazer entre o período de 1972 a 2008, para analisar nos fundamentos epistemológicos, os pressupostos lógico-gnosciológicos que orientam as pesquisas; nesse procedimento buscamos reconhecer como ocorre a relação sujeito e objeto no processo de investigação e que pressupostos ontológicos sustentam o desenvolvimento das pesquisas no campo da pós-graduação das universidades brasileiras;
- Realizar um conjunto de sínteses que nos possibilitasse estabelecer a realidade concreta do fenômeno pesquisado e assim, revelar a sua essência, ainda que na condição de conclusões provisórias, enquanto dados da realidade histórica.

Esclarecemos que o excesso de notas de rodapé que expomos nos textos dos capítulos da tese se deve a necessidade de alicerçar explicações teóricas pertinentes e esclarecedores para os professores de Educação Física e outros profissionais que se interessarem pelo estudo. Portanto, as notas em sua maioria, partem de explicações necessárias para leitores que não se

aproximaram de estudos clássicos da história das formações econômicas e das leis que sustentam a concepção materialista histórica dialética, que são de difícil acesso em bibliotecas de universidades e faculdades da Região Nordeste.

1.2 MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

O caminho metodológico traçado requereu ao estudo apoio na materialidade dos fenômenos possíveis de se conhecer e que dizem respeito ao objeto indicado nesta proposta de tese. Realizamos, inicialmente, uma ampla revisão bibliográfica e em paralelo realizamos uma pesquisa documental com duas fontes de informações/dados. A nossa decisão por esse caminho constituiu um movimento de pesquisa, cuja base nos conduziu a uma apreensão do processo de desenvolvimento do conhecimento historicamente acumulado sobre as categorias de conteúdo, já anteriormente apresentadas.

Buscamos inicialmente, nos capítulos da produção teórica, nos colocar acima das discussões produzidas e publicadas sobre a categoria lazer, para poder captar as necessidades que pudessem contribuir para o nascimento de novas proposições e questionamentos; essa tomada de decisão levou-nos a superar pré-concepções estabelecidas em estudos. Esse desafio teórico nos conduziu a uma grande complexidade na investigação científica, que tem caráter multilateral no seu processo lógico científico.

Partimos no método, do reconhecimento de que a lógica de um campo científico não pode desenvolver-se de maneira própria e significativa sem uma análise dos campos isolados geradores do conhecimento científico e das teorias e métodos fundamentais que constituem esses campos. Fundamentamos a pesquisa em uma lógica de ciência, cujo fundamento filosófico da análise do conhecimento científico moderno é constituído, segundo Kopnin (1978, p. 43), “pela dialética materialista, que se apresenta como lógica e teoria marxista do conhecimento”. Defendemos, portanto, uma concepção unitária de ciência, tendo a história enquanto uma ciência de síntese, considerando que a compreensão em geral, o conhecimento fundado e sistemático nunca se apresenta como conhecimento etéreo ou superior as

determinações históricas e as formações econômicas produzidas pela humanidade.

A compreensão que buscamos sobre os estudos do lazer, parte do concreto (o processo histórico objetivo) e visa o concreto (uma compreensão real da realidade objetiva), recorrendo à abstração, as formas de precisão e de unificação, o que nos permitiu introduzir ao processo de formulação da tese um depurar do próprio processo real objetivo.

A razão de decompor o movimento da investigação em um detalhado caminho metodológico e de expor com rigor a instrumentalização de análise dos dados nos exigiu ao final do estudo, um método de exposição na composição de três textos, pautados na dialética para alcançar uma adequada interpretação inteligível à realidade. A definição de passos e momentos do processo de investigação foi uma forma que definimos como necessária para poder decompor, compor e compreender a complexidade do objeto proposto e, sobretudo suas contradições em que se resolve. Os passos e momentos não podem ser tomados como autônomos ou independentes, mas como momentos de um processo real em devir.

Os momentos que o caminho metodológico trata a partir da abstração – dialeticamente considera –, delimita-se em processos objetivamente fundados e constituem uma mediação indispensável para o apuramento da realidade objetiva ao nível da inteligibilidade, considerando que o conhecimento produzido sobre lazer é tratado em geral, é reflexo subjetivo da realidade objetiva dos pesquisadores. O que queremos afirmar é que há na formação econômica capitalista um caráter necessariamente subjetivo do reflexo que não anula nem afasta o lugar determinante que a realidade objetiva da práxis social do lazer pertence no ato de conhecer e que, portanto, reclama-o e supõe-no indispensável.

Mediante o exposto, e considerando as bases indicativas de Kosik (1995, p. 37), tratamos de amarrar no método de investigação da pesquisa, três graus de desenvolvimento do pensamento: 1. minuciosa apropriação da matéria, pleno domínio do material, nele incluídos todos os detalhes históricos aplicáveis, disponíveis (esse é um processo extensivo de pesquisa que compõe os textos sínteses dos capítulos teóricos); 2. análise de cada forma de desenvolvimento do próprio material produzido sobre o objeto; 3. investigação

da coerência interna do trabalho- produção sobre a práxis social do lazer no Brasil, em nível de *stricto sensu*, isto é, determinação da unidade das várias formas de desenvolvimento da produção científica produzidas pelos cursos de pós-graduação e investigação do trabalho-formação do professores de Educação Física, em vista aos estudos do lazer na licenciatura em Educação Física.

A dialética subjetiva, própria de processos de conhecimento, que se estabeleceu segundo instâncias e níveis diversos de determinação dessa pesquisa, zelou pela necessária e real precisão para que a dialética objetiva fosse corretamente exposta em sua materialidade.

Para estabelecer um maior esclarecimento de como foi detalhado o método de investigação da pesquisa, apontamos a seguir o caminho metodológico com seus desdobramentos necessários.

1.2.1 Caminho metodológico

O caminho metodológico parte do princípio da investigação dialética da realidade social que é o reconhecimento da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno possível de descrever o objeto pode ser compreendido como um momento do todo; o que significa dizer que um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como um momento de um determinado todo. Para Kosik (1995, p. 49) a recíproca conexão e mediação da parte e do todo significam a um só tempo: “os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondem e adquirem verdade e concreticidade”.

Para reconhecer a materialidade do fenômeno da práxis do lazer em sua totalidade, que existe a partir de uma realidade objetiva fora da consciência dos indivíduos, nos apoiamos nos estudos de Triviños (1987, p.73-74), que aponta um processo para o desenvolvimento metodológico de pesquisa de cunho materialista dialético. O caminho metodológico definido se apresenta em forma de passos, que apresentamos a seguir:

Primeiro passo:

Corresponde à etapa inicial do estudo e parte do princípio do diálogo singular e particular de aproximações com o objeto historicamente elaborado. Constitui-se em levantamentos de fundamentos teóricos bibliográficos de obras significativas ao estudo, dissertações e teses elaboradas sobre o conhecimento lazer, levantamento do programa curricular de um curso de Educação Física da Região Nordeste do Brasil. Nesse passo, o objeto foi captado em sua qualidade geral.

Considerando a necessidade de apresentar elementos descritivos do processo desse primeiro passo, destacamos três momentos essenciais:

1. Levantamento de dados bibliográficos sobre as diversas produções publicadas por estudiosos que discutem as categorias: trabalho, lazer, ontologia, história dos sistemas da economia mundial e industrial do Brasil; economia política. No campo da educação, aprofundamos estudos de base histórica que tratam da universidade e o campo da pós-graduação no Brasil; tratamos em currículo sobre a formação de professores de Educação Física. Na base ontológica em que discutimos a produção da teoria do conhecimento da práxis social do lazer, nos apoiamos na concepção marxista respaldados nas leis capitais do materialismo histórico dialético para discutir a categoria realidade social e a forma que esta evidencia o caráter ativo do conhecimento, considerando relações e nexos com as categorias: capital-trabalho, trabalho-lazer, trabalho-produção do conhecimento, trabalho-formação de professores.

2. Identificação e levantamento de resumos de 274 produções de estudos do lazer. Destas, 5 não nos ofereceram possibilidades de análise por não terem resumos expostos nos Bancos de Dados pesquisados. Reconhecemos 233 dissertações e 36 teses, que foram produzidos no Brasil no período de 1972 a 2008 capazes de serem tratadas na pesquisa (quadro 4 – apêndice E). Os Bancos de Dados tratados foram: 1) Publicação do Núcleo de Teses e Dissertações – NUTESSES; 2) Produção de mestrado - Pesquisa científica em lazer no Brasil, da autoria de Cristina Marques Gomes. Apresentado em 2004 à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Via on-line, os bancos mais utilizados, foram: Banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (Disponível em:

www.capes.gov.br/servicos/bancoteses.htm); Núcleo Brasileiro de Dissertações e Teses em Educação Física e Esportes da Universidade Federal de Uberlândia – NUTESSES (<http://www.nuteses.ufu.br>); Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD (Disponível em: <http://www.btdt.ibict.br>); Banco de Currículos e Grupos de Pesquisa do CNPq - Plataforma Lattes (Disponível em: <http://educ.bvs.br/php/level.php?lang=pt&component=34&item=2>); Biblioteca Nacional Digital Brasileira (Disponível em: <http://www.bn.br/bndigital>); Banco de teses do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICIT (Disponível em: <http://www.ibict.br>); Portais de Bibliotecas Universitárias e dentre estes, destaco Banco de Dados da Universidade de São Paulo (Disponível em: <http://www.usp.br/sibi>) e ainda, adquirimos o Banco de Dados do levantamento de teses e dissertações sobre lazer que foram defendidas no Brasil, elaborado por Cristina Marques Gomes (2000). Para realizarmos o levantamento inicial das produções, adotamos como procedimento na **opção para obter resultados mais precisos** dos Bancos de Dados dos sites, a designação da palavra-chave – **lazer**. Em segundo plano, foi considerado para o levantamento das produções *stricto sensu*, somente aquelas que apresentaram no **título das teses e dissertações a palavra “lazer”**, enquanto tema principal, ou seja, a categoria lazer se manifestava de forma explícita no resumo das dissertações e teses. Todas as 36 teses levantadas no banco de dado (quadro 1), foram consideradas para análise. Em vista ao número elevado de dissertações e o tempo hábil para atender a pesquisa, foi realizada uma listagem para compor uma amostra intencional; as 233 dissertações que foram numeradas seqüencialmente, considerando o caráter crescente do ano de publicação – de 1972 a 2008; dessa ampla amostra numerada foi levantado no próprio quadro, tendo como resultado para compor a amostra, 48 dissertações para análises. Para levantá-la consideramos a primeira dissertação (n) e foi utilizado o intervalo (n+5) para a composição da totalidade da amostra. Nesse novo quadro, foram levantadas, portanto, (17,5%) das dissertações e teses do quadro geral, que compõe a amostra empírica em sua totalidade. Esse levantamento, de forma geral, nos permitiu: 1. Identificar pressupostos ontológicos tratados na produção do conhecimento; 2. Verificar em que possibilidades ocorrem mediações

ontológicas entre as produções do conhecimento *stricto sensu* e o currículo de formação de professores de Educação Física, considerando uma amostra da Região Nordeste. O detalhamento dos procedimentos referentes a esses achados encontra-se exposto no segundo momento do segundo passo da pesquisa.

3. Levantamento das disciplinas do currículo do curso de Educação Física da Universidade Federal da Bahia - UFBA, situado na região Nordeste. O referido curso está situado na Faculdade de Educação – FACED e possui na pós-graduação a Linha de Pesquisa: Educação Física, Esporte e Lazer. Nesse momento da pesquisa, buscamos reconhecer o tratamento dos estudos do lazer no quadro curricular em vista a necessidade de identificar pressupostos ontológicos da produção do conhecimento do lazer, tratados nas ementas dos programas das disciplinas.

Segundo passo:

1. O primeiro momento desse segundo passo concretizou-se a partir da minha inserção enquanto pesquisadora na dimensão abstrata e material do fenômeno pesquisado. Em um momento inicial foram estabelecidas as relações sócio-históricas do fenômeno; nesse passo da investigação, primeiramente, foi elaborado um quadro teórico aprofundado, a partir de um banco de dados bibliográficos que organizamos em portfólios para gerar sínteses analíticas, que deram consistência aos capítulos teóricos.

2. Num segundo momento desse passo, evidenciamos os traços qualitativos e quantitativos do objeto de estudo, que foram levantados na leitura analítica de resumos de dissertações e teses produzidas no Brasil, que discutem a práxis social do lazer entre o período de 1972 a 2008 (Apêndice I). Essa foi a nossa **fonte primária**. Nessa fonte foram realizadas análises de resumos de 84 produções *stricto sensu*, levantadas, já exposto no passo anterior (quadro 4 - apêndice E). Essa produção gerou a nossa **fonte secundária** de pesquisa. Os elementos empíricos de análise que consideramos, inicialmente, partiram de aspectos epistemológicos diretamente relacionados aos seguintes elementos: a) Níveis teórico e metodológico – analisamos os objetivos das

pesquisas a partir de abordagens científicas para identificar as objetivações em que as pesquisas se apoiam; buscamos reconhecer em que realidade se colocam os pressupostos lógico-gnosciológicos que orientam as pesquisas – como ocorre a relação sujeito objeto no processo de investigação da realidade; e b) analisamos no nível teórico de que forma são expressos os pressupostos ontológicos que dão suporte ao desenvolvimento dos estudos, ou seja, quais as concepções de realidade que são dominantes (espaço, tempo e movimento), que dizem respeito às relações estabelecidas com categorias abrangentes e complexas: capital-trabalho, trabalho-lazer, trabalho-produção do conhecimento e trabalho pedagógico-formação de professores. O procedimento utilizado para levantar informações/dados referentes aos pressupostos ontológicos dos resumos de teses e dissertações foi realizado a partir, inicialmente, de leitura, levantamento e sistematização de informações possíveis de serem reconhecidos a partir de um instrumento que denominamos – FICHA DE ANÁLISE DE RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES (Apêndice D)³⁴. Esse instrumento nos permitiu identificar e tratar da lógica reconstituída das produções³⁵; as informações/dados foram organizadas em quadros para permitir a realização de análises (explicitada no próximo subitem), considerando a lógica produzida pelos pesquisadores, ou seja, a relação

³⁴ Esse instrumento de caráter analítico, da forma em que foi construído, voltado para a especificidade do objeto dessa pesquisa, não existiu, previamente. Este foi construído a partir de unidades básicas propostos por Bengoechea e outros (1978 *apud* Gamboa, 1996, p. 50-58) que denominou de “*Esquema para el analisis paradigmático*” e que Gamboa adaptou para “*Esquema Paradigmático*”, em sua produção de tese. Para Sánches Gamboa a unidade básica da análise paradigmática é sempre um processo de produção de conhecimentos o qual sempre ocorre em todo processo de pesquisa científica. “Todo processo de produção de conhecimentos é a manifestação de uma estrutura de pensamento – qualquer que seja o nível de estruturação e coerência interna – que inclui o nível de estruturação e coerência interna – que inclui conteúdos filosóficos, lógicos, epistemológicos, teóricos, metodológicos e técnicos que implicam maneiras de agir e de omitir”. (BENGOECHEA et. al. 1978 *apud* GAMBOA, 1996, p. 54) Embora o termo “paradigma” tenha relações com determinadas propostas científicas que não consideramos nesse estudo, apenas fazemos referência de que o pesquisador Gamboa o utilizou em sua tese, fazendo ressalva do sentido específico em que o utilizou, considerando a necessidade de pautá-lo por novos contextos de pesquisa no campo da dialética. (1996, p. 61)

³⁵ A noção de estruturação e de lógica reconstituída supõe basicamente nesse estudo, uma compreensão de totalidade concreta, na qual se pode reconhecer de maneira implícita uma dada concepção de realidade. Nesse sentido, Gamboa ressalta que as mudanças mais importantes na construção da ciência resultam não tão na invenção de novas técnicas de investigação, de tratamento de dados, mas, de novas maneiras de ver os dados. Para Silva (1997, p. 136), “a concepção de pesquisa científica enquanto atividade socialmente condicionada ou como fenômeno historicamente situado, parte do entendimento de que essa forma de produção humana traz em seu processo de desenvolvimento questões de natureza epistemológica, teórica, metodológica e técnica”. No quinto capítulo desse estudo, quando tratamos de análise dos dados, expomos mais elementos para essa compreensão.

dialética entre a questão científica, objetivo e respostas, promovidas nas pesquisas. Consideramos os elementos lógico-gnosiológicos e ontológicos compreendidos como pressupostos epistemológicos, embora presentes nos outros níveis, na medida em que consideramos cada pesquisa como totalidade dinâmica em que todos os elementos entram em um movimento de mútua elucidação.

Esses procedimentos permitiram o alcance do objetivo de identificar portanto, em que interesses ontológicos são colocadas as produções *stricto sensu* do conhecimento do lazer, considerando contribuições para o campo teórico e para o currículo de formação dos professores de Educação Física, a partir de mediações que os pressupostos ontológicos, contingencialmente podem estabelecer nos estudos analisados, em vista a formação de professores de Educação Física. A partir da proposta da Grade Curricular – 2007/2, do currículo do curso de Educação Física da UFBA, foram levantados os programas de ensino das disciplinas do currículo (anexo 1). Nas proposta das disciplinas foram observados os seguintes elementos empíricos: a) **ementas** - verificamos se há ou não concepção de estudos sobre a práxis social do lazer, numa perspectiva clara e/ou aproximada; b) **intenções do curso** – para identificar a que o curso de propõe; c) **objetivos** – para identificar os interesses pelos estudos da práxis social do lazer; c) **conteúdos** - se apresentavam referências de base teórica que discutissem a práxis social do lazer; d) **bibliografia** – buscamos reconhecer as referências de produções teóricas que abordam a realidade do conhecimento da práxis social do lazer. Após a leitura de todos os programas das disciplinas, foi constatado a existência somente de 1 (uma) disciplina que contém referências aos estudos do lazer - disciplina Recreação I (anexo 2). Esta disciplina passou a fazer parte das nossas fontes de dados/informações.

Terceiro passo:

Esse passo se concretizou em momentos que estabeleceram os aspectos essenciais do fenômeno (conteúdo e forma, fundamentos, realidade e possibilidades explicativas, singularidade, generalidades etc.). Para tanto, foi realizada uma sistemática organização dos dados empíricos em quadros, que nos permitiram a descrição e análise de maneira que contribuíssem para a

caracterização do objeto, assim como para o reconhecimento de relações, nexos e contradições das produções das pesquisas. Esse passo promoveu a realização de um conjunto de sínteses que possibilitaram estabelecer a realidade concreta do fenômeno pesquisado e revelar a sua essência, ainda que na condição de conclusões provisórias, enquanto dados da realidade histórica. As categorias gerais do pensamento dialético - realidade e possibilidades - e os indicadores empíricos acima descritos no segundo passo estabeleceram uma relação dialética descritiva de fundamento crítico que buscou trabalhar o fenômeno (objeto), respondendo à problemática apresentada para a investigação deste estudo. Por termos trabalhado com estas duas categorias filosóficas de conteúdo lógico do materialismo histórico dialético, tivemos a possibilidade de estabelecer certo aprofundamento na penetração da essência dos processos que compõem a natureza do objeto da pesquisa, que expomos com mais clareza no quinto e sexto capítulos da produção dessa tese.

Portanto, nesse terceiro passo estabelecemos um processo de abstração dialética capaz de expor o conhecimento da essência do fenômeno estudado; elaboramos sínteses explicativas em que tratamos da realidade do fenômeno, das considerações finais da investigação e das possibilidades superadoras.

1.2.2 Processo de análise da realidade objetiva do objeto

Após expor o processo em que foi definido o caminho metodológico da pesquisa, avançamos nesse item em detalhar como tratamos a realidade objetiva da produção do conhecimento lazer, considerando que esta vem sendo elaborada a partir de pesquisas *stricto sensu* produzida na pós-graduação no Brasil. Essa produção tendo uma existência social e histórica é determinada pelas relações que alicerçam a formação econômica capitalista, em vista que nas relações fundamentais que a consciência acumula com o ser humano concreto (individual e social), o conhecimento em geral que é sempre um fenômeno que se desenrola em estreita articulação com a existência social real, com o viver concreto dos homens e mulheres.

O reconhecimento do primado da realidade objetiva sobre os estudos do lazer que buscamos identificar, no que diz respeito a toda a problemática da

gnosciologia e da epistemologia³⁶, em geral, não nos impôs apenas o estabelecimento da existência material do objeto refletido e do seu caráter determinante na reflexão, mas nos obrigou a ter dialeticamente em conta as condições concretas em que o próprio processo de conhecimento teve lugar nos cursos de pós-graduação nas universidades.

Realizamos o esforço em identificar a realidade objetiva da produção da práxis social do lazer, adotando no processo investigativo o reconhecimento das diversas orientações teóricas e metodológicas, recaindo numa tendência de realizar um estudo pautado em análises mais gerais e descritivas de críticas dos processos de conhecimento humano que têm elementos aplicados à pesquisa científica. Esse procedimento nos permitiu levantar questionamentos e análises constantes sobre a atividade fundamental da pesquisa que promove o desenvolvimento da ciência.

O conhecimento em geral é reflexo subjetivo da realidade objetiva. Ou seja, o caráter necessariamente subjetivo do reflexo não anula nem afasta o lugar determinante que a realidade objetiva pertence no ato de conhecer, mas muito pelo contrário, reclama-o e supõe-no indispensavelmente. Na

³⁶ Para Sánches Gamboa (1996, p. 47) “os estudos epistemológicos procuram na filosofia seus princípios e na ciência seu objeto e têm como função não só abordar os problemas gerais das relações entre a tradição filosófica e a tradição científica, mas também serve como ponto de encontro entre eles”. Esse encontro só é possível em uma prática concreta. Segundo Kosik (1995, p. 13) “a realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista, sob o aspecto de um objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente, cujo pólo oposto e complementar seja justamente o abstrato sujeito cognoscente, que existe fora do mundo e apartado do mundo; mas, apresenta-se como o campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade. No trato prático-utilitário com as coisas – em que a realidade se revela como mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer a estes – o indivíduo ‘em situação’ cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade”. Sánches Gamboa (apud Chaves, 2005, p. 26) expõe a relação entre tipos de abordagens metodológicas e interesses humanos, os quais estabelecem três enfoques de abordagem que se fundamenta na tese da inseparabilidade do pensamento humano das três dimensões fundamentais da vida humana: Empírico analítico (interesse técnico de controle), histórico hermenêutico (interesse lógico, consensual e crítico-dialético (interesse crítico emancipador). Chaves (2005, p. 19) destaca os estudos que vêm sendo realizados e que despontam com grandes contribuições e que podem ser reconhecidos na produção acadêmica de teses, dissertações, relatórios de pesquisa, monografias, em todo o Brasil. Dentre os estudos ressalta: Sánches Gamboa (1987, 1989, 1996), analisou a produção em educação e Souza e Silva (1990, 1997) a produção acadêmica em Educação Física no Brasil. E cita, ainda, outros pesquisadores da área de Educação Física, como Faria Jr. (1991), Moreira (1992), Sérgio (1994), Torjal (1994), Gaya (1993, 1994), Tani (1998), Bracht (1999) Fensterseier (2001) e Betti (2002), que focam suas pesquisas em importantes referências aos estudos das tendências epistemológicas, das abordagens teórico-metodológicas e dos paradigmas científicos da Educação Física e das Ciências do Esporte no Brasil.

consciência do pesquisador é a realidade objetiva – independentemente do sujeito – que é refletida e apercebida, segundo as formas próprias do sujeito que as conhece; estas, por sua vez, ao longo de todo um processo histórico de formação, difusão e assimilação são determinadas e apuradas a partir do real.

Perseguimos, portanto na análise dos estudos produzidos, a propriedade comum do fenômeno da práxis social do lazer, isto é, como afirmamos anteriormente, por ser uma realidade objetiva, que existe para além da nossa consciência e que é refletida por ela nas relações estabelecidas pela formação econômica capitalista, em seu desenvolvimento.

A produção científica, que analisamos ao ser determinada por diversos interesses de linhas e áreas de pesquisas é a exposição de uma realidade concreta que tem um todo lógico-histórico determinado pelas condições de produção que são elaboradas nos centros de pesquisas das pós-graduações das universidades. Cada pesquisa configura uma totalidade concreta, um processo lógico de interesses de múltiplas determinações dadas objetivamente pela formação econômica capitalista, cuja essência buscamos reconhecer e identificar, pois é ela que determina a natureza do objeto.

Por reconhecermos que o conhecimento dialético da realidade não deixa intactos os conceitos no ulterior caminho do conhecer e que, portanto, não é uma sistematização dos conceitos que procede por soma, nos sustentamos em Kosik (1995, p. 50), quando ao falar da totalidade concreta, coloca que o conhecimento dialético da realidade “é um processo em espiral de mútua *compenetração e elucidação* dos conceitos, no qual a abstratividade (unilateralidade e isolamento) dos aspectos é superada em uma correlação dialética, quantitativo-qualitativo, regressivo-progressista”. (Grifo do autor). Para este filósofo, a compreensão dialética da totalidade significa que não só as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes.

Considerando que a questão central da pergunta científica nos conduz a necessidade de identificar **a realidade objetiva** em que se apresentam os pressupostos ontológicos da produção do conhecimento da práxis social do

lazer na pós-graduação em Educação Física, nesta categoria ontológica, segundo Cheptulin (1982, p. 334), ao reproduzir a essência da formação material, tivemos a possibilidade de apreciar não somente o que representa essa ou aquela coisa em um momento dado, em suas relações dadas, mas igualmente qual pode ser seu comportamento em outro momento, em outras relações”.³⁷

O primado do objetivo, do ser, da realidade objetiva da produção do conhecimento do lazer – histórico e social -, não anula a especificidade do subjetivo e das formas com que este se expressa na pós-graduação, mas pelo contrário, incorpora-as a si, sob certas condições, em função do que poderíamos denominar também de objetividade do pensamento. O pensamento verdadeiro que buscamos em nossas análises é subjetivo, no que diz respeito a sua forma ou modo de estruturação, e objetivo no que diz respeito à matéria.

Para revelar a lógica interna dos textos resumos das produções, isto é, para revelar a realidade explícita nos fatos, informações/dados, que têm uma propriedade objetiva do pensamento em geral produzido sobre lazer no Brasil, recorreremos a um processo científico de indagações, apresentadas em uma ficha de análise, que teve como base os níveis de apropriação teórica dos objetos científicos, transformando-os em sínteses capazes de nos oferecer um **substrato material e concreto dos traços da realidade objetiva** a que se referem. Para esse procedimento metodológico elaboramos o instrumento - FICHA DE ANÁLISE DE RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES (apêndice D), que nos permitiu, a partir de uma determinada “lógica reconstituída”³⁸

³⁷ Para Cheptulin (1982, p. 339-340), do ponto de vista do materialismo dialético, “a realidade é o que existe realmente e a possibilidade é o que pode produzir-se quando as condições são propícias”. Nesse fundamento, objetiva-se que: “Se a realidade representa o que existe realmente, não podemos distingui-la da possibilidade, porque a possibilidade também tem uma existência real. A possibilidade tem efetivamente uma existência real, mas somente como propriedade, capacidade da matéria de transforma-se em condições correspondentes, de uma coisa ou de um estado qualitativo em outro. Sob essa forma, isto é, como capacidade de transforma-se de um em outro, a possibilidade é um momento da realidade, como existência real.”

³⁸ Segundo Sanches Gamboa (1996, p. 54) a “lógica reconstituída” é tratada a partir do modo de “ver, decifrar, analisar e articular os elementos de uma determinada realidade”. Em sua tese de doutoramento, Sanches Gamboa (Idem, p. 54) desenvolve em sua análise de pesquisa um “Esquema Paradigmático” partindo da noção de paradigma, como estrutura lógica com propriedade de concretismo e seqüência analógica que envolve uma linguagem especializada anterior ao uso de teorias e métodos. Segundo o referido pesquisador, este instrumento foi elaborado a partir de uma adaptação e ampliação com base em estudos desenvolvidos por

reconhecer a totalidade concreta da realidade histórica que sustenta determinados pressupostos ontológicos que partem de fatos e conceitos que entram em movimento recíproco e se elucidam mutuamente.

Por histórico entendemos os processos de mudanças do objeto, as etapas de seu surgimento e desenvolvimento; portanto, buscamos entender o caráter histórico da construção científica; o lógico significa o meio através do qual o pensamento realiza a tarefa de apropriar-se do real em toda a sua objetividade, complexidade e contrariedade. Portanto, o lógico é o meio reflexo do histórico em forma teórica, ou seja, é a reprodução da essência do objeto e da história do seu desenvolvimento no sistema de abstrações (Kopnin, 1978, p. 183 – 184). A unidade estabelecida nas análises do lógico e o histórico foi premissa fundamental para a nossa compreensão do processo de movimento do pensamento dos pesquisadores sobre a criação da teoria científica das produções que investigamos.

A dedução (explicação), desde o princípio de partida dos pesquisadores nos estudos do lazer, considerando todos os aspectos que constituem a essência do objeto, supõe a análise do fundamento (do aspecto determinante da relação) em seu movimento de aparecimento e desenvolvimento, pois é precisamente no curso de seu desenvolvimento que o fundamento faz nascer e transformar outros aspectos e relações do todo (do fundamento) e assim, podemos recuperar na lógica reconstituída dos estudos, a essência do objeto tratado.

A representação da célula original do fundamento do todo estudado em movimento e desenvolvimento nos permitiu presumir a descoberta das

Bengoechea e outros. (1978), matriz denominada - *Esquema para el analisis paradigmático* -, que utilizaram para a construção de instrumento de análise dos grandes enfoques da teoria sociológica, os denominados genericamente: estrutural-funcionalista e marxista. A recuperação de elementos das produções pelo lógico reconstituído, enquanto possibilidade de apropriação da acumulação de conhecimento pelos pesquisadores nos permitiu reconhecer o conhecimento acumulado sobre as propriedades e ligações (leis) necessárias ao domínio estudado da realidade. Mediante esse processo, buscamos reunir todos os conhecimentos em um todo único e tratamos de considerar todos os aspectos (propriedades) e ligações (leis) necessárias do objeto em sua interdependência natural. A nossa reprodução, na consciência e no sistema de imagens concretas (conceitos) do conjunto dos aspectos e ligações necessárias próprios ao objeto, nos revelou o conhecimento de sua essência. Segundo Cheptulin (1982, p. 127), o movimento necessário em direção da essência do objeto começa com a definição do fundamento – do aspecto determinante, da relação – que desempenha o papel da célula original da tomada de consciência teórica da essência do todo estudado.

tendências contraditórias que lhe são próprias, na luta dos contrários que condiciona sua passagem de um estado qualitativo a outro.

Perseguindo no levantamento de dados da lógica reconstituída dos estudos o conhecimento desenvolvido, colocando em evidência suas contradições próprias no fundamento do lazer, descobrimos a passagem do objeto de um estado qualitativo a outro, que se efetua mediante a negação dialética de certas formas do ser optar teoricamente no que é positivo ou negativo para reconhecer a preservação ou não sobre o que passou sobre uma nova base superior do conhecimento produzido historicamente pela humanidade. Assim, buscamos, à medida que descobrimos novas propriedades e ligações necessárias do objeto, conseguir reproduzir a elucidação teórica da essência. Esse procedimento nos levou ao levantamento e a elaboração de um sistema de conceitos por seu reflexo, que se tornou mais preciso e completo para compreender a lei do movimento dos conhecimentos científicos produzidos nas dissertações e teses que tratam do objeto lazer.

A necessidade de reconhecer a totalidade nas produções científicas de estudos do lazer ocorreu por conta de que estas se revestem de especial importância quando pretendemos reconhecer a categoria ontológica histórica, como princípio teórico e ao mesmo tempo, uma exigência gnosiológica realmente autêntica.

A unidade básica da análise levantada a partir do instrumento referido nos permitiu um processo de elaboração de conhecimento, que segundo Bengoechea e outros (1978 *apud* Sánchez Gamboa, 1996, p. 54):

Todo processo de produção de conhecimentos é a manifestação de uma estrutura de pensamento - qualquer que seja o nível de estruturação e coerência interna - que inclui conteúdos filosóficos, lógicos, epistemológicos, teóricos, metodológicos e técnicas que implicam maneira de agir e de omitir.

Para dar conta do processo em que todos os fatos e conceitos entram num movimento recíproco e se elucidam mutuamente, tivemos que reconhecer que esses elementos são organizados em diferentes níveis nas produções das pesquisas, em vista aos estudos da produção do conhecimento, que são:

técnico-instrumentais, metodológicos, teóricos, epistemológicos³⁹. Com base nesses níveis de articulação dos elementos que se apresentam nas produções *stricto sensu*, passamos a reconhecer os grupos de pressupostos gnoseológicos e ontológicos, que segundo Kopnin (1978, p. 60 - 61):

A relação do pensamento com o ser é o ponto de partida de todas as categorias filosóficas do materialismo dialético, ponto que desempenha simultaneamente a função quer de ontologia, quer de gnosiologia, não de maneira como se existissem isoladamente sistemas de categorias ontológicas e gnosiológicas, mas de forma a que todas as categorias do materialismo sejam ao mesmo tempo ontológicas (no sentido de que têm conteúdos tomados ao mundo objetivo, ao ser) gnosiológicas (de vez que nelas se resolve o problema da relação do pensamento como o ser e elas mesmas são degraus no movimento do pensamento). [...] Tomando como ponto de partida às leis do pensamento e as leis do ser, o materialismo dialético supera o agnosticismo. O pensamento atinge a verdade objetiva, coincide por conteúdo com o objeto que fora dele se encontra porque ele mesmo se movimenta segundo as leis do objeto.

Mediante as considerações destacadas acima, foi fundamental instituir no instrumento (Ficha de Análise de Resumo das Dissertações e Teses), em que levantamos a lógica reconstituída das produções, a elaboração de um roteiro de questões para que a análise das produções pudesse ser encaminhada, sobretudo para a realidade ontológica, em vista que, nos conceitos e categorias do materialismo histórico dialético, a realidade objetiva que desvendamos está representada em vista dos objetivos da atividade prática da práxis social do lazer dos homens e mulheres, numa etapa determinada da sua evolução na produção histórica da existência humana. Para Kopnin (1978, p. 64):

A compreensão das leis do desenvolvimento da sociedade é indispensável para a fundamentação da tese sobre a consciência enquanto propriedade da matéria e produto do desenvolvimento social, sobre a prática como fundamento e critério de verdade, etc. Sem o reconhecimento das leis do desenvolvimento da sociedade é impossível criar uma concepção dialética do desenvolvimento.

³⁹ Nos estudos de Silva (1997, p. 135 – 146), já destacados anteriormente (nota 37), reconhecemos elementos que identificam o que caracteriza os níveis e pressupostos das pesquisas científicas, enquanto atividades socialmente condicionadas e historicamente situadas. Esses elementos (informações/dados) encontram-se nos textos das produções de pesquisas em estudos de lazer. Para o seu reconhecimento e identificação foi essencial o instrumento da ficha, que elaboramos para levantamento dos elementos essenciais de análise.

O sujeito pesquisador de cada produção analisada, ao estabelecer uma ordem lógica para o tratamento metodológico do objeto, sob formas universais existentes, quando fez sua escolha, o fez pelo prisma das categorias que criou em sua consciência e, realizando uma síntese categorial, colocou em evidência propriedades e ligações próprias ao objeto tratado na pesquisa; em seguida, este colocou em evidência as formas específicas de sua manifestação em um domínio concreto da realidade da sociedade em que o objeto estabelece características qualitativas e quantitativas, em vista que as ligações de causa e efeito que lhes são próprias em uma dada formação econômica são advindas de leis geradas pelo funcionamento da sociedade e de seu desenvolvimento para atender a determinados interesses de classes.

Assim, buscamos a partir de pressupostos gnoseológicos e ontológicos tratados nas produções, identificar estruturas categoriais que assegurassem o movimento do pensamento em direção à verdade, que é verificada em cada ação cognitiva e prática realizada pelos pesquisadores. Conseqüentemente, em virtude de repetições e de confirmações, na prática, podemos considerar o caráter de universalidade e de verdade científica (validação científica).

Segundo Sánches Gamboa (1996, p. 57), os pressupostos gnoseológicos se referem às “maneiras de tratar o real, o abstrato e o concreto no processo da investigação científica a qual implica em diversas maneiras de abstrair, conceptualizar, classificar, e formalizar [...]”. Já os pressupostos ontológicos nos permitem reconhecer as concepções de homem, de sociedade, de educação, de história, de trabalho e de lazer, que se articulam e que se referem a uma determinada concepção de realidade social, política e econômica. O trabalho, assim como o lazer são práxis da realidade social, cuja relação torna-se fundamental ser analisada nas produções da pós-graduação no Brasil.

Para estabelecer o processo operacional de tratamento as produções científicas (teses e dissertações), adotamos como ponto de referência de base para analisar o complexo conjunto de pesquisas - o nível teórico. Este nível nos permitiu reconhecer a realidade do tratamento do fenômeno lazer, seus núcleos conceituais básicos, os elementos críticos e acrícos mediante o

reconhecimento dos interesses de classes e projeto histórico de sociedade que explicita e implicitamente estão postos a partir de pressupostos ontológicos.

Mediante os limites que nos impuseram o acesso das produções completas, depositadas e expostas em bancos de dados, explicitamos porque tivemos que recorrer a registros da leitura analítica de resumos das teses e dissertações. Para cada produção aplicamos individualmente uma ficha de análise, que foi numerada para contribuir com o processo de tipificação das produções, cuja forma expomos no capítulo V desse estudo. Este foi o processo que nos forneceu a lógica reconstituída do nível teórico dos estudos.

A coleta de informações/dados extraída da Ficha de Análise recaiu sobre elementos contidos em cada produção, considerando: problema levantado, objetivo principal, hipótese, tipo de pesquisa, metodologia, resultados alcançados / conclusão; assim, buscamos identificar a totalidade concreta tratada sobre lazer nas produções, que são advindas de múltiplas determinações teóricas, que se apresentaram na condição de explicitação das mais simples para as mais complexas, que são expostas no quinto capítulo desse estudo. Na análise destes elementos buscamos reconhecer os pressupostos ontológicos (foco da nossa investigação)

A dialética da totalidade concreta que nos instrumentalizamos não é um método que pretende ingenuamente conhecer todos os aspectos da realidade em que se apresenta a práxis social do lazer nas produções analisadas, e que pudesse nos oferecer um quadro total da realidade na infinidade dos seus aspectos e propriedades, mas é uma teoria da realidade e do conhecimento que dela se tem como realidade, que segundo Kosik (1995, p. 44) pode ser entendida como concreticidade, que não sendo tratado caoticamente tem seu desenvolvimento, que vai se criando e cuja concepção de realidade decorre de certas conclusões metodológicas que se convertem em orientação heurística e princípio epistemológico para estudos, ou seja, tratamos da descrição, compreensão, lustração e avaliação de certas seções tematizadas da realidade, no que tange ao objeto teórico ou questões práticas relativas à práxis social humana do lazer em qualquer situação social.

Buscamos com o método realizado de pesquisa alcançar a síntese do fenômeno lazer, pois desde os níveis mais elementares é que o conhecimento se estabelece enquanto uma síntese, se processando sempre numa órbita do

concreto e somente numa análise rigorosa de concreção do pesquisador o pensamento se manifesta naquilo que realmente existe, é.

O conhecer dos pressupostos ontológicos das produções sobre lazer foi se organizando em sistematizações que se desenvolveram sempre no quadro de uma unidade do sensível e do racional e é nessa forma que este conhecer se apresentou e se afirmou enquanto reflexo de uma realidade objetiva, considerando que o sensível e o racional não são dois graus independentes do conhecimento, mas dois momentos constitutivos presentes em todas as formas e etapas do processo cognoscitivo, com ascensão na ordem da complexidade determinada pelo método.

Os níveis de base teórica em que se colocaram as produções geraram um apuramento racional de dados, a que nomeadamente, a prática e a linguagem tratados sobre o objeto, embora tenham sido para nós algumas vezes de forma estranha, não impediu a compreensão e apropriação. É justamente nessa medida que o conhecimento sensível se manifesta formalmente, como pensamento dos produtores das pesquisas em suas linhas de pensamento, enquanto forma de juízos de percepção, enquanto resultados do conhecimento da realidade objetiva, que os sentidos lhes forneceram, considerando as correntes teóricas que defendem para produzir conhecimento.

Portanto, buscamos reconhecer nas produções analisadas, o objetivo e o subjetivo, o social e o individual, o particular e o singular etc, que se encontram necessariamente em uma dada e referida totalidade. Em termos da unidade dialética em que buscamos depurar as manifestações e seus desenvolvimentos enquanto modalidades reais das contradições, esta nos permitiu reconhecer a própria realidade objetiva em que se coloca a práxis social do lazer nos interesses da luta de classes.

A existência social do lazer que se apresenta nos estudos de acordo com as formas específicas de determinação proveniente das linhas de pesquisa nunca pode corresponder a um estágio passivo ou fixo de receptividade fundada pelos pesquisadores. E é nesta condição que o lazer se apresenta a partir dos pesquisadores, como um fator indispensável à plena determinação e compreensão do concreto em cujas bases todo e qualquer conhecimento se define e materializa.

Portanto, buscamos no método, reconhecer a unidade fundamental do ontológico e do gnosciológico, ou seja, a emergência do fenômeno do lazer na consciência do seio de uma matéria complexicamente organizada nas produções científicas que o descrevem no viver dos homens e mulheres, a partir de referências de classes e de uma dada formação econômica capitalista; nesse processo metodológico buscamos identificar uma perspectiva que pudesse equacionar convenientemente todos os problemas do reflexo subjetivo da realidade objetiva em que o conhecimento próprio foi elaborado e consiste. Nesse processo metodológico nos foi fundamental reconhecer a partir de dados levantados nas produções, os domínios do gnosciológico e do ontológico, bem como as instâncias que se apresentam o fenômeno lazer nos estudos, que são estruturalmente determinantes para a formação de professores de Educação Física. Esta tarefa teve limites dentre as possibilidades mais amplas e profundas que requereram o recorte teórico do objeto do nosso estudo.

Os dados foram provenientes de duas fontes secundárias: 1. resumos das dissertações e teses; 2. Programa das disciplinas do curso de licenciatura em Educação Física da FAGED/UFBA. Essas fontes encontram-se rigorosamente determinadas e relacionadas entre si, organizadas para compor uma estrutura que constituiu o conteúdo do lógico da forma determinada pela pesquisa.

A função da análise e síntese⁴⁰ somente foi possível considerando a construção do instrumento - Ficha de Análise de Resumos de Teses e Dissertações, tratado anteriormente. Os elementos essenciais de análise se colocaram, inicialmente, na condição de elementos abstratos; quando sofreram a função metodológica no levantamento de dados e que foram colocados em quadros, passaram a exercer uma função cognitiva de apurar a forma de

⁴⁰ Segundo Kopnin (1978, p. 235) “é tarefa tanto da análise quanto da síntese a reprodução do objeto no pensamento conforme a natureza e as leis do próprio mundo objetivo. Se o pensamento se afasta das leis objetivas e passa a produzir a análise e a síntese conforme as leis estranhas à natureza do próprio objeto (separa os elementos existentes na natureza e unifica o que está dividido no mundo material), então abandona a verdade objetiva passando para o campo das construções especulativas, da construção de teorias arbitrarias”. “[...] A análise e a síntese têm caráter criativo e seu resultado é o avanço do nosso conhecimento.” “[...] A síntese evidentemente ocorre à base de certos conceitos antecedentes, sobretudo de categorias filosóficas, mas estas conduzem a resultados fecundos na síntese pelo fato de elas mesmas refletirem criativamente a realidade objetiva. A atividade analítico-sintética do pensamento humano é livre e ilimitado na representação objetiva dos fenômenos da realidade.”

pensamento que se alicerçou no conteúdo objetivo. Fora desse conteúdo objetivo extraído não se pode falar da função gnosciológica, ou seja, da forma de pensamento desenvolvido nas produções dos estudos de lazer.

A ficha de análise contribuiu com a finalidade de alcançar a realidade concreta sobre os estudos do lazer, não nos servindo para encaixar categorias prefixadas; esta nos possibilitou apropriarmos da realidade nas suas íntimas leis em vista a análise de todas as informações levantadas; somente assim foi possível revelar sob a causalidade do fenômeno, as conexões internas tão necessárias para atingir a compreensão dos processos evolutivos da realidade ontológica da produção do conhecimento do lazer no Brasil.

O conteúdo objetivo recuperado pela forma de pensamento dos pesquisadores, assim como os elementos levantados a partir da organização das informações das 84 fichas de análises, compôs um quadro (4), que gerou um Banco de Dados (Apêndice E). Buscamos com esse procedimento metodológico definir o lugar de uma dada forma lógica de obtenção do conteúdo objetivo verdadeiro do pensamento, em vista ao necessário rigor para o domínio possível da reprodução do concreto em toda a sua diversidade.

Em síntese, buscamos partir do real, passando pelo abstrato para chegar ao concreto. Sobre o real voltamos a frisar nada mais é do que o concreto enquanto uma totalidade articulada e construída e em processo constante de construção da subjetividade humana, que é não é mais do que a necessidade de universalizar a singularidade do objeto pesquisado. Esse movimento dialético somente foi possível ser realizado na medida em que consideramos uma síntese de revisão de pesquisadores clássicos que subsidiaram as discussões teóricas e que foram tratadas nos capítulos II, III e IV desta produção do estudo.

Outro aspecto que consideramos na análise das produções é o fato que a categoria teórica lazer, ser ou não tratada nas produções, apenas para poder cumprir a sua função social (possibilitar a realização de posições teleológicas eficientemente para atingir as finalidades idealizadas pela formação econômica capitalista). O que significa dizer que a investigação tratou em certa medida, das determinações do real existente que é fundada pelos interesses de classes.

No processo técnico de análise e síntese dos resultados, procuramos articular o caráter determinado da passagem das mudanças quantitativas as qualitativas, enquanto uma lei do desenvolvimento do mundo material. Foi no processo desta transformação que tivemos a possibilidade de verificar as mudanças do fenômeno da práxis social do lazer, enquanto um dado histórico na produção da existência humana, uma vez que o desenvolvimento dos estudos de lazer sofreram sempre a unidade de mudanças quantitativas (contínuas) e qualitativas (por saltos) que ocorrem na prática e no conhecimento socialmente produzido, em vista a formação econômica que alicerça historicamente as relações de produção do capital.

Pelo fato de a práxis social lazer ser intrinsecamente relacionado ao trabalho e o seu caráter no modo do capital organizar a produção dos bens, os pesquisadores estabelecem, a partir do lugar que ocupam na luta de classes, determinados interesses. Identificar a partir da realidade ontológica seus interesses, que se desdobram na relação teleologia/causalidade, nos levou a necessidade de manter a distância da articulação entre sujeito e objeto nas análises e síntese, para reconhecer o desdobramento de objetivação e exteriorização que assume de modo reflexivo e determinante a categoria teórica nas produções. Também, fez-se necessário reconhecer desdobramentos que relacionam dialeticamente a universalidade da categoria teórica a uma determinada particularidade do objeto concreto nomeado em cada estudo.

O tratamento de análise que determinamos para o “senso de realidade” em que se coloca a categoria lazer nos estudos, parte de Marx (*apud* Lukács, 1979, p. 43), que coloca o senso de realidade para além dos limites da pura economia, considerando que por mais audaciosas que sejam as abstrações no campo filosófico, mesmo tendo coerência lógica, permanece sempre presente e ativa – nos problemas teóricos abstratos a vivificante interação entre economia propriamente dita e a realidade extra-econômica no quadro da totalidade do ser social, o que esclarece questões teóricas que, de outro modo, permaneceriam insolúveis⁴¹.

⁴¹ Segundo Lukács (1979, p. 57) “a verdadeira construção de *O Capital* mostra que Marx lida decerto com uma abstração, mas evidentemente extraída do mundo real. A composição da ampla obra consiste, precisamente em introduzir continuamente novos elementos e tendências

Mediante o exposto, conduzimos o processo de identificação dos pressupostos ontológicos do lazer para chegar a análise e síntese, a partir do instrumento de captação da lógica reconstituída, considerando os estudos de Bengoechea e outros (1978 *apud* Sánches Gamboa, 1995, p. 57), que afirmam:

No uso de categorias teóricas em função metodológica, isto é, não como afirmações fechadas sobre a realidade, mas como elementos construtores da teoria. [...] De fato a apropriação cognitiva do real deve ser suficientemente aberta para cumprir uma função crítica com relação aos esquemas teóricos que têm servido de referência.

Na análise e na discussão dos resultados, a concreticidade foi-se formando a um nível cada vez mais complexo, quando levantamos relações e nexos dos dados evidenciados e os elementos históricos tratados no levantamento teórico dos capítulos II, III e IV desse estudo. Nessa perspectiva a lógica dialética tratada atuou como meio de conhecimento do histórico, fornecendo o princípio para o estudo multilateral do objeto⁴².

Quando tomamos como base a explanação da história do objeto, o conhecimento da essência tornou possível explicar todas as demandas históricas, causalidades e desvios, que sem obscurecerem as necessidades, encontraram seu lugar na manifestação e complementação do objeto, o que nos permitiu reconhecer a história do objeto numa manifestação viva e vigorosa em nosso pensamento (Kopnin, 1978, p. 185-186).

Os pressupostos ontológicos do lazer identificados nas produções, assim como o reconhecimento de mediações no currículo de formação dos professores do curso de Educação Física da FACED/UFBA foram colocados a partir de escolhas que os pesquisadores adotaram para tratar do real; estes foram decorrentes das opções de linhas de pesquisas em cursos de pós-

ontológicas no mundo reproduzido inicialmente sobre a base dessa abstração; consiste em revelar cientificamente as novas categorias, tendências e conexões surgidas desse modo, até o momento em que temos diante de nós, e compreendemos, a totalidade da economia enquanto centro motor primário do ser social. O passo imediatamente sucessivo conduz ao próprio processo de conjunto, visto inicialmente em sua generalidade.” (Grifo do autor).

⁴² Segundo Engels (1979, p. 182): “A lógica dialética, em contraposição à velha lógica, meramente formal, não se limita, como esta, a enumerar e por uma ao lado da outra, desconchavadamente, as formas do movimento do pensamento, isto é, as diferentes formas de julgamento e de conclusão. Pelo contrário, procura ligar as formas uma à outra, subordinando-se entre si, ao invés de coordená-las, desenvolvendo as formas superiores a partir das mais inferiores”.

graduação que existem nas universidades brasileiras e que se alimentam de proposições de interesses de classes, de políticas de educação do ensino superior, enfim, dos interesses mais amplos sobre a pesquisa que os pesquisadores se colocam quando coagidos pela mercadorização imposta pelo capital nacional e internacional.

A partir do que expomos o caminho traçado para essa investigação estabeleceu abertura para amplas reflexões e para um levantamento complexo de questões que em parte fizemos um esforço em discutir nas dimensões teóricas e empíricas da pesquisa, no V e VI capítulos da tese. Reconhecendo limites teórico-metodológicos e o esforço em sistematizar os dados levantados, colocamo-nos longe de resolver as contradições do lazer na formação econômica capitalista, mas nos expomos na tentativa de traçar um caminho possível para responder a nossa questão central investigativa, assim como realizar o esforço de apontar possibilidades superadoras a partir de um projeto histórico comunista.

Considerando a necessidade de esclarecermos nessa introdução como foi organizado teoricamente e empiricamente o estudo, apresentamos a seguir, o método de exposição em vista a um corpo teórico de investigação em que buscamos sustentar a tese.

1.3 MÉTODO DE EXPOSIÇÃO

Nesse item da introdução do estudo, apresentamos o quadro teórico que deu sustentação aos estudos desenvolvidos para elaborar essa tese. Expomos o caminho que guiou o pensamento científico na elaboração de uma proposta geral de natureza conceitual que localiza o embate teórico traçado na produção do conhecimento lazer no Brasil no período de 1972 a 2008. Buscamos nessa seção proporcionar aos leitores desse estudo, mais concretude e fluidez à leitura dos capítulos teóricos da tese, que foram traçados para atender a uma evolução interna e necessária ao estudo.

Nessa exposição introdutória, apontamos, inicialmente, com que autores realizamos um profícuo diálogo teórico, assim como, apresentamos na

realidade objetiva dada historicamente pelas publicações, as bases teóricas que tornam transparente, racional e compreensível a complexidade de fundamentos contraditórios que estabelecem os nexos e relações sobre o objeto de investigação e a realidade histórica que trata o objeto. Num segundo momento, apontamos os títulos e subtítulos dos capítulos com suas especificidades de aprofundamentos necessários para garantir clareza, precisão e objetividade material do estudo.

A realidade sobre a qual colocamos a proposta de formulação dessa tese parte de nossa indignação sobre a crueldade em que vive a classe trabalhadora, no mundo de realimentação da lógica capitalista, em que o trabalho vem sendo um fator que contribui para a ampliação da mais-valia relativa⁴³; nesta perspectiva o lazer é tido como fator de compensação para males advindos das relações de exploração do trabalho, o que causa alienação⁴⁴ sobre a contextualidade política e social da realidade.

Nessa proposição de hipótese já apontada e defendida (Sá, 2003), reconhecemos que a base ontológica de realidade tem como centralidade o trabalho que é o elemento fundante. Portanto não podemos desconsiderar que o lazer constitui uma dimensão da vida humana que ontologicamente aparece na produção capitalista. O par dialético trabalho-lazer nos possibilita entender ontologicamente o que é mesmo o lazer, como é tratado enquanto conhecimento científico, como entra na graduação?

As contradições da luta de classe, tendo como premissa a consideração da construção da liberdade exibem uma inequívoca articulação com o devir-humano dos homens e, portanto com a superação da sociedade de classes, da propriedade privada dos meios de produção. Portanto, concordando com Lukács (1986 apud Lessa 2002, p. 202), reconhecemos no trabalho o solo

⁴³ A mais valia - relativa, segundo Karl Marx (2002, p. 366), é "decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho". Portanto, o fundamento da mais-valia-relativa é a diminuição do trabalho necessário, que por sua vez se fundamenta na diminuição do trabalho necessário e esse por sua vez, na diminuição do preço dos produtos necessários ao trabalhador; portanto, a mais-valia relativa é fundamentada no barateamento das mercadorias que servem ao operário.

⁴⁴ O fenômeno da alienação sobre a contextualidade política e social pode ser compreendido como o estado ou condição em que o ser humano é concebido como "coisa", típica da realidade objetiva, ou seja, "no universo da forma mercantil condiciona, pois, tanto no plano subjetivo como no plano objetivo, há uma abstrata do trabalho que se objetiva nas mercadorias. Por outro lado, a sua possibilidade histórica está, por sua vez, condicionada pela efetivação real deste processo de abstração." (LUKÁCS, 1974, p. 101).

genérico da liberdade, considerando a possibilidade de superação da formação econômica capitalista, que está baseada na exploração do homem pelo homem e na propriedade privada dos meios de produção da vida.

Para aprofundarmos essa questão tomamos como base teórica principal para discussão, os estudos de Marx (1980, 1987, 1991, 2001, 2002, 2004, 2006), Marx e Engels (1980, 1999), Lukács (1974, 1979), Fernandes (1989, 1981a, 1981b), Mézaros (2002, 2003, 2005, 2007), Lessa (1997, 2002, 2005, 2007).

Sobre a apropriação da concepção ontológica, nos apoiamos principalmente nos estudos da lógica⁴⁵ da dialética materialista desenvolvida por Marx (1963), Marx e Engels (1999); Lukács (1974, 1979), Lessa (2002, 2005); Vázquez (1996, 1977) e Kosik (1995)⁴⁶. A partir desses pesquisadores realizamos sínteses teóricas fundadas na filosofia e história da economia política; elaboramos capítulos teóricos cujos caminhos nos levaram a dialogar com uma ontologia marxista do ser humano enquanto ser social⁴⁷ para compreendermos a exteriorização da práxis social do lazer pela classe trabalhadora, que corresponde ao momento pelo qual a objetivação do lazer na formação econômica capitalista se coloca ao confrontar os trabalhadores com a realidade que adquire uma história própria. Esta realidade exerce uma ação de retorno sobre os próprios trabalhadores na determinação de gerar uma manipulação alienada. Há exigências, “segundo a qual se deve tomar a “sensibilidade”, o objeto, a realidade, como atividade humana sensível, o que implica que o homem tome consciência de si próprio como ser social, como simultaneamente sujeito e objeto do devir histórico social” (MARX *apud* VÁZQUEZ, 1974, p. 34-35). Portanto, no processo de sociabilização dos

⁴⁵ Segundo Lukács (1979, p. 52-53), “a lógica cria um meio homogêneo de pensamento, cuja estrutura deve ser qualitativamente diversa da realidade, que é em si homogênea; a essa diversidade deve se manifestar, não fosse outra razão, pelo fato de que as relações num meio homogêneo devem ser constituídas de modo diverso do que o seriam em presença de objetos, forças etc, realmente heterogêneos e atuando uns sobre os outros”.

⁴⁶ Mesmo admitindo que existam no conjunto das obras analisadas, divergências entre os autores, estas não se colocam antagônicas no que nos é essencial, sob o ponto de vista ontológico que é a possibilidade histórica da humanidade superar a sociedade de classes e construir outro modo de produção da vida.

⁴⁷ Para compreender o ponto de vista Lukacasiano sobre o ser social, segundo Lessa (2002, p. 146), é preciso reconhecer que este “é a síntese dos atos singulares dos indivíduos em tendências, forças etc. genéricas”. [...] “a substancialidade do indivíduo humano, portanto, não é apenas radicalmente social, mas também histórica: nem mesmo as características herdadas biologicamente pelo indivíduo podem determinar *a priori* qual será a dinâmica de evolução de sua personalidade” (LESSA, 2002, p. 147).

trabalhadores, em que é possível derrubar as barreiras espaciais e temporais e se colocar o lazer, a formação econômica capitalista se apropria dos homens e mulheres trabalhadores de forma mais vil.

Reconhecemos a dialética entre a objetivação e a apropriação⁴⁸ que é aquela que sintetiza na obra de Marx (2002), a dinâmica essencial do movimento⁴⁹ do processo de produção e, por decorrência a dinâmica essencial do processo de produção e reprodução da cultura humana.

Para estabelecer uma análise dos pressupostos ontológicos do lazer a partir da realidade social que se produz na sociedade capitalista, estudamos o lazer, partindo de uma lógica natural que está inserida em uma lógica social instituída na luta de classes, considerando suas contradições na atual formação econômica capitalista. Estudar o lazer a partir da dialética materialista como conhecimento da realidade só é possível do ponto de vista de classes, do ponto de vista do proletariado, dos trabalhadores.

Apresentamos uma discussão teórica sobre a pós-graduação brasileira, que não está imune aos vícios atávicos do sistema educacional brasileiro na sua relação com a estrutura social do sistema capitalista. A crise em que atravessam as universidades brasileiras, segundo Gentili (2001, p. 111-112), tem dupla dimensão: as políticas neoliberais obstruem a possibilidade de constituição de um campo intelectual autônomo, ao esvaziar, empobrecer e conduzir a decadência às universidades como espaço público de produção de conhecimentos socialmente relevantes, e ao mesmo tempo, o compromisso político-democrático dos docentes diminuiu ao se reduzir ao extremo sua vinculação com as lutas e as resistências protagonizadas pelos movimentos sociais e populares latino-americanos.

Por outro lado, o ajuste financeiro que passam as universidades públicas e a precarização docente acabam limitando as condições de

⁴⁸ Para Marx (1963, p. 66): “A relação *real, ativa*, do homem consigo mesmo, como ser genérico – ou seja, como ser humano – só é possível se ele exteriorizar realmente todas as suas *forças genéricas* – o que por sua vez só é possível pela ação junta dos homens, unicamente como resultado da história – relacionando-se a eles como aos objetos, o que igualmente só é possível sob a forma de alienação”. (Grifo do autor). Entendemos, portanto, a apropriação da objetivação do gênero humano como produto da atividade objetivadora.

⁴⁹ O movimento, ao qual nos referimos parte de Engels (1979, p. 41) quando este coloca o movimento, em seu sentido mais geral, concebido como forma de existência, como atributo inerente à matéria, compreender todas as transformações e processos que se reproduzem no Universo, desde as simples mudanças de lugar, até a elaboração do pensamento.

produção de trabalho do exercício da docência e da pesquisa; o círculo vicioso dessa precarização se superpõe a um objetivo político, gerando uma produção na pós-graduação com um poderoso processo de reconversão intelectual, que conduz a redefinição à função social das universidades, assim como o papel político exercido pelos que nelas atuam.

Analisar a partir da produção do conhecimento na pós-graduação das universidades brasileiras o lazer e reconhecer seus pressupostos ontológicos para propor novas possibilidades de mediações desse conhecimento na formação de professores de Educação Física, respaldados em perspectivas que orientem ações que contribuam para alterar a ordem vigente do capital no mundo concreto é um dos focos principais da necessidade desse estudo.

Acrescenta-se a esta proposta, também, a necessidade de aprofundar estudos sobre os fatores históricos que geram a cruel realidade brasileira, sustentada por questões de âmbito econômico-social e que estão atreladas ao viver do cidadão e que diz respeito à forma em que se pode afirmar ou não o lazer como um direito constitucional conquistado pela luta dos trabalhadores na atual realidade.

Sobre os fatores determinantes desta realidade ressaltam-se duas grandes preocupações que dizem respeito à formação dos professores: a herança da pobreza, assim como sua capacidade de reprodução contínua, devida questões educacionais e sócio-econômicas condicionadas às políticas sociais vigentes e as fortes desigualdades regionais entre as distintas camadas populacionais.

Para se promover uma pesquisa que possa contribuir para a formação do professor de Educação Física que atua no campo do lazer não se pode deixar de considerar esta realidade para que se possa elaborar uma verdadeira análise sobre toda a problemática em que se instala o lazer no Brasil e especialmente na região nordestina, a partir da produção do conhecimento na pós-graduação. É preciso atenção a estas questões, pois é a partir de uma visão crítica da realidade sobre o que estamos produzindo e reproduzindo na formação de professores é que podemos apontar como mediar o trabalho no campo da práxis social do lazer. Portanto reconhecemos a necessidade de identificar e fazer relações dos estudos de lazer com os condicionantes

históricos, sociais, políticos e econômicos que geram bens e serviços através de políticas públicas, nesse campo.

Em minhas pesquisas sobre o campo de conhecimento da práxis social do lazer e na docência voltada para a formação de professores de Educação Física, venho reconhecendo o caráter parcial e limitado que a sociedade se apropria sobre o entendimento do lazer a partir de seus conteúdos. Por outro lado, como já levantamos, anteriormente, as universidades apontam certa dificuldade na formulação de propostas para a formação de profissionais e especificamente no campo de Educação Física, pois estas não vêm tendo a consideração de uma formação humana que contemple reflexões sobre a práxis social do lazer enquanto fenômeno histórico, social, cultural e político. O que percebemos é a legítima coexistência de diferentes abordagens e determinações a partir de posições ontológicas e filosóficas sem a devida e necessária criticidade (CHAVES, SÁNCHEZ GAMBOA, SÁ, 2003).

Nesta perspectiva, tivemos a possibilidade de levantar em uma das hipóteses que descrevemos nesse estudo, que as pesquisas promovidas no campo de conhecimento sobre lazer na pós-graduação, não vêm atendendo a especificidade de formulação do objeto a partir de um estatuto ontológico consistente para propor à formação dos professores de Educação Física a partir de uma base comprometida com uma matriz científica que possa vir a estabelecer referências de unidade entre professores e as disciplinas; as pesquisas, inclusive, estão gerando uma grande quantidade de abordagens teóricas nos currículos de formação dos professores, que emitem juízos de valor para esse campo, a partir de pressupostos ontológicos que só levam em conta a reestruturação produtiva que responde ao movimento geral que alimenta o interesse do capital.

Consideramos também, que há falta de articulação entre a produção específica de base científica produzida e os currículos de formação dos cursos de formação de professores.

Esses e os demais pressupostos, anteriormente apontados, nos mobilizam a considerar a relevância desta pesquisa em que identificamos e reconhecemos que há referências de conhecimentos sobre a práxis social do lazer que determinam a orientação na formação acadêmica e se esta não responde as reais necessidades ontológicas para os trabalhadores brasileiros.

O conhecimento sobre a práxis social do lazer é produzido culturalmente e é configurado a partir de determinações específicas e circunstanciadas formas de conhecer. As universidades através de suas linhas de pesquisa podem e devem contribuir para a sistematização e divulgação desse conhecimento para a sociedade a partir de bases teóricas realmente essenciais, distantes das representações sociais que fogem a consciência dos trabalhadores, cujo duplo sentido indica a sua essência e ao mesmo tempo a encobre para atender a interesses alheios.

Ainda sobre a formação do professor de Educação Física, reconhecendo demandas à profissão, Taffarel (1999, p. 32)⁵⁰ aponta a necessidade de uma ampla discussão sobre um currículo que possa estar atualizado para o exercício da prática profissional, a partir das necessárias modificações conjuntural-estruturais, que se apresentam nas demandas postas à profissão e que exigem respostas; em vista as novas perspectivas e possibilidades. Taffarel (1999, p. 32), apresenta em seus estudos, que dentre os “campos de ação” realizáveis no tempo livre, encontra-se a recreação, o lazer e a prática esportiva. Esta estudiosa em currículo e formação humana, ressalta ainda, que a partir do Fórum da UNESCO (1994) – *Foro Regional -- sobre a Actividade y el Deporte para America Latina y el Caribe* - desenvolveu-se um esforço teórico para reconhecer as demandas e reivindicações específicas para a região Nordeste do Brasil, no campo da Cultura Corporal. Esse esforço, enquanto proposta mais imediata resultou no documento “A carta de Sergipe”⁵¹ que evidencia dentre os campos de intervenção sócio-pedagógicas do profissional de Educação Física & Esporte, o Lazer / Turismo. Portanto, dentre outras possibilidades de estudo, destacamos as referências apresentadas por Taffarel (1999), em sua tese intitulada - “A prática pedagógica na formação do conhecimento e formação acadêmica na área da Educação Física & Esporte: a possibilidade estratégica da indissociabilidade entre ensino - pesquisa – extensão”, que serviram como fonte para subsidiar nosso campo de estudo em currículo.

⁵⁰ Taffarel, Celi Nelza Zulke. Tese de Pós-doutoramento, realizada nas Universidades de Oldenburg e Vechta – Alemanha, 1999.

⁵¹ A CARTA DE SERGIPE – importante documento da área de Educação Física, elaborado no ano de 1999, que obteve 1000 assinaturas; foi encaminhado ao Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, que publicou na Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 23 n. 1 setembro 2001.

Para esta pesquisa, foi de grande contribuição à produção científica do Núcleo Brasileiro de Dissertações e Teses em Educação Física e Esportes – NUTESES, volumes 1, 2 e 3, impressos e seu banco de dados disponível em site na Internet, onde se pode encontrar os resumos e/ou dados complementares das dissertações e teses defendidas durante os anos de 1979 a 2006 sobre Educação Física, esporte e lazer.

Para reconhecer elementos que alicerçam na sociedade brasileira a reestruturação universitária, cooptada pelo neoliberalismo ao longo da história no Brasil, assim como as influências na constituição e expansão da pós-graduação *latu sensu* e *stricto sensu*, em educação e em estudos do lazer, nos aproximamos de leituras de Gentili e Frigotto (2001, 2002), e de pesquisadores que fizeram comunicações científicas que se encontram publicadas nos anais do 28º. Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, que comemorou em 2005, quarenta anos de Pós-Graduação em Educação no Brasil.

Apropriamo-nos de estudos de Lafargue (1999), que possui uma base teórica e histórica incontestável sobre referências do que denominamos de práxis social do lazer a partir das relações do trabalho do século IX.

Com Padilha (2000, 2006) tivemos a possibilidade de reconhecer as relações e contradições do lazer e tempo livre na sociedade capitalista e como os interesses do capital alimentam o lazer de consumo nos shopping Center.

Na concepção do materialismo histórico, em estudo mais recente sobre lazer, nos apropriamos de uma relevante produção de tese defendida por Elza Peixoto (2007), que apresenta uma reflexão crítica quanto à apropriação da obra de Marx e Engels no âmbito dos estudos do lazer no Brasil. Nesse estudo, Peixoto busca teorizar sobre as possibilidades que a obra de Marx e Engels nos apresenta para a compreensão da problemática do lazer na formação econômica capitalista. A investigação desenvolvida por esta pesquisadora concentra-se no levantamento da produção do conhecimento dos estudos do lazer no Brasil e na compreensão dos seus ciclos e eixos internos, dedicando-se a exposição do *estado da arte* em um Banco de Dados que denomina de ARELB - Arquivo Referente aos Estudos do Lazer no Brasil. Este Banco de

Dados se encontra em arquivo eletrônico, que expõe referências bibliográficas de acesso ágil a produção catalogada.⁵²

Na perspectiva de analisar como o corpo de conhecimento do lazer é tratado nos cursos de graduação em educação Física, nos sustentamos em estudos de currículo da área de Educação Física, promovidos por Taffarel e Lacks (2005).

Destacamos as contribuições do Coletivo de Autores (1993)⁵³, quanto à concepção de currículo, a qual abraçamos nesse estudo:

Currículo capaz de dar conta de uma reflexão pedagógica ampliada e comprometida com os interesses das camadas populares tendo como eixo a constatação, a interpretação, a compreensão e a explicação da realidade social complexa e contraditória. Isso vai exigir uma organização curricular em outros moldes, de forma a desenvolver uma outra lógica sobre a realidade, a lógica dialética, com a qual o aluno seja capaz de fazer uma outra leitura. Nessa outra forma de organização curricular se questiona o objeto de cada disciplina ou matéria curricular e coloca-se em destaque a função social de cada uma delas no currículo. Busca situar a sua contribuição particular para explicação da realidade social e natural no nível do pensamento/reflexão do aluno (1993, p. 28).

Em vista a possibilidade de colocarmos o lazer como centro de convergência de novos interesses sociais, educacionais e políticos, em que no currículo de formação de professores de Educação Física é um fator primordial, necessário se faz apontar no atual contexto da sociedade capitalista, um novo sentido de valorização social do lazer, enquanto uma prática social que tem relação ontológica fundante com a categoria trabalho. Para discutir as relações do lazer nas lutas de classes, assim como as

⁵² O ARELB reúne um levantamento bibliográfico de títulos, publicados no Brasil, dedicados ao estudo da problemática do lazer. Nesta primeira fase de sua estruturação, (1) *disponibiliza referências bibliográficas de Artigos publicizados em periódicos, Trabalhos completos apresentados em eventos, Livros e Capítulos de Livros* oriundos das áreas sociologia, enfermagem, educação física, geografia, história, filosofia, direito, antropologia, entre outras; (2) **disponibiliza ferramentas que contribuem para a análise desta produção** de acordo com os interesses de cada pesquisador; (3) *cadastra autores interessados em enviar referências de seus trabalhos e, na medida do possível, publicizar seus trabalhos completos no ARELB*; (4) *viabiliza o cadastramento continuado de obras a depender da colaboração dos próprios autores*. Referência de disponibilidade: <<http://www.arelb.uel.br/oquee/oquee.asp>>.

⁵³ Esta concepção de currículo foi apresentada por um Coletivo de Autores (1992), pesquisadores da área de Educação Física. Oferece referenciais no campo da Educação Física que contribuem, numa abordagem histórico-dialética para referendar possibilidades indicativas de discutir o lazer na formação do professor de Educação Física.

construções teóricas sobre o trabalho, educação e formação humana, buscamos referências nas leituras de: Marx (1963), Marx & Engels (1999), Engels (1979), Kosik (1976), Lukács (1974, 1979^a, 1979^b), Vásquez (1986, 1977), Mézaros (2002, 2003, 2005, 2006), Fernandes (1980, 1995), Gentili & Frigotto (2002), Frigotto (1998, 2000, 2001), Taffarel (1999, 2001, 2005), Lacks (2004), Lessa (2002, 2005), Freitas (1999, 1996), Antunes (2000 a, b), Freitas (1995), Padilha (2000, 2006), Peixoto (2007), Gomes (2002), e tantos outros pesquisadores que são apresentados no corpo dos capítulos; esse aporte teórico que se encontra organizado em portfólios de pesquisa estabeleceu sustentação teórica para as análises no campo da dialética, em vista as possibilidades explicativas que contribuíram para sínteses e avanços.

Vale salientar que esse estudo apresenta um esforço teórico para apontar a possibilidade na formação do professor de Educação Física ser colocada na relação trabalho-Lazer, voltada à competência política na luta de classes, de modo que possa contribuir para a superação das produções que se encontram voltadas para o mercado, numa perspectiva funcionalista, aonde a economia neoliberal vem se apropriando de forma tão vil (SÁ, 2003)⁵⁴. Na possibilidade dessa realização foi preciso reconceptualizar a categoria práxis social do lazer a partir da sua relação com as categorias lutas de classes e trabalho, identificando-o como espaço por intermédio do quais os trabalhadores podem estabelecer uma nova relação de interação com o mundo, tendo em vista um novo projeto histórico de sociedade, que não esteja subordinada as leis do mercado e as demandas do processo de acumulação de capital, que se apresentam por diferentes formas históricas de socialidade do capitalismo.

Temos clareza de que o processo marcado pelo rígido determinismo teleológico⁵⁵ que transforma a explicitação do lazer no mundo burguês precisa

⁵⁴ Na categoria luta de classes, reconhecemos seu caráter histórico a partir dos estudos de Marx (2002), Lukács (1974) Kosik (1995) e Ohlweiler (1987). A partir desses autores sintetizamos a nossa concepção conceitual de luta de classes como sendo o confronto que se estabelece numa dada sociedade, entre duas classes antagônicas quando lutam por seus interesses de classes.

⁵⁵ O que nos interessa ressaltar desse processo, segundo Lukács (1979, p. 59), é que, “depois do ato de pôr, o conjunto da natureza e o conjunto do ser social tornam-se um processo teleológico unitário, no qual tudo o que o processo lógico de explicitação da Idéia havia elaborado no plano categorial torna-se realidade; e enquanto realidade, enriquecida pela própria lógica da Idéia, volta a percorrer o caminho já anteriormente trilhado na lógica. Com efeito, a conclusão do sistema é constituída por uma nova auto-realização da Idéia, mas dessa

sofrer rupturas na formação de professores de Educação Física. Seus desdobramentos encontram-se assentados em uma cadeia causal que exige uma rigorosa crítica ao seu movimento mais inicial, que ocorre na pós-graduação para estabelecer patamares de um salto qualitativo capaz de rupturas em sua essência, pois não há determinação da vida social dos homens e mulheres, com suas ações, que não possam ser alteradas ou mesmo destruídas.

Buscamos a partir dessa introdução que coloca como é exposta a tese, apontar a organização do pensamento científico que se estabelece a partir de seis capítulos.

Após este capítulo introdutório, apresentamos no segundo capítulo a necessidade da práxis humana do trabalho-lazer, suas contradições históricas da realidade na luta de classes e nas relações da formação econômica capitalista.

No terceiro capítulo expomos os fundamentos ontológicos da dialética entre objetivação e apropriação apresentando elementos da produção e reprodução histórica da práxis do trabalho-lazer na realidade humana da formação econômica capitalista.

No quarto capítulo, destacamos as relações entre a universidade, pós-graduação, formação de professores, reconhecendo a natureza histórica da sua realidade na formação econômica capitalista. Expomos dados de pesquisas de estudos do lazer no Brasil, considerando a realidade e suas contradições.

No quinto capítulo fazemos um esforço em examinar a realidade ontológica da produção do conhecimento do lazer no Brasil, expondo as fontes de informações/dados, suas bases históricas, assim como a sistematização e análise.

O sexto capítulo é o momento em que depositamos as considerações finais do estudo. Dividimos esse capítulo em dois momentos. No primeiro exponho as possibilidades explicativas que o estudo apresenta, expondo os pressupostos ontológicos da realidade do trabalho-produção do conhecimento

feita não apenas enquanto Idéia, mas também enquanto sua própria realidade". A teleologia é "por sua natureza uma categoria posta: todo processo teleológico implica uma finalidade e, portanto, uma consciência que põe um fim" (LUKÁCS, 1986 *apud* LESSA, 2002, p. 71).

do lazer elaborado na pós-graduação e os pressupostos ontológicos da realidade da formação em educação física e mediações advindas do trabalho-produção do conhecimento produzido na pós-graduação: o necessário rompimento à subordinação consentida à lógica de mercado. No segundo momento apontamos as proposições superadoras, com indicações de novos estudos, considerando limites e abrangências reconhecidas.

Capítulo II

2 NECESSIDADE DA PRÁXIS HUMANA DO TRABALHO-LAZER: CONTRADIÇÕES HISTÓRICAS DA REALIDADE ONTOLÓGICA DA LUTA DE CLASSES E DO CONSUMO NA FORMAÇÃO ECONÔMICA CAPITALISTA

[...] Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência (KARL MARX, 1980, p. 301-3002).

Nesse capítulo nos propomos a apresentar elementos que colocam o lazer enquanto uma necessidade humana, concebido a partir das relações históricas e contraditórias da realidade ontológica dos trabalhadores a partir da luta de classes⁵⁶ da formação econômica capitalista.

⁵⁶ Tomamos a categoria “luta de classes” a partir de Marx (s/d, p. 253-254): Carta de Weydemeyer, 8 de março de 1885. Nessa carta Marx ressalta que não lhe cabe o mérito de haver descoberto nem a existência das classes, nem a luta entre elas. O que destaca de novo em seus estudos: “1. demonstrar que a **existência das classes** está ligada somente às **determinadas fases de desenvolvimento da produção**; 2. que a luta de classes conduz, necessariamente, à ditadura do proletariado; 3. que essa própria ditadura nada mais é do que a transição à **abolição de todas as classes** e a uma sociedade sem classes. [...]” (grifo do autor). Segundo Cogiolla (1995, p. 141), as noções de “classe em si”, para si”, e outras, foram elaboradas em função dessa concepção de conjunto e não como aspectos isolados ou como produto de uma observação episódica. Em uma passagem do *Manifesto Comunista*, Marx e Engels (1980, p 22), colocam que: “Nas primeiras épocas históricas, verificamos que se por toda parte, uma completa divisão da sociedade em classes distintas, uma escala graduada de condições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios cavaleiros, plebeus, escravos; e, na Idade Média, senhores, vassallos, mestres, companheiros, servos; e, em cada dessas classes, gradações especiais. A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Não fez senão substituir novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta às que existiram no passado. Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado”. Lênine (1979, p. 12) coloca que a luta de classe é uma lei do marxismo, e acrescenta que: “Só o estudo do conjunto das aspirações de todos os membros de uma sociedade ou de um grupo de sociedades permite definir, com uma precisão científica, os resultados dessas aspirações. Ora, as aspirações contraditórias nascem da diferença de situação e da condição de vida das *classes* em que se divide qualquer sociedade”. Partindo dessa explicação, Lênin define as classes sociais da seguinte maneira: “As classes são grandes grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam

Esse desafio requer, portanto, conceber o lazer enquanto um fenômeno da práxis, advindo das relações do trabalho, que produz os meios de vida do ser humano, que ao criar a si mesmo não apenas como um ser dotado de condições para pensar, qualitativamente distinto dos animais de espécies superiores, mas, sobretudo como o único ser no universo, reconhecido em ser capaz de criar a realidade, ou seja, gerar a sua própria vida material (MARX e ENGELS, 1999, p. 27).

Consideramos o trabalho, no sentido estrito do termo, em vista a sua forma originária ontológica tratada por Marx, que segundo Luckács (s/d.a, 28) é o

órgão do intercâmbio entre homem e natureza, porque somente dessa forma é que podemos realçar aquelas categorias que nascem de um modo ontologicamente necessário daquela forma originária, e por isso fazem do trabalho o modelo da práxis social em geral.

A peculiaridade dessa relação, que determina o caráter de novas categorias, de acordo com Luckács (s/d, p. 28), também surge quando examinamos as transformações que o trabalho provoca no próprio sujeito, de tal modo que as mudanças ulteriores do sujeito, por mais importantes que sejam certamente são produtos de estágios mais evoluídos, superiores de um ponto de vista social, e, no entanto tem como premissa ontológica a sua forma originária no trabalho.

Nesse estudo, em que apresentamos à práxis social do lazer, enquanto necessidade humana, produzida por relações históricas contraditórias é fundamental introduzir nesse preâmbulo teórico, em que realidade este se situa nas forças da produção da vida na formação econômica capitalista, na condição de parasitismo, pois o conhecimento da verdadeira objetividade de um fenômeno, o conhecimento do seu caráter histórico e o conhecimento da sua função real na totalidade social, formam, pois um ato indiviso de conhecimento. (Lukács, 1974, p. 29).

em um sistema de produção historicamente determinado pelas relações em que se encontram em face dos meios de produção (relações que as leis fixam e consagram), pelo papel que desempenham na organização social do trabalho, por conseguinte pelo modo e pela proporção em que percebem a parte da riqueza social de que dispõem. As classes sociais são grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro por ocupar postos diferentes em um regime determinado de economia social” (LÊNIN *apud* COGIOLLA, 1995, p. 139-140).

Inicialmente, é importante reconhecermos que o primeiro impulso para a posição teleológica em que queremos colocar a práxis social do lazer, provém da necessidade de satisfazer homens e mulheres, tendo o trabalho como o elemento mediador das relações criadas pela vida material dos homens e mulheres que vivem na formação econômica capitalista, cujas relações são determinadas a partir das formas de produção, que não são apenas relações sociais, relações humanas, mas, sobretudo, resultado de relações de propriedade com determinadas coisas: meios de produção. Estas relações dependem da forma como os agentes da produção estão relacionados com esses meios, os que os tornam proprietários e não proprietários.

O lazer, assim como todos os fenômenos da práxis humana, gerado para responder as necessidades humanas, foi criado e atende na formação econômica capitalista a determinados interesses de classe, cuja relação específica vem sendo engendrada historicamente para responder ao domínio imposto pelo capital⁵⁷. Esse domínio tem raízes na realidade humano-social, no embate capital/trabalho, ao longo da história da humanidade.

Considerando, portanto, fatos concretos que geram a produção da existência⁵⁸ e a ordem de relações que se manifesta na vida social é possível reconhecer que as necessidades de primeira e segunda ordem surgem de acordo com dadas relações de produção e de acordo com o grau de desenvolvimento das forças produtivas. Em sendo assim, o lazer, enquanto um fenômeno da necessidade da práxis social surge ao longo do processo de hominização. Interessa-nos investigar em que realidade – modo de produção da existência - surge o lazer enquanto uma necessidade da ordem atual e a que interesses está subsumido nas relações do trabalho-capital? Tem o lazer na forma de suas manifestações históricas um caráter ontológico? Qual é seu

⁵⁷ O capital, segundo Marx (2004, p. 40), é o “*poder de governo (Regierungsgewalt)* sobre o trabalho e seus produtos. Capital é *trabalho armazenado*, e ainda, é a propriedade dos produtos do trabalho alheio.

⁵⁸ A tese de doutorado realizado por Peixoto (2006, p. 19), encontramos referências à categoria “produção da existência” e as relações que estabelecem com os estudos do lazer, em que “a compreensão das possibilidades do lazer na perspectiva da revolução do modo moderno de vida passa pela compreensão da análise marxista sobre a atividade humana (trabalho), no modo capitalista de produção da existência”. O estudo busca teorizar sobre as possibilidades que a obra de Marx e Engels, apresenta para a problemática do lazer.

conteúdo alienador e ou emancipador⁵⁹ considerando o modo de produção da existência nas relações da formação econômica capitalista?

Considerando as formas em que se apresenta a atividade produtiva do homem, a saber: “*trabalho em sua acepção geral - como ‘atividade produtiva’: a determinação ontológica fundamental da ‘humanidade’[...]; e em sua acepção particular, na forma de ‘divisão do trabalho’ capitalista...*” (MÉSZÁROS, 2006, p.78) (grifos do autor) e considerando que é nesta última forma que o ‘trabalho’ assume a base de toda a alienação e, considerando ainda, que esta forma é hegemônica, é possível conceber o lazer a partir do trabalho em sua acepção geral? Quais seriam as contradições que permitem reconhecer o processo formativo dessa relação?

Para encaminhar possibilidades argumentativas que possam responder a essas e outras indagações que pautam esse estudo, partimos de dois princípios que destacamos, a seguir: 1. É a partir de determinações históricas que o homem se aliena do próprio trabalho, de sua própria atividade teleologicamente guiada⁶⁰; da matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho, bem como dos instrumentos do trabalho (componentes do processo de trabalho). Ocorre aqui uma ‘mediação da mediação’, uma mediação historicamente específica no modo de produção do capital; mediação de segunda ordem - forma específica, alienada, da mediação de primeira ordem, da automeiação ontologicamente fundamental do homem com a natureza que é a mediação de primeira ordem (MÉSZÁROS, 2006, p.78). 2. O mundo que o ser humano cria como realidade humano-social tem suas raízes em condições⁶¹ independentes de si mesmo, que sem determinações objetivas

⁵⁹ Para definirmos o conteúdo emancipador do lazer, sem conceber uma perspectiva idealista, perpassa pela necessidade de recuperarmos o tempo disponível universal de uma possível recuperação de valores universais do trabalho não alienado, mas de libertação e que o tempo do lazer possa nos fornecer horizontes e forças para implantar uma ordem social, que possa ser afirmada como uma construção histórica permanente dos trabalhadores.

⁶⁰ Segundo Lukács (1979, p. 19) somente sobre a base concreta das propriedades reais das coisas e processos é que a posição teleológica do trabalho pode cumprir sua função transformadora. Com o ato da posição teleológica do trabalho, segundo Lukács (1979, p. 17), temos em si o ser social.

⁶¹ Segundo Kosik (1976, p. 126), “o homem não existe sem ‘condições’ e só é criatura social através das condições”, que não são do ser social. “O antinomismo das ‘condições’ e da consciência é uma das formas históricas transitórias da dialética de sujeito e objeto, que é o fator fundamental da dialética social”. Para Kosik, “o caráter social do homem, porém não consiste apenas em que ele sem o objeto não é nada; consiste antes de tudo em que ele demonstra a própria realidade em uma *atividade objetiva*. Na produção e reprodução da vida, isto é, na criação de si mesmo como ser histórico-social, o homem produz: 1. Os bens

materiais advindos da natureza, o mundo não seria essa realidade que conhecemos.

Há necessidade de outra ordem de produção que terá inevitavelmente de nascer da primeira, sem importar que os homens creiam ou não, tenham ou não consciência disso. Portanto, para Marx (1987, p. 4) a produção tem graus determinados de desenvolvimento social, que partem da produção dos indivíduos sociais, que para conhecermos suas fases é preciso seguir o processo de desenvolvimento e suas diferentes fases; não sendo particular, mas proveniente de um corpo social, sujeito social, que exerce sua atividade numa totalidade maior ou menor de ramos da produção, o movimento social é um processo histórico-natural sujeito as suas leis próprias que não só dependem da vontade, da consciência nem dos propósitos dos homens, mas que ao inverso, estes determinam essa vontade, essa consciência e esses propósitos.

Nesse sentido, se o elemento consciente desempenha um papel tão subordinado na história da cultura, é desnecessário dizer que a crítica dessa cultura não pode de forma alguma ter como base, nenhuma forma de consciência nem nenhum fato da consciência. Para Marx, o valor da pesquisa que parte desse pressuposto consiste em esclarecer as leis especiais que regem o surgimento, a existência, o desenvolvimento e a morte de um organismo social dado e sua substituição por outro organismo mais elevado.

Considerando o exposto, esse estudo buscou captar com todas as minúcias possíveis de alcance, a práxis social do lazer, enquanto um produto concreto⁶² do organismo social do capitalismo, analisando as suas diversas

materiais, o mundo materialmente sensível, cujo fundamento é o trabalho; 2. As relações e as instituições sociais, o complexo das condições sociais; 3. E, sobre a base disto, as idéias, as concepções, as emoções, as qualidades humanas e os sentidos humanos correspondentes (ibid, p. 126).

⁶² "O concreto é concreto porque as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento", que segundo Marx (1987, p. 17), é por isso que "Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo; enquanto que o método que consiste em elevar-se ao abstrato ao concreto *não é senão a maneira de proceder do pensamento* para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado". (...) Para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como um ato de produção efetivo – que recebe, infelizmente, apenas, um impulso do exterior (...) na medida em que a totalidade concreta de pensamento é de fato um produto do pensar, do conceber; não é de modo nenhum o produto do conceito que pensa separado e acima da intuição e da representação em conceitos. O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo de pensamentos é de fato um produto do cérebro

formas de desenvolvimento para descobrir a sua ligação interna, para posteriormente, expor o seu movimento geral que nesse estudo especificamente, ocorre na produção do conhecimento na pós-graduação nas universidades do Brasil. Para tal desafio, tomamos o estudo da categoria práxis social do lazer a partir do princípio de que o ser humano pelo trabalho transforma o material sobre o qual opera; "ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar a sua vontade" (MARX, 2002, p. 212). Sem ser humano, os produtos materiais sociais e culturais ficam privados de sentido, enquanto que o ser humano fica sem pressupostos materiais e conseqüentemente sem produtos objetivos na sociedade.

Sobre as leis e categorias que permitem que o ser humano estabeleça sentido, ou seja, subjetividade do pensamento, Kosik (1995, p. 29) coloca a essência do homem como uma unidade da objetividade e da subjetividade⁶³, que se estabelece pela práxis humana, onde opera a metamorfose do objeto no subjetivo e deste, no objetivo, a partir da realidade; ou seja, é na práxis que se opera o centro ativo onde se realizam os intentos humanos e onde se desvendam as leis da natureza. Para Kosik (1995, p. 29-30), "cada grau do conhecimento humano sensível ou racional, cada modo de apropriação da realidade, é uma atividade baseada na *práxis* objetiva da humanidade e, *portanto*, ligada a todos os outros vários modos, em medida maior ou menor".

Kopnin (1978, 127), acrescenta que:

No processo do pensamento, o sujeito não muda em termos práticos o objeto, mas tão-somente o reflete, conhece as suas leis. Surge e se desenvolve na base do prático a relação

pensante que se apropria do mundo. O único modo que lhe é possível, modo que difere do artístico, religioso e prático-mental de se apropriar dele". (Grifo do autor).

⁶³ Considerando em que consiste a subjetividade do pensamento humano, apontamos também Kopnin (1978, p. 126 - 127), que coloca inicialmente, "que não existe pensamento objetivo que não esteja relacionado com a atividade do sujeito – o homem. E sobre a objetividade do pensamento, ele destaca dois aspectos fundamentais, em que inicialmente ele afirma, que: "É objetivo o conteúdo do nosso pensamento; o pensamento é objetivo por ser o resultado da atividade do homem social e em certo sentido não depender da vontade de um homem isolado. O pensamento é um processo objetivo de atividade da humanidade, do funcionamento da civilização humana, da sociedade como sujeito autêntico do pensamento; em segundo lugar, no pensamento, sempre operamos com a imagem ideal do objeto e não com o próprio objeto; em terceiro lugar, o pensamento é subjetivo no sentido de que, nele, o objeto é representado com grau variado de plenitude, adequação e profundidade de penetração em sua essência". Como observou Lênin (*apud* Kopnin *ibid*, p. 127), "se considerarmos a relação do sujeito com o objeto na lógica, devemos então levar em conta também as premissas gerais do ser do sujeito *concreto* (= *vida do homem*) numa situação objetiva".

teórica do sujeito com o objeto cujo resultado só pode ser o conhecimento deste e não da sua mudança. O pensamento não separa o sujeito do objeto (o homem e a natureza), mas os unifica. Essa unificação consiste em que, do pensamento, resulta a criação de uma imagem subjetiva do mundo objetivo.

Considerando a capacidade de criar a realidade do mundo pela mediação do trabalho na natureza, o ser humano cria a realidade objetiva da formação econômica capitalista que não é apenas uma realidade econômica, mas acima de tudo é uma complexa realidade sociocultural de necessidades, em cuja formação de processos de evoluções históricas concorreu também, vários fatores extra-econômicos (FERNANDES, 1981, p. 21). Na transformação do homem e do mundo pelo trabalho dá-se a formação de uma concepção de história humana como obra do desenvolvimento dialético das forças produtivas e das relações sociais que os homens contraem na produção. O homem, sendo um ser de necessidades é também um ser que inventa ou cria suas próprias necessidades, e por isso, produz para satisfazê-las. A produção, segundo Vázquez (1977, p. 142)

é criação de um mundo objetivo, mas só o homem pode dar a si mesmo o estímulo da produção em forma de necessidades que vão se criando num processo sem fim. E na medida em que o homem cria as suas próprias necessidades, se cria e se produz a si mesmo. Mas essa produção do homem passou pelo tipo particular de produção que é a produção alienada; ou seja, a objetivação revestiu-se historicamente da forma de uma objetivação alienada, sem que por isso o homem, como ser social, tenha deixado de afirmar-se, de produzir-se a si mesmo.

Dentre os fatores que concorrem para alimentar as relações da formação econômica capitalista de produção pelo trabalho, encontra-se a práxis social do lazer, que é um complexo que expressa em si às relações que o determinam, a saber, as relações capitalistas de produção e troca; uma criação de necessidade, que nesse estudo buscamos a partir da dialética histórica materialista, revelar suas leis gerais de movimento na sociedade para obtenção da verdade objetiva em que este se coloca na produção do conhecimento para favorecer aos interesses de classe da burguesia, proprietária dos meios de produção que manipula e controla os interesses que geram as necessidades.

Partindo dessa análise preliminar e considerando que o pensamento não pode ser outra coisa senão uma imagem subjetiva do mundo objetivo,⁶⁴ ressaltamos duas premissas históricas do sistema de produção da formação econômica capitalista que possuem dois fundamentos essencialmente importantes que nos permitem compreender a realidade fundada nas relações humanas; a primeira é a concentração dos meios de produção nas mãos de uma classe (capitalistas) e a segunda premissa está assentada no surgimento de uma classe de produtores responsáveis diretamente pela produção, mas despossuídos de propriedade (operários, trabalhadores), que se obrigam a vender a sua força de trabalho aos capitalistas. Marx foi quem primeiro concebeu no capitalismo essa forma desenvolvida de produção mercantil que tem características perversas, pois está voltada a atender aos interesses do mercado, cuja objetivação se coloca para responder aos interesses de quem detém os meios de produção que movimenta o mercado, que serve para dirigir a atividade do trabalhador sobre os objetos que precisam ser produzidos e consumidos. (MARX, 2002, p. 212)

Para evidenciar as propriedades objetivas do lazer na realidade da formação econômica capitalista, cuja natureza dos homens que as produz depende das condições materiais determinantes de sua produção é preciso revelar a sua gênese histórica tal como ela é real, independente do pensamento que se movimenta no seu próprio conteúdo objetivo, impregnado de interesses de consumo, manipulados pelo mercado e pelas camuflagens políticas sociais dirigidas as massas. Para tanto, avançamos na possibilidade

⁶⁴ Segundo Kopnin (1978, p. 127), o pensamento “não pode ultrapassar os limites da subjetividade no sentido de que pertence sempre ao sujeito, ao homem social e cria somente a imagem e não a própria coisa objetiva, com todas as suas propriedades. Ao mesmo tempo o **pensamento é objetivo porquanto se desenvolve pela via da criação de uma imagem ideal que reflete o objeto com plenitude e precisão; por conteúdo, procura ser adequado à coisa objetiva, descobrir as propriedades do objeto tais como elas existem independentes do pensamento**” (Grifo nosso). A determinação desse estudo pelo método dialético materialista histórico se estabelece justamente, porque somente por esse método se revela as leis gerais do movimento do pensamento no processo de obtenção da verdade objetiva, isto é, torna-se possível revelar as leis de transição de uma imagem cognitiva a outra mais completa e mais profunda e isso porque, segundo Kopnin, as leis do movimento da imagem cognitiva do objeto guardam afinidade com as leis do movimento do próprio objeto, pois o pensamento se movimenta no campo do seu conteúdo objetivo, considerando que esse movimento está relacionado com a mudança da sua natureza material. Portanto, “o conhecimento das leis do movimento dos próprios objetos da realidade é o ponto de partida na interpretação das leis do movimento do pensamento, enquanto que as leis do pensamento são o reflexo das leis do movimento das próprias coisas” (KOPNIN, 1978, p. 128).

de dar tratamento ao conhecimento produzido unilateral para atingir um conhecimento profundo e multilateral⁶⁵.

Nesse segundo capítulo, apresentamos os nexos entre ser social, capital-trabalho, trabalho-lazer e a teleologização do conhecimento produzido historicamente na sociedade capitalista; em seguida, expomos argumentos sobre a práxis social do lazer enquanto necessidade humana e suas contradições históricas na realidade ontológica; apresentamos o trabalho-lazer alienados na luta de classes e nas relações de consumo. Finalizamos o capítulo expondo elementos teóricos da dialética da objetivação e apropriação da práxis social do lazer pelo ser social.

2.1. O SER SOCIAL, CAPITAL-TRABALHO, TRABALHO-LAZER E A TELEOLOGIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Enfrentar os problemas ontológicos do lazer nesse estudo se faz necessário a partir de fundamentos pautados na história, o que significa reconhecer as mudanças qualitativas e estruturais do ser, em suas rupturas em vista ao seu desenvolvimento gradual no tempo, cuja questão central se deriva do trabalho; segundo Lukács (1979a, p. 5), como já destacamos anteriormente, “o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas – sempre são transformadas em realidade, posições teleológicas⁶⁶, em termos que, em última análise, são materiais”.

Portanto, buscamos considerar mais atentamente as determinações contidas na solução marxiana da teleologia do trabalho para perceber a grande

⁶⁵ Sobre o conhecimento da práxis social do lazer na perspectiva unilateral, queremos dizer o conhecimento produzido para atender aos interesses utilitários e funcionalistas da sociedade capitalista. Sobre o conhecimento multilateral a ser atingido, significa conceber o conhecimento da práxis social do lazer a partir do mundo objetivo, em que o homem se configura como ser genérico operativo, cuja práxis exige uma objetivação da sua vida genérica, histórica, enquanto ser social, que se reconhece enquanto essência humana, tanto parte da natureza quanto da faculdade genérica espiritual.

⁶⁶ Para Lukács (1979a, p. 5-6) o trabalho se realiza numa posição teleológica porque é uma experiência elementar da vida cotidiana de todos os homens, que Marx, por perceber esse caráter, o fez “o motor da história, e a partir disso, de toda a sua concepção de mundo”. De acordo com Lukács, por sua própria natureza a teleologia é uma categoria posta: todo processo teleológico implica uma finalidade e, portanto, numa consciência que estabelece um fim”. O que Lukács quer dizer com o ato de “por sua natureza” é que a consciência dá início a um processo real, exatamente no processo teleológico. E sendo assim, o “por” tem um indelével caráter ontológico.

capacidade que estas têm de produzir conseqüências importantes e de eliminar grupos de falsos problemas. O que significa reconhecer em Marx, segundo Lukács (1979a, p. 9), que

o trabalho não é uma das formas fenomênicas da teleologia em geral, mas o único lugar onde se pode demonstrar ontologicamente a presença de um verdadeiro por teleológico como momento efetivo da realidade material. Este reconhecimento correto da realidade lança luz, em termos ontológicos, sobre todo o conjunto de questões [...] para entender que qualquer trabalho seria impossível se ele não fosse precedido de um tal por, que determina o processo em todas as fases. [...] O fato de que Marx limite, com exatidão e rigor, a teleologia do trabalho (a práxis humana), eliminando-a de todos os outros modos do ser, de modo algum restringe o seu significado; pelo contrário, a sua importância se torna tanto maior quanto mais se torna consciência de que o alto grau em que está baseada a sua existência, o da vida orgânica que se torna uma nova espécie autônoma de ser, somente porque há nele este operar do ato teleológico. Só é lícito falar do ser social quando se compreende sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, o processo de tornar-se algo autônomo, se baseiam no trabalho, isto é, na continuada realização de posições teleológicas.

A premissa que coloca o ser social enquanto um ser histórico que se faz a partir do trabalho, cuja essência em vez de ser dada *a priori*, se substancia ao longo do próprio processo de desenvolvimento ontológico, em que a essência segundo Lukács (*apud* Lessa 2002, p. 51) “é parte integrante e imprescindível de toda a processualidade”, nos permite avançar na compreensão da essência do lazer na história, enquanto produção de um fenômeno da práxis humana, cujo processo dialético, que começa com um salto, com o pôr teleológico do trabalho não pode ter nenhuma analogia com a natureza, pois as formas de objetividade do ser social se desenvolvem, à medida que se explica à práxis social. Sobre a esfera do fenômeno da práxis social este, ainda afirma: “O mesmo ocorre com a esfera fenomênica. [...] o fenômeno é sempre algo que é e não algo contraposto ao ser; é parte integrante da realidade social”. Para Kosik (1995, p. 15), “a essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. [...] A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno”. Portanto, a essência determina a natureza do objeto; é dela que provêm os demais

aspectos e traços. Um fenômeno é a expressão externa, direta da essência, é a forma de sua manifestação.

No mundo fenomênico instituído pela formação econômica capitalista em que a práxis social do lazer foi criado para atender aos interesses de classes, a sua estrutura, embora não capte a relação entre o mundo fenomênico e a essência, possui uma legalidade própria que pode ser revelada e descrita, cujo fundamento ontológico é o tempo. Lazer é, portanto, um fenômeno que tem como caráter objetivo, um tempo disponível que o trabalhador assume na formação econômica capitalista.

Segundo Marx (*apud* Kosik 1995, p. 17), as formas fenomênicas se reproduzem imediatamente por si mesmas, como formas correntes do pensamento, mas seu fundamento oculto só pode ser descoberto pela ciência. Estas, muitas vezes se colocam de maneira muito simples e dogmaticamente no campo da formação econômica capitalista, muitas vezes aceita sem crítica à sua essência, a estrutura do objeto e as suas leis, como se fosse um fundamento imutável no campo científico⁶⁷. Para Lukács (1974, p. 22), “o caráter histórico dos fatos que a ciência considera captar numa determinada condição muitas vezes são nefastas”. E ainda afirma:

Com efeito, esses factos, (como produtos da evolução histórica) não só estão envolvidos numa contínua mudança, mais mas – *são precisamente na estrutura da sua objectividade – produtos de uma época histórica determinada: a do capitalismo* (grifo de Lukács).

Portanto, há que se penetrar no condicionamento histórico da práxis social do lazer e abandonar o ponto de vista segundo a qual objetividade é dada de imediato na formação econômica capitalista. É preciso submetê-lo enquanto objeto de estudo a um tratamento metodológico histórico-dialético, pois como afirma Marx (*s/d apud* Lukács, 1974, p. 22):

⁶⁷ “A essência e o fenômeno não só estão unidos, mas ao mesmo tempo são *contrários*, jamais coincidem na íntegra. A sua oposição é a manifestação da contradição interna dos próprios objetos da realidade. A essência não se vê à superfície, e não pode ser observada directamente, escreveu Marx, pois toda a ciência seria desnecessária. A tarefa da ciência consiste precisamente em descobrir a essência atrás de numerosos fenômenos, aspectos e traços externos da realidade, isto é, descobrir os processos internos e profundos que se encontram em sua base. O conhecimento da dialética da essência e do fenômeno tem enorme importância na vida social, na ciência e na prática.” [...] O conhecimento baseado apenas nas aparências, nas manifestações da superficialidade da essência, é incapaz de dar um quadro justo do mundo e não pode servir de guia de acção. A incapacidade de distinguir o fenômeno da essência, conduz a graves erros na teoria e na prática”. (AFANÁSSIEV, 1985, p. 139-140)

a forma acabada das relações econômicas tais como se mostram na sua superfície, na sua existência real, e daí também nas suas representações os quais os portadores e os agentes destas relações procuram ter delas uma idéia clara, é muito diferente e de facto contrário à sua forma interna, essência, mas escondida, e ao conceito a que corresponde.

Essa distinção, conforme Lukács (1974, p. 22) é a primeira condição prévia a um estudo verdadeiramente científico, pois é preciso destacar os fenômenos da sua forma dada como imediata, pois é preciso encontrar as mediações pelas quais podem ser referidos ao seu núcleo e à sua essência para serem captados na sua própria essência. Somente, assim é possível atingir a compreensão do caráter fenomenal da práxis social do lazer e deste, reconhecer o seu caráter de necessário, enquanto um tempo disponível que assume o trabalhador na formação econômica capitalista, cuja forma de manifestação é dada em razão a sua essência histórica.

Tendo a práxis social do lazer um caráter histórico de necessidades⁶⁸ na luta de classes e que se desenvolveu a partir da formação econômica capitalista, a sua estrutura interna causa muitas dificuldades aos pesquisadores de aceitarem de maneira não crítica, categorias do pensamento próprias dessa formação. O resultado é que o mundo dos fenômenos criados pelo capital se cristaliza no plano teórico e o conhecimento historicamente produzido do lazer vai se consolidando, se apresentando pela simples aparência, cujos reflexos para os trabalhadores não é mais do que a expressão do seu movimento aparente de necessidades e representações diversas, e isso porque o conhecimento do lazer provém de determinações simples, contaminadas, imediatas e naturais sustentadas pelo mundo capitalista.

Para avançarmos para além de suas determinações históricas e alcançar o conhecimento da totalidade concreta, enquanto reprodução do pensamento em concreto, somente é possível na medida em que localizamos a práxis social do lazer em um contexto que integra os diferentes fatos da vida

⁶⁸ "Os fenômenos ou acontecimentos que se produzem obrigatoriamente desde que existam determinadas condições chamam-se necessidades. A necessidade decorre da essência da natureza íntima do fenômeno em desenvolvimento. É permanente e estável para o fenômeno dado. A necessidade e a casualidade estão interligados dialectivamente. O mesmo acontecimento é simultaneamente necessário e casual: necessário numa relação e casual noutro". (AFANÁSSIEV, 1985, p. 148-149)

social (enquanto elementos do devir histórico); somente numa totalidade se torna possível o conhecimento do lazer como real conhecimento a partir da realidade.

Esta totalidade da realidade concreta da qual nos referimos sobre a práxis social do lazer não é dada de maneira direta e imediata ao pensamento. Para Marx (s/d *apud* Lukács 1974, p. 23), o concreto é concreto “porque é a síntese de diversas determinações, portanto, unidade do múltiplo”. O que reconhecemos é que muitas vezes o caráter histórico passageiro da formação econômica capitalista e suas determinações aparecem nos estudos produzidos como categorias intemporais, eternas, comuns a todas as formas de vida social. Nesse contexto, a práxis social do lazer é colocado como categoria parcial isolada, passa a ser tratado e pensado como estando presente durante toda a existência da evolução da humanidade como se apresenta na formação econômica capitalista.

Portanto, é preciso que as pesquisas, para produzir conhecimento sobre essa práxis, apresentem enquanto substrato material e real a realidade da formação econômica capitalista como todo, com seu antagonismo interno entre as forças das relações de produção, cujas contradições pertencem de maneira indissolúvel à essência da própria realidade, a essência da sua formação. Assim, muitos pesquisadores se perdem, na recusa dos estudos pelo método do materialismo histórico dialético, na inteligibilidade da categoria da práxis social do lazer na história⁶⁹ que é fundamental.

Considerando a possibilidade de reconhecer a objetividade do trabalho e da práxis social do lazer, enquanto fenômenos da práxis do ser social, a partir das relações históricas que regem a formação econômica capitalista,

⁶⁹ Segundo Lukács (1974, p. 27), “esta impossibilidade manifesta-se na ciência burguesa, por um lado, por construções abstractas e sociológicas da evolução sociológica do tipo Spencer ou Augusto Comte – cujas contradições internas vieram a lume com a - moderna teoria burguesa da história e, novamente, com Rickert – e, por outro lado, com a exigência de uma ‘filosofia da história’ cuja relação com a realidade histórica aparece de novo como um problema metodologicamente insolúvel. Porque a oposição entre a descrição de um aspecto parcial da história e a história como um processo unitário não está fundamentado sobre uma simples diferença de amplitude, como por exemplo, a distinção entre histórias particulares e história universal, mas sobre uma oposição metodológica, uma oposição de pontos de vista. O problema da compreensão unitária do processo histórico surge, necessariamente, como um estudo de todas as épocas e de todos os setores parciais, etc. E é aqui se revela a importância decisiva da concepção dialética da totalidade, pois é muito possível que qualquer pessoa compreenda e descreva um acontecimento no que ele realmente é na sua função real no interior do todo histórico a que pertence, isto é, de pertencê-lo no interior da unidade do processo histórico”.

indagamos: Como nessa formação econômica mais geral se expressa à particularidade do lazer, pelas singularidades que assume a produção do conhecimento na pós-graduação e suas relações na graduação, nos cursos de formação de professores?

Essa é uma questão central que nos leva a buscar resposta a partir da dialética, pois somos o que somos a partir da matéria que se movimenta (atividade) em tempo e espaços, cujas leis são próprios dos objetos regidos por leis da natureza, da sociedade que a produz, do pensamento.

Sobre a lei que rege a formação econômica capitalista, Marx (2006, p. 113) coloca que “esse modo de produção não deve ser considerado, simplesmente, como a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, antes, de uma forma definitiva de atividades destes indivíduos, uma forma definitiva de expressarem suas vidas, um *definitivo modo de vida* deles” (grifo do autor). E ainda acrescenta Marx (2006, p.114):

Assim como os indivíduos expressam suas vidas, assim eles são. E o que eles são, portanto, coincide com sua produção, tanto o *que* produzem quanto com o *como* produzem. A natureza dos indivíduos, portanto, depende das condições materiais determinantes de sua produção. (Grifo do autor)

Para compreender a natureza dos indivíduos na produção da práxis social do lazer, avançamos nesse estudo com bases em fundamentos materiais e concretos da história, pois somente a partir de bases científicas apoiadas na história reconhecemos que a manifestação do fenômeno que denominamos de lazer, não surge na entrada da era capitalista, que tem suas origens plantadas no século XII e que aprofunda suas bases objetivas no século XVI; o lazer, como nós o conhecemos em sua objetivação, surge no século IX, derivado do seio da estrutura econômica da sociedade feudal, do relacionamento do trabalhador com as condições objetivas de seu trabalho que é de propriedade, a partir da reivindicação do “tempo de não trabalho” ou também denominado por Marx de “tempo disponível”⁷⁰. O que significa reconhecermos que o fenômeno da práxis social do lazer se apresenta em sua

⁷⁰ Segundo Marx (2006, p. 65) é no relacionamento do trabalhador com as condições objetivas de seu trabalho, que é a propriedade, que vai se constituir a unidade natural com seus pressupostos materiais; é desse relacionamento que “o trabalhador tem uma existência objetiva, independentemente de seu trabalho. O indivíduo relaciona-se consigo mesmo como proprietário, como senhor das condições de sua realidade”.

objetivação nas bases de interesses na luta de classe, a partir das primeiras formações econômicas capitalistas (Marx *apud* OHLWEILER, 1987, p. 12).

Nesse século, um dos pressupostos do trabalho, que já tinha a forma de assalariado, é o que vai constituir uma das condições históricas do capital, que segundo Marx (1987, p. 65):

é o trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir o dinheiro e valorizá-lo; de o trabalho ser consumido pelo dinheiro – não como valor de uso para o desfrute, mas valor de uso para o dinheiro. Um outro pressuposto é a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação – dos meios e do material do trabalho. Isto significa, acima de tudo, que o trabalhador deve ser separado da terra enquanto seu laboratório natural – significa a dissolução tanto da pequena propriedade livre como da propriedade comunal da terra assentada sobre a comuna oriental.

O que buscamos compreender, portanto é como o tempo disponível (práxis social do lazer) se estabelece fruto da separação entre as condições inorgânicas da existência humana e a existência ativa, cuja separação somente é completada em sua plena realização, na relação entre trabalho-assalariado e o capital. E isso ocorre segundo Marx (2002, p. 539), quando a jornada de trabalho do sistema fabril no século IX passou a ser regulamentado e a divisão do trabalho se acirra; o tempo de trabalho e de não trabalho passou também a ser regulamentado controlado e pausas legais e paradas periódicas da jornada de trabalho passaram a ser parte do processo de produção, sem, no entanto trazer prejuízos ao curso dos processos da produção da época. Essas pausas de tempo de não trabalho não geravam para os trabalhadores a condição de falar de lazer, pois o termo ainda não tinha sido incluído na vida genérica operativa dos trabalhadores, ou seja, concebido no âmbito de suas práxis, mas já existia a necessidade de um tempo para ser vivido fora do trabalho e que não estava requerido por necessidades de atender obrigações diárias e pessoais.

A leitura do panfleto revolucionário de Lafargue (1999), “*O direito à Preguiça*”, redigido em 1880 e publicado no jornal socialista *L'Égalité*, e reeditado com diversas traduções para várias línguas em 1968, faz denúncia ao trabalho alienado e a crítica ao trabalho assalariado; no terceiro capítulo – “O que vem após a superprodução”- , é uma retórica de rigoroso e exímio teor

científico que nos permite conceber o lazer na essência como conhecemos hoje, enquanto fruto do século XIX, mas de grande atualidade, principalmente quando Lafargue destaca o significado do consumo a partir do lazer:

[...] apertando o cinto, a classe operária conseguiu desenvolver além de todas as atividades, o ventre da burguesia condenada a super-consumo. [...] diante dessa loucura dos trabalhadores, que é matar-se com um trabalho excessivo e vegetar na abstinência, “o grande problema da produção capitalista não é mais encontrar produtores e redobrar as suas forças, mas descobrir consumidores, excitar seus apetites e neles criar falsas necessidades” (LAFARGUE, 1999, p. 42).

Nessas relações capitalistas da classe burguesa, ociosa e consumista que afirmava para a classe operária ser o trabalho da época⁷¹, sacrossanto e fonte de todas as virtudes, surgem as fontes determinantes da práxis social que denominamos de lazer, enquanto um fenômeno que tem um caráter que assume o tempo do trabalhador controlado e agregado de certa maneira aos produtos criados pelas bases do consumo⁷², cujas necessidades encontravam-se dominadas pelo mercado.

Portanto, mediante o exposto, podemos verificar que somente a partir da recuperação de elementos do processo de constituição ontológica do tempo histórico das relações de produção da existência do trabalhador, que tem a base material da existência na formação econômica capitalista, que é possível atingir o lazer no seu processo de compreensão fenomênica, que se coloca na manipulação das relações de consumo.⁷³

Essa base material determina em última instância a superestrutura, na medida em que a esta confere uma função historicamente edificada pela ação do trabalho, em face da matriz econômica que cria o seu universo subjetivo como suporte para a reprodução e transformação do modo de produção.

⁷¹ Sendo o objetivo do trabalho identificar na objetivação da vida genérica operativa do homem, a necessidade da práxis social do lazer, é fundamental que reconheçamos como o capitalista arranca do homem o objeto de sua produção; o trabalho nessa época se torna alienado, pois lhe é arrancada a vida genérica, a sua objetividade genérica efetivamente real. (FERNANDES, 1989, p. 157)

⁷² Na terceira seção desse capítulo, apresento, sem aprofundar as bases do advento da formação capitalista, elementos científicos que comprovam esse dado.

⁷³ Sobre o lazer enquanto produto a ser consumido na sociedade capitalista apresentei em estudos anteriores (Sá, 2003, p. 39-48), referências que apontam que em sua redescoberta na sociedade capitalista do século XX, o lazer passa a ser um produto fecundo e de mercado promissor capaz de vender ilusões, que geram lucros significativos para aqueles que detêm o poder econômico.

Portanto, nos apropriando dessa base material, podemos atingir os estudos do lazer na sua essência, na teleologização do conhecimento produzido nas universidades nos séculos XX e XI, âmbito de localização de sua elaboração e síntese de sua essência. Esse desafio é fundamental, pois como afirma Lukács (1979a, p. 37) delimitar o ser em termos ontológicos concretos, quando queremos definir corretamente um processo como teleológico, devemos também provar, em termos ontológicos e sem qualquer dúvida, o ser do sujeito que a põe.

Lukács (1979a, p. 38) coloca que qualquer posição teleológica é, em última análise, socialmente determinada e a posição do trabalho é determinada de modo muito claro pela necessidade, de cujo apelo nem mesmo as ciências, sem exceção, podem jamais se livrar completamente. Nesse estudo, é fundamental reconhecer no trabalho desenvolvido pela pós-graduação das universidades, como os estudos do lazer vêm sendo concebidos para podermos apreender o fenômeno natural concreto, em sua base ontológica, porquanto que a sua constituição está ligada necessariamente ao objetivo do trabalho teleologicamente posto na história da formação econômica capitalista.

Segundo Kosik (1995, p. 17), como a essência – ao contrário dos fenômenos – não se manifesta diretamente, e desde que o fundamento oculto das coisas deve ser descoberto mediante uma atividade peculiar, valho-me da pesquisa científica, da filosofia e da história, em um esforço sistemático e de rigor científico com base na concepção materialista dialética para captar a práxis social do lazer em si, ou seja, sua estrutura oculta e assim revelar a sua objetivação e manipulação na formação econômica capitalista.

Para realizar esse esforço nesse capítulo da tese, recorri aos estudos de bases teóricas das obras de Marx (1987, 1999, 2001, 2002, 2006, 2004), aos fundamentos da teoria da ontologia do ser social de Lukács (1974, 1979a, 1979b), a obra de Lafargue (1999) a obra filosófica de Kosik (1995), estudos realizados por Lessa (2002), aos fundamentos históricos que caracterizam os sistemas econômicos descritos por Lajuie (1979) e o advento do capitalismo de Ohlweiler (1987) e Cogiolla (1995, 2002).

Tomo o caráter de estudo ontológico (histórico e social) apresentado por esses pesquisadores como um complexo processo histórico de autoconstrução social dos trabalhadores / proletariado. Com esse desafio científico pretendo

alcançar a raiz última do processo social, ou seja, a gênese da produção do conhecimento do lazer e assim, ter a possibilidade de reconhecer o ser social autor decisivo de si mesmo.

Com a captura de dados bibliográficos que sistematizo nesse capítulo, busco traçar a lógica interna da forma de sociabilidade capitalista em que é implantado o lazer. Nos capítulos IV e V, avanço em uma análise a partir de dados empíricos para consolidar as possibilidades explicativas da hipótese da pesquisa e finalmente tenho condições de apontar proposições superadoras.

Ressalto, ainda, que o processo exaustivo de recuperação de elementos de um dado percurso da história da humanidade e da luta de classes se fez necessário devido à necessidade de conceber referências significativas aos professores da área da Educação Física, que carecem a partir da formação na graduação, de maiores aprofundamentos sobre a base que concede a essência econômica do imperialismo, considerando o tempo histórico que atravessamos e a premente necessidade de estabelecer referências de rupturas, de quebra de ilusões e de combate ao forte fetichismo que alimenta a práxis social do lazer na formação econômica capitalista.

A história tratada em bases de uma ciência que não está a serviço da ditadura do capital, nos fornece rupturas e nos coloca em patamares de elaboração de uma produção científica que rompe com concepções teóricas que iludem. Essas rupturas científicas tão necessárias, reconhecemos que não se darão sem disputas e embates e são fundamentais que ocorram no âmbito da produção do conhecimento produzido pela Educação Física, que tem uma história pautada em acordos para instrumentalizá-la em favor aos interesses do capital.

2.2. BASES ONTOLÓGICAS DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO TRABALHO - LAZER

Para discutir as bases ontológicas da produção do conhecimento lazer na relação com o trabalho, inicialmente é fundamental explicitar que parto de uma reflexão filosófico-ontológica que se pauta no terreno de uma ontologia marxista do ser social. Para tanto, concebemos que o nódulo essencial de toda ontologia, segundo Lessa (2002, p. 50), é a categoria da substância, que na

ontologia de Lukács, apresenta o ser sendo histórico porque sua essência, em vez de ser dada *a priori*, se substancia ao longo do próprio processo de desenvolvimento ontológico. Sobre a substância, Lukács (s/d, *apud* LESSA, 2002, p 51), afirma:

a substância é aquilo que, no perene mudar das coisas, mudando a si mesma, é capaz de se conservar em sua continuidade. Esse se conservar dinâmico não é, todavia, necessariamente conexo com a 'eternidade': as substâncias podem surgir e perecer, sem por isso deixar de ser substância, já que dinamicamente se mantiveram no período de tempo de sua existência. [...] a substancialidade [...] não é uma relação estático-estacionária de autoconservação que se contraponha em termos rígidos e excludentes ao processo do devir, ela ao invés se conserva em sua essência, mas processualmente, se transformando no processo, se renovando, participando do processo.

Para esse estudioso da ontologia, em outras palavras, a essência é o *locus* da continuidade⁷⁴. A relação entre essência e continuidade não é, em Lukács, necessidade. Portanto, concebendo o lazer enquanto uma práxis social que possui um nódulo essencial de ontologia, cuja essência precisa ser revelada na sua substância, expomos a possibilidade de avançarmos em reflexões mais específicas, indagando: 1. O lazer, enquanto um fenômeno da práxis social humana é um produto que ao se instituir enquanto necessidade se desenvolve de maneira controlada, a partir do ser social na luta de classes e nas relações de trabalho da formação econômica capitalista? 2. Considerando a reprodução das determinações mais genérico-essenciais do ser social a cada momento histórico, como ocorre a essência humana e histórica do lazer na sociedade capitalista? 3. Qual a concreta necessidade em que se coloca o lazer na formação econômica capitalista, a partir da luta de classes?

Para suscitar elementos que sustentem possíveis explicações é preciso compreender restrições mutilantes e limitações avarentas que nos impõe a exploração capitalista no tempo de trabalho. Somente impondo o autêntico pensamento crítico do real, poderemos conceber nas bases de um projeto histórico superador a formação econômica capitalista, a possibilidade de outra

⁷⁴ Conforme Lukács (s/d *apud* Lessa 2002, p. 51), "a essência é o complexo de determinações que permanece ao longo do desdobramento categorial do ser; a essência são os traços mais profundos que articulam em unidade os heterogêneos momentos que se sucedem ao longo do tempo".

riqueza produzida pelo trabalho que possa fluir da organização da reprodução social sobre a base do tempo livre⁷⁵ dos trabalhadores. Essa possibilidade se coloca na medida em que, segundo Lessa (2002, p. 54), em capítulo dedicado a ideologia, Lukács⁷⁶ afirma explicitamente que

[...] o mundo dos fenômenos não pode em momento algum ser considerado um simples produto passivo do desenvolvimento da essência, mas, pelo contrário, precisamente a inter-relação entre essência e fenômeno constitui um dos mais importantes fundamentos reais da desigualdade e da contraditoriedade do desenvolvimento social.

Na historicidade do ser, Lessa (2002, p. 52) destaca, ainda, que:

A contradição entre essência e fenômeno seria o fundamento último dessa desigualdade; a contraposição entre essência e fenômeno tem um caráter fundamentalmente histórico e dinâmico, e a essência apenas pode se desdobrar concretamente através da mediação do ser-precisamente-assim das formas fenomênicas a cada momento existente.

Nesse sentido, Lessa (2002, p. 52), coloca que as formas nacionais que assumem a formação econômica em todo o planeta, certamente são decisivas para o desenvolvimento global do modo de produção capitalista, por isso, são igualmente decisivas para o desenvolvimento da essência essa formação social; o que significa reconhecer que a práxis social do lazer, assim como todos os fenômenos advindos da sociedade capitalista, em sua essência é um fenômeno produto do capitalismo, enquanto um complexo-histórico, em que o fenômeno, afirma Lukács (s/d apud Lessa 2002, p. 52):

é uma entidade social tal como a essência, [...] um e outra são apoiados pelas mesmas necessidades sociais, e um e outra são elementos reciprocamente indissociáveis desse complexo histórico-social (Lukács se refere ao complexo de valores/riquezas/desenvolvimento do gênero humano).

Portanto, Lessa (2002, p. 54) partindo dos estudos de Lukács, ressalta que a relação entre essência e fenômeno é de tal ordem que a esfera

⁷⁵ O tempo disponível do trabalhador nas relações de trabalho da formação econômica capitalista, segundo Marx (2002, p. 271) é um tempo que o trabalhador "furta o capitalista", pois este se apóia na lei da troca de mercadorias. Como qualquer outro comprador, procura extrair o maior proveito possível do valor-de-uso de sua mercadoria". Portanto, o tempo disponível que propomos colocar ontologicamente o lazer enquanto possibilidade superadora da realidade está situado em um projeto de sociedade comunista, em que as bases de relações do tempo de não trabalho não têm valor determinado a partir do trabalho enquanto mercadoria.

⁷⁶ Citação de Lessa (2002), cuja referência tem base na obra de Lukács, G., Zur Ontologie..., Halbband 2, p. 423; Per una ontologia ..., vol. II, p. 472.

fenomênica não é um resultado passivo do desdobramento da essência. Entre estes dois níveis do ser, se desdobra uma determinação reflexiva na qual o fenômeno joga um papel ativo na determinação do desenvolvimento social e, portanto, na essência humana.

A reivindicação do "tempo disponível" a partir das relações de exploração do trabalho que geraram uma determinada esfera fenomênica de necessidades em que a práxis social do lazer emerge, cuja crise se agravou mais fortemente no século XIX, na Europa, não ocorreu naturalmente a partir da relação do homem e da mulher com o trabalho, nos atos cotidianos, a partir de alternativas⁷⁷ objetivas da realidade, mas pelas contradições advindas de uma economia que partia do fato dado e acabado da propriedade privada, cujas fórmulas gerais abstratas passaram a valer como leis. As leis, tendo origem na essência da propriedade privada, não esclareciam para os trabalhadores qual o fundamento da divisão entre trabalho e capital, entre capital e terra. Segundo Marx (2004, p. 79),

as únicas rodas que o economista nacional põe em movimento são a ganância e a guerra entre os gananciosos, à concorrência. Justamente pelo fato de a economia nacional não compreender a conexão do movimento, ela pôde novamente opor, por exemplo, a doutrina da concorrência à doutrina do monopólio, a doutrina da liberdade industrial, a doutrina da corporação, a doutrina da divisão da posse da terra a doutrina da grande propriedade latifundiária, pois concorrência, liberdade industrial, divisão da posse da terra eram desenvolvidas e concebidas apenas como conseqüências acidentais, deliberadas, violentas [e] como [conseqüências] necessárias, inevitáveis, naturais do monopólio, da corporação e da propriedade feudal.

Portanto, o que denominamos de práxis social do lazer nesse estudo, nasce nos primórdios em que se acirram as relações da formação econômica capitalista, na transformação do sujeito que trabalha, enquanto conseqüência ontológica necessária do objetivo do tempo do trabalho alienado, em que a ação do tempo de trabalho é determinante sobre o sujeito humano, retirando-lhe a consciência relativa às tarefas, ao mundo, ao próprio sujeito, alienando-o

⁷⁷ Conforme Lukács (s/d p. 24), a alternativa é um ato de consciência, pois é a categoria mediadora por meio da qual o reflexo da realidade se torna veículo do ato de por um existente. Ou seja, "o sujeito realiza todo um conjunto de posições diversas, de caráter teórico e prático. A característica comum a todas essas posições, quando vistas como atos de um sujeito, é que, dado o distanciamento necessariamente implicado em todo ato de por, aquilo que pode ser colhido imediatamente, por instinto, é sempre substituído ou pelo menos substituído ou pelo menos dominado por atos de consciência (LUKÁCS, s/d, p. 30).

da reprodução da própria existência nos espaços e tempos que partem inicialmente do trabalho, mas que vão além das suas relações propriamente determinadas.

Segundo Marx (2004, p. 200), o que de concreto caracteriza a era capitalista é o aparecimento do capital, cujas contradições históricas de existência não se concretizam apenas pela existência da circulação de mercadoria e dinheiro, mas quando os possuidores dos meios de produção e de subsistência encontram o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho⁷⁸.

A manipulação da vida tornou-se, desde então, de modo especial, impregnado de interesses de classes e com a divisão do trabalho, fator decisivo para a reprodução incessante da formação econômica capitalista, que avançou a cada século mais agressivo, irradiou-se com todo o domínio de camuflagem, principalmente por parte da religião, para todos os campos da práxis social⁷⁹.

Para estabelecer o esforço necessário de apontar nesse estudo os pressupostos ontológicos da produção do conhecimento do lazer nas bases de relações dos fenômenos que geram a sua essência, parto, portanto, do conhecimento que é produzido nas universidades, que muito tem a contribuir quando pesquisadores optam por tratar e divulgar abordagens teórico-metodológicas manipulatórias presentes nas ciências, que negam o senso crítico da confrontação com o ser real, destacando necessidades humanas puramente subjetivas, em que as lutas de classes e seus interesses não se apresentam de forma concreta em confronto na sociedade capitalista.

Nesse estudo, concordando com Lukács (1979a, p. 43),

a crítica ontológica deve ter como seu ponto de referência o conjunto diferenciado da sociedade – diferenciado concretamente em termos de classes – e as interrelações de

⁷⁸ Para Marx (2004, p. 200 - 2001), nessas circunstâncias históricas, "o valor da força de trabalho é determinado, como qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção, e por sua conseqüência, a sua reprodução. [...] O capital anuncia, desde o início, uma nova época no processo de produção social, que segundo Marx, significa "adquirir a força de trabalho, para o trabalhador, a forma de mercadoria que lhe pertence, tomando seu trabalho a forma de trabalho assalariado. Além disso, só a partir desse momento se generaliza a forma de mercadoria dos produtos do trabalho".

⁷⁹ Segundo Lukács (1979, p. 42), os dogmas ontológicos das religiões, fixados pela teologia, se estilham ao longo dos tempos, se desmancham cada vez mais e o seu lugar é tomado por uma necessidade religiosa que tem como essência o capitalismo atual e que gera nas consciências, um caráter subjetivista.

comportamentos que daí derivam". Só deste modo é possível fazer uso correto da função da práxis como critério da teoria, decisiva para qualquer desenvolvimento espiritual e para qualquer práxis social.

A consciência que a classe trabalhadora precisa tomar sobre a realidade do lazer a partir da sua própria posição de classe é a sua vocação histórica de assumir perante o conhecimento de práxis social do trabalho, o sentido do processo histórico como imanente a este mesmo processo, deixando de reconhecer à práxis social do lazer como um fenômeno que contribui de forma dependente das relações em geral e em especial do capital para uma conquista de liberdade enquanto uma necessidade.

A tarefa inicial que apresentamos, a partir de uma análise histórica e de base ontológica pretendeu demonstrar a partir da categoria possibilidade objetiva, em que situação efetiva se pode desmascarar a ilusão da práxis social do lazer na sociedade capitalista e na luta de classes e o que permite o ser social penetrar até a conexão com a totalidade de sua realidade. Mesmo porque, se não pudermos reconhecer a práxis social do lazer na sua totalidade a partir de uma situação de classe determinada pelo capital, a própria reflexão conseqüente, levada até o extremo e incidindo sobre os interesses da classe trabalhadora não poderá desempenhar mais do que um papel subalterno e não poderá intervir na marcha da história em vista a um projeto de sociedade comunista.

Para elucidar a terceira questão levantada, vamos apresentar elementos que colocam o lazer enquanto uma necessidade humana, mas impregnado de contradições históricas advindas da sua realidade ontológica nas relações que o trabalhador estabelece na luta de classes da formação econômica capitalista.

2.3. LAZER ENQUANTO NECESSIDADE DA PRÁXIS HUMANA E AS CONTRADIÇÕES HISTÓRICAS ADVINDAS DA REALIDADE ONTOLÓGICA DO CAPITAL-TRABALHO-LAZER NAS RELAÇÕES DA FORMAÇÃO ECONÔMICA CAPITALISTA

A realidade não é (autêntica) realidade *sem* o homem, assim como não é somente realidade do homem. É realidade da

natureza como totalidade absoluta, que é independente não só da consciência do homem, mas também da sua existência, e é realidade do homem que na natureza e como parte da natureza cria a realidade humano-social, que ultrapassa a natureza e na história define o próprio lugar no universo (KOSIK, 1995, p. 246).

Para Kosik (1995, 44), por ser a realidade entendida como concrecidade, como um todo que possui a sua própria estrutura (e que, portanto não é caótico), que se desenvolve (e, portanto não é imutável nem dado uma vez por todas) que se vai criando (e que, portanto não é um todo perfeito e acabado no seu conjunto e não é mutável apenas em suas partes isoladas), da concepção de realidade, decorre certas conclusões metodológicas que se convertem em orientação heurística e princípio epistemológico para estudo, descrição, compreensão e ilustração de vários problemas teóricos, inclusive questões práticas relativas à organização da vida humana e da situação social.

Para tratar do lazer enquanto práxis social que emerge da realidade ontológica, partimos do princípio teórico da investigação dialética da realidade que se coloca enquanto um ponto de vista da totalidade concreta, cujo fenômeno lazer, parte de uma práxis social enquanto um fato histórico do todo que se evidencia nas bases em que se colocam os pilares das relações da formação pré-capitalista. Estas relações de produção emergiram ainda no seio da sociedade feudal, quando foi arrastada sua economia para as relações de mercado, a partir de três fatores: O primeiro fator é referente à divisão social do trabalho entre os ofícios artesanais e a agricultura, entre a cidade e o campo; o segundo fator surgiu da absorção das técnicas produtivas herdadas dos pequenos produtores independentes (artesãos e camponeses). Esses dois fatores geraram o terceiro que se estabeleceu no desenvolvimento das relações mercantis reguladas pelo dinheiro, que deixaram de ser relações mercantis simples e passaram a ser relações mercantis capitalistas⁸⁰.

⁸⁰ Sobre os traços essenciais que demarcam a produção mercantil simples e da produção mercantil capitalista, Marx (2006, p. 65-122) destaca que tanto uma como outra se assentam na divisão social do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção e do produto do trabalho. Nesse aspecto, são do mesmo tipo. No entanto, o que as difere é que na produção mercantil simples dos artesãos e camponeses, os produtos do trabalho são propriedade de quem os produziu. No capitalismo, pelo contrário, os produtos do trabalho são de propriedade privada de pessoas que não os produziram, que não investiram neles nem um minuto de

A crescente expansão das relações de produção capitalista exigia dois planos, que segundo Ohlweiler (1987a, p. 22), se pautavam: 1. Em um plano político que exigia a derrocada do poder feudal, o que foi conquistado pelas revoluções burguesas e, 2. O plano das forças produtivas, que exigia a implantação da base material e técnica própria do capitalismo, que resultou na Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII e, depois, propagada a todos os países economicamente adiantados da época, até o primeiro terço do século XIX.

Reconhecendo que nunca um objeto de estudo científico é totalidade de todos os fenômenos, realizamos um esforço em apresentar o real (lazer) enquanto um conhecimento da realidade que ocupa um lugar na totalidade do próprio real que se apresenta nas relações históricas que fundam o trabalho nas bases do capitalismo.

Para Kosik (1995, p. 50),

o conhecimento dialético da realidade não deixa intactos os conceitos no ulterior caminho do conhecer; não é uma sistematização dos conceitos que procede por uma soma, sistematização essa fundada sobre uma base imutável e encontrada uma vez por todas: é um processo em espiral de *mútua compenetração e elucidação* dos conceitos, no qual a abstratividade (unilateralidade e isolamento) dos aspectos é superada em uma correlação dialética.

Afirma, ainda, o filósofo (1995, p. 52) que para o materialismo:

A realidade social pode ser conhecida na sua concreticidade (totalidade) quando se descobre a natureza da realidade social, se elimina a pseudoconcreticidade, se conhece a realidade social como unidade dialética de base e de supra-estrutura, e o homem como sujeito objetivo, histórico-social.

Portanto, buscamos identificar elementos que possam esclarecer no real, as relações do capital no século XVIII, em vista ao desenvolvimento

trabalho, mas que são os proprietários dos meios da produção e, com base nisso, apropriam-se do produto dos operários assalariados. Mesmo considerando que a troca de mercadorias tenha existido muito antes do capitalismo, nas formações pré-capitalistas, a economia era essencialmente natural. Alguns produtos (sal, ferro, especiarias e objetos de luxo) eram trocados como mercadorias; mas essa troca desempenhava um papel secundário, pois que só se destinava à venda uma parte insignificante daquilo que era produzido. Já sob o capitalismo, as fábricas, as indústrias, as empresas agrícolas e pecuárias produzem geralmente para a venda. As relações monetário-mercantis impregnam toda a vida da sociedade capitalista. A troca de mercadorias é a relação mais comum e maciça para todas as coisas (trabalho, casa, posição social, terras, inclusive os desejos, os prazeres humanos), sendo tudo objeto de compra e venda.

industrial europeu, com seu legado de exploração a milhões de trabalhadores, para localizar as bases objetivas que fizeram emergir, no contexto das relações humanas, a natureza objetivada do lazer enquanto uma práxis social, que em seu movimento histórico, iniciou desde aquela época, um processo de criações reificadas postas no tempo disponível dos trabalhadores, colocando o seu autêntico objeto histórico sob as estratificações das convenções fixadas pela formação econômica capitalista.

Segundo Kopnin (1987, p. 186), com a base do conhecimento na dialética do histórico e do lógico resolve-se o problema da correlação entre o pensamento individual e o social. Essa unidade entre o lógico e histórico foi para o desenvolvimento desse estudo, fundamental metodologicamente, para que pudessemos interpretar à maneira materialista da elaboração dessa tese, considerando a sua estrutura interna no movimento dialético das categorias tratadas.

A realidade da práxis social do lazer, objetivamente se estabelece na formação econômica capitalista no plano das forças produtivas, quando a própria energia do trabalhador se transforma num ato de estranhamento da atividade prática humana, que é o trabalho, que segundo Marx (2004, p. 83) é possível examinar a partir de dois aspectos:

1. A relação do trabalhador com o produto do trabalho como objeto estranho e poderoso sobre ele. Esta relação ao mesmo tempo com a relação com o mundo exterior sensível, com os objetos da natureza como um mundo alheio que se lhe defronta hostilmente;
2. A relação do trabalho com o *ato da produção* no interior do *trabalho*. Esta relação é a relação do trabalhador com a sua própria atividade como uma [atividade] estranha não pertencente a ele, a atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração. A energia espiritual e física *própria* do trabalhador, a sua vida pessoal – pois o que é a vida senão atividade – como uma atividade voltada para ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele.

São nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, que Marx (2004, p. 79 - 90) apresenta a partir do pressuposto da economia da época (1844), a divisão de classes em que a formação econômica capitalista se decompõe em *proprietários* e *trabalhadores sem propriedade*, o trabalho passa a ser (externo) ao trabalhador, isto é "deixa de pertencer ao seu ser, que não se sente bem,

mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica a sua *physis* e arruína o seu espírito. ” (Grifo do autor)

Essa base teórica e científica que retrata elementos que identificam o perfil da economia da época expõe o quanto o trabalho alienava progressivamente os trabalhadores enquanto um produto de uma construção societal determinada pela própria morfologia social que a produzia, extraindo do ser social o fruto de sua produção e o tornando estranho a si mesmo e aos tempos e ambientes das relações em que vivia. Essa condição faz com que Marx, aos vinte e seis anos, identifique a “coisificação” do trabalhador, reduzido a mercadoria.

Marx, nos Manuscritos⁸¹, coloca que o trabalho no sistema industrial capitalista, inexoravelmente, leva à alienação do ser social, que ao se objetivar diante das máquinas se torna um instrumento de manipulação e exploração do proprietário dos meios de produção.

Considerando a possibilidade de discutir o lazer enquanto um fenômeno da práxis social que parte da necessidade do trabalho, cujas determinações são emergentes de regras impostas historicamente pelo capital, cuja relação com o advento do capitalismo não é natural, mas ocorre na dinâmica do crescimento econômico e na dinâmica da vida social e cultural, apresentamos dados pautados em estudos da filosofia, história e da economia, que nos permite compreender o que determina o surgimento e o que alimenta a formação econômica capitalista, a partir de relações e nexos em que se estabelecem as bases do trabalho-lazer, explicadas a partir da concepção do materialismo histórico dialético. Tomamos como referenciais as análises sobre o tema realizadas por Marx (1987, 2006), Lênine (1979), Hobsbawm (1997),

⁸¹ Os Manuscritos Econômico-Filosóficos foram escritos em 1844, em Paris e recebeu esse título quando da sua primeira publicação na Marx Engels Gesamtausgabe, Berlim, 1932. Trata-se de anotações de estudo sobre temas da Economia Política, em que Marx também desenvolve a crítica da filosofia hegeliana, que se divide em três cadernos dos quais muitas folhas se perderam. O primeiro caderno aborda os temas “salário”, “rendimento do capital”, “renda da terra” e “trabalho assalariado”; e o segundo, que é provavelmente um fragmento de um texto maior, trata da relação entre propriedade e o trabalho. O terceiro, mais extenso, que os anteriores, contém, além dos temas sobre a divisão do trabalho, o dinheiro e a crítica de Hegel, dois textos (“Propriedade privada e trabalho” e “Propriedade privada e comunismo”, que são apêndices de um outro escrito perdido (Nota do Editor: Nova Cultura, 1987).

Cogiolla (2002), Lajugie (1979) e Ohlweiler (1987)⁸², Braga (1995), Frigotto (2002)⁸³.

O texto deste capítulo que expomos a seguir, parte da necessidade de estabelecer a unidade entre o lógico e o histórico que é premissa necessária para a compreensão do processo de movimento do pensamento, da criação da teoria científica que defendemos.

2.3.1. As condições objetivas do trabalho na formação econômica capitalista: síntese essencial para pensar o trabalho-lazer

Um dos pressupostos do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir o dinheiro e valorizá-lo; de o trabalho ser consumido pelo dinheiro – não como valor de uso para o desfrute, mas como valor de uso para o dinheiro. Outro pressuposto é a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação – dos meios e do material do trabalho. Isto significa, acima de tudo, que o trabalhador deve ser separado da terra enquanto seu laboratório natural – significa a dissolução tanto da pequena propriedade livre como da propriedade comunal da

⁸² Sem desconsiderar as demais contribuições, principalmente de Marx - Formações econômicas pré-capitalistas e Manuscritos Econômico-Filosóficos, nessa seção, expomos os estudos e pesquisas de Otto Alcides Ohlweiler (foi professor da UFRGS, nascido em 1914), por se tratar da produção de um brasileiro, cuja elaboração de síntese é importante para esse texto. A produção tratada tem quatro volumes. A obra apresenta uma descrição fluente da trajetória do ponto de vista histórico da evolução das relações do homem com a natureza e dos homens entre si na vida social, sustentado por estudos concebidos no materialismo histórico, que nos permite pela necessidade de síntese de uma tese, conceber os elementos essenciais para expor uma base histórica material ontológica do trabalho-lazer.

⁸³ Considerando os autores das obras que nos apropriamos, destaco os estudos em Marx, em que preservo o marco dos dados que me permitiram reconhecer na base do materialismo histórico dialético, o mecanismo geral de todas as transformações que correspondem a um estágio definido de desenvolvimento das forças produtivas materiais, ou seja, o desenvolvimento periódico de conflitos entre as forças produtivas e as relações de produção. Esta análise que Marx estabelece, segundo Hobsbawn (2006, p. 15), não constitui “história” em sentido estrito, pois tenta apresentar na análise da evolução social, as características de toda teoria dialética. Portanto, para compreender o conteúdo da história na sua forma mais geral e de maneira em que os dados históricos se sucedem, nos apropriamos da leitura de Marx (1987, 2002, 2006) para compreender o trabalho na formação econômica capitalista; na fase mais avançada do capitalismo trazemos Lênine (1979, 2007) a partir da teoria do imperialismo, fase superior do capitalismo que gera conseqüências agonizadoras para a classe trabalhadora; em Ohlweiler (1987) apontamos elementos que caracterizam o advento das relações sociais capitalistas, a manufatura, as revoluções burguesas e a afirmação do capitalismo; de Lajugie (1979) nos apropriamos das bases dos sistemas econômicos, considerando aspectos da economia fechada à economia de troca, a economia de mercado capitalista. Esses dois historiadores nos oferecem dados para desvendar dimensões mais detalhada da realidade. Vale destacar, que apresentamos os autores pela prioridade que damos à consideração de aprofundamento das pesquisas, enquanto marcos que permitiram releituras de fundo sobre os dados e fatos históricos em determinados momentos de seus estudos.

terra assentada sobre a comuna oriental (MARX, 2006, p. 65).

Tomamos esses pressupostos de Marx (1987) para estabelecer um ponto de referência de onde partimos para as explicações que se seguem. Nessas duas formas do trabalho, o relacionamento do trabalhador com as condições objetivas de seu trabalho é o de propriedade, pois para Marx (idem, p. 65), “esta constitui a unidade natural do trabalho com seus pressupostos materiais”. E, ainda acrescenta: “o trabalhador tem uma existência objetiva, independentemente de seu trabalho. O indivíduo relaciona-se consigo mesmo como proprietário, como senhor das condições de sua realidade”. Em Marx (1987 p. 169):

“a *essência subjetiva* da propriedade privada, a propriedade privada como atividade para si, como *sujeito*, como *pessoa*, é o *trabalho*”. (...) Sob a aparência de um reconhecimento do homem, a economia política, cujo princípio é o trabalho, é muito mais a conseqüente negação do homem, na medida em que ele próprio não se encontra em uma tensão exterior com a essência exterior da propriedade privada, mas sim se tornou a essência tensa da propriedade privada. O que antes era *ser-exterior-a-si*, exteriorização real do homem, converteu-se apenas no fato da exteriorização, em estranhamento. Se essa economia política começa, pois, sob a aparência do reconhecimento do homem, de sua autonomia, de sua atividade própria, etc., ao transferir a essência mesma do homem à propriedade privada, não pode ser condicionada pelas determinações locais, nacionais, etc., da *propriedade privada*, como um ser que existia fora dela, isto é, se esta economia política desenvolve uma energia *cosmopolita*, geral, que derruba todas as barreiras e todos os laços, assim tem de rejeitar em seu desenvolvimento posterior essa *hipocrisia* e tem de aparecer em seu cinismo total ⁸⁴. (Grifo do autor)

Para expor uma síntese do percurso histórico em que se estabeleceram às relações pré-capitalistas, apresentamos o que caracteriza as bases do sistema industrial capitalista, que aprofundam suas determinações históricas, quando iniciam no século XII e XIII, como formas de atividades econômicas;

⁸⁴ Marx (1987, p. 170) expõe que a economia política se desenvolve despreocupada de todas as contradições aparentes; que a sua doutrina a envolve numa condição mais unilateral e, portanto, mais aguda e tendo conseqüentemente o trabalho como a única essência da riqueza, ao provar a desumanidade das conseqüências dessa doutrina, em oposição àquela originária, que dá o seu último golpe mortal ao modo de existência individual, natural, independente do movimento do trabalho, da propriedade privada e fonte de riqueza – a renda da terra -, que era a expressão da propriedade feudal já totalmente economificada incapaz, portanto de resistir à economia política.

logo após, apresentamos dados que evidenciam como as bases do sistema capitalista vão sofrendo mudanças ao longo da história, na medida em que avança forças que amadurecem as suas relações, que ao converterem em sujeito a propriedade privada, ao mesmo tempo fazem do homem a sua essência, de modo que a contradição da realidade corresponda de forma perfeita à essência contraditória, tomada como princípio. Segundo Marx (1987, p. 170) “a *realidade* dilacerada da *indústria* confirma o próprio princípio *dilacerado* em *si mesmo*, muito longe de refutá-lo, pois seu princípio é justamente o princípio dessa dilaceração.” (Grifo do autor)

Para promover a objetivação do conhecimento acumulado, considerando os elementos essenciais que não nos levassem a excessiva teorização de revisão dos estudos, nos valem de dados que estabelecem aproximações mais concretas da realidade, buscando significados da ação humana que constrói a história, pois segundo Marx (1999, p. 39):

o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos.

Nas forças que se desenvolveram as formações econômicas pré-capitalistas da produção material, a indústria desenvolveu-se sob a forma de indústria artesanal ou pequena indústria domiciliar, ou seja, caracterizando-se pela reunião de fatores de produção entre as mãos de uma mesma pessoa, que fornecia a um só tempo, capital e trabalho. Segundo Lajugie (1979, p. 31), de início, o artesão é um simples trabalhador a domicílio, modelando as matérias primas. Logo, torna-se um produtor independente, trabalhando por sua conta e vendendo seus produtos. É uma produção que prevalece mais a qualidade que a quantidade, pois as dimensões das explorações e o estado limitado da técnica impedem um maior desenvolvimento. O trabalho, segundo Marx (1987, p. 171),

ainda não é entendido na sua generalidade e abstração, está ligado ainda a um elemento natural particular, à sua matéria; é conhecido apenas em um modo particular de existência natural e determinado. Por isso, ainda é uma *alienação determinada, particular* do homem, da mesma maneira que seu produto é apreendido ainda como uma riqueza determinada, que depende mais da natureza do que do próprio trabalho. A terra é conhecida aqui ainda como um modo de existência natural, independente do homem, e não como capital, isto é, como um momento do próprio trabalho. (...) Mas, ao reduzir-se o fetichismo da antiga riqueza exterior, que existia apenas como objeto, a um elemento natural muito simples, e ao reconhecer-se a sua essência, ainda que parcialmente, em sua existência subjetiva sob um modo particular, está já iniciado necessariamente o passo seguinte, de reconhecer a *essência geral* da riqueza e elevar por isso, a *princípio o trabalho* em sua forma mais absoluta, isto é – abstrata. (Grifo do autor).

A princípio, a produção do trabalho era, portanto, suficiente, apenas, para assegurar a expansão das trocas; as trocas, por conseguinte, vão se intensificando em grandes proporções para a época; a princípio no plano local, depois no terreno nacional e internacional, o que faz gerar o comércio.

Nessa época, considerando-se as relações de produção, a condição do tempo de lazer, ou seja, tempo disponível para outras atividades que não o trabalho e obrigações familiares, eram vividos ainda sobre o controle dos artesãos, que ainda tinham a liberdade de disponibilizar seu tempo de existência, pois ainda não trabalhavam sob a égide da exploração das necessidades impostas pelo capital. Os artesãos, então, só produziam para o mercado local e amiúde, sob encomenda. Vivia-se uma economia de necessidades locais conhecidas e, portanto, vivia-se um tempo de liberdade para escolher o que fazer, quando não havia trabalho. As bases da economia não eram apenas de trocas, mas de vendas, sem exigências maiores sobre a produtividade. Segundo Marx (1987, p. 175),

tanto o material do trabalho como o homem enquanto sujeito são, ao mesmo tempo, resultado e ponto de partida do movimento (e no fato de que têm de ser este ponto de partida reside justamente à necessidade histórica da propriedade privada). O caráter social é, pois o caráter geral de todo o movimento; assim como é a própria sociedade que produz o homem enquanto homem, assim também ela é produzida por ele. A atividade e o gozo também são sociais, tanto em seu *modo de existência*, como em seu conteúdo; a atividade social e gozo social. A essência *humana* da natureza não existe senão para o homem social, pois apenas assim existe para ele

como *vínculo* com o homem, como modo de existência sua para o outro e modo de existência do outro para ele, como elemento vital da efetividade humana: só assim existe como fundamento de seu próprio modo de *existência humano*. (Grifo do autor).

Mas, pouco a pouco, conforme explicita Lajugie (1979, p. 32), aumentam as dimensões das empresas artesanais e amplia-se o mercado. Passa-se, bruscamente, por imposição do mercado, de pequeno estabelecimento familiar a uma oficina que concentra um maior número de assalariados, avolumando-se os negócios e apela-se para os mercadores intermediários, que passam a comprar toda a produção, revendendo-a em outro mercado – nacional e internacional. É quando surgem as grandes feiras, congregando compradores e vendedores que passam a alimentar o comércio permanente em grandes períodos de tempo. O crédito, de acordo com Lajugie (1979, p. 33), começa a desenvolver-se. Surgem, então, bancos privados e grandes financistas que passam a ocupar lugares privilegiados nos poderes dos Estados e na política internacional. Posteriormente, no século XIV, surgem os bancos públicos que tiveram um papel fundamental na criação do papel-moeda; finalmente, surgem as bolsas, que se tornaram rapidamente centros ativos de transações sobre as moedas e os valores.

Sobre as relações de trabalho, a economia urbana, segundo Lajugie (1979, p. 34), embora não seja um regime inteiramente de coerções, de trabalhos forçados, é um regime de profissões fechadas e organizadas. O acesso à profissão não é livre. Os princípios do corporativismo medieval caracterizavam-se por uma estreita regulamentação profissional, que incidia sobre o comércio e a indústria. Havia a escolha dos misteres, o seu exercício e as relações entre patrões e obreiros. O exercício da profissão está, naquela época, segundo Lajugie (1979, p. 35), subordinado as regras limitadas, que fixavam as condições de produção (processos de fabricação, matérias-primas a utilizar) e os limites de cada profissão. As condições de trabalho se estabeleciam por relações entre empregadores e assalariados, regulamentadas pelas corporações. Seus dirigentes fixavam unilateralmente a duração do trabalho e os salários. As greves eram proibidas. Foi imposta à disciplina e regulação do tempo dos trabalhadores, que passou a regular a duração da jornada de trabalho, impondo rigorosa supervisão pelo patrão (detentor dos

meios de produção), às produções, que iniciaram a partir de processos que negavam aos trabalhadores a dimensão de totalidade dos processos provenientes de movimentos geradores dos produtos concretos.

Em uma breve transição, a esfera de organização do trabalho tratou de alterar os trabalhos tradicionais do artesão, que passou a ser dividido e subdivido e, então, cada parte isolada foi distribuída de modo a ser executada em série por um conjunto articulado de trabalhadores parcelados. Esse processo funda as bases da divisão do trabalho, que simplificou as operações dos trabalhadores, convertendo-as em movimentos elementares; a especialização e o aprimoramento das ferramentas propiciadas por aquela mesma divisão do trabalho facilitaram sobretudo a substituição dos instrumentos manuais pela máquina (OHLWEILER , 1987c, p. 23).

Do ponto e vista social, uma paralela evolução substitui as relações de acordo dos mestres e oficiais, por contatos mais densos e tão logo, hostis, gerados pelas seguintes determinações: 1. aumento da evolução técnica da indústria, gerando desentendimento entre empregadores e assalariados; 2. os mestres de ofícios tendem a constituir castas fechadas, criando obstáculos dos oficiais atingirem a mestria (cedida aos filhos e parentes); 3. acentua-se a incompatibilidade entre um regime corporativo estratificado egoísta e as necessidades de um regime móvel e progressista. As contradições de um regime infiel aos seus princípios caminham para a ruína. Vemos que nesse estágio das relações que sustentam a produção da existência, já nos encontramos longe da economia fechada da família primitiva ou do domínio feudal, ou segundo Lajugie (*idem*, p. 38), mas em plena economia da troca, ou mais exatamente, na fronteira entre a economia de necessidades e a economia de troca.

Segundo Lajugie (1979, p. 36), as forças de interesses manipulados pelos sentimentos religiosos são poderosas na Idade Média. Os repousos dominicais, impostos pela igreja, antes que a legislação civil com ele se preocupe, favorecem a possibilidade de um tempo disponível aos trabalhadores assalariados, para além do tempo de trabalho.

A rápida expansão do uso das máquinas a vapor originou grandes parques fabris, com novas frentes de produção: indústrias de produção de equipamentos ferroviários e barcos, que revolucionaram os meios de

transporte, bem como a indústria pesada de fabricação de máquinas e tudo isso exigindo uma grande extração da natureza de crescentes massas de ferro, carvão e outros minerais e materiais. E assim, afirmou a Inglaterra sua hegemonia industrial por meio de um determinado padrão tecnológico que gerou o caminho principal para aumentar a exploração do trabalhador assalariado, que favorecia ao capitalista (dono dos meios de produção). Com uma nova base técnica instituída pela máquina a vapor e pelo tear, configura-se o que tem se chamado de Primeira Revolução Industrial; a ciência e a tecnologia se tornam propriedades do capital, e assim o capitalismo passou a operar em sua base real.

Embora Marx (2002) reconheça em sua obra – O Capital - o advento do trabalho fabril como o limiar de uma nova era, não deixa de ficar profundamente apreensivo, com a introdução das máquinas-ferramentas no processo de trabalho. Destaca: “O instrumental de trabalho, ao converter-se em maquinaria, exige a substituição da força humana por forças naturais, e de rotina empírica, pela aplicação consciente da ciência” (Marx, 2002, p. 442). E acrescenta:

O capital faz o operário trabalhar, agora, não com a ferramenta manual, mas com a máquina que maneja os próprios instrumentos. Um primeiro exame põe em evidência que a indústria moderna deve aumentar extraordinariamente a produtividade do trabalho, ao incorporar as imensas forças naturais e a ciência ao processo de produção; o que não está claro, entretanto, é se essa elevada produtividade não se realiza a custo de maior dispêndio de trabalho. Como qualquer outro elemento do capital constante, as máquinas não criam valor, mas transferem seu valor ao produto, ela constitui um componente do valor do produto.

O que Marx reconhece é que na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve de ferramenta; na fábrica, serve a máquina. Do trabalhador, procede ao movimento do instrumental de produção que precisa ser ativado e acompanhado; na fábrica, eles se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles (Marx, 2002, p. 482). As conseqüências imediatas da produção mecanizada sobre o trabalhador recaem na condição humana de se incorporar a esse organismo mecânico, que segundo Marx (2002, p. 451 - 466) gerou: 1. A apropriação pelo capital das forças de trabalho suplementares – o trabalho das mulheres e das crianças. A

força muscular sendo supérflua, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores com membros mais flexíveis e assim, o capitalista utiliza o trabalho de mulheres e crianças. O trabalho obrigatório tomou lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre realizado em casa regido pelos costumes das famílias; 2. Prolongamento da jornada de trabalho – a maquinaria sendo um instrumento que passa a aumentar a produtividade do trabalho, pela diminuição do tempo necessário à produção de uma mercadoria, é também, o meio mais potente para prolongar a jornada de trabalho em circunstâncias extenuantes, além dos limites estabelecidos pela natureza humana. Marx (2002, p. 260) coloca que “a maquinaria gera novas condições que capacitam o capital a dar plena vazão a essa tendência constante que o caracteriza, cria novos motivos para aguçá-lo a cobiça por trabalho alheio”.

A maquinaria a serviço do capitalismo cria, para atender aos seus interesses, a tendência de efetivar sem medidas, o prolongamento do dia de trabalho, revolucionando os métodos de trabalho, o caráter do organismo de trabalho coletivo e as condições da existência humana relativas ao tempo e espaço de viver necessidades outras.

Ao promover o prolongar desmedido da jornada de trabalho, o capital, portanto, recruta camadas da classe trabalhadora que antes lhes era inacessível e ao dispensar trabalhadores substituídos pelas máquinas, produz a população trabalhadora excedente, que se torna compelida em toda e existência a submeter-se à lei do capital.

Segundo Marx (2006, p. 122),

na Idade Média os cidadãos de cada cidade eram obrigados a se unir contra a nobreza proprietária da terra, para preservar a própria pele. A ampliação do comércio, o estabelecimento de comunicações levou cidades isoladas a conhecer outras cidades, que tinham afirmado os mesmos interesses na luta contra idêntico antagonista. Das muitas corporações de habitantes de burgos nasceu, gradualmente a classe dos burgueses. As condições de vida de cada habitante dos burgos tornaram-se existentes e do modo de trabalho determinado por este, condições comuns a todos eles independente de cada indivíduo. (...) Quando as cidades começaram a estabelecer associações, estas condições comuns evoluíram para condições de classe, as mesmas condições, o mesmo antagonismo, os mesmos interesses necessariamente geraram costumes semelhantes por toda a parte.

A revolução da base técnica permite ao capital a divisão e organização do trabalho⁸⁵ de maneira a atender aos seus métodos, faz gerar a qualificação, mas também a desqualificação do trabalhador. Ocorre, assim, um reordenamento de toda a estrutura societária, acentuando um fosso entre as classes fundamentais⁸⁶, no caso, a burguesia e o proletariado⁸⁷, nos marcos do capitalismo liberal, onde a concorrência, baseada na liberdade de comércio e produção, encontra sua forma de regulação de mercado.

Deste contexto de realidade nasce à era da mais-valia absoluta, ou seja, aumento do prolongamento da jornada de trabalho, o que fazia o trabalhador exaurir suas forças, colocando no trabalho que lhe era estranhado, todas as suas condições vitais. Em condições adversas, os trabalhadores, homens, mulheres e crianças vendiam 16 a 18 horas diárias da sua força de trabalho. Nessas condições dadas, segundo Marx (2002, p. 201),

o proprietário da força de trabalho é mortal. Se tiver de aparecer continuamente no mercado, conforme pressupõe a contínua transformação de dinheiro em capital, o vendedor da força de trabalho tem de perpetuar-se. As forças de trabalho retiradas do mercado por desgaste ou por morte têm de ser incessantemente

⁸⁵ Marx (2002, p. 406) trata da divisão manufatureira do trabalho e a divisão social do trabalho, que constitui o fundamento geral de toda a produção de mercadoria. A divisão social do trabalho e a correspondente limitação dos indivíduos a esferas profissionais particulares desenvolvem-se, como a divisão do trabalho da manufatura, partindo de pontos opostos; primeiro pela divisão natural do trabalho, que é de base unicamente fisiológica, mas que cria, com a expansão das necessidades de produção da troca de mercadorias, as trocas de divisões de ramos de produção que são originalmente diversos e independentes entre si. Portanto, considerando apenas o trabalho, “podemos chamar a separação da produção social em grandes ramos – agricultura, indústria etc – de divisão de trabalho em geral; a diferenciação desses grandes ramos em espécies e variedades, de divisão do trabalho em particular; e a divisão de trabalho numa oficina, de divisão do trabalho individualizada, singularizada (Marx (2002, p. 406 – 407). Para Marx, a divisão do trabalho vai desde a separação das profissões mais diferentes possíveis até aquela divisão em que diversos trabalhadores dividem entre si a elaboração de um único produto, como na manufatura (idem).

⁸⁶ De acordo com Marx (2006, p. 122), a própria burguesia, com suas condições de classe, as mesmas condições desenvolveram-se apenas gradualmente, dividida, em consonância com a divisão do trabalho, em várias facções e, finalmente, absorveu todas as classes dantes possuidoras (enquanto desenvolvia a maioria das classes que, antes, eram não-possuidoras, e parte das anteriormente proprietárias, em uma nova classe, o proletariado) na medida em que toda a propriedade anterior era transformada em capital industrial ou comercial. Marx ainda nos esclarece sobre a constituição das classes, que os indivíduos isolados constituem uma classe, apenas, na medida em que têm de travar batalha comum contra outra classe, pois do contrário, permanecem em posição reciprocamente hostil, como concorrentes. Por outro lado, a classe alcança existência independente acima e contra os indivíduos de modo que estes últimos encontram suas condições de existência predestinadas, e por isso têm posição na vida e desenvolvimento pessoal que lhes forem atribuídas por sua classe, integrando-se nela (MARX, 2006, p. 122 – 123).

⁸⁷ As referências à burguesia e ao proletariado, embora caibam no contexto focalizado, incidem sobre a demarcação das estruturas de classes fundamentais, que serão mais bem esclarecidas no tratamento do objeto, no próximo capítulo.

substituídas pelo menos por um número igual de novas forças de trabalho.

Essa realidade perversa de ganância do proprietário, que tem poder sobre a força de trabalho, era colocada a partir da lógica de que: "A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui também os meios de subsistência dos substitutos dos trabalhadores, os seus filhos, de modo que se perpetue no mercado essa raça peculiar de possuidores de mercadorias" (MARX, 2002, p. 2002). Mesmo com a expansão da tecnologia que traz transformações fundamentais na compra e venda da força de trabalho, que se perpetuava de geração a geração, a produtividade diminuiu. Sobre a exploração que se acentuava na compra e venda da força de trabalho nessa época, Marx nos esclarece, colocando que:

A fim de modificar a natureza humana, de modo que alcance habilidade e destreza em determinada espécie de trabalho e se torne força de trabalho desenvolvida e específica, é mister educação ou treino que custa uma soma maior ou menor de valores de mercadorias. Esta soma varia de acordo com o nível de qualificação da força de trabalho. Os custos de aprendizagem, ínfimos para a força de trabalho comum, entram, portanto, no total dos valores despendidos para a sua produção. O valor da força de trabalho reduz-se ao valor desses meios de subsistência. Varia, portanto, com o valor desses meios de subsistência, ou seja, com a magnitude do tempo de trabalho exigido para a sua produção (MARX, 2002, p. 2002).

Com a elevada exigência para a produção, houve uma redução do padrão de vida dos trabalhadores ao nível da mera sobrevivência e o tempo de trabalho pago enquanto mercadoria que representava uma elevada parte da jornada de trabalho. A solução do problema encontrada pelos capitalistas, sob o ponto de vista da acumulação, foi o recurso à extração da mais-valia relativa⁸⁸ através do incremento da produtividade mediante a introdução de

⁸⁸ Segundo Marx (2002, p. 97), "a determinação da quantidade de valor pelo tempo do trabalho é, por isso, um segredo oculto sob os movimentos invisíveis dos valores relativos das mercadorias. Sua descoberta destrói a aparência de causalidade que reveste a determinação das quantidades de valor dos produtos do trabalho, mas não suprime a forma material dessa determinação". "(...) as formas que convertem os produtos do trabalho em mercadorias, constituindo pressupostos da circulação das mercadorias, já possuem a consistência de formas naturais da vida social, antes de os homens se empenharem em apreender, não o caráter histórico dessas formas, que eles, ao contrário, consideram imutáveis, para seu significado". Partindo desses elementos explicativos, avançamos em Marx (2002, p. 228), colocando que a mais-valia ocorre quando o processo de produzir valor, simplesmente dura, até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais-valia (valor

inovações tecnológicas; dada certa duração da jornada de trabalho, o incremento da produtividade reduz o tempo de trabalho pago, estendendo o tempo de trabalho não pago, aumentando, assim a exploração da capacidade de trabalho⁸⁹ dos trabalhadores (OHLWEILER, 1987c, p. 25 - 26).

É fundamental ressaltar que as introduções das inovações tecnológicas do século XIX, não tinham como perspectiva poupar a força de trabalho e expandir o tempo disponível, mas de levar os trabalhadores a produzir mais, inclusive retirando da periferia das cidades mão-de-obra barata, enquanto fonte de matéria-prima para as indústrias da época.

Nessas condições criadas pela burguesia são reorganizadas as bases de manutenção de sua hegemonia econômica e política que atendia aos interesses de expansividade do capitalismo, ao tempo em que a classe trabalhadora é integrada à sua ordem; o capitalismo organizava o processo de trabalho sob a égide de uma disciplina imposta pelo próprio funcionamento do aparato tecnológico da época.

Havia de forma explícita, a condição exploratória do capitalista de se apropriar da força de trabalho excedente, que subjugava o tempo disponível do trabalhador como forma de negação de um tempo em que este podia viver independente do tempo de trabalho subjugado; assim, o tempo disponível mínimo existente, funde-se na condição de tempo de trabalho que é estranhado ao trabalhador e este não se reconhece em condições de lutar concretamente pela emancipação de um tempo para usufruir de outras

excedente). Mais adiante, nessa mesma obra (p. 366), Marx chama de mais-valia-absoluta "a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e mais valia-relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho". Essa condição exploratória do capitalista de se apropriar da força de trabalho excedente, subjugando o tempo disponível do trabalhador como forma de apropriação e negação de um tempo em que este pode viver independente das relações de trabalho assalariado. Assim, o tempo disponível funde-se na condição de trabalho que é estranhado ao trabalhador e este não se reconhece em condições de emancipação de um tempo para o lazer, nas relações de trabalho capitalista.

⁸⁹ Em Marx (2002, p. 197-198), a capacidade de trabalho tem o mesmo significado que força de trabalho, que ele denomina de "conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie. (...) assim, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado enquanto for e puder ser oferecida ou vendida como mercadoria pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. A fim de seu que seu possuidor a venda como mercadoria, é mister que ele possa dispor dela, que seja proprietário livre de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa". Para Marx (2002, p. 211), "a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela para trabalhar. Este, ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era potencialmente: força de trabalho em ação, trabalhador".

atividades de necessidades de segunda ordem, que pudessem ser independentes das relações impostas pelo trabalho alienado.

A sociedade burguesa tem no modo de produção capitalista o alicerce de uma poderosa, complexa e desenvolvida organização histórica de produção, cujo domínio sobre as forças da natureza e da exploração do homem sobre o homem gerou e vem gerando mais e mais opressão. Portanto, as categorias que expressam suas relações e que possibilitam compreender a sua estrutura permitem, ao mesmo tempo, na penetração de sua estrutura, compreender todas as relações de produção do passado das sociedades, sobre cujas ruínas e com cujos elementos a sociedade burguesa foi construída e das quais ela acumula resíduos ainda não superados.

Segundo Marx (2002, p. 97), as formas que convertiam os produtos do trabalho em mercadorias, constituindo pressupostos da circulação das mercadorias, já possuía formas naturais da vida social, muito antes dos homens tentarem entender, não o caráter histórico dessas formas, que eles, ao contrário, consideravam imutáveis em seu significado. A forma acabada do mundo das mercadorias, a forma dinheiro, portanto, conforme Marx dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em consequência, as relações sociais entre os produtores particulares, ao invés de pô-las em evidência.

Em meio à auto-expansão do capital através da máquina para produzir mercadorias, Marx (2002, p. 491), levanta dados em que localiza: 1. A razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência o capital destrói; 2. que todo o sistema de produção capitalista baseia-se na venda da força de trabalho como mercadoria pelo trabalhador. Essa realidade ocorre, mesmo com a implantação das máquinas, pois não se altera a usurpação de uma condição de existência digna, em que lançados à miséria, os trabalhadores se distanciam da realização de um tempo próprio de viver a sua existência fora do trabalho, pois esta condição lhe foi também, usurpada.

Mesmo no século XVII, sendo a máquina o instrumento que acalantava o grande desejo de libertação do trabalhador para poupar seu corpo da extremada fadiga muscular, que lhe causava um cansaço generalizado em todo o seu ser, suas mãos dos calos grossos, para poder levantar um pincel de forma desinteressado, um lápis para escrever, ou mesmo dispor de um tempo para dançar, ouvir música, tocar um instrumento, ou mesmo desenvolver ações

criativas, sociais e políticas, este não consegue atingir essas necessidades a partir do progresso tecnológico que se instalava gradativamente; com o advento das máquinas o trabalhador era exigido de colocar a sua força de trabalho a serviço do tempo que era destinado a maior produção e lucro, que o capitalista impunha, em função do emprego das máquinas. A valorização de um tempo disponível para o lazer consistia na recusa de aceitar com naturalidade relações fetichistas⁹⁰ que tinha como eixo a imposição de uma realidade determinada por formas de domínio do capital, na divisão do trabalho, que não permitiam a possibilidade de outra ordem econômica e social.

A produção capitalista, desde seus primórdios, vem convivendo com a ocorrência periódica de crises econômicas de amplitude, profundidade e durações variáveis. Os ciclos de expansão e recessão da economia capitalista vêm sendo naturalizados ao longo dos tempos, o que faz com que estas se apresentem com dificuldades momentâneas no processo de acumulação, que fazem baixar a taxa de lucro a níveis considerados insatisfatórios sob o ponto de vista da lucratividade esperada pelo capital.

Não sendo nesse estudo o nosso objetivo explicar esse processo oferecendo detalhes, apenas nos propomos a reconhecer como essas crises afetam a vida dos trabalhadores, quando baixa a composição orgânica do capital em escala social, gerando contingentes de trabalhadores sendo afastados de seus empregos; estes passam a se incorporar ao exército de reserva de mão-de-obra, tendo condições extremamente desvalorizadas sobre seus salários, e assim oferecendo condições de incrementos as taxas de lucros em favor dos interesses do capital. (OHLWEILER, 1987d, p. 9 – 22)

No século XVIII, os trabalhadores começaram a perceber que a jornada de trabalho nas indústrias não diminuía; muito pelo contrário, aumentava, pois somente uma jornada lucrativa satisfazia ao dono da máquina. Perceberam, então, os trabalhadores, que as máquinas tinham vínculo e compromissos políticos com o capital e, por causa disso acabavam sendo hostis a eles. Nesse

⁹⁰ O termo fetichista é usado no sentido de significar que as relações em questão aparecem como exteriores ao homem, confrontando-o como um poder alheio. Marx (2002, p. 94), ao tratar do "fetichismo da mercadoria, seu segredo, descreve o caráter social próprio do trabalho que produz mercadorias; este coloca o fetichismo na "relação social definida, estabelecidas entre os homens, que assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas".

confronto de interesses de classes, surgem esperanças não nas máquinas, mas na organização dos trabalhadores. Surgiram os sindicatos.

Um segundo e profundo impulso de alterações nas relações de trabalho que se encontram na base da existência humana, configura-se, também, no decorrer do século XIX, com o aparecimento da energia elétrica, petróleo, aço, substâncias químicas, motor de combustão e tantos outros elementos extraídos da natureza, associados às modernas marinhas mercantes, o automóvel, a aviação, que vão demarcar mudanças tecnológicas que permitem a crescente substituição da força humana física pela energia. A aplicação das ciências à indústria permite a criação de poderosas indústrias químicas (corantes, explosivos, fertilizantes) e da indústria de iluminação - gás e eletricidade. Todos esses acontecimentos repercutem profundamente na organização da produção e das trocas. As empresas cresceram de forma individual e coletiva, passando a serem regidas por um capitalismo competitivo de pequenas unidades a um capitalismo monopolista de grandes unidades (OHLWEILER, 1987d, p. 63-65).

Os estudos de Lajugie (idem, p. 35), esclarecem que a história da evolução do corporativismo medieval divide-se em dois períodos: durante muitos séculos até o século XV mais ou menos, que assegura à produção artesanal; e a partir desse século a evolução conduz a uma condição de decadência do regime, que declina até a Revolução Francesa⁹¹.

A Revolução Francesa (1789 – 1794), burguesa em seu caráter de classe, conseguiu triunfar com a participação das massas populares. Os franceses, em uma perspectiva histórica limitada e condicionada, consideravam que as novas relações burguesas em processos de afirmação correspondiam à natureza humana e que representavam o reino da razão, da justiça da igualdade e da fraternidade entre os cidadãos (OHLWEILER, 1987c, p. 77). A

⁹¹ Segundo Hobsbawm (1997, p. 7-8), “a economia do mundo do século XIX foi construída principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram constituídas fundamentalmente pela Revolução Francesa. A Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o explosivo econômico que rompeu com as estruturas socioeconômicas tradicionais do mundo não europeu; mas foi a França que fez suas revoluções e a ela deu suas idéias (...) e as políticas européias (ou mesmo mundiais), entre 1789 e 1794, foram em grande parte lutas a favor e contra os princípios de 1793. (...) A França forneceu os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países. A ideologia do mundo moderno atingiu, pela influência francesa, as antigas civilizações que até então resistiam às idéias européias. Esta foi a obra da Revolução Francesa”.

França forneceu vocabulário e os temas da política liberal e radical democrática para a maior parte do mundo.

A entrada do mundo numa “era de guerras e revoluções” na virada do século XIX para o século XX, não foi uma dedução teórica, mas uma evidência empírica, em que uma série de revoluções abalaram a periferia do mundo capitalista (Rússia 1905, México 1910, China 1911), ao mesmo tempo em que se produzia um importante desenvolvimento do movimento operário na Europa e nos Estados Unidos. Ao longo de todo o século XX, o capitalismo coexistiu com a ameaça da revolução social, tendo a vitória na Rússia (1917)⁹², como o marco que deu a teoria marxista uma projeção universal, transformando-a doravante na referencia teórico-ideológica obrigatória para todo pensamento político, social e histórico do século (COGIOLLA, 2002, p. 237).

A partir de uma progressiva introdução da máquina na produção foi fundada a transição da manufatura a maquinofatura, transferindo o instrumento de trabalho das mãos do trabalhador para um mecanismo acionado mediante aplicação de força externa. Com a maquinofatura, houve uma mudança radical nos processos de trabalho, que contribuíram para a criação ampliada das bases da produção capitalista e sua acumulação, cujas funções técnicas desenvolvidas pelas forças produtivas mais específicas, aumentavam sobremaneira a mais-valia, à custa da exploração dos trabalhadores (OHLWEILER, 1987, p. 23).

A seguir apresentamos dados que caracterizam o capitalismo competitivo e imperialista da segunda revolução industrial, mediante a necessidade de reconhecer as forças que causam a destruição das garantias (organizativas e institucionais) do valor da força de trabalho e que impedem

⁹² Segundo Cogiolla (2002, p. 237 - 238), não se pode abordar a vitória da revolução russa sem mencionar seu grande antecedente histórico (a Comuna de Paris – revolução proletária que gerou a primeira irrupção no cenário histórico mundial da revolta do capital contra o trabalho), e os antecedentes históricos que fundamentaram o seu caráter socialista. “Esses possuem especial importância devido ao fato do fracasso ulterior do ‘socialismo real’ ter sido quase universalmente explicado devida a uma suposta anormalidade histórica, consistente no fato da revolução anticapitalista, e não, como se supunha, nos países que tinham atingido a maturidade desse desenvolvimento. Depois da Revolução Russa, revoluções ou transformações anticapitalistas aconteceram em todos os continentes e regiões do planeta: na China, o Leste Europeu, no Sudeste Asiático, na América Latina (Cuba) e até, ao menos nominalmente, em alguns países africanos. (...) A dinâmica dessas experiências socialistas, porém, esteve condicionada, e em grande medida continua a está-l, pela história e o balanço da União Soviética, como elemento polar de toda a história do século XX”.

que necessidades de segunda ordem sejam conquistadas pela classe trabalhadora.

Para dar conta desse desafio, avançamos na extração de dados da história, por nos fornecer elementos para compreender a fase atual do capitalismo imperialista.

2.3.2. As condições objetivas do trabalho nas contradições orgânicas do capitalismo competitivo e imperialista

A história nada mais é do que a sucessão de diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; ou seja, de um lado prossegue em condições completamente diferentes a atividade precedente, enquanto, de outro lado, modifica as circunstâncias anteriores através de uma atividade totalmente diversa (MARX e ENGELS, 1999, p. 70).

Com mudanças postas pelo capitalismo competitivo são criadas as condições objetivas de um segundo movimento crescente da época industrial⁹³, que demarca a era da eletromecânica, que se instaura num processo contínuo, em formas de organização do trabalho e de acumulação, bem como, a nível superestrutural, leis, instituições encarregadas de regular as relações e conflitos capital-trabalho e a própria competição intercapitalista.

As adoções de inovações tecnológicas mais avançadas no processo produtivo são motivadas pela concorrência intercapitalista, que segundo Ohlweiler (1987d, p. 17) significa uma espécie de relação do capital consigo mesmo, mas que nem por isso, deixa de se relacionar com a luta de classes. O que causa a introdução de inovações tecnológicas é a constante pressão sobre os capitalistas no sentido de baratearem o valor individual de suas mercadorias em face de seus rivais de mercado. Há também o interesse em dispensar o trabalho humano e, portanto, diminuir os custos salariais e de produção em

⁹³ Há autores, que afirmam, tais como Silva (1997, p. 43), a existência de uma Segunda Revolução Industrial no decorrer do século XIX, que apontam como características: 1. expansão da indústria para outras regiões, deixando de ser um fenômeno exclusivamente inglês; 2. ocorrem sensíveis mudanças na tecnologia substituindo-se o vapor pela energia elétrica, o ferro pelo aço. Expandem-se as ferrovias e a navegação; 3. ocorrem mudanças na organização da atividade empresarial formando grandes monopólios industriais que passam a exercer um controle significativo sobre as atividades econômicas.

geral. Para Ohlweiler (1987d, p. 18), a integração dessas decisões individuais pressiona no sentido da elevação da composição orgânica do capital.

A evolução orgânica do capitalismo – ou seja, o desenvolvimento do sistema capitalista no marco de suas relações de reestruturação de produção específicas, por força de sua dinâmica interna, abrange, segundo Ohlweiler (1987d, p. 20), a etapa do capitalismo pré-monopolista (sob a livre concorrência, que alcançou seu ponto culminante nos anos 60 e 70 do século XIX) e do capitalismo monopolista (efetivou-se durante o último terço do século XIX). A emergência e a consolidação do capitalismo monopolista foi uma decorrência das próprias condições e exigências da expansão do capital, que é gerado, segundo Ohlweiler (1987d, p. 21) por dois processos concomitantes: 1. A concentração de capital, que é a expansão do capital através da acumulação de uma parte de mais-valia gerada numa dada empresa; 2. Centralização da capital, que vem a ser a o aumento de volume do capital através da integração de vários capitais num só. No capitalismo monopolista, a concorrência é notadamente reduzida, ou mesmo eliminada em certos ramos, pela dominação dos monopólios, que segundo Ohlweiler (1987d, p. 25) seu resultado é uma correspondente limitação na manifestação da lei do valor, que tem de adequar-se ao efeito dessa dominação, que gera para os capitalistas, um lucro de monopólio, regulado pela lei de valor, que atua em condições consideráveis.

A exportação de capitais, na etapa do capitalismo monopolista, que prevaleceu na metade do século XIX, se constitui no que Lênine (1979) denominou de imperialismo, que numa breve definição significa a fase monopolista do capital⁹⁴ que se apresenta com cinco traços fundamentais:

1. A concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;
2. A fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira;
3. A exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;
4. A formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que

⁹⁴ Lênine (1979, p. 641) apresenta essa definição colocando que a fase monopolista do capital “compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido.

partilham o mundo entre si; 5. O termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LÊNINE, 1979, p. 641).

Segundo Lênine (1979, p. 667-668) “o lugar da história do imperialismo é essencialmente econômico e é geralmente conhecida como capitalismo monopolista que agutizou todas as contradições do capitalismo.” Esta agudização das contradições é a força motriz mais poderosa do período histórico de transição iniciado com a vitória definitiva do capital financeiro mundial, que o qualifica como capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição. Lênine (2007, p. 31-33), ainda destaca que:

O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz às portas da socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos. Arrasa por assim dizer, os capitalistas, contra a sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, intermediário entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa. A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. Mantém-se o quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida, mas o jogo de um punhado de monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais duro mais concreto, mais insuportável. (...) Não nos encontramos mais na situação de luta da concorrência entre pequenas e grandes empresas, entre estabelecimentos tecnicamente atrasados e estabelecimentos de técnica avançada. Encontramo-nos perante o estrangulamento, pelos monopolistas, de todos aqueles que não se submetem ao monopólio, ao seu jugo, à sua arbitrariedade.

O capital financeiro, concentrado em pouquíssimas mãos e gozando de um monopólio real, segundo Lênine (2007, p. 62), “obtém um lucro enorme que aumenta sem parar com a constituição de sociedades, a emissão de valores, os empréstimos do Estado etc, consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas. Lênine, ainda ressalta:

As associações de monopolistas capitalistas – cartéis, sindicatos, trustes – partilham entre si, em primeiro lugar, o mercado interno, apoderando-se mais ou menos completamente da produção do país. Mas, sob o capitalismo, o capital interno está inevitavelmente entrelaçado com o externo. Já há muito tempo, o capitalismo criou um mercado mundial. E na medida em que foi aumentando a exportação de capitais e se foram alargando, sob todas as formas, as

relações com o estrangeiro e com as colônias, bem como com das 'esferas de influência' das maiores associações monopolistas, a marcha 'natural' das coisas levou a um acordo universal entre elas, ou seja, à constituição de cartéis internacionais.

Assim, podemos reconhecer um novo grau de concentração mundial do capital e da produção, que segundo Lênine (idem, p. 79), é um grau incomparavelmente mais elevado que os anteriores⁹⁵, pois vai se alastrando pela instituição de redes de capital financeiro, se estendendo aos países do mundo, tendo um papel essencial, os bancos fundados nas colônias, bem como as suas sucursais.

Lênine (2007, p. 78) destaca que os "países exportadores de capitais dividiram o mundo entre si, no sentido figurado do termo. Mas o capital financeiro também conduziu à partilha direta do mundo". Os cartéis internacionais mostram até que ponto cresceu os monopólios, e quais são os objetivos da luta que se desenrola entre os grupos capitalistas. Lênine (ibid., p. 87) coloca que esta última circunstância é a mais importante, e só ela esclarece o sentido histórico-econômico dos acontecimentos, pois a "forma de luta pode mudar, e muda constantemente, de acordo com diversas causas, relativamente particulares e temporais, enquanto a essência de luta, o seu conteúdo de classe, não pode mudar enquanto subsistirem as classes".

Portanto, os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, coloca Lênine (ibid., p. 87-89),

mas, porque o grau de concentração a que chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e repartem-no 'segundo o capital', segundo a força. Qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema da produção mercantil e no capitalismo. As forças variam de acordo com o desenvolvimento econômico e político. (...) A época do capitalismo contemporâneo mostra-nos que estão se estabelecendo determinadas relações entre os grupos capitalistas, com base na partilha econômica do mundo, e que, ao mesmo tempo, estão se estabelecendo entre os grupos capitalistas, com base na partilha econômica do mundo, e que,

⁹⁵ Lênine (2007, p. 96) destaca que a política colonial e o imperialismo existiam antes da fase mais recente do capitalismo e até antes do capitalismo. Destaca como exemplo, Roma, baseada na escravatura, que manteve uma política colonial e exerceu o imperialismo; mas destaca que as considerações gerais sobre o imperialismo, que esquecem ou relegam para segundo plano as diferenças radicais entre as formações econômico-sociais, "degeneram inevitavelmente em trivialidades ocas ou arrogantes". Acrescenta que mesmo a política colonial capitalista em suas fases anteriores é essencialmente diferente da política colonial do capital financeiro.

ao mesmo tempo, estão se estabelecendo entre os grupos políticos, entre os Estados, determinadas relações, com base na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na 'luta pelo território econômico'.

A particularidade fundamental do capitalismo moderno, segundo Lênine (2007, p. 96):

Consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões. Estes monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem em suas mãos todas as fontes de matérias-primas, e já vimos com que ardor as associações internacionais de capitalistas esforçam-se para retirar do adversário toda a possibilidade de concorrência, para adquirir, por exemplo, as terras que contém minério de ferro, os poços de petróleo etc. A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta contra o adversário, mesmo quando este procura defender-se com uma lei que implante o monopólio do Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais se tornam insuficientes as matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias.

O que temos que considerar, portanto, é que o imperialismo, representa em si, indubitavelmente, uma fase particular do capitalismo, em que há uma substituição da livre concorrência e da produção mercantil, que alimenta o capitalismo, pelos monopólios capitalistas, que se fundem o capital de uma dezena de bancos que manipulam bilhões. Os monopólios que emergem das concorrências, não se eliminam, mas existem paralelamente, engendrando contradições, conflitos e aos trabalhadores atritos particularmente intenções e de diversas ordens.

Todas as contradições do capitalismo, como força motriz mais poderosa do período histórico transitório, que é inaugurado pela vitória do capital financeiro mundial, em vez de tendência para a liberdade, nos permite compreender que a luta contra o imperialismo perde seu sentido se não for associada á luta contra o oportunismo, da classe operária (LÊNINE, 2007, p. 148).

Sobre o oportunismo, Lênine destaca a tendência do imperialismo na Inglaterra para dividir os operários e para forçar o oportunismo entre eles, provocando uma decomposição temporária do movimento operário, que se manifestou muito antes do final do século XIX e começo do século XX, que

segundo Engels que escrevia a Marx (*apud* LÊNINE, 2007, p. 125), em 7 de outubro de 1858, dizia: *O proletário inglês vai se aburguesando de fato, cada vez mais. Pelo que se vê esta nação, a mais burguesa de todas, aspira a ter, no fim das contas, ao lado da burguesia, uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês. Naturalmente, “por parte de uma nação que explora o mundo inteiro, isto é, até certo ponto, lógico”* (grifo do autor). Quase um quarto de século depois, Engels escreve em 11 de agosto de 1881 e fala dos “piores sindicatos ingleses, que permitem que gente vendida à burguesia, ou pelo menos, paga por ela, os dirija” (grifo do autor). Nesse oportunismo em que se coloca de encontro a interesses gerais e vitais do movimento operário, o imperialismo foi se transformando em um sistema dominante, tendo a partilha do mundo levada as últimas conseqüências para a classe trabalhadora, alcançando determinada maturidade, alcançando o que Lênine (2007, p. 127) denomina como forma de “social-chauvinismo, com a política burguesa”.

Buscando compreender o lazer na sociedade capitalista a partir de suas múltiplas relações na história, partindo da referência de que o capital monopolista aprofundou todas as contradições da existência humana, avançamos em nossos estudos buscando reconhecê-lo, já em fase mais avançada do século XX, na luta de classes, no movimento dos trabalhadores.

A antiga ordem hegemônica, afirmada durante o período de crescimento do imperialismo do pós-guerra, sob a hegemonia incontestada dos Estados Unidos, que extraiu benefícios inusitadamente do processo de acumulação do sistema interno, que se estendeu até a década de 70 do século XX, segundo Braga (1995, p. 129) é baseada na figura do operário-massa: uma classe trabalhadora mais homogênea, movendo-se e preservando-se em um determinado modo de intervenção política, com acentuada ênfase nas lutas salariais e por melhores condições de trabalho internas à própria produção. O Estado burguês do tipo *welfare* que se afirma amplo e irrestrito, emerge com mais força, normatizando o consumo coletivo a partir da regulamentação das bases da reprodução social salarial e “socializando” a classe trabalhadora em um quadro institucional onde os trabalhadores conquistaram concessões dos capitalistas, a partir do conjunto das classes, do papel dos sindicatos e partidos de massa, enquanto interlocutores de conflitos; Essa estratégia visava, sobretudo, à integração do operariado como elemento ativo de sustentação da

ordem hegemônica estruturada no particular modo de institucionalização da luta de classes em países imperialistas.

Sobre as forças produtivas que se evidenciam com maior clareza na segunda metade da década de 70, quando há acentuada queda da taxa de juros, Braga (1995, p. 130), nos assinala que as classes dominantes elaboram estratégia de grande período para retardar as suas conseqüências. Tal proposta, antes de tudo busca recompor as bases materiais e sociais da hegemonia burguesa. Assim, podemos reconhecer essas medidas porque elas estão expressas em nossa atual realidade sócio-econômica, que por um lado se apresentam na condição passiva e gradativa que ocorre nas forças produtivas, quando observamos mudanças nos métodos de trabalho, alterações na forma de vida dos operários, ou seja, observação que vêm ocorrendo, paulatinamente; uma programação econômica compatível com a reprodução das relações sociais de e na produção, cuja figura do operário é precarizado e multifuncional, subordinado à fluidez de seus estatutos reprodutivos, se colocando distante de seus sindicatos, o que contribui, dentre outros fatores para um agudo processo de heterogeneização e por outro lado, os movimentos passivos e gradativos do poder do Estado.

A década de 80 foi marcada por profundas transformações políticas, sociais e econômicas, dentro e fora das fábricas. Os índices de desemprego, segundo Braga (1995, p. 107), apontaram o desemprego em torno de 500 milhões de desempregados; a separação entre países ricos e pobres alcança alargamento do abismo e toda essa decorrência em função da ofensiva burguesa com sua reestruturação das forças produtivas.⁹⁶

A situação do sistema capitalista mundial, em fins de 1986, segundo Ohlweiler (1987, p. 127) dá indícios prenunciadores de recessão. A economia cresce no setor de serviços (comércio, transporte, comunicação, finanças etc.), mas não no setor industrial. A participação dos Estados Unidos em mercados-chave do setor industrial caiu de forma alarmante, no campo da eletrônica. A

⁹⁶ Esse movimento de reestruturação da burguesia é bem amplo e totalizante; segundo Souza (1993 apud Braga, 1995) “o desenvolvimento das forças produtivas e as transformações dos processos de trabalho correspondem, nesse esquema de análise, à materialização das relações de apropriação real, encerrando em si mesmo, um conjunto de contradições entre as classes (aprofundando as desigualdades de gênero, recomposição do salariado, usura precoce do trabalhador, degradação ambiental e riscos tecnológicos (...)) e suas visões de mundo (cidadania pelo mercado, cidadania fordista, welfare, desfeitos sociais x cidadania pelo trabalho (controle operário x controle do trabalho)”. (Grifo do autor).

partir de 1987, as economias dos grandes países industriais – principalmente, os Estados Unidos, Japão e Alemanha Ocidental - começaram a manifestar sinais de evidências de deterioração, sinais de um prenunciado novo período de recessão da economia mundial, somente comparável ao período de 1914 e 1945, que abrangeu a I Guerra Mundial, a Grande Depressão dos anos 30 e a II Guerra Mundial. Estende-se a frente uma prolongada crise de acumulação mundial, com pequenos ciclos de recuperação, expansão, recessão e estagnação, promovendo a necessidade de determinar uma importante reestruturação da economia em escala mundial do sistema capitalista.

As dificuldades da acumulação do capital coincidem no tempo com os primeiros sinais de desestabilização da hegemonia dos Estados Unidos. De acordo com Ohlweiler (1987, p. 129) a superação da atual crise de acumulação, com o estabelecimento de um novo equilíbrio relativo ao sistema, esteve condicionada à possibilidade de uma apropriada reorganização da economia mundial, de reagrupamentos nas correlações de forças no contexto mundial e de acomodações na divisão internacional do trabalho de acordo e para atender os interesses do capital. Ou seja, a saída que a burguesia buscou mediante a crise de acumulação dependia, em última instância, do desfecho da luta de classes face às políticas que a burguesia queria implementar.

A história tem nos mostrado que a solução, eventualmente encontrada pela burguesia para vencer uma crise de acumulação, tende a resultar em fonte geradora de novas dificuldades à acumulação, pois não elimina a contradição principal dos marcos do sistema, que se expressa no caráter social da produção e no caráter do excedente. A burguesia dos países centrais, segundo Ohlweiler (1987, p. 130) encontrou meios, a partir de: 1. redução de custos privados e sociais da produção por meio de rebaixamento de salários reais, diminuição de despesas com saúde, educação e outros serviços sociais; 2. uma mais avançada divisão internacional do trabalho; e finalmente, 3. introdução de uma nova base de inovações tecnológicas, que possibilitassem ampliar a produtividade do trabalho com exploração da mais-valia relativa. Sem nesse estudo poder aprofundar essas questões, temos a clareza de que para o alcance desses propósitos, a classe trabalhadora precisaria estar convencida e contribuindo para esses interesses.

De acordo com Ohlweiler (1987, p. 136), há análises que postulam que a economia capitalista monopolista tende para um estado de estagnação crônica e que há duas causas de tendências históricas persistentes e suicidas para esse atual estado: 1. a elevação da composição orgânica do capital a níveis cada vez mais dificilmente superáveis; 2. o crescimento parasitário do setor improdutivo a níveis cada vez menos intoleráveis. Isso porque, há uma elevação da taxa de exploração da força de trabalho e sendo esta realizada a partir da mais-valia relativa, ou seja, mediante a introdução de tecnologias novas e mais avançadas, poupadoras de mão-de-obra e capazes de garantir maior produtividade do trabalho, o que implica uma maior proporção de capital constante (máquinas etc.) em comparação ao capital variável (salários), que gera uma significativa e crescente composição orgânica do capital. A elevação crescente da composição orgânica do capital ocasiona uma tendência para o declínio da taxa de lucro e, portanto, dificuldades para a acumulação da taxa de lucro.

A persistência das crises cíclicas de caráter mundial nos sugere uma série de indagações, tais como: 1. A que nos leva o desenvolvimento real da crise mundial que o capitalismo promove pela prevalência do desenvolvimento desigual da humanidade? 2. Poderá ser essa crise superada por meios capitalistas? 3. As conseqüências graves que a internacionalização do capital vem impondo em escala planetária afetam a produção da existência humana dos trabalhadores em que proporções? 4. Até quando vamos assistir passivamente os monopólios que constroem os impérios, prevalecendo sobre a concorrência, à medida que o sistema capital como sistema de produção avança historicamente em direção aos seus limites estruturais últimos? 5. Como podemos encarar a possibilidade da superação crônica da degeneração cumulativa mundial que afeta a bilhões de trabalhadores em escala mundial a partir de uma saída revolucionária?

A realidade que vivemos hoje a formação econômica capitalista nos aponta que com o desdobramento do agravamento das contradições fundamentais, se acirra a contradição imperialista e interimperialista e isso porque há o agravamento da contradição entre os países dominantes como resultado do acirramento da luta de classes, da resistência da classe operária

na luta de classes, da queda da taxa de lucro, dos limites encontrados para aumentar a exploração dos povos dos países dominados.

Segundo Mézaros (2007, p. 59), há uma tripla fratura no sistema capitalista, como resultante de um sistema irremediavelmente centrífugo em que as partes conflitante e internamente antagônicas se dirigem para direções muito diversas, que se evidencia: 1. na produção e seu controle; 2. na produção e o consumo; 3. na produção e a circulação – tanto interna como internacional – dos produtos. Essa fratura nos aponta, portanto, que há 1. uma tendência ao aguçamento da contradição burguesia/classe operária, contradição fundamental do modo de produção capitalista, da luta de classes; 2. tendência à queda da taxa média de lucro e, 3. dificuldade dos países, cada vez maior, de recorrer ao “*comércio exterior*”, ao mercado externo, ao aumento da exploração dos países dominados. Para aumentar ou manter a taxa média de lucro, os países imperialistas só tem à sua frente uma nova partilha do mundo “... *‘segundo a força’;...*” de cada país imperialista “... *qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema da produção mercantil e no capitalismo.*”, que Lênine (1979, p 631) já mostrava: “*Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros (...)*”.

O acirramento da contradição interimperialista se expressa na radicalização da concorrência/contradição entre a burguesia dos diversos países imperialistas, entre frações ou setores dos diversos ramos da produção e circulação de mercadorias, trustes e cartéis. É uma concorrência estabelecida para manter mercados e áreas de influência, controle sobre fontes de energia e matérias-primas de países subjugados por interesses econômicos e a concorrência na disputa de vida e morte por manter a taxa de lucro, garantindo novas esferas de valorização do capital.

Objetivamente, segundo Santos (2006, p. 8), dentro das condições da luta de classes na conjuntura concreta de hoje, o imperialismo enfrenta uma reação menor ao tentar resolver sua crise elevando a exploração da classe trabalhadora e do conjunto dos povos dos países dominados (caso da China e a tentativa do México, e no Brasil hoje o exemplo da Volks em São Bernardo do

Campo), em que também se agrava a luta de classes nos países imperialistas (manifestações na França, Alemanha, Itália e EUA).

É fundamental que os trabalhadores dos países dominados, como o Brasil, compreenda esta conjuntura da crise do imperialismo. É preciso que levemos em conta que se acirra o conjunto de contradições que compõem a economia capitalista mundial, agrava a luta de classes, a resistência dos povos dos países dominados às tentativas de ampliar a exploração e que há dominação acirrada, no mesmo processo em que se agrava a contradição interimperialista pela disputa por mercados e áreas de influência. Há uma guerra imperialista para dominar mercados, ganhar zonas de valorização de seus capitais, queimarem capitais e militarizar a economia. Precisamos compreender o processo único no qual a crise do imperialismo se desdobra - com a queda da taxa de lucro resultando no acirramento de todas as suas contradições. Centralmente de sua contradição fundamental, a contradição burguesia/classe trabalhadora, levando a contradição entre o imperialismo e os países dominados à posição de contradição principal, ao mesmo tempo em que gradualmente agrava a contradição entre os países imperialistas de todo o planeta. Há disputas por todas as formas, inclusive pela guerra para ocupação das áreas de valorização do capital, os mercados ocupados por outros países imperialistas e uma férrea e poderosa força para tentar destruir as experiências de construção do socialismo, que se a crise do imperialismo impõe a este o aumento da exploração, a luta de classes impõe limites a esta. Contudo, a ampliação da exploração da classe trabalhadora nos países imperialistas tem de se enfrentar com níveis mais elevados de organização e consciência e um patamar também elevado de conquistas, resultantes da luta de classes, expressa em condições de trabalho, salário e vida. O que queremos dizer é que quanto mais se agrava a crise estrutural do imperialismo mais este acirra a luta de classes por todo o mundo e de todas as formas. Temos de estar atentos ao realizar a análise concreta da conjuntura para perceber que a resistência dos povos árabes contribui mais para a luta antiimperialista

O sistema capitalista mundial não é somente um “mercado” onde a dominação e a exploração se realizam através dos preços, mas é um sistema de exploração e dominação composto de instâncias econômicas, políticas e ideológicas; e essas próprias instâncias decompõem-se numa série de níveis

conformando uma teia de relações que produzem e reproduzem a exploração e a dominação, cuja necessidade de reproduzir a dominação mundial do modo de produção capitalista para produzir e reproduzir o modo de produção capitalista em escala mundial que resulta em:

1. Em uma nova divisão internacional do trabalho e no desenvolvimento polarizado das forças produtivas mundiais.

2 – Na divisão e desenvolvimento polarizado, desenvolvimento desigual das forças produtivas entre países imperialistas e países dominados, que resulta, produz e reproduz as desigualdades econômicas e sociais entre os países dominantes e os países dominados. Desigualdade que decorre, e é resultado de condição da reprodução ampliada, necessariamente contraditória, do modo de produção capitalista em escala mundial; assegura sua reprodução ampliada em escala mundial e garante a reprodução da dominação e exploração do (sistema) imperialista.

3 – Na necessidade do pólo dominante de reproduzir a exploração e dominação para reproduzir a posição dos países imperialistas no sistema e, conseqüentemente, reproduzir a condição dos países dominados de concorrer para a reprodução ampliada do capital no pólo dominante.

4 – Conseqüentemente, na tendência a um desenvolvimento capitalista relativamente “rápido” nos “países desenvolvidos” / dominantes, e um desenvolvimento econômico “diferente” - porque em conformidade e a serviço do processo de reprodução do capital na economia mundial - nos países “atrasados” / dominados. Desenvolvimento “diferente” das forças produtivas nos países dominados porque determinado e em conformidade (servindo, ajustado) à reprodução ampliada do capital, na / ao desenvolvimento da / economia mundial. Desenvolvimento este determinado pelo desenvolvimento contraditório do pólo dominante, países dominantes / países imperialistas. Desenvolvimento da economia mundial que favoreceu, nos países dominados, a manutenção e desenvolvimento de relações de produção e também de relações políticas e ideológicas que determinaram a tendência a um desenvolvimento das forças produtivas de forma diferente e ajustada à dos países imperialistas. De outra forma, poderíamos dizer que as formas de produção em um país dominado são sobre determinadas pela dominação das relações econômicas, políticas e ideológicas imperialistas.

5 – Que a dominação não se dá somente na esfera econômica é, portanto, também política e ideológica. Daí porque o termo colonização: esta última forma de dominação faz com que a ideologia dominante em cada formação social dominada seja sobre determinada pela dominação das relações econômicas, políticas e ideológicas imperialistas que ligam à classe dominante dos países dominados aos interesses das classes dominantes dos países dominantes. Determinada por uma construção ideológica que é dominante em escala mundial. (SANTOS, 2006, p. 10)

O efeito das políticas econômicas neoconservadoras que alimentam a fase superior do processo de internacionalização do capital, cuja determinação específica encontra-se, como já exposto acima, na recomposição das bases do imperialismo e da hegemonia burguesa, no âmbito das relações do processo de reestruturação das forças produtivas, nos apresenta na atual realidade do final do século XX, dados que nos apontam que estimadamente, há de "35 a 70 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Somente nos EUA, o número de desempregados pode chegar a 20 milhões, e cerca de 75% destes empregos estão perdidos em caráter permanente, aumentando, assim, o desemprego estrutural". O acirramento do processo de luta de classes a nível internacional que tem conseqüência direta da internacionalização do capital desde o pós-guerra, como bem já explicitamos acima, aponta para mais de 500 milhões de desempregados no mundo⁹⁷.

As 50% das pessoas mais pobres da população respondem por apenas 1% da riqueza do planeta, aponta órgão ligado às Nações Unidas; quase um terço do patrimônio dos 10% mais ricos está nos EUA. A renda pessoal está distribuída de maneira tão desigual no mundo que os 2% mais ricos da população adulta detêm mais de 50% dos ativos mundiais, enquanto os 50% de pessoas mais pobres detêm apenas 1% da riqueza do planeta. Os resultados de uma pesquisa divulgada ontem mostram que os países de renda média e com nível de crescimento elevado ainda precisam avançar muito antes de atingir patamar de prosperidade semelhante ao das nações mais ricas. Os adultos com patrimônio de mais de US\$ 2.200 estão na metade superior da escala mundial de riqueza, enquanto aqueles que detêm patrimônio superior a US\$ 61 mil, constituem os 10% mais ricos da população mundial, de acordo com dados compilados pelo Instituto Mundial de Pesquisa Econômica do Desenvolvimento, parte da Universidade das Nações Unidas (Finlândia). Para integrar o 1% de adultos mais ricos do planeta, uma pessoa precisa deter patrimônio superior a US\$ 500 mil, algo que somente 37 milhões de adultos conseguiram em todo o planeta.

⁹⁷ Dados extraídos do artigo de Braga (1995, p. 107-108), citado nas referências do estudo.

A riqueza mundial está tão concentrada nas mãos de tão poucas pessoas que, se a renda mundial fosse distribuída de maneira eqüitativa, cada pessoa disporia de ativos da ordem de US\$ 20,5 mil. Quase 90% da riqueza do mundo estão sob o controle de moradores da América do Norte, Europa e dos países de renda elevada na região Ásia-Pacífico, como o Japão e a Austrália. Embora a América do Norte abrigue apenas 6% da população adulta mundial, ela responde por 34% do patrimônio domiciliar total. Quase um terço (32,6%) da riqueza dos 10% mais ricos fica nos Estados Unidos.

A concentração de renda nos países varia de maneira considerável, com os 10% mais ricos detendo 70% da riqueza dos Estados Unidos, ante 61% na França, 56% no Reino Unido, 44% na Alemanha e 39% no Japão. A China não obteve posição forte entre os países mais ricos porque o patrimônio médio dos chineses é modesto e a distribuição da riqueza é equilibrada, sob os padrões internacionais. Nos países em desenvolvimento, os imóveis e as outras formas de propriedade física, especialmente terrenos e ativos agrícolas, são importantes, enquanto a poupança em forma monetária é mais comum nos países de renda média. Apenas em determinados países desenvolvidos, tais como os Estados Unidos e o Reino Unido, onde os setores financeiros são avançados, existe um forte apetite por deter patrimônio em forma de ações e de outros instrumentos financeiros mais sofisticados. As dívidas também costumam ser mais baixas nos países pobres, porque são mais raras as instituições financeiras que permitam que o povo obtenha empréstimos.⁹⁸

Os dados acima demonstram, portanto, que a crise estrutural do capital é uma reveladora demonstração dos seus limites intrínsecos. Durante todo o século XX as intervenções estatais só conseguiram intensificar a personificação do capital, em suas formas diferentes de amplas variedades privadas capitalistas.

Mediante a realidade ontológica trabalho–capital, nos é colocado na agenda da história à tarefa de rearticulação do movimento socialista como um

⁹⁸ Dados extraídos do Jornal Folha de São Paulo, p. 6/12, 2007. Tradução de Paulo Migliacci. Artigo de Chris Giles publicado na Revista "Financial Times", de 2007. O autor do artigo esclarece no texto, de acordo com o estudo, que "segundo Anthony Shorrocks, diretor do instituto de pesquisa, o número de indivíduos com alto patrimônio em um país depende das dimensões da população, do patrimônio médio e do nível de desigualdade patrimonial. À medida que os países enriquecem, suas populações alteram a maneira pela qual detêm seu patrimônio."

inflexível e único movimento de massa para romper com a contínua submissão destrutiva, em curso no planeta, estabelecendo a tarefa de ir para além da supressão do sistema feudal pelo capital.

A mudança histórica imprescindível exige da classe trabalhadora a necessidade de estabelecer à tarefa que Mészáros (2007, p. 62) coloca, que é “ir além do próprio capital como um modo de controle sociometabólico”⁹⁹. Significa uma alteração de magnitude de superação radicalmente à subordinação estrutural hierárquica do trabalho, a flexibilidade, com relação à prática de trabalho, desregulamentação e toda e qualquer força controladora estranha, que leva na realidade a precarização da força de trabalho, que perpetua a extração e a apropriação do trabalho excedente, como sempre ocorreu no passado.

O fardo da acumulação do capital é carregado pelos países latino-americanos. Segundo Fernandes (1981, p. 22), seus efeitos multiplicadores mais importantes são absorvidos pelas economias centrais, que funcionam como centros dinâmicos de apropriação das maiores quotas do excedente econômico gerado.

Considerando a possibilidade de apresentar elementos que identificam o domínio dos Estados Unidos nos países latino-americanos, expomos a seguir, a realidade brasileira no início do século XXI.

⁹⁹ O sociometabolismo é uma das categorias mais aplicadas por Mészáros (2002, 2007) para explicar que em nosso padrão societário, tem vigência um sociometabolismo que confere aos bens materiais duráveis um peso muito maior do que o dos bens não duráveis; o que sucede é que seria cada vez mais abreviada a durabilidade dos bens duráveis. Trata-se de uma estratégia deliberada pelo capital com o objetivo de ampliar, no mercado, a saída para a oferta dos bens em expansão crescente. Afirma-se, portanto, sob o controle sociometabólico, outra característica essencial do capital: sua tendência à expansão ilimitada e descontolada. Eis porque emerge pela primeira vez na história um sistema dinâmico – e dinamicamente destrutivo em suas implicações últimas – de controle sociometabólico auto-expansivo, que elimina cruelmente, se necessário, a esmagadora maioria da humanidade do processo de trabalho. Esse é hoje o significado profundamente perturbador da “globalização”. No item, apontamos o impacto do controle metabólico que o capital alcança no atual estágio de desenvolvimento, no Brasil, em uma pequena, mais comprometedora realidade brasileira.

2.3.3. O controle sociometabólico do capital e a realidade brasileira da formação econômica capitalista¹⁰⁰

O que torna a hegemonia dos Estados Unidos entre as nações latino-americanas uma força incontrolável e perigosa, segundo Fernandes (1981, p. 24) é a presente concepção norte-americana de segurança, fronteira econômica e ação conjunta contra mudanças radicais ou revolucionárias nos países vizinhos. Essa concepção implica, na prática, a incorporação desses países ao espaço econômico e sócio-cultural dos Estados Unidos, por meios organizados institucionalmente.

Mediante essa hegemonia os países latino-americanos enfrentam duas realidades ásperas, que conforme Fernandes (1981, p. 26), se estabelecem em:

1) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real; os dois aspectos são faces opostas da mesma moeda. A situação heteronômica é definida pela ação recíproca de fatores estruturais e dinâmicos, internos e externos. Os setores sociais que possuem o controle das sociedades latino-americanas são tão interessados e responsáveis por essa situação quanto os grupos externos, que dela tiram proveito. Dependência e subdesenvolvimento é um bom negócio para os dois lados. Entretanto, sob as condições históricas atuais, o novo padrão do imperialismo e a hegemonia dos Estados Unidos colocam uma questão dramática: podem os países latino-americanos atingir realmente a integração nacional e a autonomia econômica, sociocultural e política através do capitalismo?

¹⁰⁰ Os dados que apresentamos sobre a realidade econômica brasileira, foi extraído do site: <www.ipea.gov.br> do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ligado ao Ministério do Planejamento de Orçamento e Gestão, do Governo Lula, publicados em 2005. Esses dados estão sendo utilizados com ressalvas por serem dados de pesquisa de órgão do governo federal, que podem apresentar limites ou omissões mais severas a atual realidade brasileira. O levantamento do Ipea, chamado "Radar Social", fez uma compilação de dados apurados, em sua maioria, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2003, além de se utilizar de informações da Organização das Nações Unidas (ONU).

Na verdade, as economias, as sociedades e as culturas latino-americanas estão sendo reconstruídas de acordo com interesses e valores políticos que adquirem uma natureza perversa do sistema econômico capitalista, a partir das condições locais que assumem a formação econômica capitalista.

Há dados expostos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ligado ao Ministério do Planejamento de Orçamento e Gestão do atual governo, que configuram o resultado do segundo e mais importante processo de desestruturação do mercado de trabalho no Brasil, sob a hegemonia do capital financeiro, que iniciou em 1990 e estendeu-se por toda a década, adentrando o século XXI, quando a nova configuração do mercado vai se tornando clara, pois mudando o padrão de desenvolvimento, mudaram as formas e mecanismos de inserção e de permanência no mercado de trabalho e, assim, mudaram as expectativas sobre o futuro do país e sobre os projetos de vida dos que vivem do trabalho.

Segundo Borges (2007, p. 82) havia, portanto, objetivos bem precisos: o rápido desmonte das estruturas herdadas da etapa anterior da expansão comandada pelo nacional desenvolvimentismo e a implementação de um novo modelo de acumulação, subordinado, desvinculado de um projeto nacional e sem qualquer compromisso com a integração do território ou com a inclusão da maioria excluída dos benefícios da etapa anterior do processo de acumulação. E isso porque,

transitou-se de uma economia com os setores estratégicos controlados pelo Estado – para uma economia com grande parte dos setores estratégicos privatizados e desnacionalizados, o que significa dizer com seu centro de decisões transferido para o exterior e/ou alheio aos interesses e às necessidades da maioria da população brasileira. (...) Tais objetivos foram impostos e concretizados com as mãos de ferro de um Estado poderosíssimo, capturados pelos interesses hegemônicos do grande capital financeiro globalizado e dos seus parceiros nacionais, os principais – e quase únicos – beneficiados nessa nova etapa do processo de acumulação (BORGES, 2007, p. 82 - 83).

Os dados que expomos, que tem determinações de impactos planejadas por interesses imperialistas denotam, segundo as considerações de Mészáros (2007, p. 653), que essa realidade tratada sobre a dada natureza imanente do

capital é caracterizada por Marx, como “a contradição viva”; há duas importantes limitações que são necessárias para uma avaliação adequada do modo pelo qual as tendências (e contratendências) ¹⁰¹ dominantes do desenvolvimento capitalista desdobram-se na história e se afirmam estruturalmente: 1. “*lei do desenvolvimento desigual*, que ocorre de maneira muito diferente nas diferentes partes do mundo, dependendo do nível mais ou menos avançado de desenvolvimento dos capitais *nacionais* dados, bem como da posição mais ou menos dominante na estrutura do capital *global*”; 2. a limitação que se refere “às determinações interiores das várias tendências, bem como ao peso relativo dessas tendências na totalidade dos desenvolvimentos capitalistas”. “(...) Elas também possuem uma lógica imanentes próprias de acordo com a qual se desdobram através da *história* e, por isso, circunscrevem objetivamente os *limites* do desenvolvimento capitalista global”. (MÉSZÁROS, 2007, p. 654). (Grifo do autor)

Para esse estudo que discute a relação trabalho-capital, trabalho-lazer, trabalho pedagógico-produção do conhecimento na formação econômica capitalista é fundamental reconhecer a desregulamentação das relações de trabalho incluso no Brasil, que alicerça um ambicioso projeto de patronato, que inclui a extinção da CLT e, se possível, do próprio direito do trabalho, numa estratégia em que conquistas históricas dos trabalhadores, como um mês de férias remuneradas, a jornada de trabalho de oito horas, o 13º. salário e a licença-maternidade deixariam de ser direitos segurados pela lei para serem negociados, caso a caso. Portanto, é fundamental que consideremos nesse estudo, essa manipulação ideológica que tem base estrutural, que afeta diretamente as condições da existência dos trabalhadores e que alteram suas relações com o trabalho-lazer, que vem sendo implantadas no Brasil e que de forma disfarçada procura apresentar como benéfica uma flexibilização que aumenta a taxa de exploração da força de trabalho dos brasileiros.

¹⁰¹ Segundo Mézáros (2007, p. 635), a contratendência acontece quando cada tendência principal do sistema de produção e distribuição tem relacionamento entre eles e um dos lados das interdeterminações contraditórias necessariamente predomina, de acordo com as circunstâncias sócio-históricas prevalentes. “Assim, a tendência do capital ao *monopólio* é contrabalançada pela *concorrência*; igualmente a *centralização* pela *fragmentação*, a *internacionalização* pelos *particularismos nacionais* e *regionais*, o *equilíbrio* pela *quebra do equilíbrio* etc.” (Grifo do autor).

Para Fernandes (1981a, p. 24), a maioria dos cientistas sociais está preocupada com a deterioração dos termos de troca ou com os padrões ultra-expoliativos inerentes às modernas tendências de dominação econômica externa que gera a desregulamentação das relações de trabalho. Todavia, ressalta Fernandes (ibid., p. 24), os aspectos econômicos são apenas uma face de uma amarga realidade, pois diversas instituições estão executando diferentes funções ligadas às incorporações dos países latino-americanos ao espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos. A empresa corporativa é a mais visível dessas instituições; mas as menos visíveis são talvez as mais prejudiciais. Fernandes (ibid., p. 24) destaca que as empresas corporativas abrangem instituições oficiais, semi-oficiais ou privadas, encarregadas de conduzir a política de controle global das finanças, da educação, da pesquisa científica, da inovação tecnológica, dos meios de comunicação de massa, do emprego extranacional das políticas, das forças armadas e mesmo dos governos.

Portanto, reafirmamos que as economias, as sociedades e as culturas latino-americanas estão sendo reconstruídas para o desperdício de riqueza imposta por uma economia de consumo de massa, cuja organização social rotiniza a competição neurótica, a frustração, o próprio trabalho e o lazer, colocando-os na condição de alienados.

Apresentamos no próximo item, elementos que nos permitem avançar em possibilidades explicativas que contribuem para a compreensão do modo de controle da reprodução sociometabólica fundado no tempo disponível dos trabalhadores na relação com o tempo de trabalho.

2.3.4. Lazer-trabalho, tempo de trabalho, tempo disponível: contradições na formação econômica capitalista

Ao discutir trabalho-lazer na formação econômica capitalista, é fundamental que destaquemos três contradições que se fazem maciças e claramente visíveis: a primeira diz respeito ao capital em sua articulação produtiva, primordialmente em nossos tempos que se concretiza de forma mais aguçada, que estabelece uma incompatibilidade radical entre a ordem social

existente que controla a vida dos trabalhadores, tanto no tempo do trabalho¹⁰² como no tempo disponível¹⁰³, no que se refere ao consumo; a outra diz respeito a uma outra ordem em que os seres humanos detém o controle sobre suas atividades vitais, que se encontram fora da máxima exploração do tempo de trabalho necessário da força de trabalho empregada; e a terceira contradição diz respeito ao desemprego, em que o sistema produtivo que cria tempo supérfluo na sociedade como um todo, em uma escala cada vez maior, mas subjugado pela condição de gerar mão de obra de reserva, como forma de assegurar o arrocho do trabalho.

A luta dos trabalhadores pela redução de tempo de trabalho não gera no modo capitalista o tempo disponível, cuja legitimidade possa ser potencialmente mais criativa na práxis social do lazer, capaz de ser apropriado para satisfação de muitas das necessidades humanas e capazes de gerar a emancipação dos trabalhadores, pois esse tempo está subjugado à tirania das determinações fetichistas e das iniquidades gritantes do apelo ao consumo.

Sobre o tempo disponível, Mészáros (2007, p. 159) destaca uma citação de Marx¹⁰⁴:

Riqueza é tempo disponível, e nada mais. (...) Se a totalidade de trabalho de um país fosse suficiente apenas para produzir o sustento da totalidade da população, não poderia haver trabalho excedente e, por conseguinte, nada que se pudesse acumular como capital. (...) Uma nação verdadeiramente rica é aquela em que não há juros ou em que se trabalha 6 horas ao invés de 12. (Grifo do autor).

¹⁰² O tempo de trabalho, segundo Marx (1987, p. 37 - 39) "é o modo vivo de ser do trabalho, indiferente a sua forma, ao seu conteúdo, à sua individualidade; é o seu modo vivo de ser como quantidade, ao mesmo tempo em que é a sua medida imanente. O tempo de trabalho objetivado nos valores de uso das mercadorias é tão exatamente a substância que os torna valores de troca, e daí mercadorias, como também mede sua grandeza determinada de valor. (...) O tempo de trabalho do indivíduo é, de fato, o tempo de trabalho de que a sociedade necessita para a apresentação de um valor de uso determinado, ou seja, para a satisfação de uma necessidade determinada. Trata-se porém, aqui, apenas da forma específica pela qual o trabalho recebe um caráter social.

¹⁰³ Segundo Mészáros (2007, p. 159), "o conceito de *tempo disponível*, tomado em seu sentido positivo e libertador, como uma aspiração dos socialistas, que apareceu muito antes de Marx, em um panfleto anônimo intitulado *A fonte e a solução das dificuldades nacionais (The Source and remedy of the National Difficulties)*, publicado em Londres, quase cinquenta anos antes do *Capital*, em 1821. Em algumas passagens citadas por Marx, esse panfleto oferecia uma apreensão dialética notável tanto da natureza do processo produtivo capitalista, como centrando sua atenção nas categorias vitalmente importantes de *tempo disponível, trabalho excedente e diminuição de tempo do trabalho*". (Grifo do autor).

¹⁰⁴ Conforme Mészáros a citação de Karl Marx, foi extraída da obra *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie* (Marx – Engels – Werke, Berlim, Dietz Verlag, 1983, v. 42), p. 311.

Segundo Mészáros (2007, p. 674), a única alternativa viável para a superação da busca de soluções na reorientação da produção social da tirania do tempo mínimo para a maximização do tempo disponível, obviamente exigiria a adoção de uma contabilidade social radicalmente diferente da inexorável perseguição do lucro. “A categoria tempo disponível, enquanto princípio orientador, que pode ser utilizado criativa e positivamente, do intercâmbio social, pois é totalmente incompatível com os interesses da ordem estabelecida” (ibid., p. 674).

Sob as condições da crise econômica mundial a demanda por uma redução significativa da semana de trabalho tem uma estratégia fundamental. Segundo Mészáros (2007, p. 157),

não apenas porque o problema subjacente afeta profundamente e, portanto refere-se diretamente a todo trabalhador, manual e intelectual quer usem gravata ou macacão. Mas, igualmente, porque a questão do enfrentamento do desafio não se dissipará. Ao contrário, sua importância cresce a cada dia e o imperativo de se fazer algo significativo a respeito não pode ser excluído por meios legislativos pelas personificações parlamentares do capital nos países capitalisticamente avançados, tampouco, de fato, reprimido pela força bruta na “periferia” da ordem global do capital. Em outras palavras, essa é uma demanda estratégica vital para o trabalho, uma vez que é “não-negociável”: isto é, não pode integrar-se nas pseudoconcessões manipuladas da ordem existente. Pois concerne diretamente à questão do *controle* – um *sistema alternativo de controle sociometabólico* – ao qual o capital se opõe e tem de se opor adversamente.

O papel socialmente dominante do capital na história é evidente por si mesmo em todo o processo sociometabólico. Mas, somente as leis fundamentais da ontologia podem explicar como é possível que em certas condições dadas a natureza (a natureza do capital) possa desdobrar-se e realizar-se plenamente de acordo com a natureza objetiva – seguindo suas próprias leis internas de desenvolvimento, de sua forma não desenvolvida para sua forma de maturidade, sem nenhuma consideração pelo homem. Portanto, de acordo com Mészáros (2002, p. 919) a alternativa hegemônica do trabalho ao domínio pelo capital é inconcebível sem a erradicação completa do capital do processo sociometabólico. E por isso:

A derrubada do capitalismo pode apenas arranhar a superfície do problema. Um bom indicador das inadequações para a

realização do projeto socialista é o slogan de que tudo pode ser *derrubado*, inclusive o Estado e – pela “expropriação dos expropriadores” - as personificações capitalistas do capital. A negação radical do Estado capitalista e a igualmente negativa 'expropriação dos expropriadores' sempre foram consideradas por Marx apenas o primeiro passo necessário na direção da transformação socialista exigida. Ele insistiu que até mesmo a negação mais radical permanece na dependência do objeto de sua negação. E as implicações deste julgamento são cruciais para a auto-administração dos produtores associados divisada com a alternativa hegemônica à ordem social do capital, pois a realização de tal ordem pode apenas ser um empreendimento inerentemente positivo. Por isso, a revolução socialista, não importa o quanto seja radical em intenção, não pode ser concebida como um ato único. Como vimos em O 18 Brumário, Marx descreveu a *revolução social* como um ato contínuo, consistentemente *autocrítico*, ou seja, como uma *revolução permanente* capaz de prover e constantemente melhorar o modo de controle positivamente *autodeterminado* da ordem socialista. Não é, portanto surpreendente que os apologistas da ordem estabelecida e os que, sem criatividade, idealizam o mercado tenham que recorrer à caricatura mais grotesca do projeto marxiano, caracterizando-o como a defesa '*da idade de ouro do Estado de equilíbrio comunista*'. Portanto, o objetivo real da transformação socialista – que ultrapassa a negação do Estado e das personificações do capital - só pode ser o estabelecimento de uma ordem sociometabólica alternativa auto-sustentada. Uma ordem da qual o capital – com todos os seus corolários, inclusive o denominado “mecanismo do mercado”, que na realidade não poderia ser de outra coisa que não um 'mecanismo' – que tenha sido irreversivelmente removido. (MÉSZÁROS, 2002, p. 919-921). (Grifos do autor)

Somente na alternativa hegemônica comunista, superadora ao domínio do capital, em todas as suas formas historicamente conhecidas e ainda reais, é que se torna possível à classe trabalhadora a passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade. É fundamental que concebamos a liberdade, enquanto possibilidade de liberdade em relação a alguma coisa, pois esta deixa de ter sentido quando não se concebe a liberdade como algo oposto a uma sujeição.

E essa passagem implica na consideração de se reconhecer o trabalho e o lazer enquanto práxis de intervenção consciente dos trabalhadores em assumirem como ser social coletivo o papel de sujeito do processo histórico. E isso significa que a passagem não se dá apenas na forma da inevitável transcendência crítica da produção do conhecimento do lazer, mas pela apropriação diária e pela melhoria contínua das funções vitais de intercâmbio

metabólico que possamos travar com a natureza e entre os membros da sociedade pelos próprios indivíduos, que se autodeterminam nas relações de trabalho e lazer. Portanto, reafirmamos o que Frigotto (2002, p. 23) coloca: “O problema situa-se, então, na luta pela dissolução do caráter de mercadoria que assume a forças de trabalho e o conjunto de relações no interior do capitalismo e, conseqüentemente, na abolição das fronteiras entre trabalho manual que intelectual”, que dicotomiza a produção do conhecimento elaborado nas universidades e a realidade vivida pelos trabalhadores no fenômeno lazer, na práxis da existência humana empreganada de necessidades de primeira ordem não satisfeitas.

Nessa síntese, buscamos elementos que pudessem demarcar como se comportou o fenômeno da acumulação primitiva do capital ao seu amadurecimento e crises, que tem em sua base estrutural a história da indústria, cuja evolução reduziu a dignidade humana a limites morais e físicas de jornada de trabalho a condições ínfimas. E, nessa relação cruel em que se apodera o capital da existência humana, a práxis social do lazer emerge como uma necessidade de segunda ordem, assentada num paradoxo econômico em meio às contradições da conquista dos trabalhadores por uma jornada de trabalho, em cuja realidade possa estar disponibilizado um tempo que possa verdadeiramente ser um tempo disponível.

Compreender com maior propriedade a práxis social do lazer enquanto uma necessidade de segunda ordem na existência dos trabalhadores requer que avancemos na possibilidade de discuti-lo a partir da anatomia da sociedade capitalista, dividida em classes, que se define de acordo com a relação de propriedade com os diversos meios de produção da vida social, fundamento primeiro e último da história humana.

2.4. TRABALHO E LAZER ALIENADOS NA LUTA DE CLASSES E NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

As idéias (*Gedanken*) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade, é ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. (...) As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas

como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto as idéias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam: na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias de seu tempo e que suas idéias sejam por isso mesmo, as idéias dominantes da época (MARX e ENGELS, 1999, p. 72). (Grifo dos autores).

Para Marx e Engels (1999), as classes se definiam, a partir da produção da vida social, de acordo com a relação de propriedade com os diversos meios de produção. Conceber a práxis social do lazer alienado a partir da luta de classes nos exige, inicialmente, um exercício reflexivo voltado a entender as classes e a luta de classes, como uma concepção de conjunto materialista e dialético, que para Cogiolla (1995, p. 143), no materialismo é preciso reconhecer que

a base objetiva da existência das diversas classes é a sua relação com os meios de produção numa determinada fase histórica do desenvolvimento das forças produtivas sociais; e, dialética, pois só é possível considerar objetivamente as classes sociais no seu devir histórico, determinado pelo seu antagonismo irreconciliável com as outras classes.

Para superar o antagonismo, implica a passagem para outro estágio de organização social da produção, que pode ser determinado por outros antagonismos de classe, ou, no caso da passagem do capitalismo para o socialismo, pela supressão geral desses antagonismos. (COGIOLLA, 1995, p. 143)

Sobre a base histórica objetiva em que se desenvolvem as classes sociais na formação econômica capitalista com todas as suas características, que precisamos discutir a práxis social do lazer, a partir da dialética de sua objetividade e subjetividade, considerando as bases materiais da produção da existência. É a partir de suas características, organização, consciência de si, ou seja, de seus antagonismos que podemos colocar uma contextualidade crítica à lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias, que torna a práxis social do lazer um tempo relativo a uma mercadoria a ser consumida.

Essa lógica de considerar a práxis social lazer uma mercadoria parte do princípio de necessidade de reconhecer que sendo o trabalho no modo de produção capitalista¹⁰⁵, a essência da propriedade privada, a sua relação com a práxis social lazer implica em penetrar para além do movimento da história das relações de produção, mas também em penetrar no movimento econômico, como tal, em sua determinação real. Portanto, é fundamental que possamos considerar em nossas sínteses desse capítulo, uma análise sobre as categorias: Produção e o consumo, enquanto atos que tem cada qual imediatamente seu contrário, para reconhecer em que bases de necessidades se coloca a práxis social do lazer na luta de classes da sociedade capitalista; e, a divisão do trabalho, que é a expressão econômica do caráter social do trabalho no interior da alienação.

2.4.1. Produção, consumo e trabalho-lazer: realidade e contradições

Quanto mais se recua na História, mais dependente aparece o indivíduo, e, portanto, também o indivíduo produtor, e mais amplo é o conjunto a que pertence. De início, este aparece de um modo ainda muito natural, numa família e numa tribo, que é a família ampliada; mais tarde, nas diversas formas de comunidade resultantes do antagonismo e da fusão das tribos. Só no século XVIII, na "sociedade burguesa", as diversas formas do conjunto social passaram a apresentar-se ao indivíduo como simples meio de realizar seus fins privados, como necessidade exterior (MARX, 1987, p. 4).

Falar de produção requer segundo Marx (1987, p. 4), considerá-la em um grau determinado de desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais. Por isso, as determinações que valem para a produção em geral devem ser precisamente separadas, a fim de que não se esqueça à diferença essencial por causa da unidade, da qual decorre o fato de que o sujeito – a humanidade – e o objeto – a natureza – são os mesmos. Segundo Marx (Idem, p. 4), este esquecimento é responsável por toda a sabedoria dos economistas modernos que pretendem provar a eternidade e a harmonia das relações sociais existentes no seu tempo. E Marx, ainda acrescenta de forma concreta:

¹⁰⁵ Segundo Marx (1987, p. 12), um indivíduo que participe da produção por meio do trabalho assalariado, participa na repartição dos produtos, resultado da produção, somente na forma de salário. Essa premissa que estabelece a lógica do lazer alienado a partir do trabalho alienado é explicada no item que se segue.

Por exemplo, não há produção possível sem um instrumento de produção; seja esse instrumento apenas a mão. Não há produção possível sem trabalho passado, acumulado; seja esse trabalho a habilidade que o exercício repetido desenvolveu e fixou na mão do selvagem. Entre outras coisas, o capital é também um instrumento de produção, é também trabalho passado e objetivado. Logo o capital é uma relação natural, universal e eterna. Mas o é com a condição de deixar de lado precisamente o que é específico, o que transforma o 'instrumento de produção' 'trabalho acumulado' em capital (MARX, 1987, p. 5). (Grifo do autor).

Para Marx (1987, p. 9), "a produção é, pois imediatamente consumo; o consumo é imediatamente, produção. Cada qual é imediatamente seu contrário". Para estabelecer essa relação, Marx coloca que há uma mediação entre ambos, em que a produção é mediadora do consumo, cujos materiais criam e sem os quais não teria objeto, e ao mesmo tempo, coloca que o consumo é mediador da produção ao criar para os produtos o sujeito, para o qual são produtos. Nessa relação, o produto recebe seu acabamento final no consumo. Nesse sentido, portanto, Marx (1987, p. 9) esclarece que o consumo produz de dupla maneira a produção, considerando: 1. O produto só se torna produto efetivo senão no consumo; 2. Porque o consumo cria a necessidade de uma nova produção, ou seja, o fundamento ideal, que move internamente a produção, e que é a sua pressuposição.

Avançando na necessidade dessas explicações que nos permitiram compreender o lazer na condição de alienado, objeto de consumo na sociedade capitalista, destacamos, ainda, nas considerações do pensamento de Marx, que o consumo cria o impulso da produção; cria também o objeto que atua na produção como determinante da finalidade. Nesse sentido, torna-se claro que a "produção oferece o objeto do consumo em sua forma exterior, não é menos claro que o consumo *põe idealmente* o objeto da produção, como imagem interior, como necessidade, como impulso e como fim". (MARX, 1987, p. 9) (grifo do autor)

Portanto, o consumo cria os objetos da produção de uma forma ainda mais subjetiva. Sem necessidade não há produção. Mas o consumo reproduz a necessidade, e isso significa que:

1. Ela fornece os materiais, o objeto. Um consumo sem objeto não é consumo. Assim, pois, a produção cria o consumo nesse sentido; 2. mas não é só o objeto que a produção cria para o consumo. Determina também seu caráter, dá-lhe seu

acabamento (*finish*). (...) A produção não produz, pois unicamente o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, ou seja, não só objetiva, como subjetivamente. Logo, a produção cria o consumidor; 3. a produção não se limita a fornecer um objeto material à necessidade, fornece ainda uma necessidade ao objeto material. Quando o consumo se liberta de sua rudeza primitiva e perde seu caráter imediato – e o não fazer seria ainda o resultado de uma produção que se mantivesse num estágio primitiva de rudeza -, o próprio consumo, enquanto impulso, é mediado pelo objeto. A necessidade que sente desse objeto é criada pela percepção do mesmo. O objeto de arte, tal como qualquer produto, cria um público capaz de compreender a arte e de apreciar a beleza. Portanto, a produção não cria somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto segundo Marx (1987, p. 10).

Ao reproduzir a necessidade, a produção, segundo Marx (1987, p. 10), engendra o consumo, sob determinadas condições, tais como:

1. Fornecendo-lhe o material;
2. Determinando o modo de consumo;
3. Gerando no consumidor a necessidade dos produtos, que, de início, foram postos por ela como objeto. Produz, pois, o objeto do consumo, o impulso do consumo. De igual modo, o consumo engendra a *disposição* do produtor, solicitando-lhe a finalidade da produção sob a forma de uma necessidade determinante. (Grifo do autor).

Na relação da produção com o consumo, segundo Marx (1987, p. 10-11), as identidades tanto da produção como do consumo aparecem de um modo triplo:

1. *Identidade imediata*: a produção é consumo, o consumo é produção. Produção consumidora. Consumo produtivo;
2. Ambos aparecem como meio e existem por mediação do outro, o que se exprime como sua dependência recíproca (...) reciprocamente indispensáveis. (...) A produção cria a necessidade como objeto interno, como finalidade da produção. Sem produção não há consumo; sem consumo não existe produção; esta proposição figura na Economia sob numerosas formas;
3. A produção não apenas imediatamente consumo, nem o consumo imediatamente produção; igualmente, a produção não é apenas um meio para o consumo, nem o consumo um fim para a produção, no sentido que cada um dá ao outro seu objeto, a produção o objeto exterior do consumo, o consumo - o objeto idealizado da produção.

Por outro lado, também, nessa relação o estímulo criado pela produção é a própria capacidade de consumo, sob a forma de necessidade, que como carência é um momento interno da atividade produtiva, mas também, segundo

Marx (1987, p. 11), ponto de partida para a realização e, portanto, seu momento preponderante, o ato em que se desenrola de novo todo o processo. O indivíduo produz um objeto e, ao consumi-lo retorna a si mesmo, mas como um indivíduo produtor e que se produz a si mesmo. Desse modo, portanto, segundo Marx, o consumo aparece como um momento da produção.

Na sociedade capitalista, segundo Marx (1987, p. 12),

o relacionamento do produtor com o produto, assim que este se encontre acabado, é puramente exterior e o retorno do produto ao sujeito depende das relações deste com os outros indivíduos. Não se apodera dele imediatamente. Também a apropriação imediata do produto não é a sua finalidade quando produz dentro da sociedade. Entre o produtor e os produtos se coloca a *distribuição*, a qual, por meio de leis sociais, determina sua parte no mundo dos produtos e interpõe-se, portanto, entre a produção e o consumo.

Considerando que a possibilidade do trabalhador participar da produção é por meio do trabalho assalariado, a articulação da distribuição é um produto da produção que determina as formas particulares de distribuição. Portanto, segundo Marx (1987, p. 12), “não passa de ilusão incluir a terra na produção, a renda da terra na distribuição etc” e acrescentamos, um tempo livre para o trabalhador ser livre para viver a práxis social do lazer.

Em relação ao indivíduo isolado, a distribuição aparece naturalmente como uma lei social, que condiciona sua posição no interior da produção, no quadro do qual ele produz e que precede, portanto a produção. Originalmente, o indivíduo não tem capital nem propriedade de terra. Logo ao nascer é constrangido ao trabalho assalariado¹⁰⁶ que é um resultado da existência social

¹⁰⁶ Segundo Marx (2001, p. 662) “o processo de produção se inicia com a compra da força de trabalho por determinado tempo, e esse começo se renova sempre que se extingue o prazo estipulado, tendo decorrido, assim, determinado período de produção, semana, mês etc. Mas o trabalhador só é pago depois de ter empregado sua força de trabalho e depois de se terem materializado nas mercadorias o valor dessa força e a mais-valia. Assim, produziu ele a mais-valia, provisoriamente considerada o fundo de consumo do capitalista, além de produzir o fundo para o seu próprio pagamento, o capital variável, antes de este chegar as suas mãos sob a forma de salário. (...) O que vão para o trabalhador sob a forma de salário é uma parte do produto por ele constantemente reproduzido. Na verdade o capitalista lhe paga em dinheiro, mas esse dinheiro não é mais do a forma na que se converte o produto do trabalho ou, mais precisamente, uma parte dele”. Ampliado as possibilidades de compreender o constrangimento a que é forçado o trabalhador ao vender a sua força de trabalho, destacamos, a partir da leitura em Marx, que há dois procedimentos que geram formas de como a riqueza é acumulada, reproduzida e aumentada: 1 uma classe social que detém os meios de produção e portanto sendo poderosa, expropria outras classes sociais dos seus meios de produção (terra, instrumentos de trabalho) e se apropria privadamente desses meios com que aquelas classes produziam sua subsistência e um excedente para trocar no mercado; 2 os proprietários privados que detém os meios de produção forçam as classes expropriadas a trabalhar para

do capital e da propriedade fundiária com seus agentes de produção autônoma (MARX, 1987, p. 13). Ora, nessa relação de domínio do capital em que as leis adquirem uma importância econômica que estabelece influência para fixar as relações do trabalhador aos interesses de produção, a ação sobre a produção e a distribuição, atende a determinados interesses de controle sobre o consumo das classes sociais, que segundo Marx (2001, p. 667-668), sendo o capital o fornecedor da troca da força de trabalho, este ao se converter em meios de subsistência, gera um consumo que serve para reproduzir músculos, nervos, ossos e cérebro do trabalhador e para gerar novos trabalhadores. Dentro dos limites do absolutamente necessário, o consumo individual da classe trabalhadora, portanto, transforma os meios de subsistência, proporcionados pelo capital em troca da força de trabalho, em nova força de trabalho explorável pelo capital, produção e reprodução do meio de produção mais sendo imprescindível ao capitalista, o próprio trabalhador.

Portanto, nessas condições de direito e de incentivo massificado ao consumo, o trabalhador fica à mercê dos interesses da classe que detém os meios de produção para realizar a práxis social do lazer, que segundo Marx (ibid., p. 668),

o consumo individual do trabalhador constitui fator da produção e reprodução do capital, processe-se dentro ou fora da fábrica etc., *dentro ou fora do processo de trabalho* (...). A conservação, a reprodução da classe trabalhadora constitui condição necessária e permanente da reprodução do capital. (...) Por isso, o capitalista e seu ideólogo, o economista político, só consideram produtiva a parte do consumo individual do trabalhador necessária para perpetuar a classe trabalhadora, tendo, portanto, de ser realizada, a fim de que o capital possa consumir força de trabalho; *o que o trabalhador vier a consumir, além disso, para o seu próprio prazer, é consumo improdutivo.* (...) Na realidade, o consumo individual do trabalhador é, para ele mesmo, improdutivo, por isso reproduz o indivíduo necessitado; é produtivo para o capitalista e para o Estado, pois constitui a produção da força que cria a riqueza alheia.¹⁰⁷ (Grifo nosso).

eles, mediante um salário, para produzir os bens que também serão propriedade privada do empregador; assim, o trabalho se torna assalariado e submetido às leis da propriedade privada capitalista.

¹⁰⁷ Marx (2001, p. 668) esclarece, que o "único consumo produtivo no verdadeiro sentido da palavra é o consumo ou a destruição da riqueza [refere-se aos meios de produção] pelo capitalista, tendo em vista a reprodução. (...) O trabalhador é um consumidor produtivo para a pessoa que o emprega e para o Estado, mas não para ele mesmo, estritamente falando. (Malthus, *Definitions* etc., p. 30). (Grifo do autor).

Podemos reconhecer, portanto, que do ponto de vista social, que o trabalhador quando não está envolvido com o trabalho, torna-se um acessório para o capital, em que seu consumo dentro de determinados limites não deixa de ser um processo de reprodução dos interesses do capital, cuja independência é um estado irreal.

Lafargue (1999), na denúncia do trabalho alienado e na crítica ao trabalho assalariado busca esclarecer aos trabalhadores, já na década de 80 do século IX, que são eles os produtores do capital. Este chama a atenção para a superprodução, isto é, para um já existente excesso de produção de mercadorias lançadas ao mercado, que os burgueses não tinham sozinhos como consumir e que nas condições em que os trabalhadores assalariados eram aprisionados, estavam proibidos de consumir porque seus salários e as horas de vida colocadas em favor da produção não lhes davam o direito de consumir. E assim, Lafargue denuncia a miséria que cresce na proporção direta ao crescimento da riqueza por ela produzida. Esse é o custo social da produção capitalista que coloca o trabalho assalariado e o tempo disponível submetidos às leis do controle da propriedade privada.

O lazer, assim como todos os fenômenos da práxis humana, gerado para responder as necessidades humanas, no tempo disponível, foi criado e atende na sociedade capitalista a determinados interesses de produção de segunda ordem e de classes, como já afirmamos, anteriormente. Por isso, reafirmamos, que para a classe trabalhadora só lhe resta à práxis social do lazer, enquanto uma mediação historicamente específica no modo de produção do capital, uma mediação de segunda ordem - forma específica, alienada, da mediação de primeira ordem, da automeiação ontologicamente fundamental do homem com a natureza que é a mediação de primeira ordem.

Segundo Mészáros (2006, p.81), as mediações de segunda ordem, institucionalizada na forma - de divisão do trabalho, propriedade privada e intercâmbio capitalistas, na interposição das mediações entre o homem e sua atividade, entre o homem e a natureza, e entre o homem e o homem não pode lhe trazer realização porque se encontram subordinadas as atividades produtivas pela forma capitalisticamente institucionalizada. Nas mediações advindas de segunda ordem, portanto,

o homem é confrontado pela natureza de maneira hostil, sob o império de uma 'lei natural' que domina cegamente por meio do mecanismo do mercado (**intercâmbio**) e, do outro lado, o homem é confrontado pelo homem de uma maneira hostil, no antagonismo entre **capital** e **trabalho**. A inter-relação original do homem com a natureza é transformada na relação entre **trabalho assalariado** e **capital**, e no que concerne ao trabalho individual o objetivo de sua atividade está necessariamente confinado à sua auto-reprodução como simples indivíduo, em seu ser físico. Assim, os meios se tornaram os fins últimos, enquanto os fins humanos são transformados em simples meios subordinados aos fins reificados desse sistema institucionalizado de mediações de segunda ordem (MÉSZÁROS, 2006, p. 81). (Grifos do autor).

Assim sendo, o lazer enquanto uma práxis social resultante de mediações de segunda ordem institucionalizado pelo capital tem na sua objetividade enquanto expressão exteriorizada (alienada), meios de oferecer ao capitalista um interesse especial no controle sociometabólico.

Marx (2001, p. 599), ao analisar a duração, a produtividade e a intensidade do trabalho apresenta como estes variam simultaneamente. E destaca que:

Quanto mais cresce a produtividade do trabalho, tanto mais pode reduzir-se a jornada de trabalho, e quanto mais se reduz a jornada de trabalho, tanto mais pode aumentar a intensidade do trabalho. Do ponto de vista social, a produtividade do trabalho aumenta com sua economia. Este implica economizar meios de produção e evitar todo trabalho inútil. O modo capitalista de produção, ao mesmo tempo em que impõe economia em cada negócio particular, produz, com seu sistema anárquico de concorrência, o desperdício mais desmedido dos meios de produção e das forças de trabalho da sociedade, além de criar inúmeras funções para ele indispensáveis, mas em si mesmas supérfluas.

E, ainda, acrescenta:

Dada à intensidade e a produtividade do trabalho, o tempo em que à sociedade tem que empregar na produção material será tanto menor e, em consequência, tanto maior o tempo conquistado para a atividade livre, espiritual e social dos indivíduos, quanto mais eqüitativamente se distribua o trabalho entre todos os membros aptos da sociedade e quanto menos uma camada social possa furtar-se a necessidade natural do trabalho, transferindo-a para outra classe. Então a redução da jornada de trabalho encontra seu último limite na generalização do trabalho. Na sociedade capitalista, consegue-se tempo livre para uma classe, transformando a vida inteira das massas em tempo de trabalho. (Idem, p. 599)

Portanto, não há perspectiva estratégica do capital de tornar possível, no modo de controle sociometabólico que engendra a produção da existência, uma forma de ceder tempo disponível, ou seja, a práxis social lazer, mediante as exigências de demandas de produção que o consumo perdulário, caracterizado pelo desperdício cada vez maior, atola a massa trabalhadora no consumo de produtos descartáveis. Esse é um dos aspectos do capital, de caráter contraditório, que alimenta um processo autodestrutivo.

Segundo Mészáros (2007, p. 160):

Devido às restrições e contradições intransponíveis do sistema do capital, toda tentativa de introduzir o *tempo disponível* como o regulador dos intercâmbios sociais e econômicos – o que significaria obrigatoriamente colocar à disposição dos indivíduos um grande montante de *tempo livre*, liberado pela redução do tempo de trabalho muito além dos limites até mesmo de uma semana de 20 horas – agiria como uma *dinamite social*, fazendo a ordem reprodutiva estabelecida explodir pelos ares. (Grifo do autor)

Além do que, o capital por se apropriar da esfera da vida do trabalhador fora do trabalho, segundo Antunes (2005, p. 51) gera:

A *desfeticização da sociedade do consumo* que tem como corolário indispensável à *desfeticização no modo de produção* das coisas. O que torna a sua conquista muito mais difícil: se não se inter-relaciona *decisivamente* a ação pelo tempo livre com a luta contra a lógica destrutiva do capital, acaba-se ou fazendo uma reivindicação de fundo romântico, visto que se acredita que seja possível obtê-la pela via do *consenso* e da *interação* com a ordem sem ferir os interesses do capital, ou, o que é ainda muito pior, porque ao se apregoar a impossibilidade de lutar contemporaneamente pelo fim do capitalismo, restaria somente à opção de *civilizá-lo*, de realizar a *utopia do preenchimento*, de conquistar *consensualmente* o “tempo livre”, em plena era do toyotismo, da acumulação flexível, das desregulamentações, das terceirizações, do trabalho precário e parcial, do desemprego estrutural, da desmontagem do *welfare state*, do culto do mercado, enfim, da (des) sociabilização radical dos nossos dias. (Grifo do autor).

Nesse sentido, o capital, além de controlar o tempo socialmente necessário para a produção de mercadorias no sentido de ampliar a sua capacidade de crescer, por meio das “gerências científicas” atuais, ou chamada “organização científica do trabalho”, administra em uma determinada lógica voltada para o consumo de produção, as conquistas dos trabalhadores sobre o tempo de descanso, ou chamado tempo disponível. A indústria cultural, a

indústria da moda, do turismo e das práxis sociais que denominamos de lazer, que se encontram em conformidade com as exigências de consumo de mercado de negócios, engendram as necessidades vitais dos trabalhadores para atender aos interesses do mercado que por outro lado, regulam os interesses do capital.

Para ampliar nossa compreensão sobre o trabalho-lazer na luta de classes da sociedade capitalista, enquanto expressão exteriorizada (alienada) da atividade ontológica (humana) definimos por apresentar, a seguir, um recorte que expõe elementos que evidenciam, a partir das referências de Marx sobre a indústria moderna e o seu significado da divisão do trabalho, como ocorre a mediação de segunda ordem na condição econômica do capital, cujo caráter social ocorre no interior da alienação da relação do trabalho-lazer.

2.4.2. A natureza do trabalho e do lazer alienados na luta de classes e a generalização na produção social e cultural a partir da indústria moderna

A divisão manufatureira do trabalho, nas bases históricas dadas, só poderia surgir sob forma especificamente capitalista. Como forma capitalista do processo social de produção, é apenas um método especial de produzir mais-valia relativa ou de expandir o valor do capital, o que se chama de riqueza social, *wealth of nations* etc., à custa do trabalhador. Ele desenvolve a força produtiva do trabalho coletivo para o capitalista, e não para o trabalhador e, além disso, deforma o trabalhador individual. Produz novas formas e domínio do capital sobre o trabalho. Revela-se, de um lado, progresso histórico e fator necessário do desenvolvimento econômico da sociedade, e, do outro, meio civilizado e refinado de exploração (MARX, 2001, p. 420).

A produção capitalista, que essencialmente é produção de mais-valia, absorção de trabalho excedente, ao prolongar o dia de trabalho, não causa apenas atrofia da força humana de trabalho, a qual rouba suas condições normais, morais e físicas de atividade e de desenvolvimento. Ela ocasiona o esgotamento prematuro e a morte da própria força de trabalho. Aumenta o tempo de duração do trabalhador num período determinado, encurtando a duração da sua vida. (MARX, 2002, p. 307)

Portanto, o que Marx nos faz reconhecer é que o capital não se preocupa com a duração de vida da força de trabalho, mas exclusivamente o que lhe interessa é o máximo de força de trabalho que possa ser posta em atividade em seu favor.

Marx, ainda, destaca que o valor da força de trabalho compreende o valor das mercadorias necessárias para reproduzir o trabalhador, ou seja, para perpetuar a classe trabalhadora na sua condição explorada. Se o prolongamento da jornada contra as leis naturais (o qual o capital, necessariamente, quer conseguir, em seu impulso desmedido para expandir o seu valor) encurta a vida do trabalhador e, com isso, a duração da força de trabalho, torna-se então necessária a mais rápida substituição dos elementos desgastados dessa força de trabalho, aumentam os custos de desgaste na reprodução da força de trabalho. O mesmo ocorre com a máquina: quanto mais rápido ela se desgasta, tanto maior a proporção do valor a ser reproduzida diariamente. O interesse do próprio capital parece indicar a conveniência da jornada de trabalho que considera normal.

Marx (2002, p. 366) chama de mais-valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e mais-valia relativa à decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho.

Nessas bases a indústria moderna ao eliminar tecnicamente a divisão manufatureira do trabalho, o qual o trabalhador ficava preso por todas as suas faculdades e por toda a vida em realizar uma tarefa parcial, reproduziu por outro lado, a divisão do trabalho de maneira mais monstruosa, que segundo Marx (2001, p. 549), "na fábrica, propriamente dita, transforma o trabalhador no acessório consciente de uma máquina parcial; e fora da máquina, por toda a parte, com o emprego esporádico das máquinas e dos trabalhadores de máquinas". O que era válido para a divisão manufatureira do trabalho dentro da oficina, pode-se dizer que gerava a divisão do trabalho no interior da sociedade.

No século XVIII, de acordo com Marx (2001, p. 551), cada ramo especial de produção encontrava por meios empíricos, a forma técnica conveniente, que com o tempo, atingia certo grau de maturidade que era preservada, sendo

transferidos os conhecimentos adquiridos de uma geração para outra. Havia os diferentes ofícios que tinham a denominação de mistérios (*mystères*), em cujos arcanos só podiam penetrar os empíricos e profissionalmente iniciados, sob a condição de não divulgar os segredos do ofício.

De acordo Marx (2001, p. 551), a indústria moderna rasgou o véu que ocultava ao homem seu próprio processo social de produção e que transformava os ramos de produção naturalmente diversos em enigmas; criou na moderna ciência da tecnologia o princípio de considerar em si mesmo cada processo de produção e de decompô-lo, sem levar em conta, qualquer intervenção da mão humana, em seus elementos constitutivos.

A tecnologia se apossou de forma científica e planejada e sistematicamente especializada das formas fundamentais de movimentos do corpo humano, substituindo mecanicamente a ação produtiva do homem; com uma base técnica revolucionária, enquanto os demais eram conservadores¹⁰⁸, transformou de forma contínua as funções dos trabalhadores e as combinações sociais de processos de trabalho. Com essas impostas e severas medidas, alterava constantemente a divisão do trabalho dentro da sociedade, lançando massas de capital e de trabalhadores de um ramo de produção para outro, de forma indiscriminada, exigindo por uma natureza perversa, variação do trabalho, fluidez das funções e mobilidade do trabalhador em todos os sentidos.

Com essa contradição absoluta que a indústria moderna estabelece no modo de produção capitalista, o trabalhador perde toda a tranqüilidade, solidez e segurança de manter determinada condição de existência de vida que vai para além do trabalho, ficando a mercê da ameaça de perder os meios vitais de subsistência, ao lhe ser retirado o instrumental de trabalho, e assim, ficar

¹⁰⁸ Segundo Marx (1980, p. 24), "a burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção constituía, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas; as relações que as constituem tornam-se antiquadas antes de se ossificar. Tudo que era sólido e instável se esfuma, tudo que era sagrado e profano, e os homens são obrigados finalmente a encarar com seriedade suas condições de existência e suas relações reciprocas. Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda a parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países".

supérfluo, sem poder exercer sua função própria que domina na especificidade de trabalhar. Nessa perspectiva, prevalece a lei natural sobrepujante e com efeito cego e destruidor do capital, que torna questão de vida ou de morte reconhecer como lei geral e social da produção a variação dos trabalhos, contando com uma maior possível versatilidade dos trabalhos e do trabalhador, cuja condição de sobrevivência só lhe resta se adaptar às condições de exigências dessa lei.

Marx (2001, p. 553), destaca:

O quanto é monstruoso a substituição de uma população operária miserável, disponível, mantida em reserva para as necessidades flutuantes da exploração capitalista, pela disponibilidade absoluta do ser humano para as necessidades variáveis do trabalho; substituir o indivíduo parcial, mero fragmento humano que repete sempre uma operação parcial, pelo indivíduo integralmente desenvolvido, para o qual as diferentes funções sociais não passariam de formas diferentes e sucessivas de sua atividade. As escolas politécnicas e agrônômicas são fatores desse processo de transformação que se desenvolveram espontaneamente na base da indústria moderna; constituem também fatores dessa metamorfose as escolas de ensino profissional, onde os filhos dos operários recebem algum ensino tecnológico e são iniciados no manejo prático dos diferentes instrumentos de produção. A legislação fabril arrancou ao capital a primeira e insuficiente concessão de conjugar a instrução primária com o trabalho da fábrica.

O desenvolvimento histórico da indústria moderna criou a necessidade de generalizar a lei fabril a toda produção social da existência humana, sendo que no início era uma lei de exceção restrita a fiação e à tecelagem, primeiras manifestações da produção mecanizada. A indústria moderna, também cria da decomposição da velha estrutura familiar, dentro do sistema capitalista, com o papel decisivo que reserva as mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos, levando-os a fonte de degradação e escravatura em sua forma espontânea, brutal, capitalista. (MARX, 2001, p. 555)

A indústria moderna atua na agricultura de maneira mais revolucionária que qualquer outro setor, ao destruir o baluarte da velha sociedade, o camponês, substituído pelo trabalhador assalariado, mesmos havendo, como nos centros urbanos, a oposição de classes. Com essa medida, o modo de produção capitalista completa a ruptura dos laços primitivos, que inicialmente,

uniam a agricultura e a manufatura, criando as condições materiais para uma nova síntese, superior, de união da agricultura com a manufatura, mas na base das estruturas que desenvolveram em mútua oposição. Ocorre uma concentração maior da população urbana nos grandes centros, contra a força motriz histórica da sociedade, gerando então, uma grande perturbação no intercâmbio natural entre o homem e a terra. Todo o progresso da agricultura capitalista significa o progresso da arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo o aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade (MARX, 2001, p. 549 - 571).

Ao arruinar a pequena indústria e o trabalho a domicílio, destrói os últimos refúgios dos trabalhadores supérfluos e, portanto a válvula de segurança que até agora tem preservado todo o mecanismo social. Ao favorecer as condições materiais e as combinações sociais do processo de produção, aguçam as contradições e os antagonismos da forma capitalista de produção, amadurecendo, ao mesmo tempo, os elementos formadores de uma sociedade nova e contraditoriamente destruidores da sociedade antiga. (MARX, 2001, p. 571)

A indústria moderna ampliou as condições da divisão do trabalho, aumentando a produtividade do trabalho, isto é, diminuiu o tempo necessário para a produção de mercadorias, como sustentáculo do capital; este foi o meio mais poderoso que o capitalista forjou para ampliar a jornada de trabalho, acabando com todos os obstáculos e limites de tempo para a jornada de trabalho que requeria o período da manufatura. Tornando o trabalho mais intensivo, comprimindo, em uma única jornada o trabalho de várias jornadas, o capitalista consegue alterar radicalmente sua produção social e alterar as condições de existência do trabalhador, ou seja, sua relação com a natureza humana genérica, a vida individual, que gera a vida social e a possibilidade da práxis lazer. Assim, o capitalismo assinala o ponto culminante de seu domínio, cuja característica principal da organização social, segundo Lukács (1978, p. 3):

Deveria ser buscado, então no fato de que a vida econômica deixou de ser um instrumento para a função vital da sociedade e só se colocou no centro: se converteu em fim em si mesmo, o objetivo de toda atividade social. A primeira consequência, e

a mais importante, é a transformação da vida social em uma grande relação de troca; a sociedade em seu conjunto tomou a forma de mercado. Nas distintas funções da vida, tal situação se expressa no fato de que cada produto da época capitalista, como também toda energia dos produtores e dos criadores, reveste a forma de mercadoria. Cada coisa deixou de valer em virtude de seu valor intrínseco (por exemplo, valor ético, valor artístico): tem valor unicamente uma coisa vendável ou adquirida no mercado. Tudo o que se realizou destrutivamente sobre toda a cultura - expressando-se esta, seja em atos, em criações de obras de arte, ou em instituições – é algo que não exige análises ulteriores. Da mesma maneira que a independência dos homens das preocupações de sustento e a livre utilização de suas próprias forças como um fim em si são a condição humana e social preliminar da cultura autêntico só quando tem valor para si. No momento em que assume o caráter de mercadoria e entra no sistema de relações que o transforma em mercadoria, cessa ainda sua autonomia, a possibilidade de cultura.

Nesse trecho de um artigo em que Lukács fala da – Velha e Nova Cultura¹⁰⁹ -, reconhecemos que o processo de desenvolvimento da sociedade é um processo unitário. Isto significa, portanto, que não se pode determinar certa fase do desenvolvimento num aspecto da vida social sem que seus efeitos repercutam sobre todos os outros. Para Lukács (1978, p. 1):

É devido a essa unitariedade que é possível apreender o próprio processo sob o ponto de vista de uma outra manifestação social, e chegar, entretanto a sua compreensão. Por esse motivo, pode-se falar de cultura [Kultur], em seu aparente isolamento das outras manifestações sociais. Efetivamente, se nós compreendemos corretamente a cultura de uma época, compreendemos em suas raízes o desenvolvimento do conjunto dessa época, como se tivéssemos partido da análise de suas relações econômicas. A burguesia, que teme a bancarrota da organização social capitalista, lamenta por isso, sobretudo a decadência da cultura. As preocupações pelos interesses de classe são assim apresentadas como se sua motivação tivesse nascido de preocupações acerca dos valores eternos da cultura.

Não é nosso objetivo nesse estudo, aprofundar as questões da formação da cultura na relação com as forças econômicas do capitalismo, mas fundamentalmente, é necessário que possamos reconhecer que a crise da cultura capitalista, tem raízes mais profundas que os fenômenos que possamos

¹⁰⁹ O referido artigo de Lukács foi publicado originalmente em 1920, na revista *Kommunismus*, no. 43. A fonte do artigo traduzido, foi publicado em 1978, pela Revista "Revolución y Antiparlamentarismo", Ediciones Pasado y Presente, México.

apontar a partir do desenvolvimento orgânico do capitalismo, que estamos por apresentar, cujas causas e conseqüência exigem o esforço de outro estudo.

Nessa síntese que estamos produzindo, é fundamental, portanto, que possamos reconhecer que em toda organização social imposta pelo capitalismo, onde existe uma conformidade naturalizada das práxis sociais advindas da exploração do homem pelo homem pelo trabalho, há nessa conformidade formas e conteúdos que entram em contradição entre si, que precisam ser reveladas pela ciência; o que só se tornaria possível a partir de uma ontologia correta e mais evidente que a falsa consciência ontológica que prevalece no campo científico, cuja influência tem suas raízes nas necessidades sociais dominantes. A manipulação do trabalho tornou-se de forma especial na economia capitalista, um fator decisivo para a reprodução do capitalismo atual e, a partir dele, irradiou-se para todos os campos da práxis social, que inclui o lazer.

Lukács (1978, p. 8), ao falar sobre cultura e a necessidade da transformação comunista da sociedade, afirma que essa passagem, significa o fim do domínio da economia sobre a totalidade da vida. Logo, afirma ele: "o fim da estranha e inarmônica relação entre o homem e seu trabalho, ao qual o homem está subordinado ao meio produtivo, ao invés do meio produtivo ao homem".

A seguir, avançamos na possibilidade de ampliar nossa compreensão sobre a necessidade e a produção no modo de produção capitalista para reconhecer as contradições que a realidade apresenta a partir da práxis social dos trabalhadores, que se concretiza na alienação do capital. Para dar conta desse desafio, a exposição que se segue está pautada em uma síntese das anotações de estudos desenvolvidos por Marx em sua obra monumental - *Manuscritos econômicos filosóficos*¹¹⁰, em Kosik (1995), Lukács (1974), Trotsky (1978).

¹¹⁰ Para a tradução dos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, utilizou-se a edição da Dietz Verlag, Marx-Engels Werke, Ester Teil, Berlim, 1968, pág. 530-588. Referência extraída da Nota do Editor, p. 167, da obra: MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*. 4º. ed. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultura, 1987. 216 p.

2.4.3 Necessidades e produção: o custo da práxis social do trabalho-lazer na alienação das relações estabelecidas pelo capital

Segundo Marx (1987, p. 184) os economistas, em geral, em seus modos científicos, apontam evidências de contradições sobre as necessidades humanas e suas privações, o que é para nós que estamos no campo da educação e estudamos a práxis social, fundamental reconhecer, que:

O crescimento das necessidades (*Bedürfnis*) prova como o crescimento das necessidades e dos recursos engendra a privação de necessidades e de recursos: 1º.) ao reduzir a necessidade do operário a mais imprescindível e miserável manutenção da vida física, e sua atividade ao mais abstrato movimento mecânico, o economista afirma que o homem não tem nenhuma necessidade de atividade nem de gozo e declara que esta vida é *também* vida e modo de existência humanas; 2º.) ao calcular a vida (existência) mais *pobre* possível como à medida, e aliás como a medida geral: geral porque vale para a massa dos homens, faz do operário um ser sem sentido e privado de necessidades, do mesmo modo que faz da sua atividade pura abstração de toda atividade; por isso, todo *luxo* do operário parece-lhe censurável e tudo que excede a mais abstrata necessidade – tanto como gozo passivo ou como exteriorização de atividade – configura-se-lhe um luxo. (Grifo do autor).

Marx quer destacar, portanto, que a economia política, “sendo uma ciência da *riqueza*, é ao mesmo tempo ciência da renúncia, da privação, da *poupança* e chega realmente a *poupar* ao homem a necessidade de ar puro e de movimento físico.” (Grifo do autor). E acrescenta:

Essa ciência da maravilhosa indústria é ao mesmo tempo a ciência do *arretismo*, e seu verdadeiro ideal é o avaro *ascético*, mas *usurário*, e o escravo *ascético*, mas *produtivo*. Seu ideal moral é o *trabalhador* que leva à caixa econômica uma parte de seu salário e, para esta sua idéia favorita encontrou até a *arte* servil. Isto foi levado ao teatro de forma sentimental. Por isso, a economia política, apesar de sua aparência mundana e prazerosa, é uma verdadeira ciência moral, a mais moral das ciências. A auto-renúncia, renúncia à vida e a todo o carecimento humano é o seu dogma fundamental. Quanto menos comas e bebas, quanto menos livro compres, quanto menos vás ao teatro, ao baile, à taberna, quanto menos penses, ames, teorizes, cantes, pintes, esgrimes, etc., tanto mais *poupas*, tanto *maior* se torna teu tesouro, que nem traças nem poeira devoram o teu *capital*. Quanto menos és, quanto menos exteriorizas tua vida, tanto mais *tens* maior é a tua vida *alienada* e tanto mais armazenas da tua essência alienada (MARX, 1987, p. 148). (Grifo do autor).

Exteriorizando mais reflexões sobre o que a economia política do capitalismo promove aos trabalhadores, Marx, ainda destaca:

Tudo o que o economista tira-te em vida e em humanidade, tudo isso ele lhe restitui em *dinheiro* e *riqueza*, e tudo o que não podes, pode-o teu dinheiro. Ele pode comer beber, ir ao teatro e ao baile; conhece a arte, a sabedoria, as raridades históricas, o poder público; pode viajar, *pode* fazer-te dono de tudo isso, pode comprar tudo isso; é a verdadeira *fortuna*. Mas sendo tudo isso, o dinheiro não *pode* mais que criar-se a si mesmo, comparar-se a si mesmo, pois tudo mais é seu escravo, e, quando eu tenho o senhor, tenho o servo e não preciso dele. Todas as paixões e toda atividade devem, pois, afundar-se na *avareza*. **O trabalhador só deve ter o suficiente para querer viver e só deve querer viver para ter.** (MARX, 1987, p. 148) (Grifo nosso).

Esses trechos que destacamos, apresenta uma controvérsia no campo da economia política que nos permite compreender, a partir de estudos de Marx, em que moral se estabelece os economistas, quando: “um primeiro grupo (Lauderdale, Malthus etc.) recomenda o luxo e amaldiçoa a poupança; o outro (Say, Ricardo etc.) recomenda a poupança e amaldiçoa o trabalho, isto é, a poupança absoluta, e o segundo confessa que recomenda a poupança para produzir a riqueza, isto é, o luxo” (MARX, *ibid.*, p. 148-149).

Marx (*idem*, p. 185) ao expor esses pensamentos dos economistas, destaca:

O primeiro grupo tem a romântica ilusão de que a avareza deve apenas determinar o consumo dos ricos e contradiz suas próprias leis, ao apresentar o *esbanjamento* diretamente como um meio de enriquecimento; e o grupo oposto demonstra, pois, de modo muito sério e pormenorizado, que, por meio do esbanjamento meu ter diminui, e não aumenta. Este segundo grupo comete a hipocrisia de não confessar que precisamente o capricho e o humor determinam à produção; esquece a “necessidade refinada”; esquece que sem consumo não se produziria; esquece que, através da concorrência, a produção não há de tornar-se mais geral, mais luxuriosa; esquece que o uso determina o valor da coisa e que a moda determina o uso; deseja ver produzido apenas o “útil”, mas esquece que a produção de demasiadas coisas úteis produz demasiada população *inútil*. Ambos os grupos esquecem que esbanjamento e poupança, luxo e abstinência, riqueza e pobreza são iguais. (Grifo do autor).

E assim, Marx (1987, p. 186) põe em evidência as contradições da moral da economia política que é o ganho, o trabalho e a poupança, a sobriedade,

mas que acima de tudo, a economia que promete satisfazer as necessidades humanas do plano das necessidades materiais e sensíveis da existência humana a partir da riqueza acumulada. E destaca que, "a oposição entre economia política e moral é só uma aparência e, assim sendo, não há oposição alguma. A economia política apenas expressa *ao seu modo* as leis". Sendo assim: "O sentido que a produção tem com relação aos ricos manifesta-se *claramente* no sentido que tem para os pobres: para cima, sua manifestação é sempre refinada, encoberta, ambígua, aparência; para baixo, grosseira, direta, franca, essência". E acrescenta: Assim como a indústria especula sobre o refinamento das necessidades, assim também especula sobre sua crueza, sobre a sua crueza artificialmente produzida, cujo verdadeiro gozo é o auto-atordamento, essa aparente satisfação das necessidades". (Grifo do autor).

Para Kosik (1995, p. 96), a "*economia clássica não parte do 'homem econômico' mas do sistema; e em benefício do próprio sistema postula o 'homem econômico' como elemento a ser definido pela própria instituição e pelo próprio funcionamento*". Sendo assim, o homem não é definido em si mesmo, mas em relação ao sistema. (Grifo do autor).

Portanto, que tipo de homem e mulher deve ter a sociedade, cujas particularidades devem ter necessidades que interessam ao sistema para fazê-lo funcionar? Para Kosik (idem, p. 96) para o sistema o que importa é criar o homem e a mulher com o instinto de ganho e voltado para a poupança, ou seja, homens e mulheres voltados para o máximo de comportamento racional dirigido ao utilitarismo, ganância e o consumo, enquanto valores a serem desenvolvidos na existência, enquanto qualidades fundamentais, a fim de que o sistema das relações econômicas possa pôr-se em marcha e funcionar como um mecanismo. Nesse sentido, não é a teoria que determina à redução do homem e da mulher a abstração; é a realidade mesma, que segundo Kosik (1995, p. 98-99):

A realidade que a economia clássica descreve com base no *próprio método* não é a realidade objetiva. A economia clássica não descreve o mundo humano no seu aspecto alienado e não mostra como as relações histórico-sociais dos homens são mascaradas pela relação e pelo movimento das coisas; ela *descreve a legalidade imanente deste mundo reificado como o mundo autenticamente humano, porque não conhece nenhum outro mundo humano, a não ser o mundo reificado*. O homem se torna realidade apenas pelo fato de se

tornar um elo do sistema. Ele é real apenas na medida em que é reduzido a função do sistema e é definido, segundo as exigências do sistema, como *homo economicus*. (Grifo do autor)

Expondo a contradição entre a moral e a economia capitalista, Marx e as análises extraídas de Kosik revelam as causas do caráter fragmentado e da reificação do homem na sociedade, já expostos na história da produção da formação econômica capitalista, que nesse estudo, apresentamos uma síntese, em item anterior. O que precisamos reconhecer é que Marx busca na crítica materialista estabelecer um confronto entre aquilo que o homem é, enquanto indivíduo e que pode fazer, e, realmente faz mediante atos que lhes são prescritos pelos códigos da moral da economia que rege o modo de produção da sociedade imposta pelo capital.

Marx (1963, p. 30) destaca, que nas relações do capital:

A propriedade privada tornou-nos de tal modo tolos e inativos que um objeto só é *nosso* quando o possuímos, e que o capital existe para nós quando é imediatamente possuído, comido, bebido por nós, traduzido sobre nosso corpo, habitado por nós etc., enfim, *utilizado* por nós. Embora a propriedade privada tome todas essas realizações imediatas da posse apenas como meios de existência, como a vida à qual elas servem de meios, *a vida da propriedade privada é o trabalho e a capitalização*. [...] Relacionam-se à coisa por amor da coisa, mas a coisa é, ela mesma, uma analogia *humana objetiva* com ela própria e com o homem e vice-versa. A necessidade ou o espírito perderam deste modo sua natureza *egoísta* e a natureza perdeu sua simples utilidade pelo fato de haver a utilidade se tornado utilidade humana. (Grifo do autor)

Nesse sentido, é preciso que reconheçamos que a formação econômica capitalista atual que vivemos está ancorada num sistema histórico que faz exigências ao homem pela moral de interesses da economia, cujas relações contraditórias atrelam à natureza humana a todas as necessidades que atendem aos interesses próprios do capital. Nessas relações, a natureza da economia política não considera o trabalhador como homem, no seu tempo disponível a partir do trabalho. Cria mediante uma moral supérflua necessidades que não incluem a práxis social lazer e se o fazem é porque existem interesses ligados ao consumo de seus produtos, alimentando, assim, a natureza das necessidades em aquisições de dependência materiais e

artificiais desnecessárias, alimentando via mercado os sentidos humanos pelos prazeres e gozos de seus interesses de negócios que alimentam a economia do sistema capitalista mundial.

Considerando a crítica ampla em que Marx revela à reificação do homem, que se expressa para além da relação trabalho / capital, há um comprometimento limitante a sua expressão sensível ao fato de que o homem se torna objeto para si, e ao mesmo tempo, se converte em um objeto estranho e inumano, pelo fato de que a sua vida é regida por uma moral de efetivação que lhe é estranha, pois a sua formação para a sensibilidade humana subjetiva, que é um trabalho de toda a história universal até os nossos dias, torna-se prisioneiro da grosseira necessidade prática limitada da exploração pelo trabalho¹¹¹. Como exemplo, destacamos a condição em que se coloca um trabalhador impregnado de preocupações alheias em todo o decorrer da sua vida, explorado em todo o seu tempo de existência, que não usufrui o direito a desenvolver a sensibilidade para apreciar um belo espetáculo de teatro. Assim, o que está em questão não é somente o sentido da humanidade que está posta nos seres que produzem, mas a necessidade essencial de ter tempo para produzir para o processo de troca, a acumulação do lucro, a ampliação dos bens materiais privados dos portadores que detém os meios de produção e a circulação do capital.

Sobre essa condição de existência subtraída de uma educação dos sentidos, Marx (1963, p. 33), descreve com preciosidade o estado de alienação, cuja força é subjugada dos seres sociais:

A educação dos sentidos é o trabalho de todas as gerações passadas. O sentido subjugado às necessidades grosseiras só possui também um sentido limitado. Para homens famintos não existe a forma humana dos alimentos, mas unicamente a

¹¹¹ Marx (1987, p. 36) coloca que a primeira determinação do valor é o trabalho que é pago com a mesma abstração desse mesmo trabalho. "Os valores de uso são imediatamente meios de subsistência. Mas, inversamente estes meios de subsistência são eles próprios produtos da vida social, resultado da força vital humana gasta, trabalho objetivado. Como encarnação do trabalho social, todas as mercadorias são cristalizações da mesma unidade. É preciso considerar agora o caráter determinado dessa unidade, isto é do trabalho que se apresenta no valor de troca". Na sociedade capitalista o valor de troca é a única manifestação possível do trabalho na sociedade capitalista, que ao fazer "desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem das outras, mas reduzem-se, todas a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato. (...) Um valor-de-uso ou um bem só possui, portanto, valor, porque nele está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato (MARX, 2002, p. 60).

existência abstrata de alimentos; poderia os mesmos existir sob a mais grosseira forma, e não se pode dizer de que maneira essa atividade nutritiva difere da dos animais. Para o homem acabrunhado por preocupações, necessitado, não tem sentido o mais belo espetáculo; o comerciante de minerais vê apenas o valor comercial do mineral, não a sua beleza natural; ele não tem senso mineralógico; assim pois, faz-se mister a objetivação do ser humano, tanto do ponto de vista teórico como no prático, para tornar *humanos os sentidos* do homem e ainda para criar o *sentido humano* correspondente à toda a riqueza do ser humano e natural. (Grifo do autor)

Portanto, a objetivação da essência da realização de liberdade humana exige tanto no aspecto teórico como prático, o homem tornar-se humano no sentido próprio humano, correspondente à riqueza plena da essência do seu ser poder desenvolver os sentidos para a liberdade, que é parte criada e em parte cultivada culturalmente, o que significa viver um tempo livre para a música, para a pintura, para a dança, para a apropriação de uma cultura corporal, enfim, para a práxis social de um tempo livre, sem que necessariamente tenha que consumir estas atividades enquanto mercadorias, na base de outra forma de produzir a existência, ou seja, na produção do comunismo.

Na indústria capitalista, parte de sua produção concebe objetos para práxis social do lazer que oferece em apelos sensíveis aos nossos sentidos, objetos estranhados a nossa natureza genérica, como forma de alienação agregadas as forças essenciais objetivadas pelos interesses exclusivos de consumo de determinada classe. Evidências desta constatação são reconhecidas quando alcançamos com base em fatos já descritos, que o trabalhador não poderia se defrontar com os produtos da sua própria atividade como um estranho se ele não se tivesse alienado de si mesmo no próprio ato da produção, cuja moral de interesses, os fins justificam os meios, sob a moral capitalista. Sendo assim, o lazer enquanto uma práxis social da produção da existência, cuja necessidade não é vital para os trabalhadores, tem implicações determinadas por um processo econômico objetivo, que preserva um caráter de alienável, pois que a base de seu produto que é o trabalhador, também é alienada. Nesse sentido, portanto, a práxis social do lazer (tempo histórico), sendo resultante das relações de produção, também produz a desvalorização

do mundo dos homens em sua práxis social, que está para além das necessidades do trabalho.

Sobre o significado da liberdade, possível a ser revelada na práxis social do trabalho-lazer, Lukács (1974, p. 323), coloca, que, com efeito,

a liberdade do homem atual é a liberdade do indivíduo isolado pela propriedade reificada e reificante, liberdade contra os outros indivíduos (igualmente isolados): liberdade do egoísmo, do isolamento em si próprio, liberdade para a qual a solidariedade e a coesão, no melhor dos casos, só contam com idéias "reguladoras ineficazes" Querer instaurar hoje essa liberdade é renunciar praticamente à realização efetiva da liberdade real. Fruir a "liberdade" que a situação social ou que o temperamento que cada um podem proporcionar a indivíduos particulares sem se preocuparem com os outros homens, isso significa tornar praticamente eterna, tanto quanto isso depende de cada indivíduo, a estrutura não livre da sociedade atual.

Para concluir esse capítulo e compreender com maior amplitude o que significa a moral burguesa na luta de classes, assim como a sua ética, apontamos uma contribuição significativa ao debate ao lazer, o que Trotsky (1978, p. 13), apresenta em sua obra – Moral e Revolução, que diz:

O evolucionismo burguês detém-se, paralisado pela impotência, no limiar da sociedade histórica, não querendo admitir que a luta de classes seja a mola principal da evolução das formas sociais. A moral não é mais do que uma das funções ideológicas desta luta. A classe dominante impõe seus fins à sociedade e a habitua a considerar como imorais os meios que se choque com esses fins. Esta é a função essencial da moral oficial. Ela procura "a maior felicidade possível" não em favor da maioria, mas de uma minoria cada vez mais restrita. Um regime semelhante, se baseando apenas na coerção, não duraria uma semana. O cimento da ética lhe é indispensável. A preparação desse cimento constitui a profissão dos teóricos e moralistas pequeno-burgueses. Podem eles reluzir em todas as cores do arco-íris, mas, no final das contas, não são mais do que apóstolos da escravidão e da submissão. (Grifo do autor).

Embora estejamos conscientes da realidade de que a moral é produto do desenvolvimento social, cujo caráter é mutável e que serve aos interesses contraditórios da sociedade de classes, o direito ao trabalho e a práxis social do lazer é ainda e sempre será uma reivindicação necessária, não porque se cultue o trabalho assalariado explorado e o lazer fetichizados, ditado pela moral burguesa, mas porque a sua total negação causa uma brutalização selvagem

para aqueles que trabalham e, sobretudo para os estão vivendo na condição de desempregados, na pobreza, na indigência social. Para estes trabalhadores, que o trabalho é negado, essa práxis social também não existe em sua objetividade enquanto uma práxis social de conquista da liberdade, pois a vida é totalmente desprovida de sentido quando o tempo não é disponível a partir do trabalho, mas gerado pelo desemprego.

Portanto, ao abordar a moral e a ética capitalista tendo como base à economia que desempenha um papel decisivo no desenvolvimento das forças produtivas, a libertação dos homens e mulheres do predomínio quantitativo da atividade econômica significa considerar a libertação da sociedade do primado da formação economia capitalista, cuja expressão prática da libertação não irá ocorrer na redução da jornada de trabalho para a vivência da práxis social do lazer, mas somente, pelo desaparecimento do fetichismo da economia e o caráter reificado do capital-trabalho e do trabalho-lazer da sociedade capitalista. Somente assim, poderá ser eliminado o penoso trabalho físico, o que permitirá os homens e mulheres se ocuparem predominantemente em atividades não produtivas, mesmo que a estrutura econômica como fundamento das relações sociais ainda conserve um primado sob o fundamento de uma sociedade de formação econômica socialista, cuja estrutura econômica se realizará a libertação dos homens e mulheres do fator econômico que determina a atual realidade.

Nesse capítulo, procuramos trabalhar conceitos e categorias que se baseiam na realidade objetiva em que se assenta o fenômeno da práxis do trabalho-lazer, enquanto uma necessidade social que está alicerçada em objetivos das atividades práticas humanas, cuja objetivação se constitui nas etapas determinadas de sua evolução na formação econômica capitalista. Nessa realidade buscamos reconhecer o quanto se tornam significativos e fundamentais que os estudos do trabalho-lazer, levem em consideração a base econômica e política em suas análises. Sem o conhecimento das leis do desenvolvimento do modo de produção capitalista é impossível estabelecer uma análise de maior rigor sobre uma concepção dialética do trabalho-lazer.

Ao estabelecer a unidade entre o lógico e o histórico, enquanto premissa metodológica indispensável na solução dos problemas em que o trabalho-lazer se colocam na formação econômica capitalista, buscamos a inter-relação do

conhecimento com a estrutura do objeto e o conhecimento da história e seu desenvolvimento.

Dessa forma, esperamos que as determinações do histórico pelo lógico, ou seja, a reprodução da essência do objeto de estudo que propomos nessa elaboração de tese possa na gênese da sua formação e desenvolvimento se realizar nas diversas formas do pensamento; que possam contribuir para um determinado modo de expressar a realidade por meio de abstrações, cujos nexos possam refletir em seu conteúdo objetivo, os resultados do real conhecimento sobre as necessidades da práxis social do trabalho-lazer na formação econômica capitalista.

No próximo capítulo expomos fundamentos ontológicos a partir de um complexo e dinâmico conjunto de relações presentes na relação dialética da objetivação e apropriação da práxis social trabalho-lazer, determinadas pela formação econômica capitalista.

Para dar conta da complexidade da exposição que se segue, recorro a Marx (2002, 2004), Marx e Engels (1999), Lukács (1979) Kohnen (1972) e Lessa (1997, 2007).

Capítulo III

3 FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS: A DIALÉTICA ENTRE OBJETIVAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO TRABALHO-LAZER NA FORMAÇÃO ECONÔMICA CAPITALISTA E A SUA EXTERIORIZAÇÃO NA REPRODUÇÃO SOCIAL DO CAPITAL NA REALIDADE HUMANA

Partindo da identidade das leis do pensamento e das leis do ser, o materialismo dialético supera o agnosticismo. O pensamento atinge a verdade objetiva. Em seu conteúdo coincide com o objeto que se encontra fora dele em consequência do que ele mesmo se movimenta em conformidade com as leis do objeto. Admitamos que no processo de conhecimento ele se desenvolva por outras leis que se enraízam no próprio pensamento e têm natureza contrária às leis e formas do ser. Então, o pensamento e o ser, em seu movimento, separar-se-iam absolutamente e haveria dois mundos independentes: o ser e o pensamento. É assim que concebem o problema alguns filósofos tanto do passado quanto do presente. No entanto, o pensamento, por sua essência, não pode ser outra coisa senão o reflexo das leis e formas do ser, em que ele se movimenta nos limites de um conteúdo objetivo. Mesmo naqueles casos em que entra para a esfera da fantasia ou se encontra em estado mórbido, o pensamento movimenta-se em conformidade com as leis do seu objeto. (KOPNIN, 1972, p. 167)

A objetivação e apropriação são duas categorias que expressam uma determinada relação que é dialética¹¹² e que se funda no interior das relações sociais de dominação do capital, ocorrendo a partir da dinâmica do processo pelo qual o ser humano se autoconstrói ao longo da história, cujas relações são determinadas pela luta de classes.

A realidade social sendo concebida por Marx e Engels como uma estrutura, uma totalidade de relações é uma unidade diversa, cujo conjunto de relações sociais, econômicas e políticas, por serem imperativas na produção da vida material dos seres humanos, constituem-se na base a partir da qual se estrutura e se condiciona a vida social no seu conjunto.

As relações econômicas, sendo antes de tudo relações sociais, enquanto tais engendram todas as demais relações que o ser humano produz e reproduz em sua existência material e o faz enquanto uma totalidade

¹¹² A dialética, segundo Kopnin (1978, p. 207) “forma as teses metodológicas fundamentais que determinam o processo de formação e desenvolvimento dos conceitos”. Portanto, a dialética estabelece, antes de tudo, que a fonte objetiva da formação e desenvolvimento dos conceitos parte do mundo real, sendo esta a base material constituída pela prática histórico-social dos homens. Portanto, é prioritariamente do mundo objetivo que todos os conceitos extraem o seu conteúdo.

psicofísica, cultural, política, ideológica etc. Portanto, o modo de produção da existência que envolve as relações sociais em um determinado grau do desenvolvimento social da produção é estabelecido historicamente pelos homens e mulheres, que juntamente com a capacidade de produzir as forças produtivas, também produz os meios para satisfação de suas necessidades básicas, ao produzir uma realidade a partir de suas práxis. Nesse processo humaniza a si próprio, na medida em que a transformação objetiva da realidade requer dele uma transformação subjetiva; assim, cria, portanto, uma realidade humanizada tanto objetiva quanto subjetivamente para atender aos interesses de classes.

Sendo o trabalho, segundo Marx (2002, p. 64-65),

criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade -, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana. (...) O homem, ao produzir, só pode atuar como a própria natureza, isto é, mudando as formas da matéria.

O ser humano¹¹³ ao se apropriar da natureza, transformando-a para satisfazer as suas necessidades a partir do trabalho, objetiva-se nessa transformação, já que a base do trabalho é constituída pelo intercâmbio orgânico entre homens e mulheres (a sociedade) e a natureza, o que indica a presença de uma ineliminável casualidade: nenhum objeto natural contém em si, enquanto prosseguimento de suas propriedades, de suas leis naturais à propensão a ser utilizável (ou não utilizável) por finalidades humanas enquanto meio de trabalho, matéria-prima etc. Naturalmente, condição ineliminável de todo por teleológico no trabalho é que essas propriedades e leis do objeto sejam conhecidas de modo adequado (LUKÁCS, 1979a, p. 101).

Por sua vez, as atividades humanas objetivadas passam a ser também objetos de apropriação pelos homens e mulheres, isto é, estes devem se apropriar do que humano criaram. Tal apropriação gera nos seres sociais,

¹¹³ No materialismo dialético, segundo Kopnin (1972, p. 170), “não há ontologia que considere o ser como tal, fora da prática do homem. Aquele que desejar construir semelhante ontologia estará inevitavelmente equiparando-a à metafísica antiga. O homem ocupa o centro de estudo da natureza, do ser, pelo materialismo dialético, mas este não ignora o estudo do mundo objetivo, as tendências do seu desenvolvimento, posto que seu conhecimento é igualmente indispensável ao homem e sua atividade prática”.

necessidades humanas de novo tipo, que exigem novas atividades num processo contínuo sem fim.

É importante destacar que a significação e apropriação dos objetos criados são dadas pelas práticas das atividades sociais para servir as finalidades no interior das atividades humanas, a partir de uma lógica das práxis, que parte do natural para o social, pois tem objetivações de necessidades humanas determinadas por interesses de classes.

A prática, a atividade social do homem e da mulher determina a essencialidade ou não essencialidade desse ou daquele aspecto do objeto. O componente necessidade social representa certamente o momento predominante; mas a causalidade persiste na relação natural. Para Lukács (1979, p. 101), “deve ter presente, além do mais que a alternativa – característica de todo ato de trabalho – que contém igualmente um momento de causalidade”.

Considerando a questão central do nosso estudo que envolve a práxis social do lazer na relação com o trabalho, situado na luta de classes e esta na prática social que se apresenta sempre enquanto uma síntese de legalidade econômica e de componentes extra-econômicos da realidade da formação econômica capitalista, nos indagamos até que ponto intervêm momentos de causalidade no funcionamento das leis econômicas, em vista que a própria economia cria o espaço no interior da própria economia (determinação das jornadas de trabalho, controle sobre o tempo disponível dos trabalhadores (lazer), mais valia-relativa etc)? E ainda: O fetichismo da mercadoria em que a práxis social lazer se apresenta na formação econômica capitalista, que corresponde a uma forma de objetividade que lhe advém do caráter de determinação das relações sociais, funda suas bases nas relações do capital sob que interesses de classes?

Para responder a essas indagações apontamos na próxima subseção desse capítulo, elementos teóricos que nos substanciam de dados e referências de bases sobre a esfera ontológica da realidade humana do trabalho e do lazer. Esses elementos teóricos nos alimentam na compreensão das especificidades do processo de produção e reprodução da contraditória realidade humana, como realidade essencialmente social e histórica que se

objetiva nas relações de classes, na propriedade privada e no consumo instituídos na formação econômica capitalista.

3.1 ESFERA ONTOLÓGICA DA REALIDADE HUMANA DO TRABALHO E DO LAZER ENQUANTO REALIDADE SÓCIO-HISTÓRICA

Não se pode pensar o Ser de maneira adequada sem agir sobre ele, visto que abrange igualmente o sujeito do pensamento e da ação. Não se pode conhecer o Ser de maneira adequada por intuição, visto que ele abrange também o mundo exterior tal como este se apresenta no pensamento teórico e na acção. A única maneira de se atingir a ligação mais válida entre, por um lado, o pensamento e a ação e, por outro, o Ser, é constituída pela atitude da aposta consciente do seu estatuto próprio e dos seus fundamentos ontológicos. (GOLDMAN, 1978, p. 11)

De modo imediato, as reflexões advindas da consciência sobre o próprio ser e sobre o seu estatuto, verifica-se que primeiramente estabelecem separação entre o sujeito e o objeto e entre o eu e o mundo.

Para Marx e Engels (1999, p. 39) o processo pelo qual o ser humano foi se diferenciando dos demais seres vivos da natureza tem seu fundamento objetivo no trabalho, considerando que

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias, e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos. [...] O segundo ponto é que satisfeita esta primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico.

Segundo Lukács (1979a, p. 102), quanto mais desenvolvida a sociedade, tanto mais amplas se tornam as ramificações das mediações que ligam as posições teleológicas do trabalho com sua execução efetiva; tanto mais

importantes são, em consequência, as intervenções da causalidade que têm uma relação entre a matéria natural e a sua elaboração socialmente determinada, que frequentemente se atenuam como nas mediações de grande amplitude, que parece inclusive desaparecer (como, por exemplo, no ordenamento jurídico enquanto momento de mediação); mas, nas alternativas singulares, a causalidade aumenta. Ainda, segundo Lukács (1979a, p. 103):

As formas mediadoras (instituições, ideologias etc), que emergem na sociedade de modo historicamente necessário, adquirem uma autonomia interna tanto maior quanto mais forem desenvolvidas, quanto mais forem aperfeiçoadas em sua imanência; e essa autonomia sem alterar sua dependência última das legalidades econômicas – opera ininterruptamente na prática, aumentando assim a quantidade e a qualidade das conexões carregadas de causalidade. Esse esboço aproximativo dá uma idéia bastante incompleta do amplo espaço que cabe ao acaso quando as leis gerais e objetivas da economia se traduzem na prática, particularmente levando-se em conta que ela abarca numerosos outros setores do desenvolvimento econômico.

O conhecimento dialético, segundo Marx (*apud* Lukács, 1979a, p. 108) tem caráter da mera aproximação, e isto porque a realidade é constituída pela infinita interação de complexos¹¹⁴ que tem relações heterogêneas em seu interior e com seu exterior; relações que são por sua vez sínteses dinâmicas de componentes frequentemente heterogêneos, e, portanto, é perfeitamente possível nos apropriarmos das leis mais gerais da economia e a partir dessas leis nos apropriarmos do conhecimento da linha de fundo do seu desenvolvimento histórico tendo o ser social tomado nessa relação no seu movimento histórico.

Para Lukács (1979a, p. 109):

O conhecimento do desenvolvimento de formações passada, da transição entre ela, é naturalmente um conhecimento *post festum*. Também ele depende das modificações qualitativas no

¹¹⁴ Lukács (*apud* LESSA, 2007, p. 85) nos coloca que o ser social exibe um caráter de complexos de complexos, segundo a gênese e o desenvolvimento das esferas ontológicas que não rompem com a unitariedade originária do ser. Portanto, para Lukács (*apud* LESSA, 2007, p. 24) existem três esferas ontológicas distintas: “a inorgânica, cuja essência é o incessante tornar-se outro material; esfera biológica, cuja essência é o repor o mesmo da reprodução da vida; e o ser social, que se particulariza pela incessante produção do novo, por meio da transformação do mundo que o cerca de maneira conscientemente orientada, teleologicamente posta”. Segundo Lessa (2007, p. 25) Lukács ainda destaca que “embora sejam distintas as três esferas ontológicas, estas estão indissolúvelmente articuladas: sem a esfera inorgânica não há vida, e sem a vida não há ser social. E isso ocorre porque há uma processualidade evolutiva que articula as três esferas entre si: do inorgânico surgiu à vida, e, desta o ser social”.

interior do ser social: uma ciência da economia (e sua crítica interna) só pode surgir depois que as categorias puramente sociais, 'enquanto formas de serem determinações da existência' elevaram-se as potências determinantes da vida social, ou seja, depois que havia sido conhecida à inter-relação que regula a direção do seu movimento, o seu ritmo etc.

Para Marx, segundo Lukács (ibid., p. 111), são indispensáveis para o processo cognoscitivo as abstrações e generalizações, e igualmente lhe parece indispensável à especificação dos complexos e das conexões concretas. Em termos ontológicos, especificação significa: examinar a incidência de determinadas leis, de sua concretização, modificação tendencialidade, de sua atuação concreta em concretas situações determinadas, em determinados complexos concretos.

Portanto, para estudar e produzir conhecimento sobre lazer não nos basta possuir uma idéia genérica da sua práxis social. É preciso reconhecer que o conhecimento só pode abrir caminho para o objeto se investigarmos os traços particulares de cada complexo objetivo e que nesse estudo se estabelece pelas relações dos estudos que possamos traçar das categorias da práxis social, trabalho-lazer. Esse processo é desafiador, pois para Marx (apud Lukács, 1979a, p. 111), a dificuldade reside apenas na maneira geral de formular as contradições. Uma vez especificadas, só por isso estão explicadas.

Para Lukács (ibid., p. 111), o significado dessa afirmação ultrapassa o âmbito concreto no qual foi formulada, embora não seja casual o fato de ter sido enunciada a propósito do desenvolvimento desigual. Ou seja:

Se expressa nela algo fortemente característico da antologia marxiana do ser social, ou seja, a presença de dois pontos de vista que formam, porém uma unidade; a unidade – indissociável no plano ideal-analítico, mas indissociável no plano ontológico – entre tendências de desenvolvimento gerais-legais e tendências particulares. A solidariedade ontológica dos processos heterogêneos no interior de um complexo, ou nas relações entre complexos, forma a base de seu isolamento (sempre sob reservas) no pensamento. Do ponto de vista ontológico, portanto, trata-se de compreender o ser-precisamente-assim de um complexo fenomênico em conexão com as legalidades gerais que o condicionam e das quais, ao mesmo tempo, ele parece se desviar.

Esse método, por isso significa de acordo Lukács (1979a, p. 113-114), um *tertium datur* com relação à antinomia, tão desgastada na história da filosofia, entre o racionalismo e empirismo. “Dirigir-se para o ser-precisamente-assim enquanto síntese de momentos heterogêneos que elimina, com efeito, as fetichizações do racionalismo e do empirismo, implantada predominantemente em sentido gnosiológico” (Idem, p. 114).

A fetichização empirista, de construção igualmente gnosiológica, provoca segundo Hegel, citado por Lukács (ibid., p. 114),

uma habitual ternura pelas coisas”, de modo que suas contradições mais profundas e seu vínculo com as legalidades fundamentais são cancelados; e o ser-precisamente-assim cai naquela fetichização objetivista e coagulante que se verifica sempre que os resultados de um processo são considerados apenas em sua forma definitiva e acabada, e não também em sua gênese real e contraditória. A realidade se fetichiza numa ‘irrepetibilidade’ e ‘unicidade’ imediatas, carente de conceito, que muito facilmente podem se transformar num mito irracionalista. Em ambos os casos, as relações das categorias ontológicas são fundamentais como fenômeno-essência e singularidade-particularidade-universalidade são ignoradas, pelo que a imagem da realidade sofre pela excessiva homogeneização privada de tensões, simplificadora e, portanto, deformante.

Ao analisarmos a práxis social lazer, a questão reside na maneira como a sua realidade objetiva é refletida na consciência do ser social e como este se apropria mediante a produção da existência engendrada pela formação econômica capitalista que o fetichiza.

A realidade do lazer se fetichiza numa irrepetibilidade e unicidade imediatas, carentes de conceito mais objetivos, que muito facilmente pode se transformar num mito irracionalista apropriado pelo consumo. Portanto, reconhecer as relações categoriais ontológicas tão fundamentais como essência e fenômeno e singularidade-particularidade-universalidade (produção do conhecimento, trabalho-lazer e trabalho-capital) tão ignoradas pelos estudos do lazer no âmbito dos centros de produção *scrito senso*, são, portanto, fundamentais, pois que, a sua realidade sofre uma excessiva homogeneização privada de tensões, simplificadora, e, por conseguinte, deformante.

O reflexo da realidade objetiva da práxis social lazer, assim como sua apropriação que por intermédio da consciência humana é considerado de múltiplas e complexas maneiras, não é um processo transcendentalmente puro, natural e que se estabelece em todas as suas manifestações históricas de igual maneira. Pelo contrário, na base das relações fundamentais que a consciência guarda com o ser humano concreto (individual e social), o conhecimento do lazer que vem sendo engendrado historicamente, em geral, é sempre um fenômeno que se desenrola em estreita articulação com a produção da existência social real, que implica no viver concreto dos homens e mulheres nas relações sociais que travam na sociedade. Não se trata, portanto, de colocar a práxis social do lazer em processos puramente formais, de estruturas funcionais abstratas, comportando-se infinitamente no quadro de um esquema meramente repetitivo, em inteira independência e com autonomia relativamente voltada a realidade material, mas no reconhecimento de suas condições determinadas e concretas advindas da realidade objetiva produzida pelas relações humanas na luta de classes engendrada por interesses diversos.

O reconhecimento do primado da realidade objetiva em que se determina à práxis social lazer na formação econômica capitalista, no que diz respeito a toda a problemática da gnosiologia, em geral, não nos impõe nesse estudo, apenas o estabelecimento da existência material do objeto enquanto um objeto refletido e que tem um determinado caráter na reflexão, mas nos obriga, a ter dialeticamente em conta as condições concretas em que o próprio processo de conhecimento tem lugar na pós-graduação das universidades brasileiras e nos coloca na necessidade de reconhecer a que interesse do capital atende. Nesse estudo, considerando a análise empírica de pesquisa que realizamos, nos obrigamos a integrar o ato do conhecimento apreendido no processo a realidade objetiva e de apropriação – natural e social – em que se constitui e se encontra integrado.

Portanto, buscamos nesse estudo tratar o próprio processo cognoscitivo desenrolando-o a partir da história da produção pela produção, que nada mais queremos dizer que a necessidade de reconhecimento do desenvolvimento das forças produtivas humanas. A atenção à historicidade da práxis social lazer na relação com o desenvolvimento das forças produtivas e ao desenvolvimento do

gênero humano jamais abandona o critério da objetividade ontológica, que é inerente ao próprio processo da realidade objetiva, já explicada em momentos anteriores.

O que possibilitou o desenvolvimento histórico da concepção de tempo disponível em práxis social do lazer a partir da formação econômica capitalista foi justamente o fato de que a sua apropriação inserida a uma atividade social de consumo gerou a partir da consciência dos homens e mulheres na formação econômica capitalista, novas necessidades e novas forças, faculdades e capacidades. Ou seja, a relação objetivação e a apropriação na incorporação de forças naturais à atividade social, geraram necessidades de novos interesses que vem sendo engendradas por novas objetivações produzidas pelo capital que na sua fase imperialista de dominação se reconstitui continuamente para se manter ativo, operante e dominador da práxis social humana em todas as esferas ontológicas.

Portanto, há um caráter contraditório quando falamos na objetivação e na apropriação da práxis social lazer nas relações domesticadoras da formação econômica capitalista, na medida em que as relações sociais concretas em que estas se realizam têm sido relações de dominação pelos interesses da classe que detém os meios de produção.

A substancialidade em que a classe trabalhadora vem considerando a possibilidade de uma exteriorização / objetivação na práxis social do lazer na formação econômica capitalista¹¹⁵, não tem efetivado qualquer transformação teleologicamente posta do real. A objetivação segundo Lukács (apud LESSA, 2007, p. 42) “designa o processo de conversão da prévia-ideação em objeto concreto, sempre com a transformação de um setor da realidade”. E ainda acrescenta:

A exteriorização é o momento da objetivação pelo qual se substancializa (isto é, torna-se real, efetiva, substancial) a distinção entre um objeto socialmente criado e a consciência que operou a prévia-ideação que está na gênese desse objeto. O sujeito se exterioriza em um objeto ontologicamente distinto de si próprio.

¹¹⁵ Segundo Lukács (apud LESSA, 2007, p. 39) a exteriorização é o momento da transformação da subjetividade sempre associada ao processo de transformação da causalidade, a objetividade.

Da universidade de atividades práticas de produção do ser social que geram as formas ideais para além dos limites da consciência humana no sentido do mundo objetivo, estes dispõem da criação das idéias enquanto formas de apreensão das leis do mundo objetivado pela humanidade.

A exteriorização e apropriação da práxis social lazer pela classe trabalhadora não pode se realizar sem a apropriação das objetivações concretas produzidas ao longo da história social da formação humana. A questão é que essas apropriações têm contradições que ocorrem na forma pela qual se reproduz à alienação decorrente das relações sociais de dominação da classe burguesa. Há um complexo e dinâmico conjunto de relações presentes nas práxis sociais de lazer advindas da formação econômica capitalista, que vêm gerando ao longo da história, a possibilidade da alienação dos homens e mulheres perante suas objetivações, que precisam ser superadas.

O que denominamos de práxis advinda de um tempo disponível, tem uma natureza natural social decorrente da relação dos seres humanos com o trabalho, que tendo ações geradas por outra forma dos seres humanos produzirem o desenvolvimento da natureza da existência, que não a proveniente da formação econômica capitalista, tem possibilidades de produzir enriquecimento às atividades humanas, pois a natureza do desenvolvimento da forma de vida do ser social sempre teve situações ontologicamente definidas, que Lukács (apud LESSA, 1997, p. 91) descreve como:

Em **primeiro lugar**, o desenvolvimento que vai da mais simples às mais complexas formas de sociabilidade tem uma mesma base genética. Ao contrário do que ocorre com os animais, onde novas formas de interação com o ambiente requerem novas determinações genéticas, no mundo dos homens o desenvolvimento da sociabilidade é independente da base genética (ainda que esta independência tenha um limite preciso: sem reprodução da vida não há ser social). Para Lukács, em definitivo, o devir-humano dos homens é puramente social. Em **segundo**, o processo de sociabilização, ao tornar mais complexas as relações sociais, apenas pode prosseguir em seu desenvolvimento, à medida que possibilita a constituição de individualidades crescentemente articuladas e capazes de atos sociais cada vez mais complexos, mediados. O **nexo ontológico entre essas distintas processualidades** (a complexificação das relações sociais e a complexificação das individualidades) é a consciência. É ela o órgão e o médium da continuidade do processo de acumulação que

constitui o devir-humano dos homens. Contudo em sua imediaticidade, a consciência é sempre aquela de indivíduos concretos. Ou seja, à medida que a generalidade humana se eleva a patamares crescentes de consciência, à medida que o gênero humano se constrói cada vez mais como genérico e social, as individualidades necessariamente se complexificam. Elas também elevam o seu nível de autoconsciência. Ao fazê-lo, lançam as bases para, objetivamente e subjetivamente, construir uma distinção cada vez mais acentuada entre a reprodução do indivíduo e a reprodução do gênero humano. [...] Em especial, o surgimento e desenvolvimento do individualismo burguês tem, na reprodução da sociedade contemporânea, uma importância de primeira ordem. (Grifo nosso)

Portanto a relação dinâmica da objetivação e apropriação como processo de reprodução da realidade da práxis social lazer na reprodução da formação econômica capitalista não se separa de forma absoluta da objetivação enquanto produção do novo para determinados interesses de classes.

A compreensão em geral – o saber objetivamente fundado e sistemático – nunca se apresenta como conhecimento estéreo, superior aos tempos e às sociedades, mas sim como formas determinadas - segundo interesses diversos – que concretamente refletem a realidade objetiva em que se inscrevem e sobre o qual exercem um dado tipo de intervenção. Cabe-nos, portanto, na realidade objetiva desse estudo que traçamos, indagar cientificamente para refletir adequadamente, partindo do concreto (o processo histórico objetivo) e visando o concreto (uma compreensão adequada da realidade objetiva). Nesse processo, não podemos deixar de recorrer à abstração e às formas de precisão e de unificação a que a produção do conhecimento lazer nos permite introduzir e apurar no próprio processo real objetivo da investigação a que nos propomos realizar.

Vale destacar, também, que nessa pesquisa, os processos de produção do conhecimento que foram analisados não consideram um abstrato sujeito cognoscente que interage com os estudos do lazer por intermédio de esquemas próprios de um organismo ao estabelecer relações com o meio ambiente. Nossa análise ontológica buscou evidenciar os elementos que configuram a inevitável historicidade da relação entre sujeito e objeto a partir da objetivação e apropriação em que o lazer foi produzido historicamente para

atender a apropriação dos interesses do capital, pois é preciso que reconheçamos que na condição imperiosa do ser social, o mundo objetivo e suas leis são dados não em sua imediaticidade e abstratividade, no isolamento face ao homem e a mulher, mas numa plenitude concreta de realizações possíveis.

Por tudo que expomos o caráter indispensável e nuclear desta tese não advém de qualquer ilusão, intenção ou vontade pessoal de obter racionalizações adequadas a determinados objetivos pragmáticos ou utilitaristas que a práxis social do lazer possa oferecer. Ele decorre, sim, de uma análise aprofundada da relação cognoscitiva e da sua implantação concreta na existência social do ser humano que vem sendo exposta nas produções dos estudos do lazer no Brasil.

Considerando a necessidade de avançar na desmontagem das evidências idealistas em que se encontram assentadas as produções de estudos da práxis social lazer, apresentamos elementos na próxima subseção deste capítulo, que expõe a demanda de uma racionalidade concreta, cuja abordagem crítica consistente repousa uma essencial dimensão de negação da objetividade do lazer enquanto uma práxis social de necessidade humana na formação econômica capitalista.

Para tanto nos valem de dados extraídos do trabalho estranhado e propriedade privada apresentados pelos pensamentos de Marx (2004)¹¹⁶ os “Manuscritos de Paris” que representam o primeiro momento de sua crítica à economia política de Adam Smith, J. B. Say e David Ricardo, apresentado um duplo caráter filosófico e econômico.

¹¹⁶ Na tradução e notas da obra - Manuscritos Econômico-filosóficos -, realizada por Jesus Raniere (doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP), na 1ª. edição de maio de 2004 da Editora Boitempo, é colocada (pela Nota à Edição), a fidelidade que o tradutor estabelece ao texto original em alemão, preservando colchetes para palavras multissignificantes em alemão; o itálico em palavras que Marx destaca para chamar atenção para aquilo que está dizendo. O verbo auxiliar não foi adotado por Marx, ficando a correção a cargo do editor da publicação original que serve de base para esta tradução. Embora tenha sido escrito em Paris em 1844, quando Marx contava com 26 anos, estas anotações não foram publicadas em vida por Marx e permaneceram inéditas por quase cinquenta anos depois de sua morte. O lançamento na União Soviética em 1932 significou uma revolução nos estudos de sua obra.

3.2 ESTRANHAMENTO DA PRODUÇÃO HUMANA: TRABALHO E LAZER ALIENADOS E AS RELAÇÕES COISIFICADAS DE MERCADO¹¹⁷

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas [*Sachenwelt*] aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens [*Menschenwelt*]. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz de fato, mercadorias em geral. Este fato nada mais exprime senão: o objeto [*Gegenstand*] que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranhado*, com um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal [*sachlich*], é a *objetivação* [*Vergegenständlichung*] do trabalho. A efetivação [*Verwirklichung*] do trabalho é a sua objetivação [*Entwirklichung*] do trabalho é a sua *desefetivação*. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado racional-econômico como desefetivação [*Entwirklichung*] do trabalhador, a objetivação *como perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação *como estranhamento* [*Entfremdung*], *como alienação* [*Entäusserung*]. (MARX, 2004, p.80)

A posição que ocupa a relação trabalho-lazer no aparelho produtivo da formação econômica capitalista, em termos singulares na luta de classes e na base sócio-econômica, reveste-se da maior importância para o necessário apuramento concreto das formas estranhadas do homem e da mulher em relação à natureza e a si mesmos, que ideologicamente encontram-se alicerçadas na consciência, e que constituem elementos e fatores de mediação

¹¹⁷ Por termos optado em tratar de dados extraídos da publicação cuja tradução foi realizada pelo doutor Jesus Raniere, professor de Sociologia da Unesp, um estudioso de Marx e autor do livro – A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx (São Paulo, Boitempo, 2001), consideramos importante destacar que este faz uma distinção na tradução entre alienação (*Entäusserung*) e estranhamento (*Entfremdung*), pois segundo seus estudos, os termos ocupam lugares distintos na produção de Marx. Este coloca que “É muito comum compreender-se *alienação* um estado marcado pela negatividade, situação essa que só poderia ser corrigida pela oposição de um estado determinado pela positividade emancipadora, cuja dimensão seria, por sua vez, completamente compreendida a partir da supressão do estágio alienado, esse sim aglutinador tanto do *Entäusserung* quanto de *Entfremdung*. No capitalismo os dois conceitos estariam identificados com formas de apropriação do excedente de trabalho e, consequentemente, com a desigualdade social, que aparece também nas manifestações tanto materiais quanto espirituais da vida do ser humano. Assim, a categoria alienação cumpriria satisfatoriamente o papel de categoria universal que serve de instrumento para a crítica de conjunto do sistema capitalista”. (RANIERE, 2004, p. 15-16)

nas relações que estabelecem, tanto entre si como para a realidade material do ser existente objetivamente¹¹⁸.

Para Marx (2004, p. 106):

Assim como a *propriedade privada* é apenas a expressão sensível de que o homem se torna simultaneamente *objetivo* para si e simultaneamente se torna antes um objeto estranho e não humano [unmenschlich], que sua exteriorização de vida é a sua exteriorização de vida, sua efetivação a negação da efetivação [Entwirklichung], uma efetividade *estranha*, assim a supra-sunção positiva da propriedade privada, ou seja, a apropriação *sensível* da essência e da vida humana, do ser humano objetivo, da *obra* humana para e pelo homem, não pode ser apreendida no sentido da *fruição imediata*, unilateral, não somente no sentido da posse, no sentido do *ter*. O homem se apropria da sua essência omnilateral de uma maneira omnilateral, portanto, como um homem total. (Grifo do autor)

Na condição humana em que vivemos a partir da propriedade privada, cada uma das relações que o homem e a mulher travam com o mundo, tais como ver, ouvir, cheirar, querer, ser ativo, desejar, enfim todos os comportamentos objetivos para com os objetos são apropriação social da efetividade humana advinda de interesses do capital.

Segundo Marx (2004, p. 108), “a propriedade privada nos fez tão cretinos e unilaterais que um objeto somente é o *nosso* [objeto] se o temos, portanto, quando existe para nós como capital, ou é para nós possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós etc, enfim, *usado*”. (Grifo do autor).

O que Marx ressalta é que a vida que efetivamos em nossas objetivações de necessidades está pautada na vida da propriedade privada que ele denomina de trabalho e capitalização. O lugar que ocupa nossas necessidades de sentidos passou a ser ocupado pelo estranhamento de todos nossos reais sentidos, pelo sentido do *ter*, o que nos levou a esta absoluta miséria que alimenta o mercado do capital.

Portanto, Marx (idem, p. 109) coloca que “em sua práxis, os sentidos se tornaram teóricos. Relacionam-se com a *coisa* por querer a coisa, mas a coisa mesma é um comportamento *humano objetivo* consigo próprio e com o

¹¹⁸ O problema da relação entre alienação, estranhamento e consciência, nunca pode ser examinado isoladamente, mas em constante contraste com outras abordagens filosóficas do problema, pois que este ocupa um lugar determinado no sistema das atividades humanas mais diversas.

homem, e vice-versa”. Ou seja, em termos teóricos, o homem e a mulher somente poderiam relacionar-se humanamente com as coisas, se somente se, as coisas se relacionassem humanamente com os seres humanos, pois com todos os sentidos os seres sociais são afirmados no mundo objetivo. Se essa relação não se concretiza na formação econômica capitalista é porque há nessa objetivação humana do trabalho, um produto da sua criação estranhada que o aliena.

Na realidade objetiva do capital, o modo peculiar da objetivação da práxis social lazer, vem sendo engendrada com alienação para uma determinada subjetividade, que não atende a riqueza subjetiva da essência humana, que passa pelo desenvolvimento dos sentidos próprios da natureza humana, que se confirmam como forças essenciais da riqueza da sensibilidade. Essa realidade é objeção socioeconômica à realização humana, considerando que historicamente vem determinando o conteúdo essencial do conjunto das exteriorizações que geram a nossa sociabilidade e isso porque o trabalho é uma determinação do advento da propriedade privada.

Conforme Marx (2004, p. 110):

A formação dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história do mundo até aqui. O sentido constrangido à carência prática rude também tem apenas um sentido tacanho. Para o homem faminto não existe a forma humana da comida, mas somente a sua existência abstrata como alimento; poderia ela justamente existir muito bem na forma mais rudimentar, e não há como dizer em que esta atividade de se alimentar se distingue da atividade animal de alimentar-se. O homem carente, cheio de preocupações, não tem nenhum sentido para o mais belo espetáculo; o comerciante de minerais vê apenas o valor mercantil, mas não a beleza e a natureza peculiar do mineral; ele não tem sentido mineralógico algum; portanto, a objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, é necessária tanto para trazer humanos os sentidos do homem quanto para criar sentido humano correspondente à riqueza inteira do ser humano e natural.

Portanto, tanto pelo movimento da propriedade privada e da sua riqueza, como da sua miséria (materiais e espirituais), as bases da formação econômica capitalista encontra o material necessário para a sua formação contínua, produzindo historicamente a essência do ser para atender aos seus interesses, assim como, produzindo o homem e a mulher na total riqueza que engendra a sua essência.

Segundo Marx (2004, p. 81) “na determinação de que o trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho [com] um objeto *estranho* estão todas essas conseqüências”. Tanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais se torna a realidade do mundo alheia a si, tornando-se pobre seu mundo interior, pertencendo cada vez menos a ele mesmo. E afirma: “O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mais agora ele não pertence mais a ele, mas sim ao objeto”.

Em Marx (idem, p. 81),

a *exteriorização* (Entäusserung) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência *externa* (*äussern*), mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe *fora dele* (*ausser ihm*), independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (Macht) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha.

Nessa realidade o trabalhador ao se apropriar do mundo externo, da natureza sensível, por meio de seu trabalho, tanto mais ele se priva dos meios de usufruir da vida, pois segundo Marx, há um duplo sentido nesse pressuposto: “primeiro, que nem sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um meio de vida de seu trabalho; segundo, que [o mundo exterior sensível] cessa, cada vez mais, de ser *meio de vida* no sentido imediato, meio para a subsistência física do trabalhador”.

Nessa perspectiva em que o trabalhador se aprisiona, este se torna um servo do objeto que cria com seu trabalho, tanto na condição de trabalhador, como na condição de sujeito físico e social.

No estranhamento do trabalhador em seu objeto, Marx (2004, p. 82) ressalta que:

O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador, que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna, quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador.

Ao ocultar o estranhamento na essência do trabalho porque não considera a relação imediata entre o trabalhador (o trabalho) e a produção, na formação econômica capitalista, o trabalho abastece de riquezas a classe burguesa e gera privações para a classe trabalhadora operária. Essa realidade nós reconhecemos no cotidiano de nossas relações com o mundo, em dados que nos chocam no cotidiano da nossa existência.

No ato da produção, que é a relação imediata do trabalho com seus produtos, gerada pela relação do trabalhador com os objetos da sua produção, Marx (2004, p. 82) ressalta que “o produto do trabalho é a exteriorização, então a produção mesma tem de ser a exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização”. Nessa condição, a exteriorização do trabalho se apresenta com as seguintes facetas:

Primeiro, que o trabalho é *externo (äusserlich)* ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito. [...] O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autosacrifício, de mortificação.[...] Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos etc, e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano animal. (MARX, 2004, p.83)

Uma terceira determinação do trabalho estranhado e que se estende para a práxis social lazer se estabelece a partir da concepção de que Marx (2004, 83-84) afirma ser o homem um ser genérico (*Gattungswesen*)¹¹⁹.

Na medida em que o trabalho é estranhado, o homem estranha a vida genérica, assim como a vida individual e faz desta condição da existência individual, em sua abstração, um fim para a sua vida genérica, e isso porque o trabalho, enquanto atividade vital, vida produtiva aparece na formação

¹¹⁹ Segundo Marx (2004, p. 84): “A vida genérica, tanto do homem quanto no animal, consiste fisicamente, em primeiro lugar, nisto: que o homem (tal qual o animal) vive da natureza inorgânica, e quanto mais universal o homem [é] do que o animal, tanto mais universal é o domínio da natureza inorgânica da qual ele vive. Assim como as plantas, animais, pedras, ar, luz etc, formam teoricamente uma parte da consciência humana, em parte como objetos da ciência natural, em parte como objeto da arte – sua natureza inorgânica, meios de vida espirituais, que ele tem de preparar prioritariamente para a fruição e para a digestão -, formam também praticamente uma parte da vida humana e da atividade humana”. Portanto a universalidade do homem aparece enquanto um meio de vida imediato, considerando que ela é objeto/matéria e ao mesmo tempo, instrumento de sua atividade vital.

econômica capitalista, como um meio para a satisfação de uma carência que é a necessidade de manutenção da existência física, sem reconhecer que a vida produtiva é a vida genérica. Para superar essa condição é preciso que o homem e mulher façam da atividade vital, um objeto de sua vontade, realização de existência e da consciência.

O trabalho estranhado (exteriorizado) inverte essa relação não permitindo que o homem e a mulher possam se reconhecer enquanto seres genéricos, pois o objeto do trabalho é, portanto a objetivação da vida genérica, da essência humana.

Marx (2004, p. 86) coloca que: “Na relação do trabalho estranhado cada homem considera, portanto o outro segundo o critério e a relação na qual ele mesmo se encontra como trabalhador”. E esclarece que:

O meio pelo qual o estranhamento procede é [ele] mesmo um [meio] *prático*. Através do trabalho estranhado o homem engendra, portanto, não apenas sua relação com o objeto e o ato de produção enquanto homens que lhes são estranhos e inimigos; ele engendra também a relação na qual outros homens estão para a sua produção e o seu produto, e a relação na qual ele está para com estes outros homens. Assim como ele [engendra] a sua própria produção para a sua desefetivação (*Entwirklichung*), para o seu castigo, assim como [engendra] o seu próprio produto para a perda, um produto não pertencente a ele, ele engendra também o domínio de quem não produz sobre a produção e sobre o produto. Tal como estranha de si a própria atividade, ele apropria para o estranho (*Fremde*) a atividade não própria deste.

Essa relação do trabalhador com o trabalho gera a relação do capitalista (o não trabalhador) e gera a propriedade privada, assim como o salário¹²⁰, pois este é uma consequência imediata do trabalho estranhado. Sendo assim, o trabalho estranhado é a causa imediata da propriedade privada.

A partir do conceito de trabalho estranhado, alienado / exteriorizado e propriedade privada em que levantamos nos estudos em Marx, podemos reconhecer todas as categorias da formação econômica capitalista que têm na essência a expressão determinada e desenvolvida dos fundamentos destas

¹²⁰ O salário, segundo Marx (2004 p. 92) “pertence, pois, aos *custos* obrigatórios do capital e do capitalista e não deve ultrapassar a necessidade dessa obrigação”.

duas categorias básicas que asseguram essencialmente toda a força que impera o capital no mundo.

Nessa condição humana a que nos regemos, Marx (2004, p. 92) ressalta que

a produção produz o homem não somente como *mercadoria*, a *mercadoria humana*, o homem na determinação da *mercadoria*; ela o produz, nesta determinação respectiva, precisamente como um ser desumanizado (*entmenschetes Wesen*) tanto *espiritual*, quanto corporalmente – imoralidade, deformação, embrutecimento de trabalhadores e capitalistas. Seu produto é a mercadoria consciente-de-si e auto-ativa, ... a mercadoria humana.

Nessa condição de prostituição¹²¹ em que a manifestação da produção e consumo em que vivemos é decorrente do movimento da propriedade privada, imediatamente sensível, e a expressão material-sensível da vida humana é alienada, suas formas particulares de manifestação na vida social também ocorrem nas relações efetivas deste estranhamento.

Portanto, o caráter social é também o caráter universal de todo movimento da produção na formação econômica capitalista. Pois, assim como a sociedade produz o homem e a mulher enquanto seres produtores, estes também são produzidos pelo modo de produzir as relações da vida. As práxis sociais advindas das relações de trabalho, tais como a fruição e seu conteúdo, são também modos de existência segundo a atividade social e a fruição social, mesmo que a reconheçamos advindas da efetividade estranhada do trabalho.

Quando tratamos do trabalho-lazer, enquanto práxis que poderiam expressar a riqueza da sensibilidade humana subjetiva, não podemos assim reconhecer, quando os identificamos provenientes da formação econômica capitalista; nossos sentidos práticos, nossos sentidos humanos não se apresentam numa humanidade de sentidos para uma produção de existência genérica, natureza humanizada, coletivizada, mas para uma natureza individual, mercadológica, de consumo. Estas práxis são provenientes, portanto, da propriedade privada dos capitalistas, que não só detém os meios

¹²¹ Para Marx (2004, p. 107) “a prostituição é somente uma *expressão* particular da prostituição universal do *trabalhador* e, posto que a prostituição é uma relação na qual entra não só o prostituído, mas também o prostituidor – cuja infâmia é ainda maior – assim cai também o capitalista etc, nessa categoria.

de produção, mas também de consumo dos sentidos objetivados para a fruição humana.

Assim como pelo movimento da propriedade privada e do trabalho estranhado e da sua mesquinha riqueza produzida que gera para milhões de trabalhadores a sua miséria, a formação econômica capitalista produz também o ser social manipulado enquanto mercadoria barata e disponível, cujo tempo disponível do trabalho estranhado é controlado e vigiado para alimentar a lógica da propriedade privada. Essa condição práxis de existência desse tempo é reafirmamos ser lazer.

Portanto, na medida em que a essencialidade do ser humano e da natureza se tornaram prisioneiras pelo estranhamento da produção desenvolvida pelo homem e pela mulher, enquanto possibilidades de manutenção da existência, o trabalho-lazer em sua relação prática é uma necessidade de segunda ordem na manutenção dos interesses do capital. Um e outro são simultaneamente comprometidos numa relação de interdependência, enquanto o trabalho é que gera a subsistência necessária a manutenção da vida e o lazer representa a existência da vida quando o trabalho cessa. Ambos encontram-se prisioneiros das relações de mercadoria que alimentam os interesses da propriedade privada – o capital.

A superação dessa realidade por outra via de possibilidades do homem e da mulher produzir a existência do trabalho-lazer não mediado pela propriedade privada é assumindo a posição do comunismo¹²². Esta é a realidade de uma possibilidade necessária e o princípio vital de novas relações de formação societária do futuro próximo. Somente assim a forma social determinada pela atividade humana produtiva capitalista que obtém e alimenta o crescente valor do mundo das coisas para ter, ao preço do sacrifício das relações vitais de milhões de seres humanos, é possível de ser superada.

Com este capítulo buscamos alcançar complexas mediações, em distintos níveis de generalizações histórico-filosóficas possíveis de serem objetivadas pelo esforço do trabalho teórico de revisão dos escritos de Marx, que nos permitiram chegar às conclusões provisórias, mas certamente confiáveis tanto sobre as formas ideológicas específicas em questão levantadas, como sobre a forma dada, historicamente concreta da formação econômica capitalista em sua essencialidade de dominação sobre o trabalho.

¹²² Conforme Marx (2007, p. 114) o “comunismo é a posição como negação da negação, e por isso o momento efetivo necessário da emancipação e da recuperação humanas para o próximo desenvolvimento histórico”.

O recorte teórico realizado sobre a categoria propriedade privada nos foi fundamental para compreender o determinismo econômico do trabalho-lazer estranhados e apropriados para atender ao mercado de consumo do capital, pois uma vez objetivados a esses interesses, as relações sociais possíveis de serem consideradas pela vida genérica humana, estranham, se alienam. A distância entre a relação social objetivamente existente e a subjetividade que se encontra na base dos atos teleológicos humanos ao se fundirem nas práxis sociais, exibem uma não autonomia do trabalho-lazer frente aos interesses dos trabalhadores.

Consonante a possibilidade de eleger a práxis social lazer enquanto uma necessidade humana se faz necessário reconhecer a sua exteriorização produzida na relação com trabalho alienado, que apenas pode ser superado com a superação da ordem social e econômica produzida pelo capital. E isso, reafirmamos, só é possível no movimento total da história no retorno do homem para si, na superação da propriedade privada e da divisão do trabalho, ou seja, na superação da privatização da vida genérica. Não somente superando a consciência alienada, mas também a consciência de ser alienado sob todas as formas possíveis é que criamos nas bases objetivas concretas uma consciência de positividade.

Para construir essa positividade não podemos recorrer a esfera da abstração, porque ela é considerada como uma realidade potencial – uma esfera de potencialidade efetiva e absoluta; mas podemos recorrer as contradições práticas na unidade dos opostos (vida pública - vida privada; produção – consumo; fazer – pensar; meios – fins), na apropriação humana sensível ou da afirmação do comunismo, que segundo Marx (2004, p. 103) é “finalmente a expressão *positiva* da propriedade privada supra-sumida, acima de tudo a propriedade privada *universal*. Para tanto é preciso, portanto, uma reconciliação, como diz Engels, da “humanidade com a natureza e consigo mesma”.

A práxis social lazer enquanto um tempo disponível não controlado pelo capital é um tempo para descanso e para as atividades livres de coerções, que transformará de forma natural aquele ou aquela que dele gozar, em indivíduos diferentes e esta é uma possibilidade concreta que se apresentará à práxis do tempo livre no processo de produção do comunismo.

Considerando o exposto, avançamos no próximo capítulo em tratar da universidade, formação de professores, pós-graduação e produção do conhecimento do lazer no Brasil, considerando a natureza histórica, contradições, objetivações, produtividade da pós-graduação, a ética. Enquanto dados da realidade apresentamos os estudos e pesquisas do lazer no Brasil.

Capítulo IV

4. UNIVERSIDADE, PÓS-GRADUAÇÃO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO LAZER NO BRASIL: A NATUREZA HISTÓRICA DA REALIDADE ADVINDA DAS FORÇAS DO IMPERIALISMO CAPITALISTA MUNDIAL

As idéias (*Gedanken*) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é que a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que elas sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante. [...] na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores das idéias; que regulem a produção e a distribuição das idéias de seu tempo, e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época. (Marx e Engels, 1999, p. 72)

Nesse capítulo expomos elementos para contribuições às análises e ao debate sobre as razões acadêmicas, políticas, financeiras que conduziram as universidades públicas brasileiras ao desolador quadro de realidade, que alimenta historicamente a produção do conhecimento em favor da força produtiva da classe dominante; essa força assegura a incorporação dos processos produtivos que aumentam a acumulação do capital, assim como, garantem as condições precárias que as perpetuam na América Latina e especificamente no Brasil¹²³.

A lógica da formação econômica capitalista vem progressivamente sendo aplicada nos campos da educação básica e superior e pode ser caracterizada como um instrumento disciplinador e ordenador dos interesses

¹²³ Considerando que os interesses dominantes que alimentam a produção do conhecimento científico partem da classe dominante capitalista, é preciso que reconheçamos o que Marx e Engels (2001, p. 41), em 1948 afirmavam: “Não surpreende, então, que a consciência social das épocas passadas, apesar de toda multiplicidade e da variedade que exhibe, mova-se dentro de certas formas comuns, as idéias gerais, que não podem desaparecer completamente, exceto com o desaparecimento total dos antagonismos de classe. A revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações de propriedade tradicionais. Não surpreende que seu desenvolvimento envolva a ruptura mais radical com as idéias tradicionais”.

do mercado que alimenta o capital privado. O que se afasta deste estrito cânone de análise pode ser considerado como especulação não científica e apenas subjetiva.

A capacidade que institui objetivamente a formação dos universitários latino-americanos para não criticar e lutar contra as injustiças e opressões advindas da realidade cruel do capital, alimenta processos de produção de conhecimentos que atendem a ordem social existente, em que estruturas disciplinadoras destas universidades, afirmadas pelo parcelamento burocrática dos saberes da classe dominante tendem a acentuar a cientificização das bases teóricas que asseguram a organização liberal ocidental.

A formação profissional, a investigação, a carência teórica das produções dos textos que circulam nas salas de aula no trabalho pedagógico, os espaços e conteúdos em que se realizam as pós-graduações, as propostas de avaliação, apontam para a privatização universitária que tem impacto direto nas condições do trabalho pedagógicas da produção intelectual.

Considerando que as privatizações supõem um ajuste profundo em matéria de investimentos governamentais, o que ocasiona uma brutal precarização das condições de trabalho voltadas às pesquisas, levantamos elementos que comprovam que há uma cooptação das produções para atender a metas quantificáveis de produtividade. Para tanto, reconhecemos fatos e dados apresentados por estudos realizados por Gentili (2001), Taffarel (2008) e Santos (1998).

Nas condições em que se apresenta a objetividade exteriorizada da educação superior e sua produção, apresentamos também nesse capítulo, sucintamente, como historicamente a pós-graduação vem se instalando no Brasil, em vista a uma determinada ética privativista e destacamos elementos de como ocorre a sua viabilização neoliberal em favor da cooptação para a quantificação das produções em todas as áreas do conhecimento. Para finalizar o capítulo, expomos resultados de estudos e pesquisas sobre a produção do conhecimento lazer, considerando as bases científicas do início do século XX e contradições que essa produção estabelece na formação de professores de Educação Física.

4.1 UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA: CONTRADIÇÕES EM SUA OBJETIVAÇÃO E APROPRIAÇÃO PELO CAPITAL

Consoante com o historiador Eric Hobsbawm (2008) reafirmo conforme suas palavras que: *É tempo de restabelecer a coalizão daqueles que desejam ver na história uma pesquisa racional sobre o curso das transformações humanas, contra aqueles que a deformam sistematicamente com fins políticos e simultaneamente, de modo mais geral, contra os relativistas e os pós-modernos que se recusam a admitir que a história oferece essa possibilidade.* Essa possibilidade histórica é que a ciência seja efetivamente colocada a serviço da humanidade, das transformações sociais, o que implica a revolução na formação econômica. Isto exige um radical enfrentamento às teorias contra-revolucionárias – o irracionalismo, o pós-modernismo, os “giros” idealistas. Identificá-las, combatê-las, superá-las em uma época de crise estrutural global do capital, uma época histórica de transição da ordem social existente para uma qualitativamente diferente não é pouca coisa. (TAFFAREL, 2008, f. 4)¹²⁴

A lógica da produção do conhecimento e poder se interpenetram na sociedade do capital em todos os níveis da esfera pública aos interesses do mercado, redefinindo o papel do público nas universidades. Esta condição prisioneira em que a universidade pública brasileira encontra-se na realidade atual, coloca-a numa contradição de natureza ética: uma instituição pública de atribuições que demandam a classe trabalhadora e que é ao mesmo tempo dominada pela lógica de mercado que constitui o poder capitalista, sem autonomia acadêmica de reconhecimento público de sua legitimidade.

A dinâmica perversa que alimenta essa realidade durante as duas últimas décadas são os regimes neoliberais estabelecidos na América Latina, tanto por governos civis, como por militares, que promoveram profundas reestruturações em seus sistemas de educação. Esse processo, cuja primeira etapa conclui-se na década de 90 do século passado, segundo Gentili (2001, p. 98) ocorreu em função de uma série de medidas, que para além das especificidades locais, mostraram-se comuns à região e podem ser apontadas a partir de três medidas: 1. Ajuste da oferta (redução do investimento público

¹²⁴ Esse trecho é parte de um ensaio produzido pela doutora Celi Taffarel para um debate do evento científico produzido no III Seminário de Epistemologia e Teoria da Educação – EPISTED e IV Colóquio de epistemologia - GTT do CBCE, ocorrido no período de 9 a 11 de dezembro de 2008, na Faculdade de Educação da UNICAMP.

aos serviços educacionais gerando conseqüências graves e deterioração da infra-estrutura e na condição de vida dos trabalhadores docentes e não docentes); 2. Reestruturação jurídica do sistema (renovação dos fundamentos normativos mediante aprovação de leis gerais da educação, específicas nas quais as reformas foram se ajustando); 3. Profunda redefinição do papel do Estado, do ponto de vista aos interesses educacionais, que se distanciou da função social de educar, assumindo o papel de agência fiscalizadora a partir de indicadores de eficácia, de eficiência e produtividade).

Essas medidas ocasionaram impacto direto sobre todos os níveis de ensino, gerando para os interesses do capital uma forte reconfiguração das fronteiras entre o público e o privado na educação latino-americana.

No marco dos balanços e avaliações das políticas neoliberais de educação, que se pautaram de naturezas compensatórias, focais, assistencialistas, o que reconhecemos é o total fracasso. A universalidade e a qualidade da educação básica e superior anunciada pelo Estado a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, não alcançou resultados satisfatórios para a classe trabalhadora, bem como a formação de professores não vem atendendo as demandas nacionais.

No que diz respeito à universidade pública, amplia-se o estado de sua precarização para fortalecer o crescimento da oferta privada que tendeu, segundo Gentili (2001, p. 99) a

beneficiar triplicemente da crise que atravessa a universidade pública: por um lado, canalizando e captando para si boa parte do aumento da demanda pela educação superior; por outro, desfrutando das vantagens oferecidas por administradores que, mediante regulação pseudoliberalizadora, autorizaram a criação de dezenas de novas instituições, transformando a educação superior em um verdadeiro (super)mercado de títulos de cursos; finalmente, beneficiando-se, do que respeita a algumas dessas instituições, de recursos financeiros diretos ou indiretos, concedidos por governos que sistematicamente demonstraram mais generosidade com o *lobby* empresarial que controla a educação superior privada, do que com os reclamos da comunidade acadêmica que atua nas instituições públicas.

Está assim, instituída a determinação dos interesses que mobilizam e efetiva o processo de reestruturação universitária, atualmente tão propagada pelos governos neoliberais que tendem a criar um estado de profunda

precarização que coloca em questão o caráter público por também, redefinirem a função social que estas deveriam exercer, considerando as necessidades da classe trabalhadora.

Essa condição em que vêm se colocando as universidades públicas tem uma dinâmica que segundo Gentili (2009, p. 100), tem relevância em dois níveis entrelaçados:

1) O da nova *articulação institucional* (produto da deterioração das condições do trabalho docente, da mercantilização do sistema de pós-graduação e da privatização da agenda científica); 2) o da *reconversão intelectual* do campo acadêmico (que bloqueia as condições de produção de um pensamento autônomo e crítico sobre a realidade social e, especificamente, sobre a realidade educacional).

Para expor elementos de análise desses dois níveis, avançaremos em apresentar, nas subseções que seguem a essas considerações preliminares, as contradições subjacentes a objetivação e apropriação da universidade pública brasileira mediante o domínio do capital, que em sua fase de crise mais aguçada, encontra nestas instituições públicas um celeiro fértil para impor suas teorias idealistas, reacionárias e antirevolucionárias.

4.2 A PRODUTIVIDADE ACADÊMICA DA PÓS-GRADUAÇÃO: A CONTRADIÇÃO DA UNIVERSIDADE NA COOPTAÇÃO PARA A QUANTIFICAÇÃO

Várias forças atuam interna e externamente para que as universidades públicas e especialmente as federais venham alterando suas relações ao longo da história com a classe trabalhadora. Os campos universitários, espaços de luta, ou seja, *lócus* em que ocorrem relações de força, monopólios, interesses e lucros, além de assegurarem em dados momentos, espaço de resistência, acima de tudo, vêm se apresentando como um campo de tensões e contradições mediante as múltiplas determinações e conflitos presentes no processo de reestruturação da educação superior.

As forças dominantes do capital regem mudanças que alteram radicalmente a natureza, o caráter ético e moral¹²⁵ dos valores e as finalidades das universidades públicas, que embora tenham focos localizados de resistência para garantir sua natureza e identidade de autonomia universitária, acabam por compactuar com novas estratégias que são em grande medida compactuadas com o mundo do mercado, com os interesses econômicos da formação econômica capitalista.

Mediante as estratégias de conservação ou de subversão da ordem instituída, no Brasil, os processos de ajustes de determinados interesses éticos prevalecem sobre os de resistência considerando as forças do processo de desmonte do modelo único.

Para entender com mais clareza o significado das mudanças que vêm sendo consolidadas na educação superior pública no Brasil nos últimos anos, é preciso reconhecer o que significam as reformas que vêm sendo engendradas, nos últimos anos, ao definir os setores que compõem o Estado, em que designado como um desses setores como “Setor de Serviços não exclusivos do Estado” e nele colocou a Educação, a Saúde e a Cultura. Para Taffarel e Casagrande (2005, p. 1), essa localização da educação no setor de serviços não exclusivos do Estado significou: 1) que a Educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada como um serviço; 2) que a Educação deixou de ser considerado um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado; 3) definiu a

¹²⁵ Segundo Vázquez (1969, p. 1) a ética deve ter suas raízes no fato da moral, como sistema de regulamentação das relações entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade. Para Vázquez: “Os problemas éticos caracterizam-se pela sua generalidade e isto os distingue dos problemas morais da vida cotidiana, que são os que se apresentam nas situações concretas”. “[...] se a ética revela uma situação entre o comportamento moral e as necessidades e os interesses sociais, ela nos ajudará a situar no devido lugar a moral efetiva, real, de um grupo social que tem a pretensão de que seus princípios e suas normas tenham validade universal, sem levar em conta necessidades e interesses concretos”. (Idem, p. 10). “A moral possui, em sua essência, uma qualidade social. Isso significa que se manifesta somente *na* sociedade, respondendo às suas necessidades e cumprindo uma função determinada nela. [...]. Assim, a moral cumpre uma função social bem definida: contribuir para que os atos dos indivíduos ou de um grupo social desenvolvam-se de maneira vantajosa para toda a sociedade ou para uma sua parte.” [...] “O ato moral implica, assim, na consciência de um fim e a decisão de realizá-lo. Mas esta decisão pressupõe, por sua vez, em muitos casos na escolha entre outros. A pluralidade de fins exige, de um lado, a consciência da natureza de cada um deles e, ao mesmo tempo, a consciência de que, numa determinada situação concreta, um é preferível aos demais, o que significa também um resultado ideal, ainda não efetivado, é preferível a outros possíveis”. (Idem, p. 52-63).

Universidade como uma “Organização Social” e não como uma “Instituição Social”¹²⁶.

Com esta estratégia é aniquilado o preceito constitucional previsto na Constituição Brasileira em seu Art. 207 que se refere à autonomia das instituições de ensino superior. Para Taffarel e Casagrande (2005, p. 4), cria-se definitivamente a lei infraconstitucional que coloca no marco da lei menor o que deve ser garantido pela lei maior. Com este processo de desconstitucionalização provavelmente teremos, no plano jurídico, mais uma vez, medidas de caráter anticonstitucional sendo encaminhada pelo executivo e apoiadas pelo legislativo.

Taffarel e Casagrande (2005, p. 1) ao analisarem em 2005 o Anteprojeto da Lei da Educação Superior, em vigência, já identificavam 30 armadilhas que, por baixo do discurso do Ministro da Educação em que falava de participação e democracia, já estava definitivamente consolidado este novo marco regulatório do qual já constam: a Lei de Inovação Tecnológica, A Lei sobre as Fundações, o ProUni, o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do ensino Superior, o PPP – Programa Público Privado, a Lei de Responsabilidade Geral e os dispositivos de Desvinculação de Recursos da União (DRU) que anualmente retira recursos da educação.

Segundo Pinheiro (2004, p. 29):

O processo de privatização interna ou por dentro da Universidade Pública e a subordinação da instituição às leis e forças econômicas do mercado, como caminhos percorridos e estimulados por políticas governamentais, na reforma neoliberal das instituições de ensino superior, são, em conexão com a ideologia e as mudanças culturais e materiais que os acompanham, como um câncer, em plena atividade no

¹²⁶ Conforme Taffarel e Casagrande (2005, p.1): Uma “organização” difere de uma “instituição” por definir-se por uma prática social determinada por sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas idéias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. Por ser uma administração, é regida pelas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso que para a instituição social universitária é crucial – A autonomia intelectual científica acadêmica, é, para a organização, um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) por que, para que e onde existe. A organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos pólos da divisão social – o pólo do capital -, e seu alvo não é responder às contradições e sim vencer a competição com seus supostos iguais, ou seja o outro pólo – o trabalho.

organismo, corroendo, por dentro, tudo, inclusive as células vivas e sadias que geram a resistência.

Dentre as estratégias vigorosas operadas por diversos mecanismos de governo, numa engrenagem bem arquitetada está a manipulação da pós-graduação para inibir a produção do conhecimento, capaz de confrontar o cerceamento à liberdade intelectual, a destruição da sociabilidade acadêmica, a subordinação da universidade pública ao poder político e econômico, o desprezo pela reflexão crítica, a desqualificação do processo de produção científica. Para Pinheiro (2004, p. 87) tal intervenção diabólica do Estado requer, sobretudo o silêncio complacente e cúmplice da universidade diante de uma ordem que a esmaga, destrói a própria sociabilidade acadêmica e aprofundam na sociedade, assim como na própria universidade, as contradições sociais da sociedade de classes, as políticas individuais de interesses personificados e intensifica uma ética que dá sinais do ser social estar cada vez mais a caminho da barbárie¹²⁷.

Os passos que vêm sendo dados na pós-graduação para a concretização do trabalho intelectual ocorrem pela viabilização de uma política de produção, cuja avaliação dessa produção tem um conceito de produtividade importado do mundo empresarial. Nas relações que traça a universidade com o mercado, que vem se estreitando cada vez mais, associa-se à captação externa de recursos financeiros, em que se observa à venda de serviços,

¹²⁷ Segundo dados extraídos do Jornal Estado de São Paulo, em 05/2/2008, 56% das universidades brasileiras federais não têm número mínimo de cursos na pós-graduação, que segundo o Conselho Nacional de Educação – CNE seria a instituição manter três mestrados e um doutorado. Das *177 universidades brasileiras*, *56% delas* não chegam a ter um curso de doutorado e três de mestrado, requisito considerado mínimo por especialistas para que ostentem essa classificação. Nas instituições particulares, a situação é ainda pior. Apesar de representarem quase a metade de todas as universidades brasileiras, *70%* das privadas não têm pós-graduação. A ausência de, pelo menos, um doutorado significa, na prática, que a instituição dificilmente realiza trabalhos de pesquisa e extensão que justifiquem ser considerada uma universidade. Na descrição de uma instituição que chega a esse grau está prevista justamente a necessidade de aliar ensino, pesquisa e extensão. Dos *1.146 programas de doutorado* registrados hoje pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *apenas 118* estão em instituições privadas de ensino. Dos novos cursos, avaliados no ano passado, apenas 2 dos 18 são em universidades particulares. A grande maioria está nas federais. Mesmo assim, nem aí a situação é confortável: *15 das 53 federais* não têm os três mestrados e um doutorado, considerando o mínimo pelo CNE.

trazendo de forma explícita e de forma avassaladora a disputa e redistribuição de poderes dentre das universidades. Uma das vias em que essa redistribuição ocorre está o processo de privatização interna, sempre com o poder centralizador.

Conforme Pinheiro (2004, p. 88), em tal lógica, os recursos oficiais de financiamento estão dirigidos ao propósito de disciplinar os docentes, produtores de conhecimento ao reordenamento do trabalho acadêmico a partir de pressupostos estranhos à própria prática do trabalho pedagógico docente historicamente objetivado. O vínculo entre avaliação da produtividade e a captação ou obtenção de recursos financeiros interfere diretamente na autonomia universitária, restringindo-a tanto no que se refere à criação e manutenção de cursos de formação, quanto à própria liberdade e independência que precisa ter os pesquisadores para serem capazes de produzir conhecimentos científicos que possam gerar a crítica ao real e a possibilidade de produzir ciência que não seja amordaçada e censurada¹²⁸.

A lógica imperante na universidade vem se colocando em processo de reforma – que sofre a asfixia financeira da desresponsabilização do Estado, gerando e aprofundando a subordinação aos interesses das forças da economia capitalista e as suas leis de mercado. A dinâmica que determina essa realidade que é requerida pela produtividade vai efetivando e condicionando o trabalho pedagógico, o conteúdo de ensino, o tempo pedagógico e os objetos de estudo das produções científicas nos programas de pós-graduação.

Sobre a importância do caráter que o conhecimento produzido, em todos os aspectos da vida humana, vem sendo concebido desde o final do século passado, Milton Santos (1998, p. 55) coloca:

É, curiosamente, também, um momento em que, ao mesmo tempo, escasseiam os verdadeiros intelectuais e a época em que uma vida genuína se torna mais difícil. Aumenta exponencialmente a demanda de conhecimentos específicos dirigidos a ações pontuais e utilitárias, enquanto a demanda de

¹²⁸ Conforme Vázquez (1969, p. 129): “Os valores morais existem unicamente em atos ou produtos humanos. Tão-somente o que tem um significado humano pode ser avaliado moralmente, mas, por sua vez, tão-somente os atos ou produtos que os homens podem reconhecer como seus, isto é, os realizados consciente e livremente, e pelos quais se lhes pode atribuir uma responsabilidade moral. Nesse sentido, podemos qualificar moralmente o comportamento dos indivíduos ou de grupos sociais, as intenções de seus atos e seus resultados e conseqüências, as atividades das instituições sociais etc”.

reflexão fica em baixa, substituída por um manancial de respostas ideológicas que a grande mídia se incumba de difundir e fazer acreditar. Em outras palavras, impõe-se a precedência do saber técnico sobre o saber filosófico e a figura do sábio é frequentemente substituída pela do *expert*.

Essa reflexão de Milton Santos nos leva a reconhecer na pesquisa que realizamos nesse estudo, que existe uma relação de causa e efeito produzido pela fenomenologia que impera nas produções da pós-graduação nas universidades brasileiras, em que coloca que:

[...] pelo fato de que as respectivas ações são praticamente todas precedidas de idéias, cuja gestação incumbe aos homens de ciência, nas universidades e nos laboratórios. São idéias de novos produtos, novas relações, novas formas de comunicação, necessárias à construção de novos objetos, mas também, mediante a informação, de novas formas de convicção, de modo que as novas coisas e as novas relações sejam legitimadas e aceitas, mesmo que careçam de sentido. Assim, enquanto se diz que o fim do século aboliu as ideologias, a realidade é que nunca foram produzidas em tão larga escala, porque sem elas as novidades não seriam consumidas e o sistema hegemônico atual ficaria sem sustentação. [...] Quando se diz que alcançamos o fim das utopias é exatamente para que se renuncie a buscar outros caminhos. Em suma, a globalização, na sua forma perversa atual, não pode sobreviver senão pela produção concomitante de novidades e da respectiva ideologia, com a qual são aceitas e difundidas. (SANTOS, 1998, p. 56)

Taffarel (2008, p. 5), em estudo já citado acima, destaca a necessidade de compreendermos como se dão as mediações de segunda ordem na produção científica, e em que devemos considerar suas manifestações concretas:

as condições de vida da classe trabalhadora, que é a única capaz de produzir a riqueza (material e espiritual), e que enfrenta, em sua atividade produtiva, dificuldades extremas que a vem impedindo de garantir a produção e reprodução da vida, isto porque os trabalhadores produzem através de técnicas rudimentares, sem os meios de produção adequados, sem financiamento, sem acesso às tecnologias, produzindo pouco e se desgastando muito e ainda, porque as tecnologias disponíveis foram desenvolvidas para uma produção na lógica capitalista, e portanto são destrutivas da natureza. Os trabalhadores necessitam produzir sem se auto-destruir, destruindo a natureza. No contexto da lógica do capital, o conhecimento científico que deveria ser força produtiva, ideológica e política, converte-se em força destrutiva.

Bonotto (2005 apud Taffarel, 2008, 6) esclarece que o que contribui neste debate é

o fator real que está alavancando a chamada reestruturação produtiva é o controle do trabalho por parte do capital. Enquanto isso, os idealistas argumentam que vivemos na “sociedade do conhecimento”, e que o simples acesso ao conhecimento garantiria o progresso, o desenvolvimento, a empregabilidade. Segundo o autor, o que ocorre é a apropriação privada do conhecimento científico e tecnológico e que as novas tecnologias não são difundidas pelo fato de serem substancialmente novas, ou boas para as pessoas, e sim, por permitir um controle ainda maior do processo produtivo pelo capital. Diante desta problemática, nos coloca o seguinte desafio: *há a possibilidade de implementação de novos métodos produtivos a partir da dialética?* A resposta dada pelo autor é a de chamar a responsabilidade para os pesquisadores, ressaltando que *o desenvolvimento da dialética, a generalização dialética das lógicas não-clássicas e o acúmulo científico dos trabalhadores indicam caminhos para a implementação de melhores métodos produtivos.* (Grifos da autora)

Nessas condições determinadas por novas mediações do Estado, cujas medidas são formuladas por leis, que aprofundam e acirram a luta de classe, em reformas decorrentes, Taffarel (2008, p. 6) coloca que no campo da educação via escolarização da classe trabalhadora e pelas estratégias do capital para educar o consenso, vemos aprofundar via universidade e a produção do conhecimento em educação, a implementação do modelo societário neoliberal que se articula via programa político específico “- a Terceira Via que visa educar para o consenso sobre os sentidos da democracia ética, participação adequada aos interesses privados do grande capital nacional e internacional”.

Portanto, para Taffarel, estas mediações visam adequar, ideologicamente¹²⁹, as condições da produção do conhecimento, desde os

¹²⁹ Segundo Mézáros (2004 apud Taffarel, p. 6), as diferentes formas ideológicas de consciência social têm implicações práticas de longo alcance em todas as suas variedades, na arte e na literatura, assim como na filosofia e na teoria social, independentemente de sua vinculação sociopolítica as posições progressistas ou conservadoras. [...]. Como resultado de tais determinações inerentemente práticas, as principais ideologias levam a marca muito importante da *formação social* cujas práticas produtivas dominantes (como por exemplo, o horizonte de valores da empresa privada capitalista) elas adotam como definitivo quadro de referência. Taffarel coloca que ao “apontarmos esta compreensão, entendemos que o quadro

financiamentos concedidos, quanto ao tratamento dos fenômenos da realidade, a partir de abordagens epistemológicas, que os isolam, confundem, esvaziam o conteúdo do real concreto.

O que constata os estudos de Taffarel em revisão as bases teóricas da política educacional no Brasil, é que se encontra declara o “progressivo recuo da teoria em pesquisas educacionais, um processo que traz implicações epistemológicas, éticas e políticas”. Segundo Moraes (2003 *apud* Taffarel, 2008, p. 17) as possíveis determinações desse processo são:

a) a emergência de um ethos neodarwinista nas universidades, com a conseqüente degradação da vida acadêmica e, b) por outro lado, o ceticismo epistemológico corrente que trivializa a questão do conhecimento e da verdade que procede a um sutil exercício linguístico criando um novo e pragmático vocabulário destinado a assegurar a obediência e a resignação públicas.

Ao tratar do recuo da teoria, Moraes (2003 *apud* Taffarel, 2008, p.17) ressalta os efeitos desestabilizadores da reestruturação socioeconômica em escala planetária, que parte do espraiamento dos imperativos capitalistas em todas as esferas da vida humana, o que corresponde a uma educação gerada em pactos forjados em gabinetes, configurada por discursos políticos educacionais como verdadeira panacéia. Portanto, para Moraes e Taffarel a base que marginaliza o debate teórico é a efetivação das próprias políticas educacionais em nível nacional e internacional, como por exemplo, as exigências das agências financiadoras, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, e outras.

Próximo de completar 44 anos em que foi institucionalizada a Pós-Graduação no Brasil¹³⁰, o que o podemos reconhecer é que o trabalho da

de referência, no caso da ciência e tecnologia, vem sendo cada vez mais a solução dos problemas da crise estrutural do capital (os quais, a princípio, não tem resolução), o que vem significando, nas últimas décadas de forma intensa, a exploração e expropriação do trabalho e do trabalhador”.

¹³⁰ A origem da Pós-Graduação no Brasil (1931-1965) caracteriza-se pela coexistência de modelos diferenciados de propostas no país e pela falta de centralização e orientação por parte do governo em relação a existências de determinados cursos (SILVA, 2004, p. 89). Segundo a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED (2005, p. 9) a política de Pós-Graduação no Brasil, somente foi institucionalizada com o Parecer 977, aprovado pelo Conselho Federal de Educação – CFE, em 03.12.1965, tendo como relator o Profo. Newton Sucupira. Esse Parecer conhecido como “Parecer Newton Sucupira”, cumpriu o objetivo de regulamentar e definir a natureza e os objetivos da Pós-Graduação *scrito sensu* no país. Seu conteúdo, de extraordinário valor histórico, continua influenciado fortemente até nesse novo século, a estrutura da Pós-Graduação do país, embora tenha passado por políticas de vários Planos Nacionais de Pós-Graduação entre os

pesquisa está atualmente reduzido ao pragmatismo imediatista e utilitarista, o que circunscreve a produção das ciências para atender as demandas de mercado. Essa constatação concreta pode ser identificada na pesquisa que expomos nessa tese e outros estudos muito importantes, tais como: Silva (1997), Pinheiro (2004) Peixoto (2007), Silva (2002), Pinheiro (2004), Taffarel (2008) etc.

Basicamente, o modelo de universidade e de pós-graduação que o capital financeiro e as corporações internacionais almejam deve ter por objetivo atender a precarização do trabalhador que precisa ser cada vez mais flexibilizado através do treinamento de mão-de-obra qualificada – mas mal remunerada. A universidade tem que ser responsável por criar um excedente de trabalhadores que pressionem os salários, ainda mais para baixo, no intuito de atrair investimentos estrangeiros. A produção de conhecimentos que tem como espaço de maior responsabilidade social as linhas de pesquisas, localizadas na pós-graduação, devem ser concentradas em poucos países, tendo em cada país periférico um número bem reduzido de universidades com o papel de produzir ciência, conhecimentos avançados e necessários a humanidade. A grande maioria, portanto, estaria destinada exclusivamente ao ensino que pode ser financiado pelos estados nacionais, mas com recursos reduzidos ao limite e dando preferência para as universidades particulares; a pesquisa deve ser subordinada ao capital privado e realizada em centros de excelência.

Mediante o exposto, afirmamos que a universidade pública, atacada e bombardeada por interesses que lhes são estranhados, em suas características essenciais, encontra-se ameaçada, seja na autonomia e liberdade intelectual para produzir a crítica, seja pela necessidade de revelar a realidade concreta em que se agrava a crise da humanidade mediante a força

anos de 1975 e os dias atuais, além de muitas regulamentações da CAPES e do CNE. Sua origem tem base no projeto de modernização conservadora capitaneado pelo regime militar, cujas metas nacionais foram “definidas no projeto de segurança nacional implantado no pós-64, que insistiam na formação de recursos humanos qualificados para todos os níveis de ensino, na preparação de pesquisadores de alto nível e na capacitação avançada de profissionais”. Coincidindo com o marco regulatório de Parecer 977, dá-se a criação do primeiro curso de Pós-Graduação em Educação no país, o mestrado em educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a PUC-Rio. Segundo Silva (1997, p. 21) o incremento da Pós-Graduação no Brasil ocorreu a partir de 1968, sob a égide da Lei 5.540/68, Lei da Reforma Universitária.

motriz da atual lógica de acumulação de cujas corporações transnacionais ampliam-se as desigualdades frente às contradições que as acirram.

Em vista a necessidade de que possamos tratar nesse estudo da especificidade do objeto de pesquisa a que nos propomos reconhecer no âmbito da produção do conhecimento *stricto sensu*, produzida nas universidades, avançamos na próxima subseção em apresentar como historicamente o estado da arte do lazer vem se configurando; apontamos como surgiu essa produção, quais os interesses que a engendraram na formação econômica capitalista, assim como buscamos suas contradições e os nexos que estabelecem com a formação de professores de Educação Física.

4.3 OS ESTUDOS E PESQUISAS DO LAZER NO BRASIL E SUAS CONTRADIÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

O pensamento é, pela natureza, capaz de nos dar, e dá, a verdade absoluta, que se compõe da soma de verdades relativas. Cada grau no desenvolvimento da ciência acrescenta novos grãos a esta soma de verdade absoluta, mas os limites da verdade de cada tese científica são relativos, sendo ora alargados ora restringidos à medida que cresce o conhecimento. (LÊNINE, 1982, p. 101)

A análise da doutrina da verdade realizada por Lênine em sua obra - Materialismo e Empiriocriticismo, expressa de forma consistente a aplicação da dialética à investigação do processo complexo do conhecimento humano. Sobre a verdade que buscamos em nossas pesquisas, ele acrescenta: “Do ponto de vista do materialismo contemporâneo, isto é, do marxismo, são historicamente condicionais os *limites* da aproximação dos nossos conhecimentos em relação à verdade objetiva, absoluta, mas é *incondicional* a existência desta verdade, é incondicional que nós nos aproximemos dela”¹³¹. (LÊNINE, 1982, p. 102).

¹³¹ Segundo Lênine (1982, p. 103), “a dialética materialista de Marx e Engels contém certamente o relativismo, mas não se reduz a ele, isto é, reconhece a relatividade de todos os nossos conhecimentos, não no sentido da negação da verdade objetiva, mas no sentido da condicionalidade histórica dos limites da aproximação dos nossos conhecimentos em relação a

Partindo desse princípio, apresentamos nessa seção, a partir de determinadas produções, no significado da prática no processo de conhecimento, a possibilidade de interpretações idealistas que são tratadas nas pesquisas da produção do conhecimento do lazer.

Para dar conta desse desafio subdividimos essa seção para melhor encaminhar a lógica em que queremos traçar as bases que apontam o reconhecimento das produções científicas (publicações de livros, palestras, conferências, seminários), considerando enquanto referências de dados, os achados das pesquisas de Gomes (2004) e Peixoto (2007).

4.3.1 Produção do conhecimento dos estudos do lazer precedente à década de 70 do século passado

Segundo Peixoto (2007, p. 61), nas duas primeiras décadas do século XX¹³², o embate com a classe trabalhadora é encaminhado a partir de um amplo projeto de contenção de classes que explode e da conformação dos interesses dos trabalhadores aos interesses burgueses, empreendido através de ações que foram da estruturação de uma legislação trabalhista nos moldes do primeiro mundo, passando pela reestruturação da educação e da formação da classe trabalhadora com base na racionalização Taylor-fordista; e ainda, a racionalização do repouso e do tempo livre.

Na década de 30 do século XX identificamos a existência de textos de Nicanor Miranda (1938) que divulgam os parques infantis e clube de menores operários como opções de preenchimento do tempo livre e como espaços de educação. Já na década de 40, reconhecemos uma produção concentrada na área do Direito, elaborada por um jurista – Arnaldo Sussekind¹³³ (1946, 1948, 1949), que apresenta a defesa da recreação para os trabalhadores,

esta verdade”. [...] O ponto de vista da vida, da prática, deve ser o ponto de vista primeiro e fundamental da teoria do conhecimento. E ele conduz inevitavelmente ao materialismo, afastando desde o princípio as invencionices intermináveis da escolástica professoral. (Ibid., p.107)

¹³² Segundo Braga (2005) e Marcassa (2002) (apud PEIXOTO, 2007, p. 61) o embate com a classe trabalhadora refere-se ao “processo de organização dos trabalhadores que está ocorrendo no Brasil nessa época, destacando a composição da classe operária, as principais mobilizações, os referenciais ideológicos que as estão orientando.”

¹³³ Conforme Peixoto (ibid., p.65), Arnaldo Sussekind, participou da comissão que elaborou a Consolidação das Leis do Trabalho de 45, sendo posteriormente, Ministro do Trabalho no governo de General Humberto de Alencar Castelo Branco (1964 – 1967).

fundamentada em pesquisas científicas de psicologia e fisiologia, como “forma de combater a fadiga, garantir a recuperação do trabalhador e aumentar a produtividade”. (PEIXOTO, 2007, p. 64)

Na década de 50, de acordo Peixoto (ibid., p. 71), a produção do conhecimento dos estudos do lazer alcança 20 trabalhos publicados, atingindo o dobro da década anterior. Peixoto cita os trabalhos de Frederico Guilherme Gaelzer sobre Recreação Pública (1951, 1952), Sussekind (1950, 1952), Ruth Gouvea sobre jogos Infantis (publicados pelo INEP) e do baiano José Acácio Ferreira, que descrevemos no parágrafo seguinte.

Segundo Gomes (2004, p. 24), a produção sobre lazer foi incipiente até a década de 70. Dentre os achados dessa pesquisadora em meados do século XX, destacamos os trabalhos de Inezil Pena Marinho (realizado no curso de Fundamentos e técnicas de Recreação, em que este estudioso publicou a obra – Educação Física, recreação e jogos, em 1957), um estudo de Arnaldo Sussekind (realizado a partir de um questionário sobre lazer com os operários do Serviço de Recreação Operária do Ministério do Trabalho), um de Ethel Bauzer Medeiros (projeto de Recreação, do aterro do Flamengo no Rio de Janeiro) e de José Acácio Ferreira, que realizou uma pesquisa empírica (entrevistou 205 famílias, totalizando 597 trabalhadores que recebiam em média salário mínimo); essa pesquisa gerou um livro – Lazer Operário: Um estudo de organização social das cidades, publicado em 1959, dividido em três partes: “Importância e significados do lazer”, “Lazer, industrialização e subdesenvolvimento” e “Lazer Operário”.¹³⁴

Três acontecimentos, também são relevantes de serem destacados para que reconheçamos o início da produção do conhecimento do lazer, que segundo Gomes (2004, p. 26) podem ser destacados: 1) Palestra realizada em 1966, em Recife, pelo sociólogo Vicente de Freitas Marcondes – Trabalho e lazer no trópico (em que destacamos diversos níveis de trabalho, a importância

¹³⁴ Segundo Gomes, o estudo de Ferreira sofreu, na época, uma análise importante. Nas palavras de Gilberto Freyre (sociólogo pernambucano) em uma conferência realizada na Escola de Belas Artes da Bahia, este afirmava que “à medida que a máquina substituiu o homem, a organização do lazer tornava-se mais importante que a organização do trabalho”. Esta constatação advinda da obra de Ferreira foi substancialmente importante para Ferreira, que coloca: “[...] Temia não conseguir a compreensão de que, se o tempo livre era um problema sério para os países desenvolvidos, para as nações que desejam progredir, a concretização dessas horas de folga era um imperativo”. (GOMES, 2004, p. 25)

do lazer no processo de desenvolvimento da sociedade). Segundo Gomes (ibid., p. 26), em 1970, é criado o curso de Pós-Graduação sobre Sociologia do Lazer e do Trabalho, na escola de Sociologia e Política de São Paulo, sob sua coordenação.

Um segundo fato que identificamos é a publicação, em 1968, do livro – Lazer e Cultura, por João Camilo de Oliveira -, (obra de caráter teórico que caracteriza a cultura de massa, a partir de duas partes: a primeira trata do sentido mais histórico que estabelece as relações ócio e negócio e a segunda, apresenta os problemas ligados ao lazer, considerando do entendimento do mesmo como “uma verdadeira revolução, originária da própria evolução da vida humana”. (idib., p. 26)

O terceiro acontecimento que destacamos a partir da revisão dos estudos de Gomes (2004), foi à realização do Seminário - Lazer: Perspectivas para uma cidade que trabalha -, realizado pelo Serviço Social do Comércio - SESC de São Paulo. Esse seminário contou com 250 participantes e versou sobre a proposição do lazer como produto do processo de desenvolvimento industrial. Nesse seminário em que participaram diferentes profissionais que lidavam com o lazer, ocorreu o destaque para a participação de Renato Requixa e Luiz Octávio de Lima Camargo, que apresentaram uma tendência de corrente teórica aos estudos do lazer, que trazem a linha de pesquisa do sociólogo Joffe de Dumazedier. (Ibid. p. 26-27)¹³⁵.

Na próxima subseção, apresentamos o desenvolvimento das bases científicas da produção do conhecimento do lazer a partir da intensificação dos eventos e publicações científicas.

Segundo Peixoto (2007, p. 49) em sua tese, em que apresenta os ciclos da produção do conhecimento do lazer e os eixos norteadores da produção do conhecimento dos estudos desses estudos, o primeiro ciclo corresponde ao período de 1920 a 1968, que sucintamente apresentamos dados relativos aos estudos acessados. Esta pesquisadora apresenta em suas análises que esta produção do lazer tem relações com a expansividade das condições

¹³⁵Gomes (2004) em sua pesquisa descreve com preciosidade o que foi o seminário, o que representou para a época a partir dos impasses teóricos decorrentes, em função das posições assumidas pelos teóricos. Dentre os resultados alcançados que a pesquisadora lista, destacamos que “a palavras ‘lazer’ passou a fazer parte do vocábulo de profissionais da área social e integrou-se, com destaque, no vocábulo da imprensa. (Ibid. p. 29).

fundamentais do capitalismo que tinha a integração dos trabalhadores à sua ordem.

4.3.2 Bases científicas da produção do conhecimento do lazer a partir de 1970: A consolidação da produção dos estudos em grupos de pesquisa , em *latus sensu* e em *scrito senso*

Destacamos nessa subseção as produções mais significativas que demarcam as bases científicas do conhecimento do lazer no Brasil.

As ações do SESC de São Paulo, em relação aos estudos do lazer se intensificam a partir de 1969, com a realização da IV Convenção Nacional de Técnicos da instituição. É elaborada uma obra que se torna um clássico na área de Educação Física, no que diz respeito aos estudos do lazer – As dimensões do Lazer, de Renato Requixa (1969).

Em 1970, o SESC realiza e apóia vários encontros para tratar do lazer: II Seminário de Estudos sobre Lazer (junho, cidade de Campinas – SP), a palestra Lazer e Desenvolvimento da Secretaria dos Serviços Sociais em Brasília – DF, dois Seminário sobre Lazer, sendo que um foi patrocinado pela Secretaria da Promoção Social do Estado de São Paulo e outro pelo Rio de Janeiro. (GOMES, 2004, p. 30)¹³⁶

São destacadas, também neste período, três pesquisas: “Orçamento-tempo” do sociólogo Amauri de Souza – UERJ; a pesquisa de coordenação de Luiz Octávio de Liam Carvalho – Práticas e aspirações culturais no tempo livre da população de uma cidade média; pesquisa dirigida pelo sociólogo Carlos Alberto Medina, do antigo Centro Latino-Americano de Pesquisa Social – CELAPES, cujo título: Práticas de fim-de-semana da população do Estado da Guanabara. Em 1970 é criado pelo SESC-SP, o Centro de Estudos do Lazer – CELAZER, contando com a orientação do sociólogo Joffre Dumazedier. Nesse

¹³⁶ A pesquisa de Cristina Marques Gomes – Pesquisa científica em Lazer no Brasil: Bases documentais e teóricas -, tem caráter de pesquisa exploratória-descritiva, que objetivou analisar 336 teses e dissertações sobre lazer defendidas no Brasil. Descreve as referências bibliográficas das teses relacionadas ao lazer turístico, identificando as bases documentais e teóricas que fundamentam as pesquisas levantadas. Aproximamo-nos da pesquisa de Gomes por esta apresentar um Banco de Dados muito valioso aos nossos estudos e para levantar dados sobre a trajetória dos estudos e pesquisas em lazer no Brasil.

mesmo tempo, várias obras são publicadas sobre lazer, pela instituição. (ibid., p. 30).

No Brasil, a produção científica *stricto sensu* sobre o conhecimento do lazer emerge a partir da década de 1970, quando foi defendido em 1972, na Universidade Federal do Rio de Janeiro duas dissertação de mestrado e uma tese de doutorado. A dissertação de Maria de Lourdes Coelho Azevedo, cujo trabalho tem como título: O aluno de 1º. E 2º. Graus, do Colégio Nova Friburgo e o lazer; a dissertação de Lurdes Ferreira Coutinho, na USP, com o título – Adolescentes e televisão: estudo junto a adolescentes ginasianos da cidade de Londrina; e foi também defendida a tese de doutorado de Marlene Yurge, na USP, com título – Problemas da arquitetura contemporânea: o lazer.

Em 1971, Renato Requixa publica dois trabalhos na Revista Problemas Brasileiros: Esporte, atividade de Lazer e Conceito de Lazer; em 1973 pelo SESC publica – Lazer e ação comunitária; em 1974, Lazer na grande cidade, espaços urbanizados e o livro As dimensões do Lazer, em que discute a relação de interdependência em ter trabalho e lazer, expondo o desenvolvimento histórico e conceitual de ambos. (Gomes, 2004, p. 30).

Em 1973, Gilberto Freyre, publica – Além do Apenas Moderno; nessa obra introduziu a temática dos aspectos de relações atuais entre trabalho e lazer que se projetam para o futuro. Já em 1975, há um destaque para a obra de Ethel Bauzer Medeiros – Lazer e Planejamento Urbano; nessa produção ela reflete sobre as máquinas, o lazer das massas, os novos estilos de vida etc. (ibid., p. 30)

Ainda, em 1973 foi criado o CELAR – Centro de Estudos de Lazer e Recreação, na PUC-RS em parceria com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Em 1975, Joffre Dumazedier ministra curso no CELAR para graduandos e professores universitários sobre o tema - Teoria do Lazer, sendo transcrito e publicado em livro. Em 1974, o CELAR, junto a Prefeitura Municipal de Porto Alegre lança o Curso de Especialização em Lazer, *lato senso*. Nesse mesmo ano, o Ministério do Trabalho, o SESC e o SESI - Serviço Social da Indústria lançam no Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional sobre Lazer, que contou com 800 participantes. O evento contou com a participação de Joffre Dumazedier com a temática – Lazer nas sociedades em desenvolvimento e Lazer e formação sociocultural, e ainda, com Roger Lecoutre, que falou sobre

Van Clé Fondation e o Congresso Mundial de Lazer. Os anais desse evento foram publicados pelo SESC em 1970. (ibid., p. 35 – 36)

Em 1977, Renato Requiça escreve o livro – O lazer no Brasil, e trata do elemento lúdico das etnias formadoras da nacionalidade brasileira, da industrialização e seus reflexos no mundo; e em última parte, as formas contemporâneas de uso do tempo livre. E em 1988, Sarah S. Bacal publica o livro – Lazer: Teoria e pesquisa, em São Paulo. Nessa obra são tratadas as relações do turismo e do tempo livre, considerando o tempo total. (ibid., p. 37).

Nos estudos de Peixoto, esse período corresponde ao 2º. Ciclo da produção do conhecimento do lazer (1968-1979). A pesquisadora coloca que ocorre nesse ciclo a “multiplicidade de trabalhos disseminados, ocasionada pela preocupação com o aprimoramento técnico conceitual e a ampliação dos estudos empíricos sobre os “usos do tempo livre” com vistas ao aprimoramento dos sistemas de políticas públicas (de caráter privado) voltadas à oferta de serviços de lazer. (SANT’ANNA, 1994 apud PEIXOTO, 2007, p. 76). A pesquisadora esclarece que em suas pesquisas o primeiro ciclo (1920-1968) alcançou 65 trabalhos relativos à recreação e lazer, na década de 70, esta produção alcançou 87 trabalhos.

Peixoto (2007, p. 79) ressalta que

durante a Ditadura Militar (1964-1984)¹³⁷ e a Transição Democrática (1984 ...) os estudos do lazer entram em uma outra fase caracterizada (1) pela consolidação da rede nacional de prestação de serviços sociais (e, em especial, de ocupação do tempo livre) – o Sistema “S” – fundado no ciclo anterior; (2) pela preocupação com a formação de profissionais voltados ao atendimento dos objetivos desta rede de prestação de serviços; (3) pela apropriação dos referenciais europeus e americanos no campo da sociologia do lazer; (4) pela consequente apropriação dos embates teóricos travados entre os referenciais europeus, principalmente, no campo da sociologia, essencialmente, no que toca à crítica marxista à sociologia do lazer; (5) pela crítica 1ª produção do conhecimento referente aos estudos do lazer. (FALEIROS, 1980, MARCELLINO 1983, OLIVEIRA 1986 apud PEIXOTO, 2007, p. 79)

¹³⁷ Segundo Hobsbawn (1995 apud PEIXOTO, 2007, P. 79) “o terceiro quartel do século XX (1950-1975) foi marcado por guerrilhas, assumindo o Terceiro Mundo a forma predominante de luta revolucionária. No Brasil observa-se também a existência de guerrilha urbana. As Forças Armadas tomaram o poder no Brasil em 1964 contra um inimigo bastante semelhante: os herdeiros do grande líder populista Getúlio Vargas (1883-1954), que se colocavam para a esquerda na década de 1960 e ofereciam democratização, reforma agrária e ceticismo em relação à política americana. [...]”

Portanto, nesse segundo ciclo (1968-1969) segundo Peixoto (ibid., p. 79-80) “prioriza-se o aprimoramento técnico dos estudos empíricos de lazer de modo a permitir o conhecimento dos “usos do tempo livre”, configurando-se “planos, pesquisas e programas incentivadores de novas formas de praticar o lúdico, de aproveitar o tempo livre e nele o prazer”. (SANTANA (1994 apud Peixoto, 2007, p. 80)

Conforme os estudos de Peixoto (2007), o papel dos Centros de estudos criados nesse período é diferenciado. O CELAR (1973 – 1978) tinha a intenção de gerar um “terceiro setor” que viabilizasse a operacionalização dos Centros de Comunidade de Porto Alegre. Foi uma proposta vinculada a pesquisa, formação de profissionais. O SESC estrutura o CELAZER – Centro de Estudos do Lazer e da Recreação (1979), como editor, publicando, especialmente a partir de 1974, o “Boletim de Intercâmbio”, “Os Cadernos de Lazer” e a “Série Lazer da Biblioteca Científica do SESC”, entre demais obras de estudiosos que tinham vínculos com a entidade. Outra proposta do CELAZER é a formação de quadros profissionais para atuar nas unidades do SESC. (Peixoto, 2007, p. 81)

Segundo Peixoto (ibid., p. 82) um dos marcos desse segundo ciclo foi o I Encontro Nacional sobre Lazer (Cultura, Recreação e Educação), realizado pelo SESC e patrocinado pelo Ministério do Trabalho, ocorrido no Rio de Janeiro, de 24 a 29/08/1975, com trabalhos disseminados em Anais. Outro evento que também demarca o ciclo foi o Seminário Mundial de Lazer (abril/1976) em que é elaborada a “Carta do Lazer”.

A consolidação das pesquisas em lazer ocorreu, realmente, a partir da década de 80, no terceiro ciclo (1979-1989). Estas passaram a ser mais apuradas quantitativamente, sendo tratadas em diversas instâncias. Vários grupos de estudos e pesquisas foram criados. No quadro abaixo, apontamos os grupos de estudos e pesquisas implantados no Brasil que apresentam uma produção mais dinâmica, considerando os últimos 28 anos.

Quadro 5 - Grupos de estudos e pesquisas em Lazer no Brasil – 1980 a 2008.

Grupos	Criação	Líder Pesquisador	Localização	O que propõe e desenvolve
NESC – Núcleo de Estudos Sócio-culturais do Movimento Humano	1988	-	Escola de Educação Física / USP	Estudos e pesquisas em Educação Física, Esporte e Lazer com base nas Ciências Humanas. Linha de pesquisa: Estudos do Lazer e do Lúdico.

Núcleo de Pesquisa voltado ao Lazer	1990	Dra. Leila Mirtes	Escola de Educação Física /UFMG	Iniciação científica em graduação e especialização em Lazer; Apóia o Projeto editorial da publicação do periódico "Licere"; Organização do Seminário: Lazer em Debate (realização anual) Linha de pesquisa: Formação e atuação de profissionais de Lazer e Cultura.
GALE - Grupo de Pesquisa em Administração do Lazer e Entretenimento	1998	Antonio Carlos Bramante	Departamento de Estudos do Lazer da Faculdade de Educação Física / UNICAMP	Pesquisas e qualificação profissional; Promove o curso "Parques Temáticos".
GLEC- Grupo de Lazer e Cultura.	1991	Dra. Heloísa Turini Brunhns	Departamento de Estudos do Lazer da Faculdade de Educação Física / UNICAMP	Desenvolve a Linha de pesquisa: Interrelações do lazer na sociedade (ênfase em lazer, meio ambiente, atividades físicas de lazer na natureza e as relações do lazer e a juventude.
Ciclos de Debates Lazer e Motricidade: Reflexões Contemporâneas sobre o Corpo e o Lazer.	1999	-	Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física.	Realiza contribuições de diferentes áreas de pensamento que possam auxiliar na reflexão sobre o tema lazer. A proposta tem caráter amplo e multidisciplinar.
GPL – Grupo de Pesquisa em Lazer.	2001	Dr. Nelson Carvalho Marcellino	UNIMEP	Propõe estudar e pesquisar a abordagem do lazer, enquanto manifestação humana, nas relações com a sociedade, incluindo políticas de intervenção e destacando-se as interfaces com a Educação Física.
CELAR – Centro de Estudos do Lazer e Recreação.				Possui o Grupo de estudos Lazer e Sociedade. Possui três linhas de pesquisa em atividades – <i>Lazer, Formação e Atuação Profissional; Lazer, História e Memória e Políticas Públicas de Esporte e Lazer</i> . Desenvolve reuniões e eventos institucionais para estudos e debates sobre temas diversos, ligados ao conhecimento e à intervenção no âmbito do Lazer. Os projetos de pesquisa concluídos ou em andamento envolvem, além dos docentes, tanto alunos de Graduação como de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> . Apóia a realização do Mestrado Acadêmico em Lazer da UFMG. Produz a editoração do periódico - Licere (é um periódico especificamente dedicado a discutir a temática Lazer, em suas múltiplas dimensões e a partir de uma ótica multidisciplinar). A revista <i>Licere</i> busca alcançar dois objetivos básicos: a) registrar, difundir e compartilhar publicamente o conhecimento construído na área do Lazer; b) contribuir com o avanço qualitativo dos estudos e experiências desenvolvidas.
LEPEL – Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física Esporte e Lazer.	2000	Dra. Celi Neuza Zulke Taffarel	FACED/UFBA	Coordena a Rede LEPEL, criada em 2001 (congrega instituições de Ensino Superior do Nordeste. O Grupo e a Rede estão articulados em torno de uma pesquisa de caráter matricial, cujas problemáticas centrais são: o trabalho pedagógico, a produção do conhecimento científico, a formação de professores e as políticas públicas de educação, esporte e lazer. Coordena o Curso de Especialização, já com duas versões concretizadas em 2007 -

				Metodologia do Ensino e da Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer.
MHTLE – Grupo de Estudos e Pesquisas Marxismo, História, Tempo Livre e Educação.	2007	Dra. Elza Margarida de Mendonça Peixoto	Centro de Educação Física e Esportes / UEL	Se dedica ao estudo da obra de Marx e Engels, em busca de apropriação, na fonte, da Concepção Materialista e Dialética da História como compreensão do lazer, do tempo livre do trabalho, da educação, da formação de professores. O MHTLE produz online o Boletim Germinal de tiragem bimestral.

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil, disponível no site: Disponível em: <http://www.cnpq.org.br>. Acesso em: 5 out. 2008.

Os estudos e a produção do conhecimento do lazer vêm sendo impulsionados por eventos técnicos científicos de grande porte, promovidos por associações, entidades de grupos de estudos, Institutos Superiores de Educação, Universidades, SESC, SESI. Estes eventos vêm gerando debates regulares anualmente. Dentre os eventos realizados citamos: Fórum de Debates de Lazer e Informação Profissional; Encontro Latino-Americano de Recreação e Lazer; Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança; Encontro Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer; Seminário Municipal de Lazer, Esporte e Educação Física Escolar; Encontro de Professores de Disciplinas de Recreação e Lazer; Lazer em Debate; Encontro Nacional de Recreação e Lazer – ENAREL; Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – GTT Recreação e Lazer.

Dentre todos os eventos científicos já realizados no Brasil, destacamos o 5º. Congresso Mundial de Lazer, realizado em 1998, por iniciativa do SESC e da Associação Mundial de Lazer e Recreação. Deste evento foi publicado o livro – Lazer numa sociedade Globalizada / *Leisure in a globalized society*. Este evento teve como propósito analisar as diferentes perspectivas do lazer e do tempo livre e as tendências de globalização na sociedade.

Conforme Peixoto (2007, p. 92) o terceiro ciclo (1979 – 1989) é caracterizado pela qualificação em mestrados e doutorados dos profissionais que tiveram suas capacitações iniciais produzidas pelo CELAR e CELAZER. Estes profissionais, na grande maioria professores de Educação Física, vão compor os quadros da formação superior universitária da época.

Segundo Peixoto (ibid., p. 92-96) esse ciclo marca: 1) a apropriação da obra de Marx e Engels pelos estudiosos do lazer, mas com dissolução de continuidade. Os pesquisadores são: Faleiros (1980), Oliveira (1986), Cunha

(1987), bem como emerge um movimento de negação da obra de Marx e do marxismo como referencial para a compreensão desta problemática (Reale, 1980; Marcellino (1983) Camargo (1986); 2) a abordagem dos estudos do lazer como temática dos programas de pós-graduação e a realização de eventos regulares, já citados, realizados especialmente pela área de Educação Física. Para Peixoto:

Este conjunto de ações no campo da produção do conhecimento e da organização de sua disseminação, juntamente com a política de capacitação e estímulo à produção do conhecimento implementada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES), prepara as condições para um fluxo crescente de publicações, de modo que, na década de 80 temos um total de 113 publicações, na década de 90 temos um total de 582 trabalhos publicados; e nestes seis primeiros anos desta primeira década do século XX a produção sobe para 1754 trabalhos. Se quisermos ver isto em termos de média, temos 11,3 trabalhos ano na década de 80; 58,2 trabalhos ano na década de 90; 292 trabalhos ano nesta primeira década do século XXI.¹³⁸

Para Peixoto (2007, p. 94) na década de 80, encontramos a produção de maior peso da geração dos autores que vão ser os responsáveis pela formação de professores que atuam no ensino superior até os nossos dias.

A partir de 1989, com a queda do Muro de Berlim, o pensamento da esquerda sofre um retrocesso e esse movimento se faz reconhecer na produção do conhecimento do lazer, com o silenciamento dos esforços de explicação Marxista desta problemática. (Ibid., p. 97).

A partir de 1990 a 2006, os estudos de Peixoto (2007) demarcam o quarto ciclo (1990-2006), correspondendo ao

período de formação profissional em nível superior e deflagração da pós-graduação direcionada aos *estudos do lazer*; ao período de ampliação do quadro de pessoal presente no ensino superior, cujos focos de temas vão centrar-se na pesquisa do lazer; período de consolidação da pós-graduação no Brasil com o conseqüente esforço de ampliação da produção do conhecimento; ao período de instalação dos eventos que vão disseminar a produção do conhecimento

¹³⁸ O estado da arte levantado por Peixoto (2007) enfrentou a polissemia e paráfrase que os pesquisadores da produção do conhecimento recorrem para tratar do lazer em suas pesquisas (repouso remunerado, tempo livre, recreação, lazer, ócio, lúdico). Esse problema que gera uma dificuldade teórica em reconhecer o que se define por lazer, pelos pesquisadores, buscamos nesse estudo, não enfrentar, pois é muito complexo e ao mesmo tempo, exigiria estudos anteriores para reconhecer o que realmente definem as categorias, seus pesquisadores a partir da base teórica que estão situados.

referente aos estudos do lazer da educação física. (Grifo da autora).

É em 1990, o Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, ao criar a subárea Estudos do Lazer, lança em 1991, o primeiro Curso de Especialização em Lazer. (Ibid., p. 96)

Peixoto em suas pesquisas encontra em 10/4/2006, no Diretório dos Grupos de Pesquisas do CNPq, 70 grupos, com linhas de pesquisas que possuem enfoques para o lazer, com temáticas múltiplas, tendo datas de fundação variando de 1995 a 2005.

Ressaltamos que nesse período as produções da pós-graduação no Brasil são marcadas por uma forte burocratização e pela preocupação com a produtividade que é medida pela quantidade de pesquisas produzidas. Segundo Peixoto (ibid., p. 98), predomina a produção do conhecimento direcionada aos interesses de mercado (principalmente editorial) no que toca a formação profissional aos interesses e conteúdos culturais do lazer e no seio desta realidade, em contradição ao movimento a esses estudos, emergem trabalhos - Padilha (2000), Sá (2003), Mascarenhas (2005), que fazem a revisão crítica do lazer enquanto prática social, retomando o debate silenciado na década de 80. Surgem produções em direção à compreensão da história da produção do conhecimento – Gomes, C. L. (2003) Gomes, C. M. (2004) e da história da formação profissional em recreação e lazer – Costa e Silva; Vago (2005).

No esforço que Peixoto (2007) promove no levantamento do estado da arte, em seus estudos de doutoramento sobre a produção do conhecimento do lazer no Brasil, é apontado o eixo norteador de produção do conhecimento que em muito contribuiu para as nossas análises ontológicas sobre a produção *strico sensu* (1972-2008), que desenvolvemos no próximo capítulo deste estudo.

Portanto, mediante nossas análises nesse estudo e considerando o que foi levantado, destacamos e concordamos, com Peixoto que os estudos do lazer, apresentam:

preocupação com o controle da ocupação do tempo livre, como preocupação com o mapeamento de suas características, suas possibilidades, seus riscos com vistas (1) à contenção e ao apagamento histórico da luta de classes no Brasil; (2) à

geração de alternativas de manutenção das taxas de lucratividade para o capital, através do controle valorativo das atividades desenvolvidas no tempo livre. [...] Vale destacar que não é uma ideologia pacífica e, aqui e ali, pipocam críticas e reflexões que denunciam alguns de seus traços, no entanto, não está sistematizada uma crítica de conjunto desta produção. [...] Visando uma crítica rigorosa e radical do conjunto desta produção, evidencia-se – desejamos destacar – a impossibilidade de compreensão desta produção do conhecimento em lazer [...]. Destaca-se a impossibilidade de visão de conjunto através de recursos como a delimitação por palavras chave ou a delimitação por áreas de origem/destino destas produções, visto a diversidade de termos que envolvem as discussões¹³⁹, a diversidade de temáticas subjacentes a estes termos, a diversidade de profissionais que as realizam, à diversidade de áreas de formação dos estudiosos e à diversidade de área de atuação nas quais estes profissionais/estudiosos atuam. (PEIXOTO, *ibid.*, p. 99-102)

Quanto às concepções teórico-metodológicas de referências dos estudos levantados, a pesquisadora observou uma tendência a duas condutas em relação à bibliografia das produções: “(1) estudo de autor no conjunto de sua obra; (2) citações e referências às obras dos autores descontextualizadas do conjunto de sua produção e do tempo em que é produzida, predominando a segunda posição”. E acrescenta que entre as matrizes tratadas nas produções, há referências as obras de Marx e Engels, considerando em suas análises que tal interesse advém da “constatação de que é no debate sobre trabalho x lazer que está posto a explicação x apagamento dos conflitos inerentes, do ponto de vista histórico, a esta relação”. (*Ibid.*, p. 105).

O estudo de Peixoto nos permite afirmar que a produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil só trarão significado do ponto de vista histórico se colocar a denúncia da extrema miséria a que os trabalhadores encontram-se reduzidos e condenados na formação econômica capitalista.

Com este capítulo, ao fazermos o esforço em apresentar dados que comprovam em que lógica encontra-se estabelecida à reestruturação universitária atualmente promovida pelos governos neoliberais na América Latina, ressaltamos o círculo vicioso da precarização que questiona o seu

¹³⁹ Peixoto (*ibid.*, p. 103) esclarece em nota que o volume desta produção chega a um ponto em que qualquer crítica de conjunto pede: (1) reunião da bibliografia disponível; (2) estruturação de matriz de análise; (3) estruturação de equipe de pesquisadores.

caráter público. O fizemos também no sentido de poder reconhecer em que nível de responsabilidade social se coloca a produção do conhecimento *stricto sensu*, e nela fizemos a tentativa de localizar historicamente, a quem “atende” na luta de classes e nas relações em que se coloca o trabalhador em seu tempo disponível.

A trajetória histórica assumida dos escritos sobre a produção do conhecimento do lazer não se esgota no que foi possível levantar. O nosso objetivo se ateve à identificação de dados e fatos que pudessem nos orientar no caminho que traçamos para a análise empírica que realizamos no capítulo seguinte sobre a produção *strico sensu* da pós-graduação e o trabalho pedagógico da formação de professores de Educação Física da FACED/UFBA.

Capítulo V

5 EXAMINANDO A REALIDADE ONTOLÓGICA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO LAZER NO BRASIL

O desenvolvimento do pensamento pressupõe liberdade de criação não no plano social, mas gnosciológico. A prática coloca, ante o pensamento, problemas cuja solução não está predeterminada por qualquer dispositivo lógico. Elaborando de maneira lógica o conhecimento existente, aperfeiçoando as normas de transição de sinal, pode-se indubitavelmente, extrair muita coisa do conhecimento alcançado. E aqui o dispositivo da lógica formal é bastante necessário e um recurso plenamente insubstituível. A força da dialética como método de raciocínio teórico está não na formação do seu próprio método como o único excepcional, e sim na capacidade de compreender e incluir no sistema geral de análise do conhecimento teórico todos os demais métodos, tanto os mais especiais como o método social que é criado à base da lógica formal. [...] A dialética não compreende a lógica formal como ciência, mas encerra o momento que a última estuda como elemento indispensável de funcionamento do pensamento teórico no processo do seu movimento no sentido da verdade objetiva. Avançando no sentido de novos resultados, o pensamento segue os princípios da lógica formal, mas não apenas eles: é que ela deve chegar àquele conceito. O pensamento deve tomar base nos conceitos essenciais, que podem levá-lo a novos conceitos. (Kopnin, 1972, 181-182)

Ao indicarmos o caminho metodológico desta pesquisa, que já descrevemos na introdução desse estudo, que parte do princípio da investigação dialética da realidade social que é o reconhecimento da totalidade concreta, traçamos uma linha gnosciológica de investigação considerando a produção do conhecimento do lazer enquanto um fenômeno social, um fato histórico na medida em que este é examinado como um momento de um determinado todo elaborado pelos pesquisadores nas pós-graduações das universidades do Brasil. Essa decisão foi tomada por reconhecermos que os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondem e adquirem verdade e concreticidade necessária para atingir a totalidade do esforço teórico das análises que o estado da arte da produção requer.

Perseguimos, portanto, na análise dos estudos produzidos no Brasil, a propriedade comum do fenômeno da práxis social do lazer, isto é, como afirmamos anteriormente, por ser este fenômeno uma realidade objetiva, que

existe para além da nossa consciência e que é refletida por ela nas relações estabelecidas pela formação econômica capitalista, em seu desenvolvimento histórico.

Buscamos avançar no sentido de novos resultados, em que o pensamento segue a necessária exatidão e rigor científico indispensáveis para trilhar um caminho seguro, mas que admite simultaneamente, determinados limites provenientes do movimento do pensamento, cujos conteúdos são tratados a partir de categorias da dialética que determinam o movimento do pensamento que elaboramos nesse capítulo.

Segundo Kopnin (1972, p. 184), a função criativa das categorias da dialética explica-se pelo “fato de que elas são criadas numa base mais ampla que os conceitos de qualquer esfera concreta do pensamento. Nelas está sintetizada e extrapola a experiência de todo o conhecimento e não de um objeto qualquer determinado”.

Portanto, o papel realizador da categoria **realidade** no processo do raciocínio criativo/investigativo que desenvolvemos em nossas análises, consiste em que esta admite grandes **possibilidades** para a liberdade do raciocínio, nos deixando nos limites de reconhecimento do pensamento teórico-científico produzido em sua totalidade¹⁴⁰.

Desta maneira, a categoria **realidade**, enquanto categoria ontológica da dialética materialista se constituiu em nossas análises no dispositivo lógico¹⁴¹ do pensamento teórico-científico, que serviu de meio para as sínteses, contribuindo para reconhecermos de maneira mais profunda as leis objetivas em que os pesquisadores se apoiaram para tratar dos estudos do lazer na produção *stricto sensu*.

¹⁴⁰ Para Kopnin (1972, p. 186) se formalizarmos o conteúdo das categorias da dialética, construir na sua base um rígido sistema de deduções, elas se transformarão num “cânone lógico e perderão sua importância como instrumento da atividade produtiva criativa do pensamento. Sua força está justamente em que elas *franqueiam certa liberdade para a atividade sintética da razão, orientando o conhecimento científico no sentido de atingir resultados novos*. Para conseguir novas idéias as categorias devem dar ao pensamento a possibilidade de variar livremente e não apenas de ligá-lo férrea e heterogeneamente, com resultados rigorosamente determinados”. (Grifo nosso).

¹⁴¹ “É evidente que a dialética materialista estuda as leis do desenvolvimento dos nossos conhecimentos. Mas não está nisso a sua especificidade e pelo termo “lógica” não se pode entender o seu conteúdo, identificá-la coma filosofia. A filosofia é lógica se definida segundo Lênin: ‘A lógica é uma doutrina não das formas exteriores do pensamento, mas das leis do desenvolvimento de todas as coisas materiais, naturais e espirituais, isto é, do desenvolvimento de todo o conteúdo do mundo e do seu conhecimento, ou melhor, resultado, soma, dedução da *história* do conhecimento do mundo’”. Kopnin (1972, p. 169)

Na próxima seção desse capítulo expomos como organizamos as fontes de dados da pesquisa para alcançar a necessária sistematização, considerando a marcha do desenvolvimento histórico do conhecimento produzido para descobrir os interesses e as tendências do movimento do pensamento científico dos pesquisadores, para captar no objeto aquilo que antes era inacessível.

5.1 AS FONTES E SUAS BASES HISTÓRICAS

No materialismo dialético o conceito de matéria não é idêntico à substância conforme era entendido nos variados sistemas metafísicos. A matéria não é uma essência metafísica que serve de base de todas as coisas, mas todos os fenômenos, coisas, processos existentes fora e independentemente da consciência do homem. Fora da atitude do ser com o pensamento o conceito de matéria não tem sentido. (KOPNIN, 1972, p. 165)

Os dados desta pesquisa, foram coletados de duas fontes: a) Produção dos estudos do lazer *stricto sensu* extraída do período de 1972 a 2008, exposta em resumos (apêndice I – Banco de Dados: Bases Teóricas e Documentais e apêndice D – Ficha de Análise de Resumos das Dissertações e Teses); b) Programas de ensino do currículo do curso de Educação Física da FACED/UFB (anexo 1) e Disciplina Recreação I (anexo 2).

Para organizar as fontes secundárias de dados (a), referente às 84 produções *stricto sensu*, foram elaborados quatro quadros, cujas informações/dados, foram extraídos dos resumos das dissertações e teses (apêndice I), que correspondem:

Quadro (1): Listagem de 274 pesquisas *stricto sensu* produzidas entre o período de 1972 a 2008. (Apêndice A);

Quadro (2): Listagem de 36 teses produzidas entre o período de 1972 a 2008, extraídas do quadro (2). (Apêndice B);

Quadro (3): Listagem de 233 dissertações produzidas entre o período de 1972 a 2008, extraídas do quadro (1); Nesse quadro (3) apontamos as 48 dissertações analisadas, em faixas coloridas de cor cinza. (Apêndice C);

Quadro (4) Listagem / levantamento de 84 produções (dissertações e teses), analisadas, referente ao período de 1972 a 2008. (Apêndice E).

Estes quadros, assim como o apêndice D e I, devido ao grande volume de material foram gravados em CD e compõem a parte dos apêndices.

Além dos quadros, foram analisados dados da fonte (b): 1. Grade curricular do Curso de Educação Física – FACED/UFBA (anexo 1) ; 2. Programa de Ensino da disciplina Recreação I do Curso de Licenciatura em Educação Física – FACED/UFBA (anexo 2).

Foram consideradas para análise todas as teses, por serem produções, que devido ao comprometimento de formação do pesquisador tem a defesa de uma pesquisa mais aprofundada e produzidas em um tempo mais ampliado.

Para a análise das dissertações, devido ao elevado número, foi realizado um levantamento dentre as 233 produções; estas foram numeradas sequencialmente, considerando o caráter crescente do ano de publicação – de 1972 a 2008; essa amostra foi considerada tendo a primeira dissertação (n), sendo utilizado o intervalo (n+5) para a composição de um novo quadro em que foram elencadas as dissertações analisadas. Esse novo quadro encontra-se inserido no próprio quadro (2), apenas, destacado em faixa colorida e com tracejamento diferenciado de linhas do quadro.

Todas as produções levantadas para análise foram lidas e seus conteúdos sistematizados em fichas numeradas – FICHA DE ANÁLISE DE RESUMO DAS DISSERTAÇÕES E TESES. (Apêndice D). Essa ficha é composta de elementos essencialmente importantes para a noção de estruturação e de lógica reconstituída das produções. Esses elementos foram extraídos dos resumos das 84 produções. (Apêndice I).

A concepção dialética que estabelecemos entre ontologia e gnosologia nos permitiu reconhecer a falta de homogeneidade e correspondência entre a estrutura lógica (modelo) por meio do qual se explica a realidade, ou seja, uma determinada parte da realidade e a estrutura dessa mesma realidade¹⁴². Estas fichas de registros constituíram nossa fonte secundária de pesquisa e são

¹⁴² Segundo Kosik (1995, p. 46) o paralelismo dos vários ramos da ciência “conduz à problemática da organização, da estrutura, da inteireza, da interação dinâmica, e com isso a constatação de que o estudo das partes e dos processos isolados não é suficiente; ao contrário, o problema essencial consiste em ‘relações organizadas que resultam da interação dinâmica, fazem com que o comportamento da parte seja *diverso*, se examinado isoladamente ou no interior de um todo.’”(BERTALANFFY 1956 *apud* KOSIK, 1995, p. 46) (Grifo do autor).

apresentadas enquanto um Banco de Dados (apêndice D), cujas informações dizem respeito aos cinco níveis de articulação entre o lógico e os pressupostos (gnosciológicos e ontológicos) que se evidenciam nas pesquisas. Portanto, as fichas foram preenchidas com informações/dados dos resumos das produções, considerando, mais especificamente:

1. Identificação do estudo (tipo de produção, autor, local onde foi defendido o estudo, área de concentração, ano de defesa e orientador);
2. Nível técnico (tipo de pesquisa realizada);
3. Nível metodológico (fonte de dados / informações e tipos de abordagem);
4. Nível teórico (problemática investigada, o objetivo principal tratado na pesquisa e a hipótese levantada). No nível teórico foram levantados:
 - 4.1. Pressupostos lógico-gnosciológicos (maneiras de abstrair, generalizar, conceituar, classificar e formalizar, ou seja, maneiras de relacionar sujeito e o objetivo);
 - 4.2. Pressupostos ontológicos (concepção de história, de homem, de educação, de sociedade, de lazer, ou seja, concepções de realidade);
5. Nível epistemológico (concepção de causalidade, critério de validação científica).

Para cada um desses elementos levantamos perguntas que serviram de guia para a extração de informações/dados dos 84 resumos das produções (apêndice I), que foram sistematizados nas Fichas de Análise (apêndice D); as sínteses explicativas elaboradas a partir de nove quadros constituem a base dos níveis de apropriação dos objetos científicos tratados nas pesquisas.

Esse procedimento nos ofereceu um **substrato material e concreto dos traços da realidade objetiva** a que se referem os estudos. Esse procedimento já se encontra explicitado e fundamentado na sub-seção (1.2.2) – Processo de análise da realidade objetiva do objeto -, apresentado no capítulo da introdução.

A análise das produções que ocorreu a partir da **articulação do nível metodológico** (abordagens)¹⁴³ foi a nossa atividade sintética da razão, que

¹⁴³ Há existência de diversas e divergentes abordagens metodológicas. As concepções de ciência que têm sido hegemônicas originam-se de bases idealistas. Contudo as condições

nos orientou para a composição da fonte secundária de informações/dados, considerando o movimento do pensamento no esforço em levantar e fixar as projeções elaboradas sobre os 84 pesquisas analisadas (apêndice E). Esse procedimento foi necessário para o reconhecimento dos **pressupostos ontológicos** tratados nas pesquisas, por força dos interesses de objetivação do lazer dos pesquisadores em tratar da **realidade** a partir da relação com a sociedade, a natureza e projeto histórico que defendem. O conhecimento da realidade histórica da produção analisada que buscamos foi um processo de apropriação teórica – isto é, de crítica, interpretação e avaliação de fatos. Entre o real e o teórico, existe um processo de análise e de abstração. Foi buscando a riqueza de realidade sobre o objeto, que estava contida objetivamente nas informações que geraram os dados levantados em cada produção e na totalidade, que tivemos a possibilidade de decifrar algo importante, ou seja, o próprio conteúdo e significado objetivo dos estudos *strito sensu*.

A **concepção de realidade** ou concepção de mundo real, como categoria mais geral e abrangente foi definido enquanto pressuposto que elucida a lógica implícita nas produções, considerando as três abordagens metodológicas adotadas pelos pesquisadores. Na relação que travamos da teoria e método, a **visão de mundo real**, como categoria conceptual de trabalho científico¹⁴⁴ nos permitiu reconstruir à lógica que integra os vários

históricas das produções científicas podem ser reconhecidas, considerando duas grandes tendências, a idealista e a materialista. Optamos por considerar nas 84 produções analisadas as três abordagens metodológicas adotadas por Sánches Gamboa (1996, p. 87 - 113): Empírico analítica, Fenomenológica-hermenêutica e Crítico-dialética. A partir das três abordagens, levantamos as informações / dados dos cinco níveis de articulação entre o lógico e os pressupostos ontológicos e gnoscilógicos, considerando fundamentalmente os **enfoques básicos das pesquisas**. Como já esclarecido no capítulo da introdução, esses enfoques se colocam nos interesses e no conjunto lógico.

¹⁴⁴ Segundo Goldmann (*apud* Sanches Gamboa, 1996, p. 128) “a visão de mundo, como instrumento conceptual de trabalho científico, permite compreender a produção humana como um todo coerente em si mesmo, e, ao mesmo tempo, como uma obra contextualizada na realidade viva, histórica que determina a formação desse conjunto coerente. A visão de mundo, como categoria gnoscilógica permite: reconstruir a lógica que integra os elementos de uma obra científica, reencontra a coerência interna dessa obra e compreender seus nexos com as condições históricas e sociais da sua produção”. Lukács (1974, p. 60) ao falar da noção de “visão de mundo” aprofunda a partir de Marx no tema das “representações”, colocando que não é um dado empírico, mas um instrumento conceitual de trabalho, indispensável para se compreender as expressões imediatas do pensamento dos indivíduos. Sua importância e realidade também se manifestam no plano empírico. É um aspecto importante do fenômeno da “consciência coletiva”. A “visão de mundo” é o conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúne os membros de um grupo (mais freqüentemente, de uma classe social) e as opõem aos outros grupos. Lukács concorda com outros autores que é nas consciências individuais que se expressa à consciência coletiva (de classe). Chama-nos atenção para o fato

elementos que compõem as teses e dissertações; no processo da reconceptualização das produções possível de reencontrar a coerência interna das pesquisas e compreender seus nexos com as condições históricas e sociais determinadas pela formação econômica capitalista. Portanto, é a partir da visão do mundo real, concreto, que determina a realidade (o da objetividade) que reconstruímos o nexo entre o lógico e o histórico¹⁴⁵.

É importante frisar que a categoria “visão de mundo” tem sido tratada por diversas correntes de pensamentos da sociologia. Consideramos nessa categoria a possibilidade de tratar do campo das idéias, que para Marx é a consciência; concordamos fielmente, quando ele afirma: “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência”. Portanto, o que buscamos identificar são as idéias dominantes, que segundo Marx (1999, p. 72) “ as idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações sociais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante”.¹⁴⁶ Portanto, concebemos nossas análises considerando o que Marx (1999, p. 37) afirma: “parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos

de que o fundamento científico de “visão de mundo” apreendido através do individual no conjunto da vida social, ocorre notadamente, pela análise da função histórica das classes sociais. (LUKÁCS, 1974, p. 66 – 68). (Grifos nossos).

¹⁴⁵ Goldmann (1980, p, 36) ressalta que Lukács aceita até suas últimas conseqüências o determinismo social de todo pensamento, fazendo dele a lei geral do conhecimento humano. Para Lukács, estando todo pensamento intimamente ligado à ação, não se tem mais legitimamente o direito de “ciência” da sociedade ou de sociologia. “O conhecimento que um ser tem de si mesmo não é ciência, mas *consciência*” E acrescenta que os fatos humanos são expressos no plano da descrição e explicação por uma consciência de classe. Portanto, segundo Goldmann, “há uma verdade universal, na consciência limite do proletariado revolucionário que tende a suprimir as classes, a identificar-se com a humanidade e, sobretudo, a suprimir toda diferença entre sujeito e objeto da ação social, ação de que todo pensamento não é senão um aspecto parcial”.

¹⁴⁶ Para Marx (1999, p. 72), “os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias de seu tempo e que suas idéias sejam por isso mesmo, as idéias dominantes da época. Portanto o que buscamos desvendar na pesquisa é o que Marx (1999, p. 62) coloca: “A ‘imaginação’, a ‘representação’, que esses homens determinados fizeram de sua práxis real transforma-se na única força determinante e ativa que domina e determina a práxis desses homens”. Há uma força produtiva material exposta nas pesquisas que sabemos que não é possível ser removida, ou seja levada a dissolução real por deduções teóricas, mas sabemos que são possíveis de serem dissolvidas, por circunstâncias alteradas das condições de existência dos pesquisadores, que passa necessariamente por uma consciência correta sobre a sua condições de produzir a vida na derrocada do capitalismo e revolucionar o mundo existente na realidade do comunismo.

reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. E Marx, ainda acrescenta: “E mesmo as formações nebulosas no cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material, empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais”¹⁴⁷.

A possibilidade dos pesquisadores escolherem para compreender ao máximo a realidade da práxis social do lazer, entre as diferentes concepções de mundo, que possui forma de compreensão mais ampla e cujos limites possam ser menos estreitos, constituiu para as nossas sínteses finais um passo importante na direção da exposição de defesa de tese, considerando apontar um conhecimento necessário de verdade para os interesses da classe trabalhadora.

Para compreender e julgar o domínio particular dos pesquisadores das produções analisadas (o domínio do pensamento teórico) tomamos a pesquisa como fator moral supremo, reencontrando nas produções as teorias mais diversas, cada uma contendo parte mais ou menos da verdade (pseudoconcreticidade). O nosso esforço foi estabelecer a direção da verdade objetiva, passo que vai além dos limites atuais dos grupos a que pertence a grande maioria da produção analisada.

Seguimos, portanto, quatro condições necessárias que Goldman (1980, p. 49-50) coloca para o pesquisador lograr um resultado significativo em uma pesquisa: 1. Ter que enfrentar as dificuldades comuns às ciências, provenientes da interferência da luta de classes sobre a consciência dos homens e mulheres pesquisadores e sobre a minha própria; 2. Não entrar em conflito com os preconceitos mais arraigados, as autoridades mais estabelecidas, as verdades mais evidentes e, antes de tudo, não temer qualquer ortodoxia nem qualquer heresia; 3. Não acreditar na suficiência da dúvida metódica prévia e pré-noções conscientes, tendo como primeira tarefa uma crítica rigorosa e, sobretudo permanente e contínua sobre os resultados e avanços do meu próprio pensamento; 4. Para compreender e julgar todas as posições, tanto a minha como dos demais pesquisadores, foi preciso reportá-

¹⁴⁷ Estes pressupostos, segundo Marx (1999, p. 38) “são reais e não os abandona um só instante. Esses pressupostos são os homens, não em qualquer fixação ou isolamento fantástico, mas em seu processo de desenvolvimento real, em condições determinadas, empiricamente visíveis. Desde que se apresente este processo ativo de vida, a histórica deixa de ser uma coleção de fatos mortos, como para os empiristas ainda abstratos, ou uma ação imaginária de sujeitos imaginários, como para os idealistas”.

las ao mesmo tempo à sua infra-estrutura social (base da formação econômica capitalista), a fim de entender sua significação, e aos fatos que pretendemos explicar ou descrever para depreender a parte da verdade que pudessem conter as produções.

Segundo Goldman (1980, p. 106):

Toda manifestação é obra de seu autor individual e exprime seu pensamento e sua maneira de sentir; essas maneiras de pensar e de sentir não são, porém entidades independentes em relação às ações e aos comportamentos dos homens. Só existem e só podem ser compreendidas em suas relações interindividuais que lhes conferem todo conteúdo e toda riqueza.

Fizemos um esforço em localizar a expressão da consciência coletiva (consciência de classe) na medida em que a estrutura que exprime a totalidade das produções não é particular ao seu autor, mas comum aos diferentes membros de pesquisadores que vêm desenvolvendo suas pesquisas na pós-graduação das universidades brasileiras. Foi preciso localizar no conjunto dessas produções as expressões ontológicas incoerentes, coerentes e adequadas para reconhecer na práxis social do lazer a visão científica que lhes assegura um lugar na causa econômica-política dos fenômenos em favor do capital ou de resistência.

Portanto, esse foi o processo de apreciação objetiva do desenvolvimento do objeto nas produções analisadas da disciplina Recreação I do curso de Licenciatura em Educação Física da FACED/UFBA.¹⁴⁸

¹⁴⁸ Segundo Kosik (1995, p. 13) “a realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista, sob o aspecto de um objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente, cujo pólo oposto e complementar seja justamente o abstrato sujeito cognoscente, que existe fora do mundo e apartado do mundo; mas, apresenta-se como o campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade. No trato prático-utilitário com as coisas – em que a realidade se revela como mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer a estes – o indivíduo ‘em situação’ cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade”. “A distinção dos fatos com base em seu significado e na sua importância não é o resultado de uma avaliação subjetiva, mas resulta do conteúdo objetivo dos fatos isolados. A realidade em certo sentido, não existe a não ser como um conjunto de fatos, como totalidade hierarquizada e articulada de fatos. Para Bertalanffy (*apud* Kosik, 1995, p. 46): “as relações organizadas que resultam da interação dinâmica, fazem com que o comportamento da parte seja *diverso*, se examinado isoladamente ou no interior de um todo”. No movimento do processo de análise das produções respeitamos tanto a analogia estrutural das produções, quanto a especificidade dos fenômenos em causa.

Para dar significado ao conjunto de palavras, fragmentos do pensamento dos autores, informações/dados, fatos, extraídos das Fichas de Análise (fonte a), organizamos quadros e elaboramos textos explicativos, além de elaborarmos um texto que apresentamos na seção (5.3.1). Nesse texto construímos a análise do objeto por uma escolha que guarda o essencial e elimina o acessório. Esse procedimento foi necessário por conta da necessidade de estabelecer os nexos entre as sínteses textuais explicativas advindas dos quadros e uma produção de texto que pudesse dar conta da lógica interna de cada texto proveniente de análises, pois esta não seria suficiente para a necessária interpretação e compreensão dialética.

Para a análise da fonte (b), ou seja, dados referentes aos Programas de Ensino do Currículo do Curso de Educação Física da FACED/UFBA (anexo 1) foi inicialmente identificada, quais as disciplinas que tratam dos estudos do lazer. Ao ler e analisar todas os programas das disciplinas reconhecemos que somente 1 disciplina tratava dos estudos do lazer – Recreação I, que passamos a analisar a proposta do programa de ensino (anexo 2)

Considerando que a produção do conhecimento *stricto sensu* está atrelada aos cursos de pós-graduação, expomos a seguir, com base em fontes de informações/dados, aspectos históricos que caracterizam a criação e expansão no Brasil dos cursos de pós-graduação, considerando um recorte teórico fundado em quatro momentos demarcados pelos Planos Nacionais de Pós-graduação, que registram politicamente o processo de desenvolvimento no Brasil. Para tanto, recorreremos aos estudos de tese de Silva (1997) em que a pesquisadora fez um apanhado de dados para descrever esse processo com muita propriedade e dados da CAPES. Em seguida, expomos uma síntese textual da história da pós-graduação em Educação Física no Brasil.

Logo após essas duas subseções, apresentamos um breve relato sobre a implantação do curso de Licenciatura da UFBA, do qual extraímos elementos para reconhecer as relações, nexos e contradições que apresentam o currículo de formação de professores de Educação Física, que tem na formação um determinado interesse pelos estudos do lazer.

Apresentamos ainda, nesse capítulo, a sistematização e a análise das duas fontes de dados, em seções separadas, mas que se integram para estabelecer a relação de totalidade dos processos desenvolvidos pela

pesquisa. Essa ordenação nos garante com maior precisão chegar as considerações finais do estudo.

5.1.1 Pós-graduação *stricto sensu*: breve relato do processo de criação e expansão de cursos no Brasil

Para tratar nesse estudo das bases histórico-científicas das produções analisadas, nos impusemos forçadamente, contrariando a formalidade em que se trata metodologicamente esse capítulo de tese, em apresentar um breve relato de sua história. Nessa sub-seção, exponho informações/dados sistematizados, acerca das determinações históricas que orientaram a criação e expansão dos cursos *stricto sensu* no Brasil. Para tal, descrevo sucintamente como se deu o processo estratégico dos governos na criação dos Planos Nacionais de Pós-graduação.

Segundo Silva (1997, p. 20-21) a origem da pós-graduação no Brasil (1931-1965) caracteriza-se pela coexistência de vários modelos no país e pela falta de centro de orientação e controle democratizado por parte do governo federal.

O início dos programas de Pós-graduação no país remonta de 1931, com a Reforma Campos, instituída pelo Decreto no. 19.815/31. Dados da CAPES, de acordo Silva (*ibid*, p. 21) apontam que 1965 já existiam 96 cursos de pós-graduação (mestrados e doutorados) e 286 cursos de aperfeiçoamento e especialização, mas somente a partir desse ano passou a existir uma legislação específica.

Somente nos anos de 1940, foi utilizado pela primeira vez de modo mais formal termo “Pós-graduação” no Artigo 71 no Estatuto da Universidade do Brasil

Após 1964, o modelo econômico brasileiro sofre reestruturação com o esgotamento do processo de substituição das importações, assumindo as características de mercado dependente. As universidades procuram se manter como um dos únicos focos de resistência manifesta ao regime militar que se implanta no país, em vista aos fortes alvos de interesses para implantação de reformas, buscando implantar no movimento estudantil e na própria universidade os interesses do novo regime.

A normatização dos cursos (natureza e objetivos) se apresenta a partir do Parecer 977/65 do Conselho Federal de Educação. Segundo Silva (1977, p. 22) esse parecer apresenta dois princípios de caráter preconceituosos: O primeiro apresenta a noção de que nem todas as pessoas têm condições de fazer pesquisa, de produzir conhecimento e, o segundo expressa a necessidade de hierarquização do ensino no âmbito das instituições universitárias. Esse parecer demarca também a distinção entre produção e transmissão de conhecimento (pós-graduação e graduação).

Conforme Silva (1972, p. 33) os acordos MEC-USAID representaram grande parte das medidas repressivas adotadas pelo governo militar, que buscaram enquadrar o sistema educacional em todos os níveis a uma nova ordem econômico-política, e por outro buscavam reprimir os movimentos de educação e cultura popular.

A partir de 1968, sob a égide da Lei 5.540/68, Lei da Reforma Universitária a pós-graduação inicia um processo de incrementos. Em 02 de julho de 1968, o governo brasileiro, baixa o Decreto no. 62.937 que instituiu o Grupo de trabalho da Reforma Universitária – GTRU. Um relatório desse Grupo vai resultar na Lei da Reforma Universitária, que se torna após o Parecer 977/65, o próximo documento oficial mais expressivo para após-graduação no Brasil.

No regime autoritário de fechamento da liberdade política, vários dispositivos foram adotados para alterar o setor educacional do nosso país.

Segundo Silva (ibid, p. 36), no governo Médici, criou-se o Conselho Nacional de Pós-Graduação (CNPGE), que por sua vez, criou o I Plano de Pós-Graduação (PNPG), aprovado pelo governo Geisel, em 1974, para o período de 1975 a 1979. Dentre outras iniciativas do PNPG, estava a intenção de imprimir disciplina à expansão dos programas de pós-graduação. Nesses projetos institucionalizados pelo regime militar, a pós-graduação vai sendo gradativamente integrada ao conjunto de intervenções norte-americanas, para impor dois tipos de influências que até hoje se encontram enraizadas: “a) de desintegração do padrão brasileiro de Escola Superior – ou de universidade conglomerada; b) de formação e consolidação de padrões de Ensino Superior, adaptado aos requisitos educacionais de uma sociedade competitiva e de massas.” (FERNANDES, 1979 *apud* SILVA, 1972, p. 39)

Uma terceira fase da criação da pós-graduação se situa a partir da elaboração do II PNPG (1982 – 1985), que busca a consolidação dos cursos existentes e a elevação dos níveis de qualidade e o controle sobre a expansão dos mestrados. Sobre o II PNPG, chama a atenção um dado importante: “a qualidade se produz onde são criadas as condições para que ela se realize e onde ela é exigida”. (SILVA, 1972, p. 44)

O III PNPG (1986 – 1989) consolida o quarto momento da pós-graduação no Brasil. Este Plano destaca a necessidade de uma maior flexibilização nas estruturas dos cursos e nas ofertas de formação. Destaca a necessidade de maior cooperação entre instituições, aos projetos de cooperação internacional e ampliação de quadros docentes qualificados. Portanto, esse Plano, assim como os demais reafirma uma política de formas cientistas em quantidade e qualidade, tendo perfis adequados ao modelo de desenvolvimento do país.

O mais recente Plano Nacional de Pós-graduação (2005 – 2010) incorpora como princípio fundamental, que o “sistema educacional é fator estratégico no processo de desenvolvimento sócio-econômico e cultural da sociedade brasileira.” Reforça-se nesse novo Plano, o que já diziam os demais Planos, a tarefa de produzir os profissionais aptos a atuar nos diferentes setores da sociedade e capazes de contribuir para o processo de modernização do país. Enfatiza, também, capacitar docentes das universidades e apresenta uma forte preocupação com a avaliação do sistema de Pós-graduação. (CAPES, 2004)

Nesse Plano se observa que há uma orquestrada integração com os interesses da comunidade científica internacional, apoiada pela CAPES e CNPq. Como já colocado anteriormente, são interesses de privatismo que se caracterizam por um forte aprofundamento nas universidades de um padrão dependente de educação superior e da produção científica, viabilizados por meio do estrangulamento do sistema público. As reformas arquitetadas pelo regime burguês-militar provocaram uma “senilização em longo prazo” para que ao estrangular o ensino superior, a expansão do ensino comercializado, privatizado, fosse ganhando confiança da classe trabalhadora.

5.1.2 Pós-graduação em Educação Física no Brasil: Fatos históricos marcantes¹⁴⁹

Busco situar no contexto da implantação da pós-graduação no Brasil a especificidade em Educação Física / Esportes, em vista a sistematização das pesquisas e do eixo de discussão que trazemos nesse estudo sobre a formação de professores de Educação Física e os estudos do lazer.

Os primeiros mestrados em Educação Física no Brasil foram criados na vigência do primeiro período do Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG. Em 1977, a USP cria o primeiro curso de mestrado, com apenas uma área de concentração denominada Educação Física.

Já em 1975, quando o I PNPG foi aprovado e surge, o Departamento de Educação Física e Desporto (DED/MEC). Instituíram-se oficialmente a partir da Portaria 168/75, um Grupo de Consultoria Externa (GCE) ao qual coube avaliar a situação do ensino em Educação Física, com vistas a implantar a pós-graduação na área.

O Relatório do GCE destaca sobre os mestrados na área de Educação Física: 1. A intenção de nivelar a Educação Física as outras áreas do conhecimento; 2. Indica as áreas de concentração prioritárias; 3. Manifesta o interesse em elaborar um Plano Nacional de Pós-graduação, específico para a Educação Física, nos termos do enfoque do I PNPG.

Um Grupo de Consultoria Externa do DED elaborou no mesmo ano, um documento intitulado – “Modelo de Pós-graduação em Educação Física e Estratégia de Implantação” -, previsto para o período de 1976 a 1980. (BRASIL, 1975, p. 1)

O GCE avalia todo o processo de discussão emergente naquela época e levanta dois problemas: 1. Falta de experiência em pós-graduação da área e 2. Número de profissionais devidamente habilitados para atuarem nos cursos. O CGE-DED/MEC propunham, então, a titulação de professores no exterior a través da CAPES, tendo em vista os Estados Unidos. Em 1979, foram enviados 70 professores para realizarem mestrados e doutorados. (SILVA, 1972, p. 70)

¹⁴⁹ Para tratar da pós-graduação em Educação Física no Brasil, recorri aos dados de pesquisas realizadas por Silva (1977) e documentos: BRASIL (1975), CAPES (2008).

A implantação do modelo americano levou aos cursos dependência de pessoal e das instituições americanas, viabilizando a aquisição de tecnologia para a área. Essa dependência ocasionou, segundo Silva (ibid, p. 71) a transferência de um modelo de ciência. A década de 70 passa a ser marcada pelos conceitos de rendimento, eficiência e eficácia, pressupostos ancorados em uma concepção positivista de ciência, oriunda de uma filosofia justificada pela ordem burguesa, com “uma visão fisicalista, neutralista e quantitvista de ciência que reduz a realidade ao matematizável, difundida em grande escala no meio da Educação Física nacional”. (SILVA, ibid, p. 71)

Nessa realidade forjada pelos interesses econômicos-políticos, que estava vinculado à expansão do capitalismo no Brasil, a partir de 1964, com o Regime Militar, aumenta o número de cursos *stricto sensu* em Educação Física. Há evidente nesse processo de expansão, assim como para as demais áreas, o fator estratégico de degradação teórica e o aligeiramento da formação, o que gera a precarização e a exploração da pesquisa vinculada a mercadoria.

Para uma melhor visualização da evolução do processo de criação e expansão em que se originam os estudos do lazer, apresentamos o quadro síntese, abaixo, extraído de nossas fontes de pesquisa.

Quadro 6 – Dados da realidade da evolução, criação e expansão da Pós-graduação em Educação Física no Brasil – 1977 a 2008.

Cursos stricto sensu	Período / anos	Universidades	Áreas básicas e de concentração
Mestrados	1977	USP	Educação Física.
Mestrado	1979	UFSM	Ciência do Movimento.
Mestrado	1980	UFRJ	Educação Física.
Mestrado	1988	UNICAMP	(4) áreas: Estudos do Lazer, Educação Motora, Ciências do Esporte e Atividade Física e Adaptada.
Mestrado	1985	UGF	Educação Física e Cultura, Atividade Física e Desempenho Humano.
Mestrado	1989	UFRGS	(4) áreas: Desenvolvimento Humano e Educação Física, Movimento Humano e Educação, Exercício e Saúde, Ensino e Educação Física.
Mestrado	1989	UFMG	Ciências do Esporte, Treinamento.

Doutorado	1989	USP	Biomecânica do Movimento Humano e Pedagogia do Movimento Humano.
Doutorado	1993	UNICAMP	4) áreas: Estudos do Lazer, Educação Motora, Ciências do Esporte e Atividade Física e Adaptada.
Doutorado	1994	UGF	Educação Física e Cultura, Atividade Física e Desempenho Humano.
Mestrado	1995	UCB	Ciência da Motricidade Humana (Dimensão Biofísica da Motricidade Humana e Dimensão sócio-histórica da Motricidade Humana.
Doutorado	1999	UFRGS	(4) áreas: Desenvolvimento Humano e Educação Física, Movimento Humano e Educação, Exercício e Saúde, Ensino e Educação Física. Atividade Física, Teoria e Prática pedagógica em Educação Física.
Mestrado	1996	UFSC	Ciência do Movimento Humano (Estudos Biocomportamentais).
Mestrado	1977	UDESC	Atividade Física e Saúde.
Mestrado	1998	UCB/Brasília	Corporeidade, Pedagogia do Movimento e Lazer, Performance Humana.
Mestrado	2000	UNIMEP	Exercício e Esporte.
Mestrado	2002	UFPR	Educação Física (Esporte e Saúde).
Mestrado	2002	USJT	Educação Física Esporte e Lazer
Doutorado	2005	UFSC	Atividade Física relacionada a saúde, Teoria e Prática em Educação Física e Cineantropometria e Desempenho Humano.
Mestrado	2008	UFPE	Saúde, Desempenho e Movimento Humano e Cultura, Educação e Movimento Humano.

Fonte: 1. MARTINS, Rosa Núbia; SILVA, Rossana Valéria de S. Pesquisas em Educação Física e Esportes: Tendências das teses e dissertações. Extraído em: www.nuteses.ufu.br/trabalho_2.pdf. Acesso em: 14 set 2008. 2. Sites das universidades brasileiras. Acesso em: 28 dez 2008.

O número de programas de pós-graduação em Educação Física tem crescido, assim como as áreas de concentração e linhas de pesquisa que têm se diversificado muito. Mediante esse crescimento, é fundamental que questionemos as contribuições que as produções elaboradas pelos programas

apresentam para o crescimento da área, em vista as contribuições as problemáticas significativas que ainda precisam ser pesquisadas.

Portanto, é fundamental que se analise a própria pesquisa, os caminhos teórico-metodológicos adotados para o seu desenvolvimento, assim como é fundamental que identifiquemos os interesses e determinantes sócio-econômicos, políticos e ontológicos que se encontram explícitas nas tendências das esferas específicas dos conhecimentos produzidos. É preciso que apontemos pesquisas que investiguem o ato de pesquisar, para que possamos superar os problemas gnosiológicos que se encontram presentes nas pesquisas e que reconhecemos ao realizar essa pesquisa.

5.1.3. Aspectos históricos do curso de Educação Física da UFBA: Breve relato da sua implantação¹⁵⁰

O Curso de Licenciatura em Educação Física da UFBA foi instalado em 1988 e reconhecido – credenciado, oficialmente em 23 de fevereiro de 1996. Na UFBA, a história da Educação Física é demarcada pelo regime militar e a determinação legal – Lei 4.024 de 20/12/61 e o Decreto 69.450 de 01/11/71 que instituem a obrigatoriedade da Educação Física no Ensino Superior. Criou-se assim um organismo departamental, ligado à Superintendência de Assistência ao Estudante, que cumpriu a sua atribuição de garantir a todos os universitários a prática da Educação Física, enquanto componente curricular obrigatório para integralização do currículo de graduação. Em 1986, o departamento ligado a Superintendência Estudantil passou para a Faculdade de Educação onde foi instituída uma Comissão para elaborar a primeira proposta de um Curso de Licenciatura em Educação Física na UFBA. Essa proposta estava baseada na Carta de Belo Horizonte, elaborada em Julho de 1984, e nas reflexões oriundas do debate nacional sobre Formação do Educador. O objeto de estudo era o “movimento como uma interação mente-corpo” e os campos de ação era o ensino nas escolas, nas academias e demais orientações de atividades esportivas, recreativas e de lazer em

¹⁵⁰ Dados extraídos do documento: Reestruturação do curso de Licenciatura Plena em Educação Física da FACED/UFBA: projeto político pedagógico. Apresentado pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação Física da FACED/UFBA. Disponível em: lepel.ufba@grupos.com.br. Acesso em: 05 junho 2007.

diversos espaços públicos e privados. Demarcava-se a formação considerando os locais de trabalho e as atividades e não campos de trabalho e fenômenos sociais. A carga horária era de 3.255 horas sendo 1.710 do currículo mínimo, 1.269 complementares obrigatórias, 225 optativas, 60 de eletivas. O sistema era semestral e de creditação; para integralizar o currículo eram necessários 154 créditos. A partir de 1988 o curso passou a oferecer 30 vagas e, a partir de 1992, 40 vagas. Os primeiros anos indicam que poucos alunos integralizavam o currículo no tempo previsto. Em 1989, os estudantes criaram o Diretório Acadêmico.

Do reconhecimento oficial do Curso de Licenciatura em Educação Física, em 1988 até janeiro de 2007 – transcorreram muitos debates, eventos, estudos de mestrado e teses de doutorado, avaliações e pressões estudantis para que o currículo avançasse em sua reestruturação. Entre os anos 2000 e 2005 foram realizadas avaliações internas, elaborado um dossiê sobre as condições de oferecimento do curso e aprovado um plano estratégico que contemplou 14 variáveis indicadas para a reestruturação curricular. Foram realizados debates entre os professores, estudantes, egressos, especialistas na área e elaborados relatórios técnico-científicos que subsidiaram com dados empíricos a defesa de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Após serem concluídos os trabalhos de avaliação interna do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFBA, em 2003, foi elaborado, encaminhado e aprovado um dossiê sobre “Reestruturação do Curso de Educação Física e implementação do Curso Noturno de Licenciatura em Educação Física”. Isto foi possível após uma série de procedimentos para coleta e análise de dados e de submetê-los a crítica e debates com professores, estudantes, e técnico-administrativos, observando o procedimento de checar com os envolvidos no processo tanto o conteúdo quanto o método empregado no trabalho.

Os procedimentos adotados que culminaram na apresentação das indicações para reestruturação curricular e ações estratégicas para o Departamento de Educação Física, bem como na proposta de abertura do curso noturno, asseguraram cinco dimensões do trabalho científico com o Currículo, a saber: a) Consideraram o conhecimento atualizado sobre a questão do currículo e a legislação vigente da UFBA, interna e externa, referente ao assunto; b) O trabalho realizado foi submetido a exame dos pares

– foi checado com os membros para assegurar validade e fidedignidade; c) foi assegurada a possibilidade da participação responsável de todos e, com isto, a legitimidade e os compromissos políticos do coletivo com a reestruturação e com as inovações curriculares; d) foi ampliado, divulgado e tornado público para ser submetido a crítica e, em seguida, encaminhando as instâncias deliberativas da instituição as propostas construídas coletivamente; e) foram elaboradas uma série de documentos para, por fim, consolidar o documento denominado “Plano Estratégico para reestruturação Curricular”, a saber: - Avaliação das condições de oferecimento do curso de licenciatura em Educação Física da UFBA; - Arrazoado com proposta de Diretrizes Curriculares para o Curso de Educação Física da UFBA; - Minuta com Resolução de Diretrizes Curriculares; - Proposta de reestruturação curricular a partir da disciplina prática do ensino e do estágio supervisionado; - Proposta de Resolução para orientar trabalhos monográficos; - Proposta de resolução para a consideração de trabalhos complementares; - Proposta de inclusão de Atividades Curriculares em Comunidade: “Cultura Corporal e Meio Ambiente” em todos os 19 cursos de licenciatura da UFBA; - Relatórios de reuniões com a Pró-Reitoria de Graduação e a equipe que estuda a reformulação dos 19 cursos de licenciatura da UFBA; - Relatório de reuniões com direções de Centros sobre reformulação de curso; - Reunião, com ata, com o corpo discente da Educação Física para discutir propostas de reformulações curriculares; - Reunião, com ata, com o corpo docente da Educação Física para discutir propostas de reformulação curricular; - Realização, com relatório, do I Fórum sobre Formação de Professores com a presença de especialistas no assunto; - Realização, com relatório, de debate com especialistas internos e externos à UFBA, sobre o assunto, realizado nos anos de 2003, 2004, 2005 e no mês de março de 2006; - Reunião conjunta entre pleno do departamento de Educação Física e colegiado do curso de Educação Física, nos anos de 2003, 2004, 2005 e março de 2006.

Ocorreram reuniões mensais do Colegiado do Curso de Educação Física nos meses de abril de 2006 a dezembro de 2006 para aprovação de todos os itens considerados. Atualmente, o curso encontra-se em processo de reformulação curricular. Expomos no anexo (1) a grade curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física, publicada pela Superintendência Acadêmica

da UFBA – SUPAC, em 24/01/2008. Todos os programas das disciplinas do currículo foram analisados para verificar relações, nexos e contradições que apresentam as propostas de estudos, com relação às produções do lazer tratados na pós-graduação no Brasil. Considerando que somente há uma disciplina que trata dos estudos do lazer na formação dos professores de Educação Física, o enfoque de análise recaiu sobre a disciplina – RECREAÇÃO I. (Anexo 2).

Na próxima seção deste capítulo tratamos da sistematização dos dados, apontando elementos que nos permitiram reconhecer na totalidade, o que depuramos do tratamento da amostra das duas fontes da pesquisa.

5.2 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A sistematização de informações/dados, que expomos nessa seção foi colocada em quadros, que nos permitiu estabelecer análises descritiva-críticas. Esse procedimento nos permitiu identificar e dar ênfase as informações/dados que nos permitissem reconhecer o que é secundário e o que é essência do fenômeno, já que somente por meio dessa separação podemos apresentar a coerência interna do objeto, e com isso o seu caráter específico.

Procedemos por caráter de necessidade metodológica de exposição, apresentar a análise das produções *stricto sensu* e em seguida, a análise dos programas das disciplinas do Curso de Licenciatura em Educação Física.

5.2.1 Pesquisas *stricto sensu* produzidas entre o período de 1972 a 2008: Caracterização da amostra

Iniciamos a caracterização da amostra das produções *strito sensu*, levantando das 84 pesquisas, 36 produções de teses da amostra do quadro abaixo, que foram produzidas a partir de uma diversidade de cursos de pós-graduação, localizadas em várias universidades. Dentre as 11 universidades que contém as teses analisadas, a UNICAMP desponta com 12 produções e em seguida temos a PUC de São Paulo.

Quadro 7 – Número de teses analisadas e suas respectivas instituições, no período de 1972 a 2008.

Universidades	Quantidade
PUC – SP	06
USP	05
UNICAMP	12
UGF	02
UFBA	02
UFPE	02
UFSC	01
UERJ	01
UFRJ	01
UFRGN	02
UFMG	02
Total	36

Vários dados já expostos consolidam a realidade quantitativa de maior número de teses e dissertações produzidas pela UNICAMP. O curso de doutorado criado em 1993, fez em 2008, 15 anos de existência.

Alicerçando a base do curso de doutorado da UNICAMP, temos o curso de mestrado, criado em 1988, que expomos no quadro abaixo, com 6 dissertações analisadas. Dentre as 233 dissertações levantadas, nos quadros (6 e 7), podemos observar que o maior número de produção foi localizada na UNICAMP, com 16 produções analisadas.

Quadro 8 – Número de dissertações analisadas e suas respectivas instituições, no período de 1972 a 2008.

Universidades	Quantidade
UFRJ	02
UGF	04
UFPE	03
UNESP	01
UNICAMP	04
USP	03
UFBA	01
UNIVALI	01
PUC – SC	01
UFU	02
UNIFACS	01
UFSC	02
UEL	01
UFRGS	01

PUC-Campinas	03
PUC-RJ	02
PUC – SP	01
UFMGN	01
UFMGS	01
UCDB	01
FGV	01
UOP	01
UERJ	01
UnB	01
UMP	01
UEPJMF	02
UNIMEP	02
UFSM	01
FCMSCJP	01
UFPB	01
Total	48

A UNICAMP possui dois grupos de pesquisa – GLEC e GALE, além da existência dos Ciclos de Debates Lazer e Motricidade: Reflexões contemporâneas sobre corpo e o Lazer -, que apresenta produção em publicações, anualmente.

Considerando o levantamento das produções analisadas, apresentamos abaixo, uma tabela em que podemos visualizar o quantitativo das produções em relação aos anos em que estas foram produzidas. Levantamos nesse quadro o percentual referente à totalidade de produções analisadas.

Quadro 9 – Quantitativo de produções levantadas e analisadas com as respectivas datas de defesas, referentes ao período de 1972 a 2008.

Ano	Dissertações (levantadas)	Dissertações (analisadas)	Teses (analisadas)	Quantidade (total)	(%) Total (analisadas)
1972	1	1		1	1,1%
1979	1				1,1%
1982	3				
1985	1	1		1	1,1%
1986	1				
1987	1				
1988	2		1	1	1,1%
1989	3	1		1	1,1%
1990	2	1		1	1,1%
1991	5	1	1	2	2,3%
1992	6	1		1	1,1%
1993	4	1		1	1,1%
1994	7	1		1	1,1%

1995	6	1	1	2	2,3%
1996	9	2		2	2,3%
1997	6	1		1	1,1%
1998	9	2		2	2,3%
1999	13	3	1	4	4,8%
2000	17	3		3	3,6%
2001	15	3		3	3,6%
2002	13	3	4	7	8,4%
2003	28	5	11	16	19%
2004	21	5	5	10	12%
2005	14	2	3	5	6,1%
2006	35	8	4	12	14,3%
2007	4		5	5	6,1%
2008	6	2		2	2,3%
Total	233	48	36	84	100%

Obs: Os quadros em branco indicam que não houve produção a ser analisada nos anos (1979, 1982, 1986, 1987). Não houve tese e as dissertações não foram selecionadas.

Podemos reconhecer na tabela acima, que os anos de 2003, 2004, 2005 e 2006, são os anos mais quantitativamente produtivos para os estudos do lazer; são 43 produções, ou seja, 51% de todas as produções levantadas para análise da pesquisa.

Das 43 produções analisadas 16 (42%) foram produzidas pela UNICAMP. Destas, 37 promoveram pesquisas na abordagem de concepção fenomenológico-hermenêutico, 1 na abordagem empírico-analítica e 4 teses e 2 dissertação se apresentam na concepção crítico-dialética.

As abordagens metodológicas adotadas para reconhecer os níveis técnico e metodológico das produções são provenientes da tipificação (ou lógicas do saber) tratadas por Sánches Gamboa (1996, p. 89)¹⁵¹

As 37 produções de abordagem fenomenológico-hermenêutica, que correspondem nesses quatro aos anos (2003 a 2006) há 44% das 84 pesquisas analisadas, predominam procedimentos qualitativos, tais como: análise do discurso, análise dos acontecimentos sociais, análise documental,

¹⁵¹ Segundo Sánches Gamboa (2001, p. 63-64): “Baseado no diagnóstico sobre os desvios e o conflito técnico quantidade-qualidade, a discussão avança quando aponta para as questões epistemológicas. Uma maneira de avançar consiste em procurar os paradigmas epistemológicos implícitos nas várias modalidades de pesquisa. Essa nova forma que a discussão toma, em vez de abandonar as questões anteriores, recoloca os ‘desvios’ e ‘ismos’ (modismo e concepções de caráter ideológico) e o conflito entre opções técnicas, já não como problemáticas centrais, mas como desdobramentos das várias visões de mundo e dos diversos pressupostos implícitos na produção da pesquisa. Em outras palavras, a abordagem epistemológica permite analisar em forma articulada os aspectos instrumentais relacionados com os níveis teóricos e epistemológicos e com os pressupostos gnoseológicos e ontológicos que fazem referência à visão de realidade implícita em cada pesquisa”.

com caráter descritivo e interpretativo do fenômeno. As críticas levantadas nos estudos e que aparecem nos resumos não partem de contradições da realidade em que o objeto se coloca, mas ao escamoteamento dos fins do lazer, mediante os interesses de consumo requeridos pela classe burguesa.

Das 43 produções da UNICAMP, 1 é de abordagem empírico-analítica, que pode ser identificada na Ficha de Análise de Resumo no. 44, do pesquisador Baldan (2006): é uma pesquisa exploratória de campo de caráter experimental, tendo descrições de situações observadas. Apresenta preocupação com dados informativos para a população, não questionando as determinações geradoras da realidade do objeto estudado. Fica evidente nesta abordagem de pesquisa a visão estática da realidade. O pesquisador se apropria da realidade do objeto reduzindo a sua análise especificamente ao ambiente físico em que a pesquisa se desenvolve.

Nas sete pesquisas tratadas pela abordagem crítico-dialética, seus pesquisadores compreendem a realidade como um fato dinâmico, impregnado de contradições; o objeto de pesquisa se fundamenta no conceito de correspondência entre pensamento e a realidade. Estas sete pesquisas produzidas por Carrano (1992), Awad (2002), Padilha (2003), Batista (2003), Silva (2005), Silva (2005) e Peixoto (2007), diferem das demais, portanto, pela relação sujeito-objeto que ocorre na base do real em que estes são unificados na história da existência humana. Localizamos o resumo destas sete teses nas Fichas de Análises de Resumos no. 06, 24, 57, 30, 74, 75 e 81, respectivamente.

Ao levantar estes níveis da produção das pesquisas, destacamos a relevância do esforço dos pesquisadores e da contribuição dos estudos ao definir suas matrizes teórico-metodológicas que orientam os estudos do lazer no Brasil, em vista a necessidade de trabalhar a realidade objetiva em que se coloca a práxis social do lazer frente aos interesses do capital.

Segundo os estudos de Peixoto (2007, p.19-20), há um fluxo de produção do conhecimento do lazer significativo no século XX, nos anos de 2003, 2004 e 2005. A pesquisadora ao observar o aumento da produção chama a atenção dos pesquisadores sobre a necessidade de procurar explicações para os interesses da existência destas produções, e ressalta que o movimento precisa ser realizado, segundo Saviani (*apud* Peixoto, p. 20) (1)

considerando as características internas da produção, privilegiando-se: (a) o levantamento das áreas do conhecimento dedicadas à temática; (b) à polissemia e paráfrase dos termos com os quais esta produção é auto-identificada; (c) às temáticas e problemáticas privilegiadas; (2) o movimento histórico no período em que esta produção ocorre.

Abaixo, expomos uma tabela em que especificamos o nível técnico e metodológico das pesquisas que analisamos, segundo as abordagens adotadas.

Quadro 10 – Especificação dos níveis técnicos e metodológicos expostos nas 84 pesquisas analisadas, referente ao período de 1972 a 2008.

Abordagens	Nível Técnico	Nível Metodológico
(tipos)	(tipos)	(fonte de dados /informações)
Empírico-analítica	Exploratória descritiva de campo, pesquisa experimental	Questionário, amostra de material físico.
Fenomenológica-Hermenêutica	Estudo de caso, exploratória de campo, exploratória bibliográfica, exploratória documental, pesquisa participante, etnográfica, pesquisação,	Documentos, entrevistas, entrevistas semi-estruturadas, entrevistas abertas, fotografias, caderno de campo, levantamento de opiniões, entrevista estruturada, análise de falas, anedotário para registro, relatos, diário de campo, grupos focais, registro fotográfico documental, observações gerais, observação formal, observação participante, entrevista narrativa, narrativa ouvida.
Crítico-dialética	Exploratória documental, pesquisação, pesquisa de campo, pesquisa bibliográfica.	Documentos, entrevistas, seminários, observações com registros.
Outras ¹⁵²	Não se apresenta no resumo	Não se apresenta no resumo

As técnicas de coletas de dados são basicamente as mesmas para todas as pesquisas, considerando diferenças na análise dos dados coletados, em vista as três abordagens. Nas pesquisas empírico-analíticas predominam estudos de caráter descritivo e de resultados quantitativas, com aplicações de questionário e levantamento de amostras de material físico. Nas pesquisas fenomenológica-hermenêutica predominam os estudos de caso, pesquisas exploratórias bibliográficas e documental com aplicação de instrumentos de

¹⁵² Refere-se às pesquisas de difícil classificação pela indefinição no nível teórico-metodológico.

registros de campo, entrevistas, análise do discurso e observações. Nas pesquisas crítico-dialética predomina a pesquisa documental, bibliográfica com instrumentos de levantamento de dados, documentos e publicações.

Quanto às áreas de concentração das produções, apresentamos na tabela abaixo, uma grande dispersão, o que denota a complexidade em que se apresentam na pós-graduação os processos de produção do conhecimento do lazer. Estes pesquisadores não produzem conhecimento de maneira livre, mas sob determinações históricas advindas do grau de desenvolvimento das forças produtivas, a partir do acúmulo deixado pelos seus antecessores.

Quadro 11 - Áreas de concentração das 84 produções analisadas, referentes ao período de 1972 a 2008.

Área de concentração	Teses	Dissertações	Quantidade	(%)
Educação	11	11	22	26,1
Educação Física	8	10	18	21,4
Comunicação e Artes	1		1	1,1
Saúde Coletiva	1	1	2	2,3
História	1	1	2	2,3
Direito	1		1	1,1
Ciências Sociais Aplicada	4		4	4,8
Arquitetura e Urbanismo	2	1	3	3,6
Ciências da Comunicação	2		2	2,3
Estudos do Lazer	1		1	1,1
Ciências Sociais em Desenvolvimento	1		1	1,1
Sociologia	2		2	2,3
Psicologia		2	2	2,1
Planejamento e Administração em Educação Física		1	1	1,1
Educação Física e Cultura		1	1	1,1
Extensão Rural		1	1	1,1
Administração Rural e Extensão Rural		1	1	1,1
Urbanismo		1	1	1,1
Medicina		1	1	1,1
Turismo e Hotelaria		1	1	1,1
Ciência Política		1	1	1,1
Engenharia		1	1	1,1
Enfermagem Psiquiátrica		1	1	1,1
Administração Estratégica		1	1	1,1

Ambiente, Atividade Física e Bem Estar		1	1	1,1
Planejamento Urbano e Regional		1	1	1,1
Psicologia Social		1	1	1,1
Economia		1	1	1,1
Ciências da Motricidade		1	1	1,1
Serviço Social		2	2	2,1
Geografia		1	1	1,1
Administração de Empresa		1	1	1,1
Políticas Públicas		1	1	1,1
Ciência Animal		1	1	1,1
Antropologia Social		1	1	1,1
Total	36	48	84	100%

Nesse quadro prevalece em maior número da amostra de pesquisa na área de educação (26,1%) e Educação Física (21,4). A amostra da dispersão existente denota o quanto se encontra fragmenta a produção do conhecimento em vista aos diversos interesses de classes.

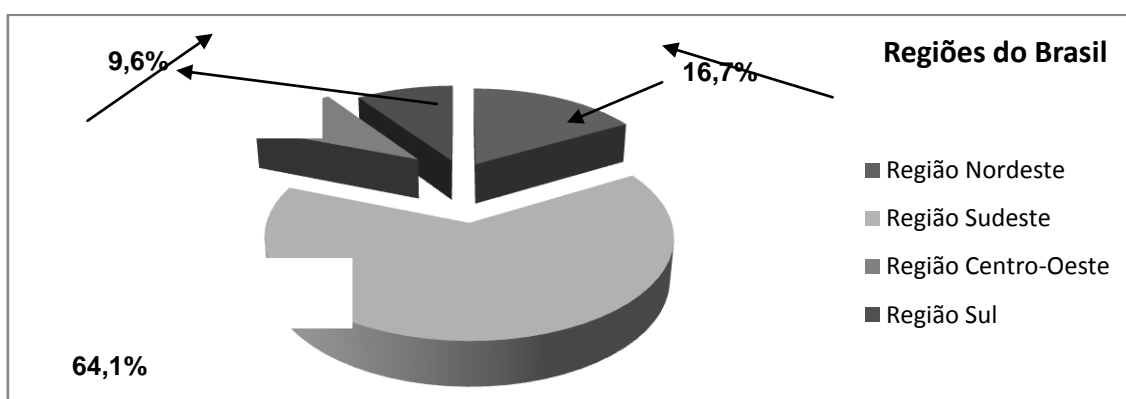
A constatação dessa complexidade em que se apresenta o objeto em diversas áreas de concentração de pesquisas, implica na premente necessidade de estudos mais específicos e aprofundados para identificar contradições, conflitos e desafios, tanto para a compreensão da totalidade do que vem sendo produzido na área, quanto para a necessidade de reconhecermos questões direcionadas a formação de professores que trabalham com o lazer.

A base do movimento do conhecimento do lazer no sentido de novos resultados depende da interação prática dos trabalhadores de lazer com as relações de trabalho. Mediante essa premissa, perguntamos: 1. A que interesse de classe a formação dos professores de Educação Física atende? 2. Há enfrentamento teórico da problemática do conhecimento historicamente produzido sendo tratado na formação dos professores de Educação Física? 3. Que mediações a produção do conhecimento *stricto sensu* estabelece na formação dos professores de Educação Física? 4. Qual a forma de trabalho que a formação de professores determina para a conquista da liberdade e das necessidades da práxis social lazer mediante a necessidade do confronto com a ordem capitalista de consumo na luta de classes?

Para conceber possibilidades superadoras em vista ao confronto dos interesses do capital que manipula as pesquisas e a formação dos profissionais que atuam com a práxis social lazer nas relações de trabalho pedagógico, se faz necessário um maior acúmulo de estudos concebidos pela abordagem materialista histórica dialética. É preciso que seja denunciada a fragmentação do conhecimento, assim como se faz necessário reconhecer as barreiras disciplinares dos cursos de pós-graduação no Brasil. É preciso enfrentamento na análise da produção da pesquisa em lazer para captação da verdade objetiva do conhecimento que vem sendo produzido; é preciso denunciar os mecanismos que partem de estratégias de interesses mercadológicos que as universidades vêm alimentando nessa área. Esses são sintomas evidentes dos interesses pela privatização da pesquisa de forma implícita ou mesmo explícita, como verificamos nos estudos analisados.

Para uma visualização de como a produção que investigamos dos estudos do lazer se estabelece em termos de região, expomos o gráfico abaixo, em que apresentamos uma distribuição dos 84 pesquisas analisadas.

Gráfico 1 – Distribuição das 84 produções da amostra da pesquisa em Regiões do Brasil, considerando o período de 1972 a 2008.



A única região do Brasil que não identificamos na amostra da produção do conhecimento do lazer foi a Região Norte.

A Região Sudeste demarca com 54 produções, ou seja, 64,1%; a amostra da pesquisa, seguida da Região Nordeste com 14 pesquisas. As Regiões Centro-Oeste e Sul apresentam cada uma 8 pesquisas.

Essa realidade de distribuição regional em que a concentração das produções se apresenta no sudeste do país revela o comprometimento das

diferenças de distribuição de recursos para a educação básica, a formação dos profissionais nas universidades e especificamente para a pós-graduação. Somente o estado de São Paulo concentra 48,8% das 84 produções analisadas.

Na tabela abaixo expomos como está a distribuição das 84 produções analisadas, considerando a localização nos 13 estados das regiões do Brasil em que levantamos as produções.

Quadro 12 – Distribuição de 84 produções por estados, considerando as Regiões do Brasil, em vista ao período de 1972 a 2008.

Regiões	Estados	Quantidade	(%)
Nordeste	Bahia, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte.	14	16,7
Sudeste	São Paulo, Rio de Janeiro	54	64,1%
Sul	Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná.	8	9,6%
Centro-Oeste	Minas Gerais, Mato Grosso, Brasília, Mato Grosso do Sul.	8	9,6%
Total	13	84	100

Sobre a distribuição das produções de pesquisas nas regiões, destacamos também a mesma evidência, na pesquisa de Gomes (2004) que aponta em sua amostra de 336 produções *ctricto sensu* de lazer, que 71% das pesquisas estão localizadas na região Sudeste, ficando a Região Sul em segundo lugar e em terceiro a Região Nordeste.

Considerando que a quantificação da formação de pesquisadores na pós-graduação decorre paralelamente da produção de novas dissertações e teses, observamos que há um desequilíbrio provocado pela abrupta expansão principalmente do ensino superior privado. Identificar o comportamento deste desequilíbrio que tem sua base nas políticas de interesses de governo, é fundamental para a possibilidade de luta e conquista por uma projeção de política mais distributiva para as regiões brasileiras.

Os dilemas cruciais das Regiões Norte e Nordeste são provenientes da mais profunda necessidade histórica de ordem econômica, social e cultural que diz respeito à autonomia e equidade de condições de independência, o que

significa reconhecermos nessa realidade que as alternativas políticas efetivas para as universidades destas regiões precisam ter outra lógica de distribuição das riquezas produzidas pela classe trabalhadora, pois essa é uma exigência de situação concreta de desigualdade. Há uma ética inerente a responsabilidade científica para a população dessas regiões, que impõem necessidades de confronto, que não podem ser unilateral, cega e dogmática.

Nas produções *ctricto sensu* da Região Nordeste somente encontramos três pesquisas sobre lazer, que apontam estudos sobre a relação governo e sociedade em gestão política, formação profissional e políticas públicas, que são os estudos de Batista (2003) Silva (2005) e Silva (2005), cujos resumos podemos reconhecer nas fichas (30), (74) e (75), respectivamente. Essa realidade denota que as pós-graduações das universidades da Região Nordeste se encontram distantes de produções que tratem de problemáticas que possam estabelecer resistência ao domínio imperialista do capital, que gera em nosso país regiões de dependências no campo da formação que são favoráveis a manutenção de um mercado de reserva de trabalhadores não qualificados, disponíveis para o estado de exploração.

Essa realidade é um dos desafios ao qual nos colocamos na condição de identificar nesta pesquisa de caráter epistemológico, os pressupostos ontológicos da produção do conhecimento do lazer, no enfrentando a complexidade em que se apresenta o objeto mediante o que caracteriza nossa amostra de pesquisa.

No sentido de apontar novos resultados no campo científico da área, sem cair no idealismo ou nos mecanismos que camuflam a realidade e que favorecem os interesses do capital, fazemos o esforço de desenvolver nossas análises e o próprio conhecimento, segundo as leis e formas da própria realidade objetiva, que são refletidas em nossa consciência.

As leis objetivas concebidas pela lógica em que dispomos nossas análises tornam-se método de movimento do nosso pensamento para expor o que apresentamos a seguir. Nas formas em que o ser social se coloca na realidade objetiva da práxis social do lazer foi possível elaborar um método teórico-científico de raciocínio das ações práticas tratadas pelas pesquisas. Ao examinarmos a práxis social do lazer em vista as necessidades de homens e mulheres e suas práticas, buscamos especificar qual o homem e mulher e qual

a prática, pois perdendo de vista esses aspectos ontológicos das produções, podíamos perder de vista a especificidade da filosofia marxista que buscamos nos apoiar.

Há um “fundo Intelectual”¹⁵³ que ocupa lugar essencial na produção científica que é a ideologia dominante, o que significa um sistema de conhecimento da posição do homem e da mulher frente ao meio social e ideológico, que os cercam; ter de forma real o conhecimento produzido, reconhecer que lugar ocupa no mundo, a que interesses se coloca na sociedade em vista as objetivações que se apresentam nos objetivos, nos permite identificar o que determina as necessidades que o pesquisador estabelece em sua atividade de trabalho nas produções das teses e dissertações nas pós-graduações.

O mundo da objetivação da práxis social do lazer precisa nos interessar na investigação científica, não por si só, mas para reconhecermos como esta objetivação se coloca na realidade enquanto meio de satisfação de determinadas necessidades sociais de classes¹⁵⁴. É na tentativa de reconhecer ontologicamente quais são as necessidades em que se colocam as produções *stricto sensu* do conhecimento lazer no Brasil, que avançamos em expor os achados da análise sobre os pressupostos ontológicos.

Segundo Silva (1997, p. 14), os estudos que se colocam como “investigação epistemológica” tomam da epistemologia elementos que nos possibilitam acessos aos diversos pressupostos implícitos nas pesquisas e que nos permitem apropriar do conhecimento dos diversos tipos de pesquisas que vêm sendo elaboradas numa determinada área do saber, assim como, suas tendências metodológicas, pressupostos filosóficos, ontológicos, concepção de ciência e identificar os condicionantes sócio-econômicos que determinam a produção científica, a aplicação dos resultados e seus processos de veiculação.

¹⁵³ Segundo Kopnin (1972, p. 178) para que o cientista tenha um objetivo social e cumpra as suas funções na produção do conhecimento, “deve ter consciência de si mesmo, conceber as leis universais do desenvolvimento da natureza e da sociedade, compreender o seu lugar no sistema das relações sociais vigentes, ter seus ideais como homem e cientista”.

¹⁵⁴ Entendemos a realidade no mundo da objetivação da produção científica proveniente da pesquisa como um todo concreto que tem a sua própria estrutura que se desenvolve que se vai criando. É dessa concepção, de realidade que o pesquisador decide certos princípios epistemológicos e estabelece certas exigências metodológicas. Portanto, teoria e método têm mútua implicância nas produções que analisamos nessa pesquisa da pesquisa.

Quanto aos objetivos tratados nas pesquisas, destacamos que pela diversidade das áreas de concentração em que se colocam as produções, estas se apresentam muito dispersos e evidenciam uma forte variedade de objetivações de diversos interesses¹⁵⁵.

Elaboramos um quadro em que levantamos em síntese os objetivos contidos nas 84 produções analisadas, considerando fundamentos teórico-filosóficos adotados pelos pesquisadores. (Quadro 14 – Apêndice F).

No nível teórico das produções, reconhecemos a ausência nos resumos dos problemas investigativos e da hipótese. Das 84 produções, 66,4% não apresentaram problemas de pesquisa. E a apresentação de hipótese nas pesquisas, o número foi muito reduzido, inferior a 10%.

Priorizamos na análise do nível teórico das pesquisas, os objetivos, considerando que esse elemento é expresso com clareza nos resumos analisados. Das 84 pesquisas, levantamos para análise dos pressupostos ontológicos, 70 produções que permitiram o reconhecimento da classificação de abordagem de pesquisa; portanto, analisamos 91,4%. Da totalidade da fonte das produções *stricto sensu* retiramos 14 pesquisas, por não apresentarem definido nos resumos, as abordagens de pesquisa. Estas pesquisas estão incluídas em outras análises.

Quanto aos pressupostos ontológicos implícitos nas três teses e dissertações da abordagem empírico-analítico, destacamos elementos de análise somente em dois objetivos de pesquisas, considerando que uma das pesquisas o objetivo não estabelece nexos com a práxis social do lazer. Nas duas abordagens, tanto fenomenológica-hermenêutica quanto empírico-analítico, identificamos que apresentam objetivos de interesses de estudos aproximados. Estes estudos representam 91,4% das pesquisas analisadas, considerando que das 70, sete são de abordagem crítico-dialética. (Quadro 16 – Apêndice H).

Antes de iniciar um processo mais rigoroso da pesquisa ressaltamos que a logificação de um processo de investigação constitui precisamente o processo pelo qual se passa de uma forma mais ou menos anarquizada e

¹⁵⁵ Conforme Silva (1997, p. 14) esse tipo de pesquisa tem levado a novas concepções e reflexões acerca de concepções científicas e, principalmente, à produção de novas formas de pesquisa.

inorgânica das informações / dados, para a sistematização. Segundo Prado Júnior (1969, p. 451) esse processo de logificação é também, em geral inconsciente, e somente se torna consciente num nível já bastante evoluído e adiantado do conhecimento e da sua logificação.

Nesse momento da pesquisa, nos encontramos num processo de análise mais pormenorizada do método dialético da pesquisa, valorizando o caráter essencial do nosso pensamento, que é o seu movimento. Isto é, partimos de uma organização do pensamento já suficientemente organizado, tendo adquirido a maturidade suficiente, que se coloca enquanto consciente percebido¹⁵⁶.

Procuramos nas análises que seguem a esse momento da produção da pesquisa, provocar em nosso pensamento o máximo de abertura, pois é somente quando este atinge esse máximo de mobilidade necessária que a dialética opera. Mas, tomamos o cuidado de não operar na divagação perigosa das incursões pessoais, em que muitos pesquisadores escorregam; fizemos opção em assumir o esforço tenso da concepção que as análises requerem a partir do rigor e disciplina requerida pelo método.

Iniciamos, portanto, a partir desse momento da produção, a formalização lógica, isto é, a expressão formal (verbal ou simbólica) da estrutura conceptual, que diz respeito à dinâmica da interligação e articulação de conceitos e fundamentos expostos pelos pesquisadores em suas produções de pesquisa.

Nas duas abordagens, os pesquisadores se voltam para a objetivação da práxis social do lazer fundamentados em fatores que identificam os interesses humanos que necessariamente partem da produção da existência na formação econômica capitalista. Portanto, as propostas de estudo se colocam com objetivos que visam interesses alheios as condições reais de produção da classe trabalhadora, do ser social, mediante a necessidade premente de outro projeto histórico.

Para evidenciar a realidade em que se coloca a objetivação do lazer nas produções, ressaltamos a partir dos focos das pesquisas alguns elementos, dentre outros, possíveis de serem evidenciados (quadro 14 - apêndice F): 1. O

¹⁵⁶ Segundo Prado Júnior (1969, p. 451) em outras palavras, “[...] os homens (ou antes, alguns deles que depois o transmitem a seus semelhantes) tomam consciência dos seus processos mentais e da sua maneira de ser ou forma já organizada; nesse momento, tal forma se faz *método*, expressão consciente da forma do pensamento.

indivíduo é um ser no mundo, carente de lazer e que precisa de intervenções do Estado para que o direito social seja garantido; 2. O homem e a mulher são concebidos na relação com a práxis social do lazer dependentes de educação para o lazer que precisa ser concedido por processos da formação escolar; 3. A práxis social do lazer se resolve nos interesses de políticas públicas que precisam partir dos interesses do poder público; 4. Equipamentos voltados para a oferta de lazer presentes nos espaços físicos bastam para que o homem e a mulher possam usufruir da práxis social do lazer na sociedade; 5. Tempo livre é uma fonte de aprendizado para crianças e jovens; 6. O lazer se coloca no sentido dos indivíduos viverem aventuras na natureza; 7. Há comunicação do lazer no âmbito da cultura humana; 8. Lazer pode ser vivenciado por trabalhadores nas empresas nas relações de trabalho; 9. Os indivíduos na sociedade consomem lazer nas interações da cultura denominada televisiva; 10. Lazer pode ser considerado atividades lúdicas vivenciadas por escolares. 11. A prática de drogas realizada por jovens na sociedade é concebida como lazer; 11. Lazer é associado ao turismo dos indivíduos, enquanto negócio de impacto dos empresários; 12. O lazer é tratado enquanto direito social a partir de identidades individuais e coletivas de luta pelo acesso a fruição de atividades; 13. Os idosos para vivenciarem a práxis social do lazer necessitam de projetos em áreas públicas; 14. Há interesses em investigar o que causa o acesso e fruição de atividades de lazer para estudantes.

O que podemos considerar em nossas análises a partir do que identificamos nas pesquisas é que a práxis social do lazer na sociedade sendo reconhecida enquanto um direito social das relações humanas não tem sido tratado pela natureza real das relações advindas do trabalho na formação econômica capitalista. Ao tempo que os seres sociais são possuidores desse direito, são carentes da sua práxis e esta se expressa pela necessidade de tratamento gerado por interesses regidos pelas políticas públicas de controle dos estados, dos municípios, das escolas, de empresas, de instituições etc.

Há evidente um pleno controle da sociedade regida pelo poder das organizações da infra-estrutura da sociedade em oferecer as condições que possibilitam os indivíduos usufruírem da práxis social do lazer. Nessa perspectiva, todas as necessidades e objetivos em que as pesquisas se voltam, alimentam objetivamente, o que ao longo da história, a práxis social do

lazer vem se colocando, pois todo o reflexo da realidade estudada pelos pesquisadores é historicamente condicionado pelos interesses da formação econômica capitalista.

Portanto, nessa análise dos objetivos das pesquisas, reconhecemos ontologicamente, que todo o conhecimento objetivado pela realidade da práxis social do lazer desponta enquanto necessidades históricas regidas por determinações da vida social objetiva, que são controladas e regidas pelo capital, em vista ao desenvolvimento humano alimentado pela formação econômica capitalista.

Assim, como já reconhecemos em estudos anteriores (Sá, 2003, p. 100), “o lazer é compreendido como um conjunto de mediações simbólicas da cultura, com força expressiva na linguagem e na narrativa para estruturar-se na instância das representações da sociedade, dos sujeitos; na elaboração das experiências e no estabelecimento de elos de coletividade”. Nesses estudos, só podemos reconhecer o lazer a partir de uma sociedade explicada pelo funcionalismo, o que significa depreciar os estudos do lazer a partir da história. Os estudos ignoram os elementos dinâmicos de uma realidade concreta, pois se apóiam em suposições idealistas.

Nas abordagens crítico-dialéticas de pesquisas, que representam 8,6% das produções analisadas nesse quadro, identificamos dentre outros objetivos de estudos destacados, evidências de pressupostos ontológicos do lazer em outras possibilidades de reconhecimento de necessidades sociais. Ao investigar a realidade em que os seres sociais produzem a existência, a consciência dos pesquisadores reflete a realidade buscando produzir um conhecimento do real de modo mais fiel possível, embora reconheçamos que a fidelidade do reflexo é condicionada pelas necessidades e pelos objetivos que orientam as pesquisas nos cursos de pós-graduação.

Mediante o levantamento das informações/dados da realidade extraídas dos objetivos das pesquisas, destacamos que: 1. É investigada criticamente a apropriação das obras de Marx e Engels nos estudos do lazer, assim como é destaca a compreensão da problemática de lazer tratada nesses estudos; 2. Crítica ao shopping Center, enquanto espaço de lazer privado e de consumo na sociedade de classes; 3. Há Identificação crítica de posições assumidas pela gestão pública de esporte de lazer, produzindo o pesquisador, proposições

superadoras da realidade; 4. Há investigação das contradições e possibilidades de política de esporte e lazer contribuindo para educação emancipatória em favor das classes populares em luta por uma hegemonia. 5. Discute-se programa de formação continuada de esporte e lazer em políticas públicas para os indivíduos sociais que atuam enquanto gestores de projetos; 6. Identifica-se a concepção de pais e escolares sobre lazer na vida escolar, enquanto fator de mobilização social.

Nessas pesquisas, dentre outras possibilidades explicativas, podemos reconhecer de imediato, que nos objetivos do desenvolvimento da realidade material da práxis social do lazer, mesmo considerando que são criados pelos homens e mulheres da sociedade, os objetivos dos estudos se processam de acordo com causas que atuam no seu interior, independente dos desejos, necessidades alheias e pura vontade dos pesquisadores.

O processo de evolução do conhecimento historicamente produzido sobre a práxis social do lazer na sociedade, explicado a partir da abordagem crítico-dialética, em seu processo de acumulação teórico-científica, permite que os pesquisadores reconheçam o desenvolvimento do ser social ontologicamente (isto é plano do ser) distinto das ocorrências da natureza.

Os pesquisadores dessa abordagem reconhecem à práxis social do lazer, enquanto uma práxis que pode ser criada ou destruída, mas jamais controlada e para tanto apontam em seus estudos a possibilidade de outras relações sociais de resistência na apropriação do lazer pelas classes populares trabalhadoras; os pesquisadores tratam em suas pesquisas de mediações em que levantam críticas as políticas públicas; criticam a produção acumulada do conhecimento, partindo da concepção do materialismo histórico dialético; discutem a formação de gestores de lazer sustentada por bases dos interesses das classes populares trabalhadoras; estabelecem nas relações de lazer e educação escolar, outras possibilidades de estabelecer mobilizações sociais nas comunidades.

Por considerarem que há contradições insuperáveis nas relações da formação econômica capitalista, em que o trabalho e o lazer são reduzidos a mercadoria, os pesquisadores denunciam no projeto histórico capitalista, o individualismo burguês que se apropria da práxis social do lazer, enquanto

mero instrumento do mercado de consumo, voltado para o enriquecimento privado dos indivíduos.

Avançando nas possibilidades de identificar no nível teórico das produções *ctricto sensu*, elementos essenciais que contribuem para nossas análises, expomos abaixo, uma análise dos pressupostos lógico-gnosciológicos identificados na relação sujeito-objeto (quadro 15 - apêndice G). Para isso foi elaborado um quadro síntese a partir das Fichas de Análise, considerando somente 83,3% dos resumos possíveis de terem como evidência essas informações/dados. Temos 16,7% das produções não consideradas nessa análise, por não trazerem referências de dados nos resumos. (Quadro 13 – Apêndice G).

A logificação de um processo de investigação constitui precisamente o processo pelo qual se passa de uma forma mais ou menos anarquizada e inorgânica das informações/dados, para a sistematização. Segundo Prado Júnior (1969, p. 451) esse processo de logificação da pesquisa é também, em geral inconsciente, e somente se torna consciente num nível já bastante evoluído e adiantado do conhecimento e da sua logificação.

Sobre esse momento da logificação do pensamento na pesquisa destaco inicialmente elementos explicativos teóricos que são a base em que construímos as nossas observações sobre os dados analisados no quadro 13.

A natureza sensível (pensar, sentir) é o que desperta o pensamento, ao eclodir e configura desde logo seus elementos: O Sujeito (indivíduo pensante e sede do pensamento) e o Objeto (traço particular da realidade considerada e que se transpõe para o pensamento a partir daquela experiência vivida pelo sujeito). Nesse momento, o sujeito do pensamento se opõe ao objeto. Mas essa diferenciação do Sujeito e do Objeto resulta no interior do processo mental descrito da relação sujeito-objeto, enquanto entidades próprias. (PRADO JÚNIOR, 1969, p. 679)

A realidade não surge de um lado, através da sensibilidade e o pensamento do outro, mas encontram-se no caminho do processo de elaboração do conhecimento. O pensamento, portanto, não se aplica exteriormente à realidade ou aos dados sensíveis, pois é essa condição falseada dos fatos/dados da realidade, que vem se adotando frequentemente pelos pesquisadores da pós-graduação, e de maneira mais ou menos

consciente, e que provém da posição metafísica. É inclusive, custoso nos desvencilharmos dela complemente, pois é impregnada na própria linguagem e nas formas de expressão que muitas vezes por falta de outras, nos vemos obrigados a empregar, e que muitas vezes deformam os estudos.

O que é importante destacarmos nessas explicações é que a impressão produzida por uma mesma afeição da realidade que o pesquisador estabelece é variável conforme a pessoa, considerando que o estado mental anterior do indivíduo pensante, ao mesmo tempo em que o que constitui o Sujeito, influi no Objeto.

Assim, podemos dizer que de um lado temos o Sujeito, isto é o indivíduo pensante que considera a realidade e de outro, seu Objeto, que é a realidade considerada pelo indivíduo e mais ou menos por ele deformada. Há um contraste, na diferença entre ambos; entre a realidade de como se apresenta ao indivíduo, e o estado mental deste, cuja diferença se estabelece não somente em grau, mas também de natureza mais profunda, pois consiste num simples contraste entre uma impressão esperada, e a que de fato ocorre por efeito de uma realidade distinta da imaginada. É essa diferença que abala a ação do pesquisador, quanto ao fim a que se dirige sua ação investigativa que tem para ele grande significação e importância quando objetiva finalidades fundamentais para o desenvolvimento de uma determinada área de conhecimento, como é o caso dos estudos da práxis social do lazer.¹⁵⁷

¹⁵⁷ Prado Júnior (1969, p. 682) coloca que esse é o momento mais decisivo e importante do processo pensante. E explica que ele se desenvolve através de um “vaivém do pensamento, naturalmente muito rápido, mas que em casos de reflexão muita tensa, profunda e demorada, pode ser mais ou menos acompanhada, em que alternativamente o Objeto (isto é, os dados sensíveis, a observação efetuada), e o conteúdo de conhecimentos e de experiências anteriores do Indivíduo pensante, isto é, seu *estado mental* se propõe em sucessão mais ou menos repetida conforme o caso. Desse movimento do pensamento, resulta, de um lado, a caracterização progressiva do Objeto em função do Sujeito, isto é, a acentuação do contraste ou diferença entre ambos. O movimento ou passagem do Objeto para o Sujeito, ao mesmo tempo em que assinala o contraste entre ambos, constitui como que uma penetração daquele neste último; isto é, o Objeto se vai imprimindo e englobando no *estado mental* do Indivíduo. Doutro lado, o movimento contrário do Sujeito para o Objeto constitui, ao mesmo tempo que uma certificação da *diferença*, um confronto e verificação de suas eventuais concordâncias. Trata-se assim, como se vê, de um processo essencialmente contraditório. Em cada um de seus movimentos, ao mesmo tempo em que se marca e caracteriza a *diferença*, esta tende a ser eliminada, seja pelo sentido da penetração do Objeto no Sujeito, seja noutro pelo confronto e verificação de eventuais concordâncias. Mas é preciso aquela contradição que constitui o impulso e motor do processo, pois é a caracterização da diferença, tanto num como noutro sentido, que no movimento do Objeto para o Sujeito, e deste para aquele, provoca respectivamente os fatos contrários da verificação da concordância e da penetração do objeto no sujeito”. [...] o movimento do pensamento tem uma direção: cada um de seus ciclos termina

Portanto, a clássica definição metafísica que nos impõe uma verdade, ou seja, adequação do pensamento à realidade é um obscuro e deformado reflexo do processo de elaboração e apreensão do conhecimento e isso é o que reconhecemos tanto nas produções tratadas nesse estudo pelas abordagens empírico-analítica, quanto fenomenológica-hermenêutica.

É preciso, portanto, que a exteriorização (enquanto momento do trabalho pelo qual a subjetividade dos pesquisadores, com seus conhecimentos e habilidades metodológicas), seja confrontada com a objetividade a ela externa, à causalidade, e somente assim se pode verificar a validade do que se conhece sobre lazer, como também é preciso desenvolver novos conhecimentos que até anteriormente os indivíduos não se apropriaram¹⁵⁸.

Mediante o exposto, é fundamental que destaquemos duas observações essenciais para compreendermos as posições críticas de análise que assumimos nessa pesquisa: a) Objeto e sujeito serão sempre entes ontologicamente distintos (a identidade sujeito-objeto, tão própria do universo hegeliano é descartada); b) O sujeito se substancia enquanto tal pela objetivação e exteriorização. Sem a exteriorização/objetivação não há qualquer transformação teleologicamente posta do real; sem exteriorização/objetivação não há vida social, portanto não há sujeito. (LESSA, 2007, p. 40).

Em pesquisas cuja abordagem é empírico-analítico, os sujeitos (pesquisadores) se colocam em uma posição afastada do objeto para garantir a objetividade no processo de apropriação e análise dos dados. Nessa relação, os fatos/dados são observados e passíveis de observação, considerando o princípio da verificação, em função do que pode ser descrito pela experiência sensorial. As pesquisas tratadas nessa abordagem tratam do lazer considerando não o foco em si das relações que o objeto estabelece na

no Sujeito com uma penetração maior nele do que no Objeto, e tendendo assim para a igualização e confusão dos dois. Eles se aproximarão mais e mais, a diferença irá decrescendo até ambos se confundirem. Aí não haverá mais Sujeito e Objeto distintos; o Indivíduo pensante terá incluído no seu estado mental mais uma parcela da Realidade representada anteriormente pelo Objeto. (Grifos do autor)

¹⁵⁸ Portanto, conforme já explicado anteriormente, em Lukács, “a exteriorização é fundada pela distinção concreta, real, ontológica (isto é, no plano do ser) entre o sujeito e o objeto que vem a ser pela objetivação de uma previa-ideação. A exteriorização é momento de transformação da subjetividade sempre associada ao processo de transformação da causalidade, a objetivação”. (LESSA, 2007, p. 39)

realidade, mas como se produzem as relações entre os fatos e que geram a realidade.

Nas pesquisas geradas pela abordagem fenomenológica-hermenêutica, não existe objeto sem sujeito, pois a intencionalidade que é da consciência estar dirigida a um objeto. O objeto é tratado primeiramente de forma descritiva para depois de exaurido esse procedimento, ser compreendido. O lazer nos estudos é interpretado na realidade surgindo de forma intencional a nossa consciência. É elevado o sujeito que se relaciona com o lazer a partir de percepções que o objeto oferece e que são passíveis de serem descritas. O contexto cultural em que é colocado o lazer permite a partir da interpretação, estabelecer questionamentos, discussões dos pressupostos e a busca de significados considerando a intencionalidade dos sujeitos frente à realidade. Portanto para conhecer o lazer é preciso reconhecer o mundo cultural do sujeito ao qual este é dependente para ser explicado ontologicamente. Nessa perspectiva o lazer é criado pelo ser a partir da consciência e a realidade em que a práxis social do lazer se estabelece é construída socialmente.

Na abordagem crítico-dialética, na relação sujeito-objeto, podemos reconhecer que a produção do conhecimento do lazer assume um fundamento ontológico fundamental enquanto fenômeno que é o fato de que, com o desenvolvimento da socialidade advinda das forças da formação econômica capitalista, as relações sociais em que a práxis social do lazer está inserido, a sua materialidade social, que articula os homens e mulheres entre si e com a natureza, assumem uma objetividade própria, que no cotidiano da produção da existência se relacionam com os atos singulares de cada indivíduo, a cada momento, com a mesma força que as relações causais dadas, naturais.

Para estes pesquisadores, há um grande reconhecimento da necessidade de que no processo de objetivação da práxis social do lazer, ao intervir nas cadeias causais existentes na realidade em que este se coloca, intervêm determinações que terminam por alterar não apenas o ser social (pesquisador), mas até mesmo o processo de objetivação, distinto do previamente idealizado.

Os estudos apontam que o mundo objetivo em que se coloca a práxis social do lazer é parte da causalidade das relações de produção da formação econômica capitalista e que sofre influências e que também influencia a

evolução da realidade da qual é parte. Portanto, ao reconhecerem esse fundamento, os pesquisadores ao adotarem a abordagem crítico-dialética, rompem com as relações de causa e efeito que impulsionam teoricamente o objeto e fazem resistência em suas pesquisas com sustentações teóricas de fundamentos materialista-histórico, capazes de oferecer um concreto enfrentamento da consciência de classe que idealizou.

Apontam também esses pesquisadores, que com o surgimento da formação econômica capitalista em dados condições objetivas de interesses de classe, a conexão indivíduo-sociedade é rompida. A vida social passa a ser predominantemente marcada pela propriedade privada em que as relações da existência humana tanto para produzir o trabalho, quanto para produzir a sociabilidade, deixam de ter articulação com as necessidades da produção da existência, para ser um mero enriquecimento privado. A denúncia desse estado de existência humana causa para a classe trabalhadora o reconhecimento de que o capitalismo transformou a vida cotidiana em mera luta pela riqueza do ter, do possuir privado e a práxis social do lazer se institui numa dessas riquezas privadas.

Portanto, a base filosófica do marxismo em que se sustentam os pesquisadores que tratam da abordagem crítico-dialética, apontam para explicações coerentes, lógicas e racionais para o fenômeno lazer. A partir do enfoque da dialética da realidade, os pesquisadores ressaltam a origem da práxis social do lazer, partindo da evolução histórica e da prática social dos homens e mulheres, no desenvolvimento contraditório da humanidade na formação econômica capitalista.

Nestas produções, as categorias e leis que nos permitem compreender o movimento do objeto na produção do conhecimento da práxis social do lazer, existem objetivamente na realidade. Não são expressões subjetivas nem apriorísticas da consciência humana, mas estas se constituíram a partir do processo de desenvolvimento histórico da materialidade do conhecimento e da prática social, características do devir da humanidade.

Quanto ao momento mais específico em que levantamos os **pressupostos ontológicos** que extraímos dos resumos das pesquisas, expomos no quadro 16 (apêndice H), a partir do nível teórico das produções, informações/dados que nos permitiram identificá-los, tendo em vista o

levantamento de questões asseguradas em 70 Fichas de Análises, em que foi possível identificar as abordagens de pesquisa. As questões levantadas foram: a) Em que concepção de realidade a práxis social do lazer foi considerada nos estudos? b) Em que concepção de realidade histórica o estudo da produção do conhecimento do lazer se sustenta? c) Que concepção de realidade de projeto histórico o estudo apresenta? Nesse quadro, levantamos, também, as **conclusões dos estudos**, por abordagens de pesquisa, considerando em que realidade objetiva de causalidade os estudos se sustentam.

As informações/dados, extraídos das Fichas de Análise, partem da **concepção de realidade** em que a produção do conhecimento é tratada pelos pesquisadores. A síntese do quadro 16 nos ofereceu a **possibilidade** de apresentar uma análise textual, que expomos na próxima seção (5.3.1).

No nível epistemológico das produções, quanto ao **critério de validação da produção científica**, pudemos reconhecer que em cada abordagem desenvolvida pelos pesquisadores, estão alicerçados os procedimentos que nos permitiram identificar os critérios de cientificidade, ou seja, de explicação científica, concepção dos requisitos da prova ou validade, concepção de causalidade etc. e que se referem aos critérios de cientificidade implícitos nas pesquisas.

Na análise dos resumos das produções esse nível ficou muito comprometido, considerando que os pesquisadores, não fazendo referências aos elementos metodológicos, conclusivos dos estudos e as recomendações finais, não nos forneceram informações/dados possíveis de uma análise mais apurada.

No que se refere ao conjunto de informações/dados levantados nas pesquisas de abordagem empírico-analítico, destacamos que os critérios de validação científica encontram-se alicerçados em procedimentos, comumente referentes a esse grupo de pesquisadores. A validação científica ocorre na testagem dos instrumentos de coleta de dados e geralmente estão sustentados na sequência de passos e estratégias adotadas no método, o qual tem rigidez e restrições ao caráter técnico-instrumental. As pesquisas da práxis social do lazer tratadas por essa abordagem, não tem muito valor de análise a realidade em si, e sim, como o procedimentos metodológicos controlados captam a realidade. Os procedimentos metodológicos se pautam na experimentação e

identificação das relações existentes entre variáveis. Os três pesquisadores que desenvolveram suas pesquisas nessa abordagem se distinguem dos demais pesquisadores das duas outras abordagens (fenomenológica-hermenêutica e crítico-dialética), pela ausência explícita de promover uma crítica ao fenômeno mediante as contradições e conflitos da totalidade da realidade.

Nas pesquisas de abordagem fenomenológica-hermenêutica, o grupo de pesquisadores prioriza os procedimentos qualitativos de análise de dados já apresentados no quadro (10), sendo alguns estudos com tratamento estatístico. A concepção de ciência, predominantemente nas produções, desvela o que está encoberto e o pesquisador busca compreender o sentido ou os vários sentidos e significados, os mecanismos subjacentes para explicar o que está implícito, buscando atingir a essência a partir da aparência em que o objeto se apresenta nas relações de tratamento metodológico. A ciência é concebida pela interpretação, reflexão a partir de dados empíricos e/ou contexto (ambiental e sócio-cultural) que se apresenta de forma a influenciar o fenômeno na análise. Nas pesquisas dessa abordagem os pesquisadores assumem a crítica a realidade na condição de assumirem, apenas um papel mais ativo nas pesquisas. Não observamos uma crítica de fundo mais radical a raiz da origem do fenômeno/objeto.

Nas pesquisas produzidas a partir da abordagem crítico-dialética, os pesquisadores expõem implicitamente ou mesmo, explicitamente, critérios de validação científica que reconhecemos a partir de: a) método dialético definido pela necessidade da abordagem histórica do fenômeno, para reconhecer a dinâmica de suas contradições; b) as relações entre objeto e o todo; c) análise de caráter qualitativa ou quantitativa-qualitativa, com vistas ao alcance mais amplo da complexidade em que se insere a totalidade do fenômeno. As sete pesquisas reconhecidas na amostra dessa pesquisa apontam em seus resumos, a compreensão e interpretação do fenômeno lazer em processos de inter-conexões com o todo da realidade, ou seja, a partir da realidade concreta sócio-econômico-política. As críticas levantadas e possíveis de serem reconhecidas nos resumos das pesquisas nessa abordagem destacam os conflitos na luta de classes em que a práxis social do lazer se coloca e o caráter dinâmico e histórico da realidade.

As delimitações que reconhecemos na análise epistemológica a partir de abordagens metodológicas das produções, geraram uma série de opções que delimitaram a abrangência desse estudo e colocaram pontos de tensões que tivemos que enfrentar, considerando dentre outros, que: 1) Há uma ampla referência nas pesquisas de um caráter polissêmico de termos, que em nossas sínteses (quadro 14), preservamos para não perder a possibilidade de ser reconhecida a linguagem científica e conceitual das abordagens; 2. Houve necessidade nas análises de identificar a partir das abordagens metodológicas, a relação sujeito-objeto no processo de conhecimento, pois essa relação abrange uma profunda problemática que é gerada pelos próprios fundamentos gnosciológicos e ontológicos das abordagens das pesquisas¹⁵⁹; 3. Por termos tratado de análise de resumos de dissertações e teses, encontramos dificuldades em reconhecer elementos essenciais para identificar e estabelecer as especificações relativas às funções descritivo-interpretativas e crítico-reflexivas de fundamentos lógicos, considerando que cada pesquisa tem a sua própria abordagem; 4. Há quase inexistência de abordagens que poderíamos denominar de “próprias”, nos levando a conceber a predominância de elementos possíveis de serem reconhecidos; 5. Há uma perda de elementos nos resumos, proveniente da ausência de visibilidade histórica proposta pelo pós-modernismo que emprega uma epistemologia calcada na subjetividade que anula a realidade objetiva dos estudos.¹⁶⁰

¹⁵⁹ Segundo Kopnin (1982, p.140): “As categorias, formando-se em certa ordem no curso do desenvolvimento do conhecimento social, estabelecem, entre elas, ligações e relações necessárias e assim formam a estrutura da atividade do pensamento dos homens, que se manifesta sob a forma de uma ordem lógica do conhecimento, sob formas universais do movimento do pensamento. No decorrer do conhecimento do objeto, o sujeito o concebe pelo prisma das categorias, que se criou em sua consciência e, realizando uma síntese categorial, coloca em evidência as propriedades e as ligações próprias a esse objeto e, em seguida, as formas específicas de sua manifestação em um domínio concreto da realidade. Ao mesmo tempo, o sujeito também coloca em evidência as características qualitativas e quantitativas do objeto estudado, das ligações de causa e efeito que lhes próprias e as leis de seu funcionamento e de seu desenvolvimento”. Portanto, o caminho, o método, variou nas produções, segundo o objeto e as posturas do sujeito.

¹⁶⁰ De acordo Freitas (2005, p. 13), estamos vivendo nas últimas duas últimas décadas com dois impactos de alto poder destrutivo no campo da educação e da pesquisa. O primeiro foi o impacto das políticas neoliberais durante a década de 90 e o segundo, agregado ao primeiro, formuladas sob a forma de teses pós-modernas, que articuladas aos interesses neoliberais atuam em áreas diferenciadas, mas complementares: as primeiras, predominantemente no campo da economia e das políticas públicas e a segunda, no campo da ciência e da cultura. “As teses pós-modernas fracionam, tornam a compreensão do mundo uma questão “local” e esvaziam as preocupações com as análises mais globalizantes. Prestam, portanto, um serviço inestimável à causa liberal-conservadora, à medida que deixam o campo econômico e político

Estas constatações nos permitem reconhecer que no âmbito dos cursos de pós-graduação há contradições e conflitos quanto à definição de uma produção consistente que possa definir com maior rigor o conhecimento da práxis social do lazer. A coexistência conflituosa de abordagens nos estudos do lazer denota que há uma falta de exigência para a formação de massa crítica sobre essa práxis, que possa contribuir para o enfretamento de problemáticas significativas que os estudos requerem o que de certa maneira causa desqualificação para processos mais apurados de produção do conhecimento científico da área.

O que podemos, ainda, constatar nas produções é que há um conformismo social, cujas condutas inibitórias de uma produção mais rigorosa são geradas pela consciência dos pesquisadores no processo de reconhecimento da realidade em que a práxis social do lazer se coloca na formação econômica capitalista.

Estas constatações nos leva a concordar plenamente com o pensamento de Freitas (2005, p. 16) quando coloca que o “tecido acadêmico em algumas faculdades importantes foi esgarçado” e acrescenta: “a convivência intelectual diminui – há uma espécie de *fast food* intelectual. A intolerância impede o diálogo e a troca – oculta-se a ignorância sob o manto da diferença; reivindica-se e vive-se a diferença que nada mais é do que colocar ‘cada olhar no seu lugar’”.

A análise das pesquisas nos permite ousar a dizer que a superação dessa realidade, dentre outras possibilidades, passa pela necessidade de uma ontologia correta e mais evidente que a falsa consciência ontológica que prevalece no campo científico, cuja influência tem suas raízes nas necessidades sociais dominantes. Sem o conhecimento das leis do desenvolvimento do modo de produção capitalista é impossível estabelecer uma análise de maior rigor sobre uma concepção dialética do trabalho-lazer.

O que constatamos e expomos com a propriedade do real, é o efeito enquanto dado concreto do produtivismo intelectual acadêmico regido pelas políticas neoliberais na pós-graduação das universidades. O governo restringe as verbas e lançam os pesquisadores a uma contabilidade de produção

acadêmica, cujos interesses são regidos pelo que mais tem valor, que é a pesquisa que desponta com resultados rápidos ou de curta duração, que possa rapidamente gerar valor qualitativo para a CAPES, ou para outros órgãos de financiamento, controle e avaliação.

Considerando que essa realidade se estende, como foi colocado anteriormente, ao ensino nas graduações, passamos a apresentar na subseção seguinte, o que reconhecemos na fonte de dados (b) referente a disciplina do programa de ensino do currículo de Educação Física da FACED/UFBA, que trata da práxis social do lazer.

5.2.2 Proposta do Programa de Disciplina Recreação I do Curso de Licenciatura em Educação Física da FACED/UFBA: A realidade

A proposta do Programa de Disciplina EDC236/Recreação I, possui a carga horária de 75 h e tem 03 créditos na Grade curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Educação – FACED da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

O professor responsável atualmente por esta disciplina, não atua na pós-graduação; fez mestrado e atualmente realiza doutorado nessa mesma pós-graduação em educação.

A linha da pós-graduação - “Educação, cultura corporal e lazer” -, é constituída por três grupos que se diferenciam pelas abordagens teóricas.

Exponho no quadro abaixo, os elementos essenciais destacados na íntegra do programa da disciplina (anexo 2), e uma síntese de análise que apresenta os graus de abrangência possíveis de serem reconhecidos nas partes constituintes da proposta, a partir do caráter específico que os elementos se colocam enquanto unidade existente, real.

Quadro 13 – Elementos que compõem a ementa, intenções do curso, objetivos e conteúdo programático do Programa da Disciplina EDC236/Recreação I do curso de Licenciatura em Educação Física da FACED/UFBA, referente ao currículo de 2007-2.

Itens	Elementos do Programa da Disciplina
Ementa	Recreação e lazer no contexto histórico, sócio-cultural e de educação nacional contemporâneo. Jogo: Teoria, valores, seleção, características. Pequenos e grandes jogos. Modalidades recreativas e de lazer na escola, na comunidade e no trabalho.
Intenções do Curso	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar os pressupostos filosóficos, antropológicos, sociológicos da recreação e do lazer no contexto histórico-cultural da sociedade. • Analisar a literatura publicada de artigos e/ou livros no que concerne a recreação e lazer. • Investigar o que se trata, como se trata e que críticas se tem das discussões sobre a recreação e lazer.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar o processo histórico da recreação e do lazer na sociedade • Compreender as concepções que norteiam a recreação e o lazer, contextualizando-se no processo educativo na intenção de instrumentalizar o aluno-professor para o resgate da essência lúdica.
Conteúdos Programático	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterização do lazer; • O tempo e as atividades humanas; • Lazer e trabalho; • Lazer e sociedade; • O brinquedo; • Recreação e lúdico; • O lazer e a cultura - A cultura e lazer; • Lazer e humanização; • Teorias do jogo; • Jogo – Arte – Educação; • O jogo – classificação – Tipos de jogos; • O jogo e a cultura; • A natureza e o significado do jogo; • Lazer e as variáveis demográficas, sócio-culturais e econômicas; • As regras do jogo e o jogo das regras; • Vivências.

Na ementa da proposta do programa podemos identificar que os estudos se reportam ao lazer no contexto histórico, sócio-cultural e de educação contemporânea, sem considerar as bases materiais que o instituem na formação econômica capitalista. Pela exposição do dado exposto na ementa do programa da disciplina, a condição do lazer ser considerado “modalidade na escola, na comunidade e no trabalho” não identifica em que necessidades são

postos os interesses que o produz em cada um dos espaços sociais. Enquanto modalidade, apenas é considerada, enquanto “forma” em que se apresenta na realidade, sem nexos, sem relações pelos interesses de classes.

Nas intenções do curso, a propriedade dos estudos do lazer não é definida em parâmetros de realidade objetiva, considerando: 1. Intencionalidade do trabalho pedagógico pautada apenas, na condição de análise de contextos de pressupostos e de contexto histórico-cultural da sociedade, sem reconhecer a base material em que esses contextos se instituem nas relações históricas de produção da existência; 2. Quanto à análise das obras publicadas, não está definido o que é considerado enquanto proposta nos estudos; 3. Na intenção de investigar o que tratam as críticas ao lazer é preciso que esteja implícito o caráter de fundamento da realidade em que se pautam as críticas, o que não encontramos. 4. A proposta de intenção do estudo que se coloca em investigar “o que se trata e como se trata e que críticas [...]”, expressa uma proposta sem lógica, sem nexos.

Os objetivos, que deveriam estar relacionados às intenções do estudo, por não se estabelecerem em base de propriedade definida do que o professor pretende com a proposta da disciplina, acabam por oferecer um substrato subjetivo de alcance indefinido do que a disciplina realmente pretende atingir com os estudos. Essa ausência de uma objetividade definida para o estudo compromete a compreensão do objeto tratado na disciplina; dificulta pela dispersão, a compreensão e apropriação do real conhecimento necessária à formação dos professores de Educação Física, considerando a relação trabalho-lazer.

Pretender alcançar a compreensão das “concepções que norteiam a recreação e o lazer, contextualizando-se no processo educativo na intenção de instrumentalizar o aluno-professor para o resgate da essência lúdica”, enquanto objetivo de estudo, reduz os pressupostos ontológicos dos estudos do lazer na formação dos professores a uma condição de resgate da essência do lúdico, em uma condição abstrata sem relações com a materialidade da práxis social do lazer nas relações de produção da existência.

Os conteúdos programáticos por se apresentarem de maneira fragmentada, sem nexos, não estabelecem relações com a ementa e as intenções do curso. Constituem-se em um rol de temas que não oferece uma

base teórica-prática capaz de atingir objetivos e intenções significativas à formação de professores de Educação Física em vista as possibilidades de atuarem em campos de trabalho. Portanto, os conteúdos não promovem um caminho possível para o desenvolvimento do pensamento para atingir o conhecimento concreto do real, que possa determinar a possibilidade de síntese e de conceitos. Dessa maneira, o pressuposto ontológico fundante dos estudos do lazer (capital-trabalho, trabalho-lazer), não é objetivado na formação.

É necessário que a proposta de conteúdos estabeleça reflexões pedagógicas ampliadas e comprometidas com os interesses das camadas populares tendo como eixo a constatação, a interpretação, a compreensão e a explicação da realidade em que a práxis social do lazer é apropriada/alienada nas relações de produção da formação econômica capitalista. Essa realidade ontológica é complexa e contraditória, considerando as relações capital-trabalho, trabalho-lazer, trabalho-produção do conhecimento do lazer e formação de professores.

Portanto, mediante o exposto, há exigências ontológicas prioritárias para serem tratadas no trabalho pedagógico da formação dos professores de Educação Física, considerando uma proposta que parta de uma universidade pública, que possa estar voltado para o enfrentamento dos interesses do capital quanto à apropriação da práxis social do lazer, mediante o comprometimento social com os interesses da classe trabalhadora.

Quanto as referências (bibliografia) esta se apresenta muita extensa, sem uma propriedade específica teórica de estudos do lazer que avancem em explicações que partam de explicações e fundamentos do real, assim como os demais elementos expostos. Há na proposta, uma complexa situação a ser tratada no campo teórico, que diz respeito a uma proposição de pesquisadores que partem de concepções teóricas divergentes. A realidade ontológica dos estudos sobre lazer tem referências de base material e subjetiva que se confrontam nas explicações em que se coloca a práxis social do lazer mediante a luta de classe e os interesses privados.

Não encontramos na listagem das referências bibliográficas a indicação de nenhuma dissertação ou tese (Anexo 2); o que comprova o distanciamento

em que se encontra a graduação das produções de pesquisas mais atualizadas e de sólidas propostas de estudos advinda da produção *stricto sensu* do Brasil.

Neste sentido, as produções em nível de *strito sensu* não chegam à graduação, mas sim os livros, artigos publicados em periódicos, que são normalmente decorrentes de dissertações e teses. Dentre os estudos que reconhecemos no levantamento das 269 produções e que aparecem referências na bibliografia do programa da disciplina Recreação I, destacamos os títulos das obras: Lazer e humanização; Lazer e educação; Lazer: Teoria e pesquisa.

As observações levantadas sobre a disciplina Recreação I nos conduzem a análise de que há no marco teórico conceitual da disciplina, mais especificamente, da teoria do conhecimento, evidências de conhecimentos tratados na lógica de raízes positivistas, ao qual subjaz o projeto histórico capitalista – que orienta o professor para o tratamento fragmentado do conhecimento e para a elaboração de perspectivas idealistas para os estudos do lazer. O lazer não é considerado como uma categoria que indique uma determinada aproximação da realidade histórica que o determina – o trabalho -, mas pelo modo de ser da realidade que pode ser percebida e que pode ser explicada como fenômeno de uma realidade sentida.

Portanto existem evidências sobre a teoria do conhecimento que sustenta a disciplina ser de abordagem funcionalista. Segundo (Sá, p. 94), esta abordagem “preocupa-se mais com a natureza da ordem social do que com as mudanças das relações de produção e enfatizam o lado passivo da relação homem-sociedade, ou seja, como a sociedade faz o homem e como o coage. [...] A relação dos indivíduos com as situações da sociedade é definida e mediatizada pelos símbolos do sistema cultural vigente na formação econômica capitalista”

Como possibilidades superadoras destas referências se colocarem enquanto um sistema de aproximações de conhecimentos necessários a um estudo comprometido com a realidade ontológica material concreta, é prioritário que seja reconhecida a necessidade da definição de estudos do lazer, que possam exercer uma determinada função lógica partindo de um estatuto histórico da materialidade em que a práxis do lazer se sustenta na formação econômica capitalista. Há teses, dissertações e obras publicadas que

oferecem aos estudos do lazer a possibilidade desse reconhecimento, cuja apropriação não vem sendo considerada nos currículos e especificamente na análise da disciplina Recreação I. Dentre as produções analisadas, destacamos os estudos de Padilha (Ficha de Análise 57), Peixoto (Ficha de Análise 81), Silva (Ficha de Análise 74) e Silva (Ficha de Análise 75).

O que podemos apontar enquanto uma proposta que possa avançar no campo da educação e especificamente para a formação do professor de Educação Física, em vista a outros interesses, é um estudo pautado em um sistema de complexos temáticos (centro de interesses), em que sejam consideradas as relações: capital-trabalho, trabalho-lazer trabalho pedagógico, enquanto um eixo articulador do conhecimento no programa da disciplina, considerando necessidades a serem viabilizadas no programa curricular de graduação na licenciatura¹⁶¹. Em termos ontológicos, significa: examinar a incidência de determinadas leis, de sua concretização, modificação, tendencialidade, de sua atuação concreta em reais situações determinadas pelos complexos temáticos. O conhecimento a ser tratado só pode estabelecer abertura para novas possibilidades de aproximações ampliadas que levam a apropriação do conhecimento, na medida em que são explicadas as contradições, que incide em um esforço do professor; uma vez explicitadas às contradições, por si só já se encontram explicadas.

Avançando para as considerações finais desse estudo, no próximo capítulo, estabelecemos nexos e relações necessárias para a elaboração de uma síntese capaz de responder ao problema investigativo, ao objetivo da pesquisa e a argumentação necessária da hipótese.

¹⁶¹ Segundo Pistrak (2002, p. 136-137) o critério necessário para a seleção dos temas a serem abordados deve ser levantado no plano social e deve servir para compreender a realidade atual. O que deve ser exigido é uma relação geral com o tema fundamental e a seleção de um tema fundamental que tenha um valor real para a formação humana.

Capítulo VI

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 POSSIBILIDADES EXPLICATIVAS: A SÍNTESE

Nesse capítulo fizemos o esforço de expor em três textos uma síntese de elementos de fundo que nos possibilitaram alcançar às bases objetivas da análise da produção do conhecimento *stricto sensu* da práxis social do lazer e da disciplina Recreação I do Curso de Licenciatura em Educação Física da FAGED/UFBA. Estas sínteses contribuem para uma reflexão mais aprofundada de elementos tratados no capítulo anterior e que nos permitem responder com maior propriedade objetiva o problema investigativo levantado na tese: **Quais os pressupostos ontológicos da produção do conhecimento lazer da pós-graduação em Educação Física no Brasil, considerando o período de 1972 a 2008 e que relações, nexos e contradições estabelecem no currículo de formação do professor de Educação Física da Região Nordeste, em vista as necessidades e possibilidades de apontar pressupostos ontológicos de uma práxis do trabalho-lazer, cujo projeto histórico de sociedade seja o comunismo?**

Estas sínteses foram elaboradas considerando, portanto, a hipótese em que sustentamos a tese, que carrega em si, três pressupostos, cujos fundamentos são formulados na introdução e aprofundados no avançar da produção teórica dos capítulos, num movimento dialético destacando e sistematizando elementos para darem sustentação as necessárias confirmações, enquanto dados extraídos da realidade objetiva dos estudos e análises em que se alicerça a pesquisa.

Para tratar da amplitude objetiva em que se coloca, portanto, a questão investigativa da pesquisa, iniciamos o primeiro texto, sustentando afirmativamente no primeiro pressuposto, que a concepção dos pressupostos ontológicos existentes na produção e organização do conhecimento do lazer produzido na pós-graduação não considera a formação econômica capitalista como determinante para as relações do ser social em suas relações de produção; em consequência o processo de auto-alienação a partir da

centralidade ontológica do trabalho não é considerado com radicalidade, de conjunto a na totalidade.

No segundo texto tratamos do segundo e terceiro pressupostos da hipótese que estão diretamente relacionados à formação de professores de Educação Física, que não está incólume por um lado às leis mais gerais que regem as formações econômico-políticas, em especial da formação econômica capitalista e muito menos da singularidade dominante da produção do conhecimento na pós-graduação, que se dá a partir de determinada concepção ontológica do lazer. Afirmamos, portanto, que nas determinações dadas pelo capital, à lógica de modelo neoliberal que vem sendo instituída nas universidades, que se produz e reproduz a partir do trato com o conhecimento desenvolvido na pós-graduação, por não estabelecer uma produção rigorosa de análise crítica sobre o lazer na formação econômica capitalista, torna-se elemento mediador acrítico nos fundamentos teóricos das disciplinas dos currículos de graduação de professores de Educação Física, a partir das seguintes intencionalidades: a) disciplinas com pressupostos ontológicos cujos enfoques tratam de abordagens funcionalistas; b) conteúdos de conhecimento lazer agregados as disciplinas curriculares sem apresentar consistente fundamentação teórico-crítica; c) disciplina com caráter de estudos do lazer sem considerar concepções epistemológicas da realidade, cujas leituras de mundo são alheias ao plano das relações concretas; d) disciplina com caráter de estudos no campo da recreação; e) disciplina de aprofundamento de conhecimento do lazer que não articula no currículo uma reflexão crítica sobre fundamentos de categorias ontológicas essenciais em relações que estabelecem: trabalho-capital, trabalho-lazer, trabalho pedagógico-produção do conhecimento.

Ainda nesse segundo texto, sustentamos afirmativamente o terceiro pressuposto da hipótese, que recai sobre a articulação do currículo de formação e o campo de atuação do professor de Educação Física na relação do trabalho-lazer. Portanto, afirmamos que se o currículo da formação não se compromete com uma consistente base teórica voltada para o trabalhador concebido como sujeito social, fragilizada em suas formulações, a práxis do lazer tratada pelo professor de Educação Física no campo do trabalho, não leva em conta as contradições das relações de produção da sociedade

capitalista na luta de classe. Sem reconhecer a pseudoconcreticidade do lazer que estabelece tensões e contradições a partir de elementos determinantes e determinados pelo ser social, firmados na história, o trabalho dos professores com o lazer se fortalece e se amplia subordinado as leis de mercado e as demandas de acumulação do capital que engendram formas históricas que mascaram o papel promotor de sociabilidade dos trabalhadores.

Com a exposição dos textos que seguem, cumprimos o que a teoria materialista distingue no duplo contexto de fatos, informações/dados: 1. Arrancamos os fatos, informações/dados do contexto da realidade, enquanto elementos que existem originária e primordialmente e, 2. Elaboramos o contexto da teoria, em que os fatos, informações/dados, são, mas em uma outra condição, ordenados após terem sido arrancados do contexto original do real, numa cisão do todo.

Com a exposição do terceiro texto que se encontra na próxima seção, apresentamos as proposições superadoras e as possibilidades de novos estudos, considerando limites e abrangências que o estudo estabelece.

6.1.1 Pressupostos ontológicos do trabalho-produção do conhecimento do lazer elaborado na pós-graduação

O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho na formação econômica capitalista – cujas conseqüências decresce continuamente o tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução da existência -, tem como efeito um valor subjetivo e de natureza contraditória entre as forças produtivas e relações de produção, em que reconhecemos nas análises das produções *strico sensu* no que se produz de conhecimento sobre a práxis social do lazer.

Por mais intrincada e carente de sentido que pareça à grande maioria da produção relativa à práxis social do lazer, é somente analisando-a, que há possibilidade de identificar os limites cognitivos da ontologia que se encerram nas objetivações produzidas.

O reconhecimento e a revelação de fundamentos de pressupostos ontológicos das pesquisas, componentes de seus sistemas, é de enorme importância para identificar o desenvolvimento do objeto em que estas se

sustentam e analisar os interesses em que se colocam mediante as forças de domínio do capital.

Em nossas análises foi possível identificar que a produção do conhecimento, em seu desenvolvimento frente às forças do capital, ainda não atingiu o nível em que, sem reconhecer a solução dos problemas da práxis social do lazer nas relações de classes, que implica em um fundamento ontológico essencial, se torna difícil avançar na concepção de um objeto que em sua objetivação esteja voltada aos interesses da classe trabalhadora.

Reconhecemos que em 90% das 70 produções em que identificamos as abordagens empírico-analítico e fenomenológica-hermenêutica, que o sujeito (pesquisador) não estabelece com propriedade sua capacidade de se apropriar do reflexo da realidade concreta, perdendo portando todas as possibilidades de explorar as propriedades do objeto, o que gera enquanto causalidade objetiva de resultados nas pesquisas, a não fixação de meta como função determinada da consciência que parte do real, do concreto, em função do que apontam as necessidades de estudos da área.

Sendo a teoria o centro do conhecimento é nela que o pesquisador deve atingir um grau determinado de plenitude de apropriação do conhecimento objetivo. O que vemos nestas dissertações e teses que analisamos é a realidade ontológica do objeto sendo tomada isoladamente de forma abstrata e impregnada de subjetividade. Os objetos da produção do conhecimento produzidas em caráter *stricto sensu*, necessariamente, precisam ter fundamentabilidade e comprobabilidade concretas, cujo sistema de conhecimento tratado nas abordagens precisa estabelecer interpretações e conceitos que estejam interligados entre si, formando uma integralidade teórica, capaz de revelar a essência do fenômeno.

Nestas produções a verdade objetiva, revelou-se em seus sistemas a partir de interpretações tomados isoladamente, sem relações concretas da realidade em que a práxis social do lazer se coloca nas relações de socialidade na formação econômica capitalista.

A função de novas pesquisas *stricto sensu* que de fundo apontam novas teorias não tem apenas a condição de transformar em sistema os resultados alcançados, mas, sobretudo de servir de caminho para novas leis e conceitos que permitam reflexões mais profundas e completas sobre o objeto estudado,

em vista as responsabilidades sociais mediante o conhecimento produzido e as mediações em estudos de vários níveis e, sobretudo promovidos na graduação nos campos da educação e demais áreas da formação humana.

Mediante esse fato concreto, reconhecemos que somente sete pesquisas têm uma lógica de desenvolvimento capaz de revelar em suas leis, o que não pode ser atingido em outras formas de produção do conhecimento.

É preciso que as necessidades ontológicas dos estudos possuam um caráter objetivo, como vimos nessas produções de abordagem crítico-dialética, não alheias a realidade ontológica das forças de produção destrutivas do capital, para que estudos e pesquisas no campo do lazer possam em sua autenticidade real, que parte das necessidades da produção da existência humana, colocar a práxis social do lazer em uma realidade objetivada, em outro projeto de sociedade que anula as relações de classe e a propriedade privada do trabalho-lazer.

Esse projeto não se realiza somente na prática, mas também na sua atividade de produção teórica, nas estruturas das ciências que exercem a função sintetizadora e que unifica o conhecimento em certos sistemas unívocos, numa teoria ou sistemas de teoria, pois não existe uma base práxis para as produções científicas e outra para a vida; é preciso que reconheçamos que a natureza que nasce da história das relações da produção humana, que geram as relações de existência, é a verdadeira natureza dos homens e mulheres.

Portanto, como já dizia Marx (1963), a materialidade deve ser à base de toda ciência, pois é a ciência real, que tem dupla forma: consciência sensível e necessidade sensível, pois parte da natureza ontológica humana. É necessário que nos coloquemos frente à realidade cruel em que milhões de trabalhadores não desfrutam do tempo disponível do lazer com propriedade que não seja a estranhada. Para essa classe, o caráter social do lazer consiste na necessidade de que o trabalhador possa realizar o seu gozo sem o controle do tempo apoderado (lazer), cuja atividade objetiva voltada ao consumo é dos interesses privados dos patrões (capitalistas que detém os meios de produção).

Portanto as pesquisas precisam se colocar na condição de atender a natureza das necessidades concretas do ser social, cuja condição de criação de si mesmo é de ser um ser histórico-social; os estudos necessitam

reconhecer os trabalhadores em outras relações de produção, considerando que a práxis social do lazer somente pode ser produzida no concreto, a partir do reconhecimento determinante de que: a) os bens materiais necessários as necessidades de subsistência, o mundo da natureza ontológica sensível, tem como fundamento essencial, o trabalho; b) as instituições sociais devem ser capazes de oferecer condições de atendimento as necessidades sociais (saúde, educação, lazer etc); c) e, sobre a base destas condições criadas em dados objetivos da realidade concreta, produzir as idéias (objetivo que atinge o nível dos fins teleológicos e das expectativas dos sujeitos) às concepções, as emoções, o gozo do tempo livre que alimenta as realizações no plano da liberdade.

Considerando, que tanto a subjetividade quanto a realidade concreta, encontram-se sempre em evolução, é impossível que queiramos reconhecer nas pesquisas um conhecimento absoluto. Entretanto, o conhecimento da práxis do lazer tratado nas produções precisa ter uma atividade da consciência que por meio da elaboração de pensamentos, possam refletir a qualidade do real. Por ser um processo em permanente movimento de aproximações em relação à realidade, estará sempre em permanente evolução.

Somente podemos considerar que conhecemos parte da realidade ontológica externa da consciência, na medida em que buscamos transformá-la pelo laborioso trabalho de pesquisa e assim podemos verificar a validade e a veracidade dos novos conhecimentos, em um processo contínuo de provisoriedade, enquanto fato histórico elaborado pelo ser social, mediante a luta de classes.

Considerando o exposto e em vista que os conhecimentos produzidos nas pós-graduações mediam novos processos de conhecimento na graduação, estabelecendo um foco específico para a área de conhecimento Educação Física, apontamos na próxima seção elementos que nos permitiram reconhecer como esse processo historicamente vem ocorrendo, em vista as contradições que se encerram nesse curso de formação de profissionais de educação.

6.1.2 Pressupostos ontológicos da realidade da formação em educação física e mediações advindas do trabalho-produção do conhecimento do lazer na pós-graduação: o necessário rompimento à subordinação consentida à lógica de mercado

Nos últimos anos, o que se reconhece na formação de professores e especificamente em Educação Física é um quadro avassalador, que é gerado pela franca decomposição das forças produtivas e pelas cruéis ofensivas que as políticas neoliberais vêm impondo. Essa realidade de fundo diz respeito às constantes formulações de diretrizes curriculares pautadas em interesses mercadológicos no campo da educação para todos os níveis e profissões, que são advindas de reformulações curriculares em estados obscuros de elaboração, regulamentação das profissões, na indicação de programas de ensino pautados em fragmentação dos conhecimentos científicos, professores sem atualizações, incentivo a larga escala da criação de cursos em instituições privadas na perspectiva de grandes empreendimentos de negócios e tantos outros fatores que contribuem para a deteriorização da formação.

Considerando os ataques ao ensino da educação básica, de graduação e pós-graduação que fazem parte das estratégias de destruição do fundamento público das escolas e universidades brasileiras, atualmente, somente na graduação pública encontra-se a reserva histórica de resistência contra a privatização, pois é o único espaço da universidade pública que não se submeteu ao processo de privatização interna.

Na formação em Educação Física medidas que desqualificam a graduação não são novas, mas fazem parte de um projeto histórico capitalista que sempre priorizou, desde a criação dos cursos de formação no início do século XX, dentre outros interesses: 1. A organização do conhecimento nos moldes da divisão do trabalho; 2. A produção do conhecimento não é sistematizada, materializada, distinguindo-se o fazer do pensar para realizar, o que se pode constatar na formação que gera “teóricos” e “práticos”; 3. Apropriação de conhecimentos, habilidades e competências orientados para atender as exigências do mercado, que acaba sendo a referência ética que orienta os valores sociais da formação; 4. Currículos lineares com grande aporte de disciplinas que geram conhecimentos técnicos-práticos para as

instituições denominadas de academias; 5. As disciplinas com grande ênfase metodológica na transmissão de conhecimentos; 6. Implantação de cursos pautados nos interesses mercadológicos do aligeiramento da diplomação; 7. Nas privadas, o fortalecimento do controle do docente “horista” e nas públicas, a docência estimulada via bolsas de produtividade; 8. Ordenamento legal com agilidade de impedimento as críticas que legitimam os interesses de classes; 9. Diretrizes do Estado voltadas as instituições públicas no controle da gestão pedagógica, curricular e administrativa com o intuito de minimizar o papel financiador; 10. Incentivo a divisão da formação em bacharelado e licenciatura e atualmente, graduados e licenciados, com o intuito de enfraquecer a classe trabalhadora e ao mesmo tempo atender aos interesses burgueses para formar profissionais prestadores de serviços individualizados em residências e em academias.

Nessa realidade, a concepção fragmentada de tratamento da práxis social do lazer na disciplina do curso em análise nessa pesquisa, revela o movimento de interesses para uma formação do professor limitada e limitadora em relação a uma proposta que esteja voltada para a formação humana omnilateral. Essa realidade de certa maneira também gera limitações para a compreensão ontológica de pressupostos da práxis social do trabalho-lazer a partir da história, e na condição também de alicerçar uma formação continuada da pós-graduação, que seja superadora.

O esvaziamento de conteúdos significativos de relevância histórico-social e político nas propostas de programas de disciplinas como vimos no curso de Educação Física da FAGED/UFBA, objeto de nossa investigação é tensional, é estratégico para atender as exigências organizativas do setor produtivo (e de serviços) que impõem alterações substanciais nas relações de adaptações a novos serviços que o mercado em Educação Física requer para esse campo. Esse é um dos principais eixos adotados para a destruição da educação e do ensino no Brasil, na América Latina e no mundo, que ocorre pelo rebaixamento dos conteúdos programáticos; a educação pelo mínimo dos conteúdos, que se expressa na desinstrução dos filhos da classe trabalhadora.

Verificamos também na proposta do programa da disciplina uma escassa presença de estudos de bases teóricas consistentes, sistemáticas, que tenham sido produzidas a partir da abordagem crítico-dialética. Das 28

referências bibliográficas listadas no programa da disciplina, 26 são provenientes de pesquisadores do campo de produção científica sustentado pela abordagem fenomenológica-hermenêutica.

Propositadamente, a prática do trabalho pedagógico dos professores não se articula com a produção das linhas de pesquisas da pós-graduação no processo interno dos cursos. A pesquisa na graduação está sendo a cada ano mais secundarizada em relação à produção do conhecimento pragmático, do imediato, que atende as exigências produtivas do mercado.

As mediações possíveis de reconhecer advindas da pós-graduação na graduação foram identificadas somente na forma de obras publicadas e nas especificações de conteúdos de ensino-aprendizagem, que estas, sim, interferem sobremaneira no posicionamento da tomada de decisão sobre as bases teóricas a serem tratadas no programa de disciplina da graduação.

As inferências teóricas de obras publicadas, em que muitas são resultados de pesquisa de dissertações e ou teses, são substanciais para a essência do conteúdo que o professor pode estabelecer enquanto explicações e fundamentos para a compreensão da práxis social do lazer, considerando opções teóricas ontológicas de estudos para a disciplina que possibilitem avanços na compreensão da práxis social do lazer nas relações da formação econômica capitalista. Portanto, é preciso que seja feito um depuramento das produções para que sejam consideradas as que avancem em elaborações teóricas consistentes que tratem do real.

A disciplina analisada encontra-se atrelada a uma proposta de currículo que não apresenta um eixo, enquanto matriz teórico-científica capaz de unificar os diversos campos das áreas que compõem a formação de professores. Essa condição material em que os currículos são formulados não permite estudos articulados que se pautem na necessidade de constatar, explicar e transformar a área, mediante impasses e desafios de problemáticas significativas ao avanço do conhecimento necessário aos interesses da classe trabalhadora.

Para romper com a subordinação consentida à lógica de mercado é necessário que reconheçamos os esforços que vêm sendo travados desde a última década do século XX, pelos setores democráticos e progressistas das entidades sindicais, científicas mais avançadas e de classe, ligadas a discussão da educação que apontavam e apontam caminhos ao enfretamento

dos alicerces da lógica do mercado que invade a educação. Entre estes movimentos significativos que vêm se travando destaca os esforços da ANFOPE, que defendeu, desde o seu IV Encontro, a proposta de “Escola Única de formação e a tese da Base Comum Nacional” na reformulação dos cursos de formação dos profissionais em educação. Esta proposta encontra-se explicitada, dentre outras produções científicas e de divulgação mais ampla, no Documento Final do VI Encontro Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARCFE, 1990, p. 19), que ocorreu em Belo Horizonte no ano de 1990.

No reconhecimento histórico do que se previa naquela época, a ANFOPE já colocava a necessidade de que fossem preservadas na formação cinco linhas básicas que orientariam a definição dos cursos, e que expomos, em síntese, por ser necessário a essa síntese final: 1. Sólida formação teórica interdisciplinar sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais “que permita a apropriação de seu trabalho” com condições de exercer a análise crítica da sociedade brasileira e da realidade educacional; 2. Novas formas de relação teoria/prática que implica em assumir uma postura em relação à produção de conhecimento que impregna a organização curricular dos cursos, e não se realiza a “mera justaposição da teoria e prática em uma grade curricular”; teoria e prática que perpassam todo o curso de formação e não apenas a prática de ensino, o que implica em novas formas de organização curricular dos cursos de formação; ênfase no trabalho docente com base na formação e fonte dessa nova articulação teoria/prática; ênfase no desenvolvimento de metodologias para o ensino dos conteúdos das áreas específicas; tomar o trabalho como princípio educativo na formação profissional, revendo-se os estágios e sua relação com a rede pública e a forma de organização do trabalho docente na escola; a ênfase na pesquisa como meio de produção de conhecimento e intervenção na prática social; 3. Gestão democrática como instrumento de luta contra a gestão autoritária da escola, entendida como “superação do conhecimento de administração enquanto técnica, na direção de apreender o significado social das relações de poder que se reproduzem no cotidiano da escola; 4. Compromisso social do profissional da educação contra as “concepções educacionais absolutas” e com ênfase na concepção da sócio-históricade educador, estimulando a

análise política da educação e das lutas históricas destes profissionais articulados com os movimentos sociais. 5. Trabalho coletivo e interdisciplinar entre alunos e entre professores como eixo norteador do trabalho docente na universidade e da redefinição da organização curricular.

Portanto, passados 19 anos, reconhecemos que as bases das lutas por uma formação consistente ainda são as mesmas, em vista as forças destrutivas que avançam com as mesmas estratégias, apenas consolidando ano a ano suas conquistas com mais garras e poderio.

Mediante essa realidade é premente que os que tratam da formação de professores de Educação Física, reconceptualize os currículos em vista aos fatos concretos que alicerçam a compreensão da realidade história da humanidade, pois compreendemos que a cultura corporal enquanto produção material humana não tem como ser explicada e compreendida sem a história que desnuda a destruição das forças produtivas da formação econômica capitalista, aquelas que garantem a existência humana (trabalhar, dormir, comer, lazer etc).

As propostas pelas quais luta o movimento docente em favor da classe trabalhadora da educação, nas últimas décadas, em vista à formação omnilateral vêm sendo fundada por outra realidade a ser conquistada. A luta é travada para que se garanta uma formação significativa com a necessária propriedade pedagógica de trabalho.

O incentivo concreto às faculdades e centros de educação como espaços privilegiados de formação de professores que geram a profissionalização e a autonomia e o desenvolvimento intelectual do docente, precisam ser recuperadas. Mas para que isso possa se concretizar é preciso que reconheçamos as formas de encaminhamento das sugestões, modificações, que precisam ser concretizadas de forma organizada, através de nossas entidades e associações acadêmicas e científicas.

Nessa perspectiva, a pós-graduação *strico sensu* tem uma ampla responsabilidade social sobre o que produz e para que produz, enquanto setor que mobiliza cientificamente as produções do conhecimento em todas as áreas da formação humana.

Outros aspectos fundamentais de luta e conquistas dizem respeito à valorização dos professores que supõe formação continuada com parâmetros

pautados na formação para a pesquisa, condições de trabalho dignas e adequadas e um plano de carreira responsável e motivador; essas são dimensões indissociadas do trabalho docente e da profissionalização dos professores e professoras que atuam em todos os níveis da formação humana.

As avaliações que os órgãos de Estado vêm promovendo, que não se sustentam nesses eixos ou que desconsideram a realidade concreta na qual se insere o trabalho docente e o funcionamento das instituições escolares e de ensino superior, tendem a ser idealistas, sem fundamento de causa para os interesses da classe trabalhadora que sustenta esse país.

Mediante o que foi exposto é preciso estar atentos a erosão da liberdade e do compromisso social e ético de produzir conhecimento na pós-graduação. A nova ordem neoliberal que invade as universidades e centros de educação, por sua própria lógica produtivista, elitista e privatista, que estimula o autoritarismo e a subordinação às forças econômica de mercado, tenta a todo custo retirar a liberdade de expressão das produções de pesquisas que avançam para outra lógica de formação econômica; tenta a todo custo inibir a crítica radical e particularmente o debate da relação capital/trabalho. Eis porque é preciso estudar a pesquisa, identificar qual o necessário compromisso das universidades com a formação de professores, reconhecer pressupostos ontológicos tratados nos estudos produzidos.

Após reconhecer problemáticas significativas no campo ontológico do conhecimento da práxis social do lazer produzido na pós-graduação e na formação dos professores de Educação Física na graduação de um curso da Região Nordeste, apontamos para a finalização deste estudo, realizando o esforço de não cair na unilateralidade que reduz o objeto ao sujeito ou do materialismo mecanicista que reduz o sujeito ao estatuto do objeto.

Expomos, portanto na forma de proposições, bases de necessidades e de exigências da Educação Física e das relações de trabalho-lazer, em vista a um projeto histórico de sociedade superador ao modo do capital organizar a vida e as relações sociais de produção, ou seja, um projeto histórico comunista.

6.2 PROPOSIÇÕES SUPERADORAS E INDICAÇÕES PARA NOVOS ESTUDOS

O conhecimento é um dos aspectos da atividade humana, é a sua atividade teórica. Mas a teoria por si mesma nunca está em condições de alterar a realidade e é nesse fator que consiste a sua diferença na prática.

O conhecimento científico, que envolve teoria e prática (práxis), nos envolveu para uma compreensão de mundo que implica numa prática, enquanto professora de Educação Física, que mais do nunca depende desse conhecimento para prover meios de contribuir de maneira comprometida com uma determinada via de transformação das condições de manutenção da existência da humanidade.

Por conceber essa premissa como essencial para a elaboração dessa tese, é que buscamos partir da prática da produção do conhecimento *stricto sensu* das pós-graduações no Brasil e da graduação em Educação Física, para reconhecer que a prática não é apenas a base, mas também o objetivo do conhecimento.

Mediante os fatos/dados levantados na pesquisa, identificamos que em 90% da produção, em seus pressupostos, os pesquisadores desconhecem os objetos da realidade concreta do mundo, considerando a identificação e domínio de suas leis em desenvolvimento; não apresentam nos estudos possibilidades de um modo que não seja o ditado pelo capital. Ao generalizar a prática exercem sobre a realidade do mundo uma influência recíproca, não contribuindo para o seu desenvolvimento em vista a outras possibilidades superadoras de tratar as relações de produção forjadas pela formação econômica capitalista. Os estudos que se colocaram nessa perspectiva formulam grandes idealizações da práxis social do lazer, por meio de uma série de associações, total ou mesmo parcialmente arbitrarias; expõem um conjunto de idéias abstratas, pois se colocam deslocadas dos elementos da realidade que são decisivos para a compreensão do real concreto, em cuja transformação o sujeito que a pensa age diretamente e ativamente.

Esse reconhecimento ocorreu por tomarmos a categoria dialética totalidade em que tratamos de preservar o seu valor onto-gnosciológico intrínseco para obter a necessária interpretação teórica da realidade da

produção do conhecimento da práxis social do lazer. A totalidade concreta é, portanto, a categoria autêntica da realidade, quando colocamos no centro da nossa investigação o substrato material real do método a formação econômica capitalista e seu imanente antagonismo entre as forças produtivas e as práxis sociais que se estabelecem a partir das relações de produção.

Para tratar da máxima eficácia científica que é inerente as pesquisas comprometidas com o real, tivemos que exercer o efetivo exercício de análise por alguns procedimentos de tratamento as categorias filosófico-dialéticas, que se apresentam como pressupostos imprescindíveis para o alcance do pleno significado para esse estudo. Portanto, tivemos o máximo de cuidado de tratar o “todo” para não estabelecer a mera aparência das particularidades. Esse trajeto teórico (dialético) que optamos passou a ser o único procedimento capaz de proporcionar estatuto rigorosamente científico à referida categoria na pesquisa.

Na posição de totalidade em que buscamos compreender a realidade de trinta e seis anos de produção *stricto sensu* do conhecimento da práxis social do lazer no Brasil, buscamos na realidade em que se colocam as produções, nas suas mais íntimas leis, a possibilidade de revelar, sob a superfície e casualidade dos fenômenos, as conexões internas, necessárias; para tanto, nos colocamos radicalmente em antítese à posição do empirismo. Esse movimento amparado pelo método nos permitiu atingir a compreensão dos processos evolutivos em que a realidade dos estudos se revelou.

Fizemos nos capítulos teóricos um exaustivo processo de aproximações, de passo em passo, descobrindo, revelando e completando cada conceito em notas de rodapé, cada conexão teórica possível de ser amarrada e cada categoria desde sua apreensão mais abstrata (e mais simples) a mais concreta (e mais complexa) no curso do qual a lógica essencial que preside a conexão do todo pode ser captada em seus estágios intermediários e causais.

Na transversalidade em que se colocaram na investigação as conexões de forças em relações a contradição foi possível reconhecer que no modo de produção da formação econômica capitalista, em seu processo de desenvolvimento, a práxis social do lazer tratada nos estudos, se confronta com duas categorias fundamentais: trabalho e capital no plano objetivo,

proletariado e burguesia no plano de suas respectivas subjetividades na luta de classes.

Portanto, considerando a necessidade de elaborar e apontar proposições superadoras, é preciso considerar fundamentalmente: 1. Que o modo de vida, que inclui trabalho-lazer, enquanto fenômenos histórico-sociais são, em última instância, determinados pela totalidade das relações econômicas e sociais, pelo modo de produção da formação econômica capitalista. 2. Superar as contradições materiais impostas pelas relações da formação econômica capitalista é essencial nos estudos da práxis social do lazer. 3. Essa superação somente se torna concreto na efetivação objetiva de um projeto histórico socialista, em que se funda a origem de uma organização política qualitativamente nova e plenamente democrática da sociedade; os pilares dessa organização engloba o sistema das organizações e instituições estatais e públicas dos trabalhadores, considerando a sua edificação; depois de todo o povo ter ocupado firmemente as posições socialistas, o Estado da ditadura do proletariado (o Estado do Povo) age substancialmente em favor da organização política de todo o povo, com o papel dirigente pertence à classe operária com a sua vanguarda; tendo o Partido dos Comunistas à frente, organiza-se a realização das tarefas da construção comunista.

No estudo das leis gerais do surgimento e do desenvolvimento da formação social comunista temos que penetrar também numa esfera específica de existência humana da sociedade: o modo de vida que é determinado pela totalidade das relações econômicas e sociais do modo de produção. No socialismo eliminamos a contraposição de trabalho social e modo de vida, de vida político-social e vida pessoal. Não existe de um lado a essência humana e, por outro uma existência oposta à essência, como verificamos nas relações da formação econômica capitalista.

É preciso que seja rechaçado nos estudos da práxis social do lazer o modo de vida sustentado pelo capitalismo, que é uma práxis para os trabalhadores de assunto privado. No socialismo os pressupostos ontológicos se pautam em bases de interesses com a formação da vida, que ocorre por elevação das necessidades e exigências espirituais e com a ocupação criteriosa dos tempos livres que passam a ser uma tarefa da política de Estado. O socialismo não é a realização de uma natureza social humana eterna, mas a

possibilidade superadora para o surgimento de homens e mulheres pautados em novas condições de produzir a vida; homens e mulheres comunistas numa sociedade sem classes, sem propriedade privada, em condições possíveis de viver o “reino da liberdade”.

Na formação econômica capitalista a grande maioria esmagadora dos trabalhadores do nosso país viveu, ao longo dos séculos, na miséria mais dura e cruel, sem poder sequer satisfazer suas necessidades de primeira ordem, necessidades mínimas. Embora tenhamos avançado no campo da ciência e tecnológico, somente uma pequena parcela se apropria e beneficia. A fome continua apesar de todo avanço tecnológico alcançando, a ser o mais grave flagelo da humanidade, arrebatando diariamente milhões de vidas humanas. O problema da habitação e da terra para o plantio é insolúvel para os sem teto e para os sem-terra. Nunca tivemos tantos conflitos bélicos em nosso planeta como nas últimas décadas. São aproximadamente, mil bases militares instaladas no mundo pelo império Norte Americano e seus aliados. Nunca a humanidade esteve tão vulnerável e sofreu tantos impactos do sistema econômico especulativo, parasitário, quanto na atual crise do capital, que não poupa povos e nações com seu poder avassalador. As relações da natureza se rebelam causando fenômenos catastróficos que não podem ser previstos e controlados pela ciência e tecnologia, que se colocam como evoluídas.

No contexto em que as universidades levantam em suas principais hipóteses o esgotamento de teorias que explicam o real, elegem formulações e explicações com reações aos pós-modernismos, que ocultam e escamoteiam as leis gerais de desenvolvimento da natureza e da sociedade, nas leis gerais do capital, relegando concretas necessidades de combater os interesses privados do Estado burguês. E assim, sustentadas por táticas e estratégias na luta de classes, abafam as contradições da atual formação econômica, criando todo meio de resistência teórico-prática para uma nova e superior forma dos trabalhadores organizarem os meios de produzir e reproduzir a vida.

Portanto, necessário se faz reconhecer a necessidade de criticarmos as teorias formuladas na produção *strico sensu* da pós-graduação dos estudos da práxis social do lazer, resultado do trabalho humano de trabalhadores de diversas áreas de formação, cujo processo sistemático de pesquisa, na grande maioria, ocorre em abordagens teórico-metodológicas que não dão conta de

resgatar com propriedade o caráter ontológico que distingue as formas em que se apresentam as atividades produtivas engendradas pelo capital. Nessas condições em que são sustentados os estudos, há empecilhos de propriedade gonsociológica e ontológica, comprometedores para a compreensão do grau de alienação/estranhamento do próprio trabalho científico no âmbito da sua forma mais particular de satisfazer as necessidades humanas emancipadas.

A especificidade da relação entre essência (trabalho) e fenômeno no ser social passa pelo problema do agir interessado dos pesquisadores e que muitas vezes, repousa em interesses de grupos de pesquisas em linhas adotadas pela pós-graduação. Nesses interesses de disputas que se afirmam pela luta de classes, a ciência escapa das suas funções de controle e produz o contrário, oculta, faz desaparecer a essência, considerando concepções e interpretações sobre a práxis social do lazer que só interessam ao capital.

As mediações que essas produções estabelecem na formação de professores de Educação Física, foco desse estudo, estão pautadas, ideologicamente, tanto para atender aos interesses de financiamentos concedidos às universidades, quanto para confundir e anular as possibilidades de tratamento do conteúdo real concreto.

Portanto, é preciso que reconheçamos que o conhecimento produzido na sociedade alimentada pelo capital, adquire força produtiva, que aumenta rendimentos, a mais-valia, assegurando a acumulação das relações privadas; proporcionam, também, força política e ideológica de racionalidade científico-técnica, quanto ao domínio de determinadas condições de vida, processos de trabalho e acesso a bens culturais, como educação, saúde, tempo livre etc.

Mediante o exposto, afirmamos com propriedade científica que a produção do conhecimento da práxis social do lazer dos últimos 36 anos, tem desvios teóricos e atrasos, ou seja, há predominância de teorias contra-revolucionárias e reformistas para o movimento histórico da evolução existencial da humanidade.

Nas possibilidades propositivas em que encerramos provisoriamente essa tese, reconhecemos que a produção do conhecimento elaborada a partir da práxis social do lazer, que media conhecimentos nos cursos de formação em Educação Física e demais áreas, precisa ter em seu horizonte norteador, a emancipação humana, que consiste na formação de homens livres, coletivos,

sujeitos da história, detentores dos meios que alicerçam no trabalho associado à consciência comunista, que tem como base de produção outra forma de organização de vida social, de trabalho organizado e de planificação das comunidades em prol das novas relações sociais da produção da vida.

Nas novas relações de produção e sociais, não há porque se conquistar na relação trabalho-lazer o tempo disponível, pois haverá nas condições objetivas que certamente serão criadas, o tempo livre para descansar e para os seres humanos se desenvolverem, para tomar consciência de seus direitos como trabalhadores, como cidadãos. É na base da distribuição da riqueza, em que desaparecem os antagonismos da luta de classe, da propriedade privada e do trabalho privado, que se cria o aproveitamento racional dos pressupostos do tempo livre.

O lazer (tempo privado, controlado e requerido pelo consumo do capital) desaparece com as forças destronadas do capital. Conforme Lênine¹⁶²: “Os homens dedicarão o seu tempo livre, cada vez mais a atividade social, à vida cultural, ao desenvolvimento espiritual e físico, à criação técnico-científica e artística. A cultura física e o desporto passarão a ser indissociáveis da vida”.

Portanto, o que podemos reconhecer nas referências que nos aproximamos e alicerçamos nessa tese, é que na sociedade socialista e posterior comunista, o tempo livre ganha outro conteúdo social, abrindo a porta para o reconhecimento concreto dos trabalhadores de seus valores espirituais e sociais. É nessa forma de posição teleológica enquanto transformação material da realidade, que em termos ontológicos podemos conceber o tempo livre. Mas é preciso que reconheçamos que no plano do ser, esta práxis do tempo livre deve ser concebida de suas formas de transição, considerando a exata delimitação entre a realidade que existe em-si, enquanto processo, e as possíveis modalidades através das quais se pode conhecê-lo em sua base natural proveniente das relações da socialidade.

A socialidade possível dos homens e mulheres implica necessariamente que reconheçamos três traços essenciais: 1. Os seres humanos produzem socialmente e nesse processo, produzem a si mesmos; 2. Não sendo os seres humanos somente seres de relações, mas cujas relações são, por sua vez, são

¹⁶² Essa importante citação foi proferida por Lênine no Programa e Estatutos do PCUS. (*apud* AFANASSIEV, 1961, p. 336).

produto humano, já que estes produzem as suas próprias relações sociais; 3. As relações por outro lado, mudam historicamente de acordo com cada estrutura social dada. Portanto, somente a partir de diversas formas históricas, a natureza produtora, transformadora do ser humano, se dá socialmente. A essência humana–social, prática e histórica, mediante ao que afirmamos acima, não se esgota por isso em nenhuma das formas concretas da existência social e individual dos seres humanos. A práxis do trabalho-lazer, determinantes dessa socialidade, jamais desaparece ou é totalmente negada, já que se trata de relações de seres humanos históricos e sociais.

Numa concepção ontológica, a superação das contradições em que a práxis social do trabalho-lazer se estabelece na formação econômica capitalista, ocorre pela contraditoriedade que esta se apresenta como motor permanente da relação dinâmica entre complexos, ou seja, entre processos que surjam das relações deformadas e as novas existentes, que passam a ser reconhecidas em novas condições de socialidade. O tempo livre – tanto para o descanso como para outras atividades de gozo -, transformará muito aquele que dele gozar num ser social diferente, e é esse ser transformado que se apresentará em seguida no processo de produção imediato.

Portanto, para além do capital é possível estabelecer na produção do conhecimento uma lógica para o tempo livre; livre para homens e mulheres trabalhadores terem domínio da regência da produção da existência nas relações que mantém a vida em suas múltiplas esferas de condições de necessidades reais, concretas.

É na busca da satisfação de suas necessidades materiais e espirituais que o homem e a mulher precisam trabalhar, transformando a natureza, produzindo conhecimento e criando-se a si mesmos. Essas necessidades que são históricas se transformam e se alteram e se substituem no processo histórico produzido pelas relações de trabalho mudadas, alteradas substancialmente em suas bases materiais. Portanto, se os homens e as mulheres trabalhadores podem se transformar e transformam a natureza, mudam nesse processo, também, suas necessidades para o tempo livre. Certamente, esse movimento do real e concreto somente pode se expressar, em condições objetivas de um determinado momento histórico, e nesta medida, nas contradições presentes nesse momento objetivo dado da realidade.

Portanto, querer instaurar nos tempos atuais essa condição de liberdade efetiva, real, implica a tomada de consciência na luta de classes do caminho que leva ao “reino da liberdade” que só poderá se concretizar na superação da liberdade individual, particular de indivíduos possuidores de privilégios corruptos, porque está baseada na falta de solidariedade e liberdade dos outros, o que implica precisamente a renúncia à liberdade individual; essa conquista tem que ter a subordinação consciente da vontade de conjunto dos trabalhadores, que têm por determinação gerar a condições objetivas de necessidades concretas da vida. Supõe, essencialmente, a necessidade ontológica de seres sociais ativos na construção de si mesmos, da natureza e de sua história, o que significa reconhecermos a existência de seres sociais envolvidos na luta de classes num processo contínuo e infinito de construção de si mesmos.

Portanto, para se concretizar essa realidade é preciso sair do fosso criado pela propriedade privado entre sujeito humano criador e a realidade objetiva criada, pois há na dilacerada condição humana alienada, decorrente da competição desenfreada em torno de vantagens da apropriação privada das riquezas, o impedimento de que os seres sociais se reconheçam universalmente na história que produzem.

A conquista dessa liberdade, que estamos dando em passos, ainda que hesitantes e em difíceis condições de resistência, se expressa na necessidade de conjunto da classe trabalhadora; é preciso trabalhar de forma disciplinada e organizada a nível nacional e internacional em uma frente única do partido dos trabalhadores para o fortalecimento da luta unida, que possa alicerçar as bases de transição do socialismo e de outro modo de produção – o comunismo.

Conforme explicitamos no início desse capítulo, consideramos que a questão central da pergunta científica nos conduz a necessidade de identificar a realidade objetiva para podermos “*apreciar não somente o que representa essa ou aquela coisa em um momento dado, em suas relações dadas, mas igualmente qual será seu comportamento em outro momento, em outras relações*”. (CHEPTULIN, 1982, p. 334).

Portanto, as proposições superadoras devem ser colocadas em três graus de complexidade: 1. O que cabe as esferas governamentais – o poder público; 2. o que cabe nas esferas das organizações de classe – a luta que

transcende a própria universidade; 3. o que cabe na esfera da autonomia universitária e portanto no projeto da instituição, do curso e do programa dos professores. É dentro do enfrentamento concreto na luta de classes, considerando o que aponta a ontologia do ser social, que encontramos os indicadores de que somos sujeitos da história e podemos orientar ações – teleologia – para a construção de outro projeto histórico, outra formação econômica, outro modo de vida. E podemos fazer isto na produção do conhecimento científico e nas disciplinas que orientamos na graduação de cursos de formação de professores de Educação Física que terão como campo de atuação profissional e de desenvolvimento do trabalho pedagógico e como objeto de estudo o par dialético “Trabalho-Lazer”.

Referências

REFERÊNCIAS

- ABBAGNAMO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 1014 p.
- AFANÁSSIEV, G. V. **Fundamentos da Filosofia**. 2ª. ed. Moscovo- URSS: Edições Progresso, 1982. 430 p.
- _____. **Elementos fundamentais do comunismo científico**. Curso Básico do comunismo científico. 3º v. 2ª. ed. Lisboa: Editorial Avante, 1977. 427 p.
- ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: Druck, Graça; FRANCO, Tânia **A perda da razão social do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007. 235 p.
- BRAGA, Ruy. Forças produtivas, hegemonia e imperialismo. In: KATZ, Cláudio; BRAGA, Ruy; COGIOLLA, Osvaldo. **Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 1995. 167 p.
- BORGES, Ângela. Mercado de trabalho: Mais de uma década de precarização. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. (Org.) **A perda da razão social do trabalho: Terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007. 235 p.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. 454 p.
- BRASIL. Radar Social: Nota Técnica. Ministério do Planejamento de Orçamento e Gestão. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. Disponível em: <<http://educacaoecia.blogspot.com/2005/06/pesquisa-nacional-radar-social.html>>. Acesso em: 12 dez. 2006.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Pós-Graduação. **Plano Nacional de Pós-Graduação**. Brasília: Departamento de Divulgação, 1975. 63 p.

BRASIL. Nota Técnica. Ministério do Planejamento de Orçamento e Gestão. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/>>. Acesso em: 14 agos 2008. 1 f.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/notas/notastecnicas8.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2005 3p. e 05 set. 2006. 2f.

CHAVES, Márcia; SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio; SÁ, Kátia O. de. **Lazer e Recreação no Currículo de Educação Física.** 2 ed. E ampl. Maceió: EDUFAL, 2003. 238 p.

_____. **Produção do conhecimento em Educação Física nos estudos do nordeste (Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe), 1982-2004:** Balanço e perspectivas.

2005. 159 f. v. I. Tese de Pós-Doutorado (Educação) Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Salvador-Bahia.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista:** Teorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa Omega, 1982. 352 p.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física.** São Paulo: Cortez, 1992. 119 p.

COGIOLLA, Osvaldo. Marxismo e classes sociais na atualidade. In: **Novas tecnologia:** crítica da atual reestruturação produtiva. São Paulo: Xamã, 1995. 167 p.

CONARCFE. Documento Final. **V Encontro.** Anais ... Belo Horizonte, 1990.

CAPES. Mestrado / Doutorados reconhecidos. Disponível em: <WWW1.capes.gov.br/Scripts/Avaliacao/MeDoReconhecidos/Area/Programa.asp>. Acesso em: 10 nov. 2008. 3f.

COGIOLLA, Osvaldo. Marxismo e classes sociais na atualidade. In: KATZ, Cláudio; BRAGA, Ruy; COGIOLLA, Osvaldo. **Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 1995. 167 p.

_____. **O capital contra a história: gênese e estrutura da crise contemporânea**. São Paulo: Xamã: Edições Pulsar, 2002. 519 p.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1977. 170 p.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FERNANDES, Florestan (Org.). **Marx, Engels: história**. 3ª. ed. São Paulo, SP: Ática. 1989. 495 p.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981a. 283 p.

_____. **Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981b.

FREITAS, Helena Costa Lopes. **Programas do ensino superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: as políticas educacionais e o movimento dos educadores**. Educação & Sociedade, Campinas, SP: Cedes, n.º 69, 1999. 15 p.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Uma pós-modernidade de libertação: reconstruindo as esperanças**. Campinas-SP: Autores Associados, 2005. 123 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 230 p.

_____. A nova e a velha faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (Org.) **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis – RJ, 2001. 188 p.

_____. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In: GOMES, Carlos M.; FRIGOTTO, G.; et al. **Trabalho e conhecimento: Dilemas na educação do trabalhador**. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 92 p.

_____. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto, in Fazenda, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989. 111 p.

_____. Tendências epistemológicas : dos tecnicismos e outros “ismos” aos paradigmas científicos. In: **Pesquisa Educacional: Quantidade – qualidade**. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GENTILI, Pablo. (org.) Universidades na penumbra: O círculo vicioso da precarização e a privatização do espaço público. In: Universidades na penumbra: **Neoliberalismo e reestruturação universitária**. São Paulo: Cortez, 2001. 232 p.

GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 3ª. ed. São Paulo, 2002. 279 p.

GILES, Chris. **Concentração de Renda**. Folha de São Paulo, p. 6/12, 13 abr. 2007. Caderno Político. Tradução: Paulo Migliacci. 1 p.

GOLDMANN, Lucien. **Epistemologia e filosofia política**. Lisboa: Presença, 1978.

_____. **Ciências Humanas e Filosofia: Que é a sociologia?** 8ª. ed. São Paulo: DIFEL, 1980. 118 p.

GOMES, Cristina Marques. **Pesquisa científica em lazer no Brasil** (Bases Documentais e Teóricas) Volume I - 119 e II. 155p. Dissertação. (Mestrado em Ciências da Comunicação) – USP – São Paulo, SP: [s.n], 2004.

HOBSEWANE. Eric. **A Revolução Francesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997. 57 p.

_____. O desafio da razão: Manifesto para a renovação da história.
<http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14924>. Acesso em 8 de dezembro de 2008. 31 f.

_____. Introdução. MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. Introdução de Eric Hobsbawm. 7ª. ed. São Paulo: Paz e Terra. 2006. 136 p.

KOPIN, P. V. **Fundamentos lógicos da ciência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. 280 p.

_____. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 355 p.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1995. 248 p.

LACKS, Solange. **Formação de professores: A possibilidade da prática como articuladora do conhecimento**. 2004. 276 F. Tese (doutorado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec, 1999. 131 p.

LAJUGIE. Joseph. **Os Sistemas Econômicos**. 6ª. ed. São Paulo: DIFEL, 1979. 147 p.

LÊNINE. Vladimir Ilitch. **Obras Escolhidas**. Tomo 1. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979. 575 p.

_____. **Obras Escolhidas**. Tomo 2. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980. 770 p.

_____. **Materialismo e Empiriocriticismo** (Notas críticas sobre uma filosofia reaccionária). Lisboa – Moscovo: Edições Avante, 1982. 339 p.

_____. **O imperialismo, Fase superior do Capitalismo**. Brasília: Nova Palavra, 2007. 200 p.

LESSA, Sergio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Boitempo, 2002. 287 p.

_____. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3ª. ed. rev.e amp. Ijuí: Unijuí, 2007. 231 p.

LOWY, Michael. **Método dialético e teoria política**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 141 p.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. Porto: Escorpião, 1974. 401 p.

_____. **Ontologia do ser social: O trabalho**. Cap. I, v. II da Ontologia do Ser Social. Trad. Ivo Tonnet (mimeo). s/d.a, 92 p.

_____. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979a. 174 p.

_____. **Ontologia do ser social: A falsa e verdadeira ontologia de Hegel**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979b. 114 p.

_____. **Teoria do partido revolucionário**. Cadernos de Formação Marxista. São Paulo: Brasil Debates Editora Ltda, s/d.b 111 p.

_____. **Velha e Nova Cultura**. Texto publicado em Revista "Revolución y Antiparlamentarismo". No. 43. Ediciones Pasado y Presente, México, 1978. Disponível em: <www.arquivo marxista.br>. Acesso em: 20 set. 2007. 14 p.

MARX, Karl. Prefácio à "Contribuição à Crítica da Economia Política". In: MARX, ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1980. 381 p.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1991. 137 p.

_____. **Economia Política e Filosofia**. Rio de Janeiro: Melso, 1963, 340 p.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 7ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. 137p.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Volume I. 20ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 571 p.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004. 175 p.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos**. 4ª. ed. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987. 137 p.

MARX, Karl; ENGELS F. Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1980. 381 p.

_____. **A ideologia alemã**. 11ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 138p.

_____. **O manifesto comunista**. 7ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001, 65 p.

MÉSZAROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002. 1102 p.

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie.** São Paulo: Boitempo, 2003. 116 p.

_____. **A Educação para além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2005. 77 p.

_____. **A Teoria da Alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2006. 293 p.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2007. 396 p.

OHLWEILER, Otto Alcides. **Humanidade e lutas sociais:** Da caça a aurora da civilização. Santa Maria, RS: Tchê, 1987a. 160 p.

_____. **Humanidade e lutas sociais:** Antigüidade Clássica e feudalismo. Santa Maria, RS: Tchê, 1987b. 137p.

_____. **Humanidade e lutas sociais:** Advento do capitalismo. Santa Maria, RS: Tchê, 1987c. 143p.

_____. **Humanidade e lutas sociais:** Era do imperialismo. Santa Maria, RS: Tchê, 1987d. 159 p. 155p.

PADILHA, Valquíria. **Tempo Livre e Capitalismo:** um par imperfeito. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000. 111p.

_____. **Shopping Center:** A catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo, 2006. 209 p.

PAULO NETTO. José. **Cotidiano:** Conhecimento e crítica. 7ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2007. 93 p.

PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça Peixoto. **Estudos do lazer no Brasil:** Apropriação da obra de Marx e Engels. 2007. 330 f. Tese (doutorado em Educação) Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo.

PINHEIRO, Luiz Humberto. **Universidade dilacerada:** Tragédia ou revolta? Tempo de reforma neoliberal. Salvador: L. U. Pinheiro, 2004. 659 p.

PISTRAK, **Fundamentos da escola do trabalho.** 2ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Dialética do conhecimento.** Tomo I. Preliminares Pré-história da dialética. São Paulo: Brasiliense, 1969, 333 p.

RANIERE, Jesus. Apresentação: Sobre os chamados Manuscritos econômico-filosóficos de Karl Marx. In: **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004. 175 p.

28ª. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPED. **Relatório de Atividades** – Nov/2004 a out/2005. Rio de Janeiro: ANPEd, 2005. 104 p.

RUMMERT, Sonia Maria. **Educação e Identidade dos Trabalhadores:** as concepções do capital e do trabalho. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.

SÁ, Kátia Oliver de. **Lazer, trabalho e educação.** Pressupostos ontológicos dos estudos do lazer no Brasil. 2003. 148 f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1986.

SANTOS, Marco Antonio Villela dos. **A crise do imperialismo expressa o agravamento de todas as suas contradições.** Disponível em: < www.cecac.org.br>. Acesso em: 1 out. 2006. 21p.

SANTOS, Milton. **O intelectual independente e a universidade.** Revista USP, Rumos da universidade. São Paulo, no. 39, p. 54-57, set./Nov. 1998. 13 p.

SÁNCHEZ GAMBOA, Sílvio. **Epistemologia da pesquisa em educação.** 1996. 154 f, Tese (Doutorado em Epistemologia). Faculdade de Educação da Universidade de Campinas. 1996. 111 p.

_____. Tendências epistemológicas: dos tecnicismos e outros ismos”aos paradigmas científicos. In: SANTOS, Josá Camilo dos; SÁNCHEZ GAMBOA, Sílvio. **Pesquisa educacional: quantidade – qualidade.** 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 111 p.

SILVA, Rossana Valéria de Souza. **Pesquisa em Educação Física: Determinações históricas e implicações epistemológicas.** 1997. 279 f. Tese (doutorado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade de Campinas. São Paulo.

SILVA, Rossana Valéria de Souza e; ALVES, Maria Bernadete Martins; PRINGOLATO, Ealine Maria Pereira (Org.). V. 1. **Produção Científica em Educação Física e Esportes – Dissertações e Teses (1979 a 1994).** Uberlândia: UFU/NUBRADITEFE, 1996. 495 p.

SILVA, Rossana Valéria de Souza e; SANTOS, Cristiane da Silva; SOUSA, Estela Rodrigues de; LIMA, Lana Ferreira de; SILVA, Roseane Patrícia e (Org.). V. 2. **Produção Científica em Educação Física e Esportes – Dissertações e Teses (1995 1996).**Uberlândia: UFU/NUBRADITEFE, 1998. 428 p.

SILVA, Rossana Valéria de Sousa e; SOUSA, Estela Rodrigues de; SANTOS, Cristiane da Silva (Org.). V. 3. **Produção Científica em Educação Física e Esportes – Dissertações e Teses (1979 a 1994)**. Uberlândia: UFU/NUBRADITEFE, 1998. 494 p.

SILVA, Régis Henrique dos Reis. **Análise epistemológica das dissertações e teses defendidas no PPG-EES/UFDCar: 1881-2002**. 2004. 165 p.
Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, 2004.

TAFFAREL, Celi Neuza Zülke. 1999. 252f. **A prática pedagógica na produção do conhecimento e formação acadêmica na área de Educação Física & Esporte**: a possibilidade estratégica da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. Tese de Pós-doutoramento realizada nas Universidades de Oldenburg e Vechta – Alemanha, 1999. 252 p.

_____. Epistemologias e teorias do conhecimento na pesquisa em Educação e Educação Física: as reações aos pós-modernismos. III Seminário de Epistemologia e Teorias da Educação - EPISTED; IV Colóquio de Epistemologia. GTT do CBCE. 9 a 11 de dezembro. FE – UNICAMP. Mimeog. 2008, 31 f.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; LACKS, Solange. **Política de formação profissional e educação física**: conflitos e confrontos entre MEC/CNE, ANFOPE e CONFEF. Salvador: UFBA/FACED/ LEPEL, 2001. p.

TAFFAREL, Celi; LACKS, Solange. **Diretrizes curriculares**: Proposições superadoras para formação humana. FIGUEIREDO, Zenólia Christina Campos. (Org.). Formação profissional em Educação Física e mundo do trabalho. Vitória: Gráfica da Faculdade Salesiana, 2005. 16 p.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; CASAGRANDE, Nair. **Tese ao 24º Congresso do ANDES-SN**. Políticas sociais: Política educacional – reforma universitária -

as trinta e cinco armadilhas do anteprojeto da lei de educação superior.

Extraído em:

< <http://www.faced.ufba.br>>. Acesso em: 9 mar. 2005. 4 f.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

TROTSKY, Leon. **Moral e Revolução**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 71 p.

VALENTE, Márcia Chaves. **Lazer e recreação no currículo de educação física**. Maceió: EDUFAL, 1997. 171 p.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1986a. 455 p.

_____. **Ética**. 9ª. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1986b. 267 p.

VIEIRA, Sônia Chagas; LUBISCO, Nídia m. L. ; SANTANA, Isnaia Veiga. **Manual de estilo acadêmico**: monografias, dissertações e teses. 4ª. Ed. Salvador: EDUFBA, 2008. 145 p.

WERNECK, Christianne. **Lazer, Trabalho e Educação**: questões históricas, questões contemporâneas. Belo Horizonte: Ed. UFMG; CELAR-DEF/UFMG, 2000. 72 p.

Apêndices

APÊNDICE A

Quadro 1 - Listagem de 274 pesquisas *stricto sensu* produzidas entre o período de 1972 a 2008.

APÊNDICE B

Quadro 2 - Levantamento de 36 teses produzidas no período de 1972 – 2008.

APÊNDICE C

Quadro 3 - Listagem de 233 dissertações produzidas entre o período de 1972 a 2008, extraídas do quadro (1).

APÊNDICE D BANCO DE DADOS - Fichas de Análises de Resumos das Dissertações e Teses.

APÊNDICE E

Quadro 4 - Levantamento de 84 produções (dissertações e teses) analisadas, referente ao período de 1972 a 2008.

APÊNDICE I - BANCO DE DADOS – Bases Documentais e Teóricas.

APÊNDICE F - Foco das objetivações propostos nas 84 produções analisadas em relação às concepções teóricas de pesquisa, referentes ao período de 1972 a 2008.

APÊNDICE F

Quadro 14 – Foco das objetivações propostos nas 84 produções analisadas em relação às concepções teóricas de pesquisa, referentes ao período de 1972 a 2008.

Abordagens	Foco das objetivações das pesquisas (teses e dissertações)
Empírico-analítico	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Investigar relacionamento entre grau de escolaridade e lazer; ✓ Identificar as expectativas e os conceitos de lazer em determinado grupo de trabalhadores.
Fenomenológico-hermenêutico	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Investigar comportamento de estudantes de pós-graduação no lazer; ✓ Levantar opiniões sobre práticas de lazer; ✓ Analisar participação do negro no cotidiano, lazer e cidadania de subúrbios de São Paulo; ✓ Identificar concepções de lazer e variáveis que influenciam as concepções; ✓ Identificar a redescoberta do lazer e do lúdico no desenvolvimento escolar; ✓ Detectar razões de interesse da produção cultural televisiva; ✓ Identificar o conceito de lazer em instituições de idosos; ✓ Discutir a relação do poder público municipal com a prestação de serviços de lazer; ✓ Identificar a problemática do trabalho e do tempo livre entre produtores rurais; ✓ Identificar no imaginário social de pilotos de aviação os sentidos do lazer; ✓ Aproximar os estudos da comunicação e do lazer no âmbito da cultura popular brasileira; ✓ Discutir espaços públicos de lazer; ✓ Compreender e interpretar os interesses, valores e significados do lazer enquanto atividade de política pública e vivências; ✓ Reconhecer práticas de lazer em Educação Física na formação humana; ✓ Estudar alteração auditiva de pressão sonora em áreas de lazer; ✓ Argumentar sobre as políticas de lazer em vista ao uso para revitalização cultural de espaços; ✓ Identificar políticas públicas de lazer relacionando com neoliberalismo, globalização e cidadania; ✓ Comprovar que o tempo livre é uma fonte desconhecida de aprendizagem e que há certo equilíbrio entre a aprendizagem do trabalho escolar e a auto-formação do tempo livre; ✓ Investigar o significado do trabalho, do lazer e suas implicações no cotidiano de trabalhadores na relação com o futebol; ✓ Desvelar o processo histórico de interesses de criação de parques a atuação de poder público municipal; ✓ Analisar e compreender os significados das vivências de lazer na empresa; ✓ Avaliar o impacto de projeto de esporte no desenvolvimento dos participantes; ✓ Perceber contribuições da Educação Física na educação para o lazer; ✓ Investigar os sentidos de aventura, risco e vertigem de praticantes de Pará-quedismo; ✓ Avaliar diretrizes básicas de planejamento urbano na implantação e qualificação de espaços públicos de lazer e recreação, equipamentos, serviços urbanos e questionar a metodologia empregada; ✓ Estudar política pública setorial de lazer;

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estudar sistema de lazer e poder existente em agremiação; ✓ Tratar do processo de ampliação dos direitos sociais de atividades de lazer, a partir de identidades individuais e coletivas, em vista a luta pelo direito de acesso e fruição de atividades de lazer; ✓ Investigar as concepções de lazer de discentes de graduação; ✓ Analisar a participação de idosos em atividades na natureza no âmbito do lazer; ✓ Propor diretrizes de projetos para idosos em áreas públicas de lazer; ✓ Identificar as condições e regularidades da prática de lazer e a relação de saúde; ✓ Analisar as práticas de lazer encontradas por jovens usuários de drogas e suas formas de sociabilidade num contexto de atração de risco; ✓ Apresentar análise sobre a produção do turismo, as relações de territorialidades e uso do espaço; ✓ Analisar o impacto das políticas de lazer no processo educativo para reconhecer as relações entre lazer e educação com processos de inclusão; ✓ Identificar as variáveis impactantes da cadeia de suprimento de pacotes de turismo; ✓ Identificar as prescrições do lazer e recreação no período militar; ✓ Analisar possíveis contribuições da escola para o lazer a partir de contradições entre projeto pedagógico da escola e os Parâmetros Curriculares Nacionais.
Crítico-dialético	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apresentar reflexão crítica quanto à apropriação já efetuada das obras de Marx e Engels e teorizar sobre o que estas obras apresentam para a compreensão da problemática do lazer; ✓ Levantar uma análise crítica do Shopping Center como espaço urbano privado que se alia a oferta e o consumo de lazer; ✓ Identificar a gestão da política pública de esporte e lazer e apontar superação; ✓ Investigar as contradições e possibilidades de política de esporte e lazer contribuir para educação emancipatória em vista ao fortalecimento das classes populares na luta por uma hegemonia; ✓ Discutir formação continuada de programa de esporte e lazer para gestores de classes populares; ✓ Conhecer a concepção de pais de escolares sobre lazer, vida escolar e mobilização social.
Outras	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Discutir os tema lazer e deficiência mental e a educação pelo e para o lazer na educação especial; ✓ Problematizar práticas corporais de lazer e aventura e suas relações; ✓ Apresentar formas de diversão no período de 1945 a 1965; ✓ Tratar da relação tempo / lazer / comunicação; ✓ Discutir teorias do lazer e do tempo livre em presídio; ✓ Entender a espacialidade de moradia em áreas de bem estar e lazer; ✓ Tratar da expansão desordenada do crescimento populacional e dos espaços públicos de lazer; ✓ Identificar lazer espaço social rural e formas de estilo de vida.

APÊNDICE G - Pressupostos lógico-gnosciológicos de 70 produções analisadas, considerando três abordagens teórico-metodológicas.

APÊNDICE G

Quadro 15 – Pressupostos lógico-gnosciológicos de 70 produções analisadas, considerando três abordagens teórico-metodológicas.

Abordagens	Pressupostos lógico-gnosciológicos
Empírico-analítico	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O objeto é apropriado pelo(a) pesquisador(a) a partir de análise de variáveis, considerando a frequência de dados encontrados; o pesquisador busca compreender os significados encontrados, a partir da interpretação dos dados sem levar em consideração outros fatores de outras determinações que geram o objeto; o objeto sofreu uma análise descritiva para ser explicado. ✓ Pesquisador(a) estabelece o processo de dedução lógica a partir de dados verificados em dois momentos da investigação e faz correlações para explicar o objeto. ✓ Pesquisador(a) se apropria do objeto a partir de meios físicos e analisa o objeto testando em laboratório, buscando reconhecer resultados por deduções lógicas, sem identificar fatores outros determinantes sobre o objeto.
Fenomenológico-hermenêutico	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pesquisador(a) estabelece relações com o objeto de pesquisa a partir de análise interpretativa dos dados. ✓ Pesquisador(a) estabelece reflexões sobre o objeto para compreendê-lo e estabelecer explicações subjetivas. ✓ A relação do(a) pesquisador(a) com o objeto é de compreensão a partir da interpretação dos dados levantados. ✓ Pesquisador(a) estabelece na interpretação do objeto, múltiplos sentidos, considerando fortemente a condição da comunicação como fator de compreensão do objeto que se estabelece a partir de uma análise subjetiva. ✓ O pesquisador(a) ao analisar o objeto, interpreta e busca compreensão a partir da subjetividade. ✓ Pesquisador(a) desenvolve um estudo histórico do objeto, analisa nexos e relações da produção teórica e de entrevistas, buscando tratar o objeto para explicar, considerando a apreensão do objeto pela compreensão. ✓ Pesquisador(a) estabelece na interpretação do objeto o fator compreensão apoiado em uma análise dos dados a partir da subjetividade. ✓ A partir da comunicação entre indivíduos que gera os dados, o pesquisador (a) estabelece normas práticas de consenso para responder ao problema, considerando a compreensão subjetiva sobre os dados da realidade. ✓ Pesquisador(a) busca a partir da revisão de autores clássicos, realizar uma leitura configuracionista do objeto, considerando em sua análise a interpretação dos dados para alcançar a compreensão do objeto. ✓ Pesquisador(a) busca em narrativas ouvidas no cotidiano

	<p>compreender e interpretar a partir de interesse intercomunicativos, o significado do objeto de estudo.</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Pesquisador(a) ao analisar o objeto, interpreta e busca compreensão a partir da subjetividade cabível a uma análise que parte do interesse prático intercomunicativo com o objeto.✓ Pesquisador estabelece na interpretação do objeto o fator de compreensão que se estabelece a partir de uma análise subjetiva a partir de dados empíricos.✓ Pesquisador(a) estabelece na interpretação do objeto, múltiplos sentidos sociais, considerando fortemente a condição da comunicação como fator de sua compreensão sobre o objeto, que se estabelece a partir de uma análise subjetiva e simbólica das representações extraídas do objeto.✓ Pesquisador(a) estabelece interpretação do objeto, buscando compreender as relações históricas para chegar as suas análises subjetivas.✓ Pesquisador(a) se relaciona com objeto buscando compreensão do objeto pela interpretação comunicativa dos dados.✓ Pesquisador(a) procura interpretar os dados a partir do discurso.✓ Pesquisador(a) observa o objeto, considerando a sua aparência para compreender sua essência a partir de interpretação dos dados e reflexões.✓ Pesquisador(a) busca compreender o significado do fenômeno e busca estabelecer conexões com o nível de consciência das pessoas em relação ao fenômeno.✓ Pesquisador(a) busca a compreensão pela interpretação dos resultados.✓ Pesquisador(a) busca a compreensão do objeto pela interpretação dos resultados possíveis de serem analisados pelo discurso subjetivo.✓ Pesquisador(a) observa a comunicação e as interações considerando relevante aos atos comunicativos para compreender a realidade.✓ Pesquisador(a) analisa o objeto para interpretar e reconhecer a realidade em vista a uma dada subjetividade de análise.✓ Ao promover uma análise sócio-cultural do objeto de pesquisa, o pesquisador(a) busca estabelecer uma interpretação dos dados para compreender seus interesses, valores e significados para os participantes.✓ Pesquisador(a) busca a produção das subjetividades produzida pelo objeto sem confrontá-lo com o real.✓ Pesquisador busca Interpretar estudos produzidos sobre o objeto sem identificar as contradições teóricas das produções.✓ Pesquisador(a) enquanto centro do processo da pesquisa busca a representação fenomênica do objeto para compreender.
--	---

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pesquisador(a) se coloca no desafio de captar aspectos subjetivos, na interpretação de dados e na análise do discurso, priorizando a análise subjetiva do objeto. ✓ Pesquisador(a) buscou reconhecer o fenômeno a partir da interpretação de relatos de entrevistas, que partiram do imaginário social, utilizando a análise de discurso e a associação de idéias. ✓ Pesquisador(a) estabelece análise de conceitos sobre o objeto a partir da psicologia social. ✓ Pesquisador(a) tratou da análise subjetiva de narrações para tratar o objeto, na perspectiva de compreendê-lo. ✓ Pesquisador(a) realiza contemplação dos dados para análise subjetiva. ✓ Pesquisador(a) realiza estudo descritivo da realidade para analisar e interpretar a realidade. ✓ Pesquisador descreve os achados sobre o objeto em base histórica em periódicos e interpreta para conceber a partir de uma base teórica os resultados. ✓ Pesquisador(a) coleta dados, analisa e interpreta, fazendo a relação teoria-prática para compreender subjetivamente a realidade.
Crítico-dialético	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pesquisador(a) reconhece o objeto na materialidade da existência humana a partir de conflitos e contradições, procurando localizar o estudo na dinâmica concreta do fenômeno a realidade. ✓ Pesquisador(a) parte dos discursos e observações da prática para compreender as relações contraditórias da realidade do objeto (escola / comunidade e lazer). ✓ A partir do reconhecimento concreto do objeto o(a) pesquisador(a) buscou a dinâmica do movimento do fenômeno na ação transformadora da realidade, interagindo com os sujeitos, em ações pautadas na liberdade de reflexões para compor as sínteses reflexivas. ✓ Pesquisador (a) se apropria do objeto a partir de uma análise crítica teórica para estabelecer o reconhecimento histórico de suas tensões, conflitos e contradições, nas bases materiais da produção da existência humana. ✓ Pesquisador(a) a partir da análise de dados procura a dinâmica do fenômeno no concreto da realidade histórica, revelando as tensões, conflitos e contradições e estabelecendo uma relação da teoria com a prática observada e sistematizada. ✓ Pesquisador(a) trata a relação teoria e prática e as contradições que o objeto se apresenta nas condições concretas de sua dinâmica na realidade. ✓ A partir da apropriação do objeto o(a) pesquisador(a) dá tratamento dialético à dinâmica do fenômeno, numa ação criadora e transformadora em que o objeto de evidencia na realidade concreta.

APÊNDICE H - Pressupostos ontológicos do lazer a partir do nível teórico, considerando uma síntese das 84 produções *stricto sensu* no Brasil, em vista ao período de 1972 a 2008.

APÊNDICE H

Quadro 16 – Pressupostos ontológicos do lazer a partir do nível teórico, considerando uma síntese das 84 produções *strico sensu* no Brasil, em vista ao período de 1972 a 2008.

PRESSUPOSTOS ONTOLÓGICOS			
CONCEPÇÃO DE REALIDADE DE LAZER TRATADA NAS PRODUÇÕES DO CONHECIMENTO			
	REALIDADE DA PRÁXIS SOCIAL	REALIDADE HISTÓRICA	REALIDADE DE PROJETO HISTÓRICO
Empírico-analítico	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades esportivas, educativas e culturais, apropriadas a partir da educação na escola. • Realidade forjada para experimentações. • Áreas de lazer em praças. 	<ul style="list-style-type: none"> • Lazer enquanto atividade de livre escolha, nas relações históricas de produção da formação econômica capitalista. • Predomina uma dada condição de existência de lazer de trabalhadores, sem recuperação de fatores históricos determinantes à realidade da prática. • Em uma realidade descritiva que parte de dados empíricos situados no tempo determinado pelo estudo – 2006. • 	<ul style="list-style-type: none"> • Não há defesa de projeto histórico para além da formação econômica capitalista. • Não há defesa de projeto histórico para além da formação econômica capitalista. • Não há defesa de projeto histórico para além da formação econômica capitalista.
Fenomenológico-hermenêutico	<ul style="list-style-type: none"> • Lazer e as relações com a formação na pós-graduação e o trabalho advindo da formação. • Propostas de atividades no tempo livre. • Prática social que tem relações com 	<ul style="list-style-type: none"> • Não é considerada a realidade histórica dos interesses de lazer, assim como outros fatores determinantes advindos da condição histórica das relações sócio-econômicas. • O estudo não contextualiza historicamente a realidade social e econômica em que o objeto se apresenta nas relações humanas. • Realidade histórica descritiva no momento 	<ul style="list-style-type: none"> • Não há defesa de projeto histórico para além da formação econômica capitalista. • Não há defesa de projeto histórico para além da formação econômica capitalista.

	<p>significados na metrópole de São Paulo.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lazer relacionado ao turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Na realidade em que ocorreu o levantamento de dados. 	<p>para além da formação econômica capitalista.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não há defesa de projeto histórico para além da formação econômica capitalista.
Crítico-dialético	<ul style="list-style-type: none"> • A práxis social lazer é concebida pela materialidade da vida humana, na relação com o trabalho. • Lazer enquanto uma prática social associado ao trabalho. • Lazer emancipatório advindo de políticas públicas. • A pesquisadora se apropria do objeto a partir de uma análise crítica teórica para estabelecer o reconhecimento histórico de suas tensões, conflitos e contradições, nas bases materiais da produção da existência humana. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realidade da formação econômica capitalista, com tensionamentos do lazer em relação ao trabalho escolar e ao papel da escola. • Realidade de crítica a formação econômica capitalista. • Na realidade histórica em que ocorreu o levantamento de dados. • Lazer enquanto um tempo controlado / apropriado pelo capital. 	<ul style="list-style-type: none"> • Embora haja crítica à realidade da formação econômica capitalista, não aponta projeto histórico superador. • Crítica ao capitalismo e aponta possibilidades de superação a partir de forças conjuntas e organizadas em prol de implementação de lutas reivindicatórias contra a ordem estabelecida, tendo o lazer como mediador. • Na possibilidade da realidade de um projeto histórico superador ao capitalismo. • Em uma proposta pautada na crítica radical ao capitalismo e se apóia na superação apontando o projeto histórico comunista.

CONCLUSÕES DO ESTUDO / REALIDADE OBJETIVA	
Empírico-analítico	<ul style="list-style-type: none"> • A realidade em que a práxis social é considerada coaduna com os interesses de dispersão da realidade social, política e econômica que manipula o tempo disponível dos alunos em processo de escolarização. • Em uma realidade que atende aos interesses de consumo da formação econômica capitalista. • Na realidade de que todos os parasitas encontrados apresentaram sazonalidade nas areias, exceto o <i>Toxocara sp.</i> e <i>coccídios</i>.
Fenomenológico-hermenêutico	<ul style="list-style-type: none"> • Em uma proposta de análise simplista de interpretação dos interesses de preferência do lazer, sem análises mais específicas a partir das relações que os indivíduos constroem na sociedade. • “Formação do bacharel em recreologia”. • O estudo objetiva a realidade a partir de uma visão ingênua sobre o objeto. • Lazer é proveniente de uma disfunção de instituições sociais. • Em propostas de alternativas em que subjetivamente possam ser viabilizadas no município de Vitória. • Que as tentativas de mudanças são processos longos e complexos, requerendo estudo mais aprofundado sobre o objeto. • Submissão ao trabalho e a ausência de opções de lazer tem contribuído para ampliar os problemas e conflitos sociais em Silveira Martins, tais como: alcoolismo entre homens e saúde mental entre as mulheres. • O lazer é colocado enquanto fator de representação de espaço de resistência as mudanças do real, contribuindo para um estado conformador contra uma crescente mecanização e burocratização do posto de trabalho ocupado pelos aviadores. • Orientar planejamento de políticas públicas. • O lazer mostra-se capaz de ocupar um lugar social deixado vago pelo desemprego estrutural consequentemente da informatização da produção, e ainda o lugar de outras obrigações e horas liberadas do trabalho, inclusive no setor agropecuário, pela informatização do cotidiano. • Em uma realidade fictícia, “capaz de agregar e estabelecer a coesão do tecido social”, isto significa reconhecer os espaços públicos de lazer enquanto espaços imaginários de representações sociais de convívio e de lazer coletivo. • A recriação de elementos constitutivos das práticas de lazer e uma inserção da subjetividade como um produto social constituído e em constituição, a ser considerado nos elementos que norteiam os processos de formação humana, incluindo-se os processos de educação formal e de formação profissional em Educação Física. • As comunidades devem fazer esforço para estabelecer organização e lutar pelos direitos. • O estudo evidencia o lazer enquanto meio propulsor de promoção de saúde, resgate de auto-estima, alegria, liberdade, criatividade, espontaneidade, preparando o trabalhador para uma melhor condição profissional. • Na constatação de que Sorocaba tem programa de vanguarda que se sustenta na tradição histórica de lazer. • O lazer tem relação com o trabalho quanto aos aspectos das relações interpessoais, de gestão e da comunicação nas empresas. • A educação física contribui para a educação ampliando as vivências de lazer dos alunos fora da escola. • Os pára-quedistas constroem seus discursos racionais, objetivos e científicos fundados no herói, do ser potente, renovado. • Embora falte planejamento os equipamentos urbanos de lazer estão distribuídos satisfatoriamente na cidade de Bagé/RGS.

- Na compreensão das relações de sujeitos coletivos que estabelecem uma identidade individual e ação coletiva.
- As concepções de lazer dos alunos de graduação ainda são difusas, acríicas e pouco consistentes.
- Na implementação da reforma, a poupança dos servidores civis caiu relativamente aos militares e outros grupos de controle que não foram afetados pela reforma. Como a decisão de lazer e trabalho depende do salário de mercado o experimento sugere que o setor privado não dá um valor significativo para o capital humano do serviço público.
- A realidade objetiva do objeto ocorre a partir da prática comunicativa descrita pelos idosos, considerando percepções: sensações, emoções.
- Em apontar diretrizes projetuais que visam à acessibilidade, à segurança pública, ao conforto e a uma melhor apropriação dos espaços pelos idosos em áreas livres públicas de lazer.
- Na concepção que o mundo moderno deteriora a percepção dos indivíduos sobre si mesmos, e na ânsia de se sentirem poderosos, arriscam-se no uso das drogas.
- Na concepção de que o mundo moderno deteriora a percepção dos indivíduos sobre si mesmos, e na ânsia de se sentirem poderosos, arriscam-se no uso das drogas.
- A atividade de lazer se coloca como turismo no espaço rural em vários segmentos, mas não ainda como turismo rural de participação na lida do campo. Diferentes olhares trouxeram novas opções de caminhos para o turismo e lazer, mas ao mesmo tempo, reapareceram velhos problemas como degradação do ambiente e exclusão da população local de algumas áreas de lazer.
- Nas seguintes considerações: 1) O Centro possibilita a inclusão dos usuários; 2) sobre o entendimento da relação lazer e educação, somente os professores tem compreensão; 3) quanto ao impacto das políticas de lazer, estas atingem as diversas fases de vida das pessoas.
- “Lazer e recreação enquanto práticas corporais na área de conhecimento de Educação Física, eram concebidas como instrumentos como mecanismos sutis de estabelecimento daquela ordem, tendo estratégias voltados para o alastramento de um ideário de positividade da sociedade”.
- “Que há necessidade de um trabalho de suporte e orientação às famílias para que elas possam conscientizar-se de seu papel na educação do filho deficiente”.
- “A educação física desenvolvida nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, hoje, deveria voltar a preparar os alunos para que saibam como preencher seus tempos livres no futuro, principalmente como proteção às condições de melhor saúde e qualidade de vida”.
- “É necessário lidar com os saberes não apenas a partir da oferta de disciplinas, mas através de uma série de ações que possam contribuir com uma formação sólida e que possibilite orientar a formação e a intervenção profissional com base na perspectiva da animação sociocultural. Esta perspectiva tem como objetivo e participação efetiva da população, por meio da ênfase na auto gestão e na busca de uma formação mais crítica e consciente das pessoas, em suas vivências de lazer”.
- “Os resultados demonstraram: a) que as metodologias forma muito bem aceitas; b) o diálogo ponto positivo; c) ampliação da conscientização dos agentes sobre os problemas comunitários”.
- “Foi observado na população do estudo um domínio masculino na prática de AFL, sendo observado, associação entre AFL e variáveis sociodemográficas estudadas em ambos os gêneros como também, comportamentos distintos entre homens e mulheres na escolha das atividades física”.

- “O modelo de parques públicos adotados pelo planejamento urbano de Curitiba foi incorporado pelos habitantes da cidade, os quais, com práticas sociais ricas e interessantes, dão vida à marca identitária ‘Curitiba cidade dos parques’.”
 - A recreação e lazer tiveram significados distintos em suas trajetórias. A princípio independente, essas trajetórias passaram, posteriormente, a estreitar suas interfaces, mas a recreação e lazer mantiveram suas especificidades no período focalizado.
 - Houve um aumento de ações sistemáticas pela Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer (SEM) e avançou-se num processo de inversão de prioridades, criando espaços físicos em regiões da cidade que antes nada possuíam.
 - “É justo que a pessoa humana possa exigir, como direito fundamental dos Poderes Públicos, o seu direito ao lazer. É a contrapartida do Estado deve dar ao seu parceiro, a pessoa, pela construção de uma vida melhor. É preciso notar que o empregador, seja ele público ou privado, já colabora com isso na medida em que, por disposição constitucional, paga, pelo menos uma terça parte a mais do valor do salário mensal, para o empregado por ocasião das férias”.
 - “O conjunto de estímulos sensoriais é fundamental no processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança, sendo os estímulos visuais determinantes na formação da linguagem lúdica, identidade do lugar e conseqüentemente sensação de acolhimento à criança”.
- “Embora pessoas com alta escolaridade, bem remuneradas e com significativas vindas e permanência na cidade, os índices desse consumo se apresenta inexpressivo. Atribui-se esse resultado indesejado a razões decorrentes de rotinas de trabalho, de interesse pessoal e, acima de tudo, da oferta turística inadequada ao turismo de negócio, por eles assim constatada”.
- Revela o tempo de lazer como âmbito de constituição de sujeitos que, permanentemente, negociam experiências de alegria como prática de liberdade, buscando o reconhecimento de si, do outro e com o outro pelas experiências construídas coletivamente.
 - Em uma realidade de conceber subjetivamente os estudos de lazer em quatro agrupamentos de abordagens: a) mudança eficaz da sociedade: resistência. b) transformação social; c) dimensão educativa da atividade lúdica; e d) lazer e humanismo. “[...] Mais cedo ou mais tarde os pesquisadores terão que conscientemente decidir que tipos de orientação irão seguir em seus trabalhos: aquelas que se baseiam em crenças sociais pré-estabelecidas ou as que se baseiam em fatos observáveis”.
 - Em uma realidade explicada a partir de suas impressões observáveis na interação comunicativa com os grupos jovens. Suas impressões concluem: “a) existência de preconceitos e hierarquias em contradição a espaços ditos de liberdade; b) espaços de comunicação e de resistência diante de suas identidades e da sociedade que fazem parte.”
 - “Que o lazer contribui para a cidadania das pessoas da periferia da cidade”.
 - “A contribuição desta tese aos saberes a ela referenciada reside na identificação de um padrão de composição envolvendo propostas e procedimentos de ordem político-ideológico com rotinas de gestão, a partir do qual há possibilidade de se obter excelência na montagem de políticas públicas em esporte e lazer”.
 - Segundo a pesquisadora “os discursos dos nove caminhantes-peregrinos se configuram como discursos lúdicos, seguindo com uma polissemia aberta, mostrando que trilhar o Caminho do Sol é mais do que uma caminhada, um trekking em momento de lazer: é trilhar o caminho do herói/aventureiro, do reencantamento, da reintegração corpo/espírito e da união com Deus. A origem do discurso da peregrinação comporta a vertente religiosa, mas na atualidade a religião faz um casamento com a natureza, voltando-se para o lazer/aventura/natureza/bem-estar espiritual. O caminhante-peregrino se reencantou, encontrou sentimentos que já foram vividos por outros homens, no período do mundo encantado. Mostrou-se seduzido e arrebatado pela magia da natureza, vivenciando o bem-estar espiritual, a felicidade”.

	<ul style="list-style-type: none"> • “Com a realização deste estudo, foi possível afirmar que o lazer é a essência das Universidades da Terceira Idade investigadas e configura-se neste espaço institucional por meio dos seus conteúdos sociais, físico-esportivos, manuais, intelectuais, artísticos e turísticos. Contudo a negação em relação ao lazer, encontrada em ambas as instituições, mostra a necessidade de um maior aprofundamento em relação ao conhecimento sobre o lazer por todos os envolvidos nas Universidades da Terceira Idade, já que o lazer se constitui um instrumento pedagógico para o desenvolvimento dos indivíduos, não somente pelo seu comprovado valor educacional, mas também pela identificação de seus conteúdos às expectativas dos idosos”. • “Na compreensão da significação das diversas práticas esportivas e culturais desenvolvidas pela instituição SESC-SP, no decorrer de sua trajetória de 60 anos, possibilitando identificar aspectos da orientação seguida por esta entidade e refletir sobre os significados de lazer e de cultura no interior deste universo, em diálogo com a metrópole”. • “O processo de desenvolvimento que vem acontecendo em Gravatá realmente atende, em parte, o conceito de desenvolvimento local. Se, por um lado, está ocorrendo a melhoria da qualidade de vida da população local no que tange a emprego, renda, capacitação profissional, educação e saúde, por outro, o sentido de “empoderar”, dar poder de decisão à população no processo de desenvolvimento não se cumpre ainda, uma vez que não participaram das negociações para a implantação de novas indústrias”.
Crítico-dialético	<ul style="list-style-type: none"> • Em uma realidade concreta da materialidade da existência das crianças, em confronto ao modelo de escola que não alimenta o lúdico no lazer. • A relação escola / comunidade pode e deve constituir-se em força conjunta e organizada para realizar lutas reivindicatórias por outra ordem social, tendo o lazer a prática social mediadora. • Realidade objetiva pautada na crítica dos interesses de Estado na manipulação de projetos implementados por políticas públicas de lazer. • Lazer e práxis pedagógica na formação de professores. • Em uma realidade que parte do real, que coloca a formação continuada como um espaço fundamental para a construção de políticas públicas voltadas para a educação, se esta for construída numa relação coletiva e através de uma atitude de liberdade por todos os sujeitos envolvidos. • “As possibilidades de uma política contribuir para a realização de uma educação emancipatória da juventude estão ligadas as seguintes condições: (1) a existência de uma gestão democrática e popular; (2) orçamento adequado as exigências do projeto; (3) equipe gestora capacitada para o trabalho coletivo e militante; (4) formação continuada como espaço sistemático de reflexão; (5) contando permanente com as inovações científicas do setor; (6) sistematização de uma proposta pedagógica que garanta a unidade das ações pedagógicas; (7) extrapolação das ações para outros espaços políticos de disputa de governo da cidade. O projeto desenvolveu uma política de acumulação de forças no sentido democrático e popular, na medida em que contribuiu para o fortalecimento e criação de novos organismos juvenis de hegemonia, na formação cultural de quadros orgânicos vinculados as classes populares, na conquista da ampliação dos direitos no âmbito do esporte e lazer, e na elevação da consciência de classe da população”. • “Estes textos referentes à apropriação da obra de Marx no âmbito dos estudos do lazer - cujo desenvolvimento teórico encontra-se inacabado - apresentam aos leitores a instigante questão das perspectivas do trabalho e do lazer, da necessidade e da liberdade na sociedade capitalista e na comunista”.

ANEXO 1 - Grade Curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física – FACED/ UFBA.

UFBA - Universidade Federal da Bahia - Sistema Acadêmico (Currículo)
RLCRR099 - Grade Curricular

24/01/2008 08:52
Pág. 1 de 2

337

Curso: 315110 Currículo: 2007-2 Turno: Diurno Duração em anos: Mínima 4 Média 5,5 Máxima 7
LICENCIATURA EM EDUCACAO FISICA

Área: Filosofia e Ciências Humanas

Titulação: LICENCIADO EM EDUCACAO FISICA

Habilitação: Licenciatura

Base Legal: DATA DE INÍCIO: 03.06.1988. RECONHECIMENTO: PORTARIA DO MEC Nº 163 PUBLICADA NO DOU EM 23.02.1996. DIRETRIZES CURRICULARES: PARECER CNE/CES Nº 138 DE 03.04. 2002.

1º SEMESTRE		Crédito / Semestre	0	Horas / Semana	26,00	Horas / Semestre	442
Disciplina							
BIO159	BASES BIOLÓGICAS DO DESENVOLVIMENTO HUM.	85	0	OB			
DAN157	RÍTMICA	68	0	OB			
EDC227	VOLEIBOL I	68	0	OB			
FCH001	INTRODUÇÃO FILOSOFIA	68	0	OB			
FCH007	INTRODUÇÃO SOCIOLOGIA II	85	0	OB			
ICS007	ANATOMIA I	68	0	OB			
2º SEMESTRE							
		Crédito / Semestre	0	Horas / Semana	31,00	Horas / Semestre	527
Disciplina							
DAN262	CINESIOLOGIA NA DANÇA I	68	0	OB	01	ICS007	
EDC215	GINÁSTICA	119	0	OB			
EDC223	ATLETISMO I	102	0	OB			
EDC251	DIMENSÃO ESTÉTICA DA EDUCAÇÃO	102	0	OB			
EDCA04	SOCIEDADE E EDUCAÇÃO	68	0	OB			
ICS021	FISIOLOGIA I	68	0	OB	01	BIO159 ICS007	
3º SEMESTRE							
		Crédito / Semestre	0	Horas / Semana	25,00	Horas / Semestre	425
Disciplina							
EDC221	GINÁSTICA RÍTMICA DESPORTIVA I	68	0	OB	01	DAN157	
EDC229	BASQUETEBOL I	68	0	OB			
EDC248	EDUCAÇÃO E IDENTIDADE CULTURAL	68	0	OB			
EDCA01	FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO	68	0	OB			
ICS048	FISIOLOGIA DO EXERCÍCIO	102	0	OB	01	DAN262 ICS021	
NUT169	FUNDO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	51	0	OB	01	ICS021	
4º SEMESTRE							
		Crédito / Semestre	0	Horas / Semana	29,00	Horas / Semestre	493
Disciplina							
EDC225	NATAÇÃO I	102	0	OB			
EDC231	FUTEBOL I	68	0	OB			
EDC237	GINÁSTICA ESCOLAR	85	0	OB	01	EDC215	
EDC238	CAPOEIRA I	68	0	OB	01	EDC251	
EDC283	CURRÍCULO	68	0	OB			
EDCA13	APRENDIZAGEM, DESENVOLVIMENTO HUMANO E E	102	0	OB			
5º SEMESTRE							
		Crédito / Semestre	0	Horas / Semana	25,00	Horas / Semestre	425
Disciplina							
EDC216	GINÁSTICA ESPECIAL	68	0	OB	01	EDC215	
EDC233	HANDEBOL I	68	0	OB			
EDC236	RECREAÇÃO I	85	0	OB			
EDCA02	ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA 2	68	0	OB			
EDCA03	FILOSOFIA E EDUCAÇÃO	68	0	OB			
FAR170	SOCORROS DE URGÊNCIA II	68	0	OB	01	ICS021	
6º SEMESTRE							
		Crédito / Semestre	0	Horas / Semana	31,00	Horas / Semestre	527
Disciplina							
EDC140	DIDÁTICA I	136	0	OB	01	EDCA01	
EDC243	TREINAMENTO DESPORTIVO	119	0	OB	01	EDC223 EDC225 EDC227 EDC229 EDC231 EDC233 EDC238 ICS048	
EDC244	ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DESPORTIVA	68	0	OB			
EDC247	MEDIDAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA	68	0	OB			
EDCA05	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	68	0	OB			
OPT068	OPTATIVA 068	68	0	OP			
7º SEMESTRE							
		Crédito / Semestre	0	Horas / Semana	28,00	Horas / Semestre	476
Disciplina							
EDC256	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	204	0	OB	01	EDC140 EDC236 EDC237	
EDC258	SEMINÁRIO I	68	0	OB			
OPT068	OPTATIVA 068	68	0	OP			
OPT068	OPTATIVA 068	68	0	OP			
OPT068	OPTATIVA 068	68	0	OP			
8º SEMESTRE							
		Crédito / Semestre	0	Horas / Semana	20,00	Horas / Semestre	340
Disciplina							
EDC219	HIGIENE, EDUCAÇÃO E SAÚDE	68	0	OB			
EDC257	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	136	0	OB	01	EDC256	
EDCA70	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	68	0	OB	01	Todas as disciplinas do curso exceto as da lista - EDC219 EDC257	
OPT068	OPTATIVA 068	68	0	OP			
OPTATIVAS - 98,00							
Disciplina							
DAN051	PRÁTICA DA DANÇA	51	0	OP			
DAN068	DANÇA FOLCLÓRICA I	51	0	OP			
DAN069	DANÇA FOLCLÓRICA II	51	0	OP	01	DAN068	
DAN084	EXPRESSIONISMO CORPORAL I	68	0	OP			
EDC217	GINÁSTICA ESTÉTICA	85	0	OP	01	EDC215	
EDC218	GINÁSTICA PARA GESTANTES E GERONTOLÓGICA	85	0	OP	01	EDC215	

OPTATIVAS 98,00						
Disciplina	C.H.	CR	Nat.	Gr	Pré	Requisito
EDC220 MASSOTERAPIA	85	0	OP	01		ICS048
EDC222 GINASTICA RTTMICA DESPORTIVA II	85	0	OP	01	EDC221	
EDC224 ATLETISMO II	85	0	OP	01	EDC223	
EDC226 NATACAO II	85	0	OP	01	EDC225	
EDC228 VOLEIBOL II	85	0	OP	01	EDC227	
EDC230 BASQUETEBOL II	85	0	OP	01	EDC229	
EDC232 FUTEBOL II	85	0	OP			
EDC234 HANDEBOL II	85	0	OP	01	EDC233	
EDC239 CAPOEIRA II	85	0	OP	01	EDC238	
EDC240 KARATE	85	0	OP			
EDC241 JUDO	85	0	OP			
EDC242 YOGA	85	0	OP			
EDC245 MUSCULACAO	85	0	OP	01	DAN262 ICS048	
EDC245 MUSCULACAO	85	0	OP	02	DAN262	
EDC252 REMO	85	0	OP			
EDC265 TAI CHI CHUAN	85	0	OP			

INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

Natureza	Disciplina	Nome	Carga Horária	Car. Hor. Mínima	Credi- tação	Creditação Mínima
AC		Atividade Complementar	100	100		
OB		Obrigatória	3315	3315		
OP		Optativa	340	340		
Total			3755	3755	0	0

O Profissional:

O Licenciado em Educação Física tem como objetivo trabalhar o movimento como uma interação corpo - mente e como uma trajetória vivencial do sujeito no sentido psico - físico e social. Propõe -se a ensinar o trabalho com movimento comprometido com a história, a cultura e a vivência que o constrói e às quais a técnica se adequará em busca de expressões transformadoras e particulares. Assim sendo terá como campo de ação : - o ensino em escolas de 1º e 2º graus e Universidades; - o ensino em Academias; - a orientação de atividades desportivas, recreativas e de lazer em clubes, associações de bairros, hospitais , empresas privadas, entidades assistenciais e na comunidade de um modo geral.

Atenção:

Os currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal da Bahia estão em processo de reformulação curricular, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Desta forma, esta grade pode ainda não contemplar as mudanças em andamento e em fase de implantação. Consulte o coordenador do curso para esclarecer possíveis dúvidas.

ANEXO 2 - Programa de Ensino da disciplina Recreação I do Curso de Licenciatura em Educação Física – FACED/UFBA.



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Educação
Departamento de Educação Física

DISCIPLINA: EDC236/Recreação I
CARGA HORÁRIA : 75 h T15P60E00
CRÉDITOS: 03

"O campo da luta pela criação de uma nova civilização é absolutamente misterioso, totalmente caracterizado pelo imprevisível e pelo imprevisto".

(Antônio Gramsci, 1921)

PROGRAMA DE DISCIPLINA

EMENTA:

Recreação e lazer no contexto histórico, sócio-cultural e de educação nacional contemporâneo. Jogo: Teoria, valores, seleção, características. Pequenos e grandes jogos. Modalidades recreativas e de lazer na escola, na comunidade e no trabalho.

INTENÇÕES DO CURSO:

- Analisar os pressupostos filosóficos, antropológicos, sociológicos da recreação e do lazer no contexto histórico-cultural da sociedade.
- Analisar a literatura publicada sob forma de artigos e/ou livros no que concerne a recreação e lazer.
- Investigar o que se trata, como se trata e que críticas se tem das discussões sobre a recreação e lazer.

OBJETIVOS:

- Analisar o processo histórico da recreação e do lazer na sociedade.
- Compreender as concepções que norteiam a recreação e o lazer, contextualizando-se no processo educativo na intenção de instrumentalizar o aluno-professor para o resgate da essência lúdica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Caracterização do lazer
- O tempo e as atividades humanas
- Lazer e trabalho
- Lazer e sociedade
- O brinquedo
- Recreação e lúdico
- O lazer e a cultura - A cultura e lazer
- Lazer e humanização
- Teorias do jogo
- Jogo - Arte - Educação
- O jogo - Classificação - Tipos de jogos
- O jogo e a cultura
- A natureza o significado do jogo
- Lazer e as variáveis demográficas, sócio-culturais e econômicas
- As regras do jogo e o jogo das regras
- Vivências.

METODOLOGIA:

Aulas expositivas, visitas a escolas, parques, abrigos, exposição de recursos áudio-visuais, seminários, reservas ecológicas, dinâmica de grupo.

AVALIAÇÃO:

Análise críticas, resenhas, provas subjetivas, seminários.

BIBLIOGRAFIA:

- ABAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Ed. Mestre. JOU-SP. 1960
- ALBORNOZ, Suzana. O que é trabalho. São Paulo: Brasiliense. 1986
- BRAMANTE, Antonio Carlos. Esporte, tempo livre, Recreação e lazer na América Latina. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. CBCE. Vol 11, nº 02, janeiro de 1990.
- _____, _____. Recreação e lazer: O futuro em nossas mãos. (capítulo de livro), Educação e Esportes: Perspectivas para o século XXI. Campinas, SP. Papirus, 1992
- BUTLER, George D. Recreação. Rio de Janeiro: Editora Lidador, 1973
- BRUNHS, Heloisa T. (org) Conversando com o corpo. Campinas, SP. Papirus, 1995
- _____, _____. Reflexões sobre o conhecimento do lazer na perspectiva da dinâmica cultural. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Vol. 13 nº01 set.91 pp.61-68, Campinas/SP
- _____, _____. O culto do corpo-prazer, o fenômeno lazer e lúdico. In: Revista Brasileira de Ciências dos Esporte. Vol.12 (1,2,3) 1992, pp. 271-275
- _____, _____. O corpo parceiro e corpo adversário. Campinas, SP. Papirus, 1993
- BACAL, Sarah S. Lazer: Teoria e Pesquisa. Edições Loyla, São Paulo, 1988
- CAMARGO, Luiz O Lima. O que é lazer. São Paulo Brasiliense, 1986
- DUMAZEDIER, Jofre. Lazer e Cultura Popular. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- _____, _____. Sociedade empírica do lazer. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- FALEIROS, Ma. I. L. Repensando o lazer. Perspectiva, São Paulo, 3ª edição, 1970.
- HUIZINGA, Juhan. Homo/Ludens. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- LAFARGUE, P. O direito à preguiça. Lisboa. Estampa, 1977.
- MAGNANI, J.C. Festa no pedaço. São Paulo, Brasiliense, 1982
- MARCELINO, Nelson de C. Lazer e humanização. Campinas, SP Papirus, 1983.
- _____, _____. A sala de aula como espaço para o jogo do saber. In: Morais, Regis de (org) Sala de aula - que espaço é esse? Campinas, Papirus, 1986.
- _____, _____. Lazer e educação. Campinas, Papirus, 1987.
- _____, _____. Pedagogia da animação. Campinas, Papirus, 1990.
- _____, _____. Perspectivas para o lazer: mercadoria ou sinal de utopia? In: Moreira, Wagner Ney (org) Educação Física e Esportes: Perspectivas para o século XXI, Campinas Papirus, 1992.
- MARINHO, Inezil P. Educação Física, recreação e jogos. São Paulo, Brasil, 1971.
- PINTO, Leila Mirtes M. A recreação/lazer no "jogo" da educação física e dos esportes. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Vol.12 (1,2,3) - 1992.
- REQUIX, Renato. O lazer no Brasil. São Paulo. Brasiliense, 1977.
- ROLIM, Liz Cintra. Educação e Lazer. Editora Ártica, São Paulo, 1989.
- SILVA, Mauricio R. Redimensionamento da concepção de recreação no curso de licenciatura da Universidade Federal de Sergipe: em busca de novos paradgmas científicos. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Vol.13, nº 1, 1991.
- YURGEL, M. Urbanismo e lazer. São Paulo, Nobel, 1984.